



# FIXO

REVISTA DE  
ARQUITETURA, CIDADE E  
CONTEMPORANEIDADE

**mulheres e lugares urbanos II**

**n.10, v.3**  
inverno de 2019





REVISTA DE  
ARQUITETURA, CIDADE E  
CONTEMPORANEIDADE

**mulheres e lugares urbanos II**

**n.10, v.3**  
inverno de 2019





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11  
<http://cmaiscufpel.wixsite.com/cmaisc>  
e-mail: [revistapixo@gmail.com](mailto:revistapixo@gmail.com)

## apresentação

A Revista Pixo é uma publicação do Grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade (CNPQ), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Revista digital disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

### Editores Responsáveis

Eduardo Rocha  
Emanuela Di Felice  
Fernando Freitas de Fuão

### Editoras Associadas

Bárbara de Bárbara Hypolito  
Carolina Frasson Sebalhos  
Marina Mecabô  
Matheus Gomes Barbosa  
Shirley Terra Lara dos Santos  
Taís Beltrame dos Santos

### Comitê Científico e Conselho Editorial

Ana Paula Vieceli  
André de O. Torres Carrasco  
Angela Pohlmann  
Carla Gonçalves Rodrigues  
Carmen Anita Hoffmann  
Carolina Corrêa Rochefort  
Cláudia Mariza Mattos Brandão  
Cristine Jaques Ribeiro  
Dirce Eleonora Nigro Solis  
Eduarda Azevedo Gonçalves  
Eliana Mara Pellerano Kuster  
Emanuela Di Felice  
Francesco Careri  
Francisco de Assis da Costa  
Haydeé Beatriz Escudero  
Helene Gomes Sacco Carbone  
Igor Guatelli  
Josiane Franken Corrêa  
Juan Manuel Diez Tetamanti  
Laura Novo de Azevedo  
Lígia Maria Ávila Chiarelli  
Marcelo Roberto Gobatto  
Márcio Pizarro Noronha  
Maria Ivone dos Santos  
Markus Tomaselli

Maurício Couto Polidori  
Paola Berenstein Jacques  
Patrícia Orfila Barros dos Reis  
Paulo Afonso Rheingantz  
Raquel Purper  
Rita de Cássia Lucena Velloso  
Sylvio Arnaldo Dick Jantzen  
Thais de B. Portela  
Vicente Medina

### Equipe Técnica

Aline Santos  
Bárbara de Bárbara Hypolito  
Carolina Frasson Sebalhos  
Eduardo da Silva  
Emanuela Di Felice  
Marina Mecabô  
Matheus Gomes Barbosa  
Renata Caetano  
Shirley Terra Lara Dos Santos  
Taís Beltrame dos Santos

### Suporte Técnico

Laís Dellinghausen Portela

### Revisão Linguística

Ana dos Santos Maia  
Martha Hirsch  
Pierre Moreira dos Santos

### Capa e Diagramação

Aline Santos  
Taís Beltrame dos Santos

### Ilustrações

Renata Caetano

A REVISTA PIXO Nº10 - MULHERES E LUGARES URBANOS reúne trabalhos com enfoque na relação corpo-mulher-pesquisadora-feminista, suas abordagens teóricas, metodológicas, desafios, rastros e processos. Enquanto corpos políticos, essa edição se propõe a ser um respiro de luta e resistência acadêmica, visibilizando trabalhos que constroem a área de pesquisa sobre mulheres e lugares urbanos, suas diferentes potências de construção de conhecimento baseadas na experiência e no fazer feminino. Essa edição da revista PIXO pretende garantir a discussão sobre - e com - mulheres e lugares urbanos, acolhendo estudos que tratam dos seus lugares de fala em múltiplas modalidades, através de trabalhos de autoras em diversos formatos: desenhos, ensaios, projetos, artigos, resenhas, entrevistas e/ou audiovisuais. Tensionando as vozes para evidenciar a urgência em reconhecer os trabalhos e vivências que criam cotidianamente um lugar de fala e discussões sobre a temática, a fim de pensar e recomensurar o urbano a partir do corpo feminino.

Que o grito de uma ecoe no grito de todas!

A PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE<sup>1</sup> é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual. A revista é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa CNPQ Cidade+Contemporaneidade, do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

*Emanuela Di Felice, Bárbara de Bárbara Hypolito e Marina Mecabô*  
Inverno de 2019

<sup>1</sup> Link de acesso para revista: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo>

## editorial

MULHERES E LUGARES URBANOS N. 10.....	12-15
<i>Emanuele Di Felice e Marina Mecabô</i>	

## autor convidado

INTERSECÇÕES URBANAS: religião, política e corporeidade.....	18-27
<i>Carla Silva de Ávila</i>	

## artigos e ensaios

A NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO.....	30-45
<i>Clara Sefair e Isadora Abreu Cutrim</i>	

A LUTA POR UMA CIDADE FEMINISTA Uma análise da opressão feminina sob um viés marxista.....	46-55
<i>Ana Luíza Pacheco</i>	

PENSAMENTO FEMINISTA NO PLANEJAMENTO URBANO Pensar o território pela perspectiva de gênero, prática e epistemologia.....	56-73
<i>Isabela Rapizo Peccini</i>	

SER MULHER NA CIDADE É LUTAR: Remoções e luta pela moradia no Rio de Janeiro.....	74-93
<i>Poliana Gonçalves Monteiro, Mariana Gomes Peixoto Medeiros</i>	

REPRESENTAÇÃO DECOLONIAL DA RESISTÊNCIA FEMININA NA CIDADE .....	94-105
<i>Márcia Bastos de Araujo</i>	

CONCEITO E DIRETRIZES PROJETOAIS PARA ESPAÇO DEMOCRÁTICO manifestações artístico-culturais femininas em Santa Maria.....	106-127
<i>Maria Cecília Pereira da Rocha e Luis Guilherme Aita Pippi</i>	

ARQUITETURA E A CAÇA ÀS BRUXAS: mecanismos para subversão da cultura e da violência contra a mulher.....	128-139
<i>Luísa Mantelli Anklam e Renata Caetano Pereira</i>	

A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO ACADÊMICO PELA ÓTICA FEMININA O caso do centro de artes.....	140-159
<i>Anne Barbosa e Castro e Cristina Nascimento Barcellos Bosi</i>	

CORPO FEMININO NA DANÇA E NA RUA Considerações sobre pontos de encontro na cidade do Rio de Janeiro.....	160-173
<i>Mirila Greicy Bittencourt Cunha</i>	

CAMINHAR, ESCREVER E CARTOGRAFAR: Pronunciando a cidade no feminino.....	174-185
<i>Celia Regina da Silva, Soraya Nóe e Rodrigo Gonçalves Santos</i>	

PELO DIREITO DE ESCOLHER: design pela legalização do aborto no Brasil.....	186-199
<i>Ana Pereira Gonzalez, Paula Garcia Lima e Adrise Ferreira De Souza</i>	

PIXAÇÃO EM MACEIÓ - AL: a cena do pixo atual e as impressões de uma pixadora mulher dentro do movimento.....	200-209
<i>Maria Victória Silvestre de Souza Bezerra</i>	

CRISTIANE MONTEIRO E O GRAFFITI MULHER CULTURA DE RUA movimentando o movimento.....	210-221
<i>Ana Luísa Silva Figueiredo</i>	

BEATRIZ GONZÁLEZ: pintora da dor e da ironia na Colômbia.....	222-233
<i>Taís Beltrame dos Santos e Humberto Levy de Souza</i>	

## entrevistas

<b>POR QUE SER FEMINISTA?</b>	
entrevista com a arquiteta e urbanista <b>Andréia Moassab</b> .....	236-247
<i>Carolina Frasson Sebalhos, Marina Mecabô e Shirley Terra Lara do Santos</i>	

## parede branca

<b>AREAR</b>	
[adjacente].....	250-253
<i>Gabriela Costa Gomes e Stela Kubiaki</i>	

<b>MODA, ARQUITETURA E MULHERES</b>	
sustentabilidade e expressão.....	254-257
<i>Aline Ebert</i>	

<b>CIDADE SÓ PARA HOMENS?</b> .....	258-263
<i>Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima</i>	

<b>ESTAMOS AQUI:</b>	
Intervenções urbanas como forma de apropriação do espaço urbano da mulher e da população lgbtq+.....	264-267
<i>Francielle Martins Silveira, Rafaela Cecconi, Artur Devasac e Leonardo Lourenço</i>	

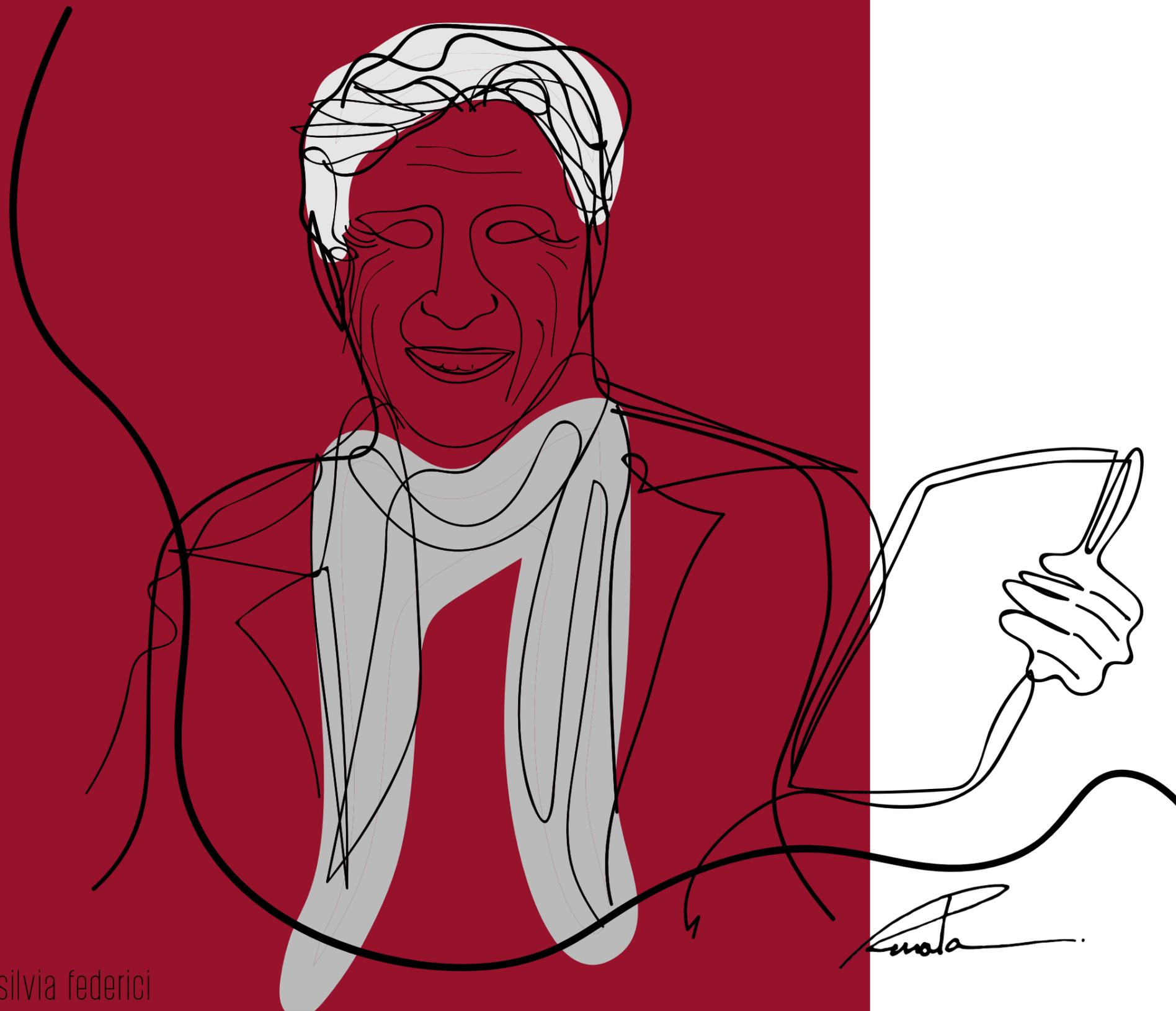
<b>RUA:</b>	
substantivo feminino.....	268-273
<i>Franciele Fraga Pereira, Helena Santos, Lauren Raffi, Roberta Luz e Loredana Marise Ricardo Ribeiro</i>	

<b>RESISTÊNCIAS E CONEXÕES DESCOLONIAIS</b> .....	274-279
<i>Geysa Danielle Barbosa de Moura Silva</i>	

## resenhas

<b>A RUA COMO GANHA PÃO</b>	
produção e resistências no espaço urbano.....	282-287
<i>Bianca Ramires e Marina Mecabô</i>	

<b>MUJERES, CASAS Y CIUDADES</b>	
más allá del umbral.....	288-293
<i>Carolina Frasson Sebalhos e Daniela Cristien Silveira Mairesse Coelho</i>	



silvia federici

## MULHERES E LUGARES URBANOS N.10

**Emanuela Di Felice<sup>1</sup> e Marina Mecabô<sup>2</sup>**

O processo editorial da revista desenvolveu-se de forma horizontal, o que possibilitou potencializar a discussão sobre o tema e o movimento no sentido de desconstruir a monocultura do pensamento, evidente nas das rígidas estruturas da tradição acadêmica em sua forma de retratar o cotidiano na cidade e na construção do pensamento tido como subalterno. Através das intersecções entre práticas estéticas, arquitetônicas, urbanísticas, educativas e artísticas, a décima edição da Revista PIXO, comprometeu-se com a crítica ao sistema hétero- branco - patriarcal.

Num contexto urbano marcado pela relação/ negação das águas, o editorial buscou ser espaço dos corpos políticos das mulheres, o que evidencia-se na ilustração de capa e também no texto da autora convidada, a inspiradora professora Carla Ávila. A partir de seu lugar de fala, no trabalho *Intersecções Urbanas*, Carla relata o contexto da cidade de onde emerge a revista: Pelotas é Negra, Pelotas é Mulher, Pelotas é de Axé!. Relacionando a poesia com sua vivência urbana de mulher negra, a autora nos presenteia com seu olhar que interliga tradições de matriz africana com os espaços e tempos da cidade de Pelotas. Para tanto, parte de problematizações apresentadas pelo feminismo negro articulando dimensões de gênero, raça e classe.

Uma ilustração de Mariele Franco abre a sessão de artigos que inicia com o trabalho de Clara Sefair e Isadora Abreu Cutrim intitulado *A necropolítica neoliberal e as políticas de austeridade no governo de Jair Bolsonaro*, o que nos traz as questões contemporâneas sobre a política da morte e o agravamento da crise urbana em todo país. Esse cruzamento evidencia a ressonância do questionamento *Quem matou mariele?*.

Partindo de uma perspectiva onde o capital tem sido o principal definidor das diretrizes urbanísticas, o artigo *A luta por uma cidade feminista*, busca traçar as contribuições da teoria feminista marxista para discussão sobre um planejamento urbano que é reprodutor das opressões, segregação e desigualdades.

O assunto segue com o artigo *Pensamento feminista no planejamento urbano*, que apresenta um panorama sobre o desenvolvimento do pensamento feminista e da perspectiva de gênero no campo do planejamento articulado em reflexões sobre a moradia, a mobilidade, a insegurança e o lazer.

Com enfoque no papel das mulheres na luta sobre o direito a terra e a moradia,

<sup>1</sup> Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Membro dos Grupos de Pesquisa CNPq Cidade + Contemporaneidade e Grupo de Estudos de Urbanismo Contemporâneo. É doutora, mestre e especialista em Arquitetura e Urbanismo pela Università degli Studi di Roma 3.

<sup>2</sup> Mestranda em Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017)

o artigo *Ser mulher na cidade é lutar*, olha para o feminismo como originado da luta das mulheres para se constituírem como sujeitos de direitos, inclusive sobre seu primeiro território: o próprio corpo. Traz auto-narrativas para pensar as lutas urbanas como meio de costurar uma episteme feminista apresentando três ações desejáveis: disputar a prática, disputar a teoria para, finalmente, disputar a cidade em sua materialidade.

Traçando um olhar decolonial para as questões aqui suscitadas, costurando um diálogo com autoras feministas latinoamericanas, o artigo: *Representação decolonial da resistência feminina na cidade*, discute a continuidade das formas coloniais de dominação que permanecem criando e legitimando estruturas de opressão para as mulheres.

Partimos para os trabalhos focados em contextos e relatos de casos estudos específicos. Pensando em rever o desenho paisagístico a partir do enfrentamento da desigualdade de gênero como inviabilizador do direito à cidade, o artigo e *Conceito e diretrizes projetuais para espaço democrático - manifestações artístico-culturais femininas em santa maria* é uma proposta de espaço público que busca ser qualificado e inclusivo.

Também a partir de referências arquitetônicas, *Arquitetura e a caça às bruxas*, procura novas diretrizes no âmbito da prevenção da violência contra a mulher, em um percurso histórico até a atualidade, estruturando um programa de necessidades que visa responder às diferentes formas de opressão.

*A percepção do espaço acadêmico pela ótica feminina*, enfrenta a dicotomia entre homem/espaço público e mulher/espaço privado ao longo da história e na sua contemporaneidade, o trabalho tem enfoque nos espaços de ensino do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFES.

O texto *Corpo feminino na dança e na rua*, traz o corpo na mulher no vivenciar o urbano com enfoque de pesquisa em mulheres negras que dançando se apropriam da cidade. Demarcam assim, não só áreas geográficas e marcos econômicos mas também o inesperável, o imprevisto e o oportuno, estabelecendo uma forma de micro prática e micro resistência.

Esse corpo feminino que precisa de outras narrativas possíveis, através do *Caminhar, escrever e cartografar*, é uma escrita labiríntica e coloca em pauta o corpo feminino como território onde atuam os afetos, a noção da cidade inscrita no corpo, e aquela do corpo inscrito na cidade de Lisboa.

Aprofundando-se nas relações entre mulher e espaço urbano, a arte se apresenta como forma de resistência e visibilidade, os próximos artigos narram experiências entre mulher- arte e cidade: o texto *Pelo direito de escolher*, quer discutir o design como potencial de comunicação na luta das mulheres pela legalização do aborto. Traz um resumo das últimas manifestações artísticas internacionais, e a adoção da técnica do lambe lambe e do slam poesia como arte urbana e ativismo político.

Após uma leitura aprofundada da arte urbana em um contexto específico, a autora do artigo *Pixação em maceió - al*, nos retrata a cena machista dos grafites. Este relato nos coloca no ser mulher artista, nos convencendo que é preciso dar o primeiro passo, provocar a união e mostrar nossos pontos de vista a fim de assegurar nosso lugar de fala.

Os últimos dois artigos são homenagens a duas artistas. Primeiro a grafiteira paulista

*Cristiane Monteiro*, que com a sua arte de luta de gênero e raça faz emergir uma voz negra da periferia. Finalizando a sessão, encontramos a pintora colombiana *Beatriz González*, que reinventa a linguagem artística para trazer conteúdos subversivos do período da ditadura, relatando de forma poética uma série de acontecimentos trágicos, assim como a condição da mulher em um período histórico de conflitos.

E se ainda restam dúvidas de *Por que ser feminista?* a entrevista realizada para essa edição é uma aula com a professora Andréia Moassab da UNILA. Ela inicia a conversa com a narrativa de episódios da sua vida profissional, sobre como o sistema patriarcal atravessou sua trajetória e a aproximou do feminismo, reafirmando o quanto é importante autoproclamar-se feminista antirracista, assim como reafirma a urgência de voltar-se para as questões da América Latina. Andreia discute a situação atual da Universidade brasileira, declarando sua esperança, mesmo em um cenário de retrocessos, na construção coletiva da popularização da instituição e desconstrução das normas patriarcalistas que a rege. Pensando sobre o espaço urbano, a entrevistada nomeia referências do Brasil e do mundo, exemplificando o fato de que o direito à cidade não é para todas. Mais do que isso, Andreia traz reflexões sobre as tecnologias construtivas na arquitetura, afirmando que a função social da arquitetura é de se desafiar a construir um mundo não excludente, sendo a perspectiva feminista capaz de ampliar as possibilidades de um desenho inclusivo à todos os excluídos pelo capitalismo.

A sessão parede branca da PIXO n10 parte da resenha do vídeo chamado AREAR, que contrasta resistência e fluidez e nos traz outras dimensões de lugar. MODA, ARQUITETURA E MULHERES discute a opressão originada pelas novidades desnecessárias que são impostas ao corpo feminino, além do uso indiscriminado e descarte de recursos naturais tanto no vestuário como na construção civil. CIDADE SÓ PARA HOMENS? esse é o questionamento de um trabalho que coloca luz sobre o condicionamento que as vezes passa despercebido no cotidiano da cidade, provoca a reflexão acerca dos nomes escolhidos para os espaços urbanos que, em sua maioria, têm tido a função de homenagear homens militares. Seguindo a reflexão e partindo para o agir urbano, RUA: SUBSTANTIVO FEMININO, é o relato de uma experiência que colocou lambes pelo centro da cidade de Pelotas, questionando a invisibilização das mulheres no espaço público. No mesmo local, o trabalho ESTAMOS AQUI: INTERVENÇÕES URBANAS COMO FORMA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA MULHER E DA POPULAÇÃO LGBTQ+ também leva a discussão sobre os corpos refutados pelo capitalismo para o espaço público urbano. Fechando essa sessão e a edição, o trabalho RESISTÊNCIAS E CONEXÕES DESCOLONIAIS traz fotografias de experiências realizadas na UNILAB, que retratam a inspiradora força que emerge da diversidade de mulheres que ocupam esse espaço universitário singular.

Para finalizar essa edição trazemos duas resenhas. A primeira: *A rua como ganha pão*, articula o pensamento feminista brasileiro de Heleieth Saffioti com a animação *A Ganha Pão*, uma coprodução de cinco países dirigida por Nora Twomey. O texto provoca nosso olhar para o uso cotidiano do espaço público e as limitações impostas ao ser mulher urbana, traçando um paralelo com a talvez não tão distante realidade do Afeganistão. A segunda - *Mujeres, Casas y Ciudades: más allá del umbral* é um convite para ler a obra da arquiteta Zaida Muxi, colocada aqui como um fôlego dentre tantas perspectivas masculinas sobre a história, a cidade, a sociedade, a vida cotidiana e o fazer arquitetônico.

Ser feminista é um processo de tornar-se, que se constrói cotidianamente e por isso é tão importante a reunião de estudiosas proporcionada pelas edições nove e dez dessa revista. Nós somos corpos políticos, corpos entre as correntes, empurrados

e afundados, sempre emergentes, espelhos de outros horizontes em busca da reconsideração da nossa essência e fortalecimento das nossas práticas cotidianas, do saber feminino ancestral e antipatriarcal, do acolhimento e da rede de apoios mútuos. Hoje, ontem e sempre mais, mulheres de lugar de fala e de atuação direta. As revistas PIXO 9 e 10- MULHERES E LUGARES URBANOS, nascem dentro do Laboratório de Urbanismo Contemporâneo, em constante desconstrução dos paradigmas, disposto a repensar o perceber, o vivenciar e fazer cidade como artistas, arquitetas, urbanistas e cidadãs, mulheres. O editorial dessa revista está sendo um grande processo de aprendizado, que viu na participação de diferentes mulheres e no entendimento das singularidades espelhos de potencialidades maiores. Agradecemos a todas que se envolveram e acreditaram nesse projeto. Nós merecemos esse espaço e tantos outros que tomaremos sem pedir licença. O fazer conjunto de mulheres nos potencializa diariamente e aqui ressoa em páginas. Desejamos uma ótima leitura e acreditamos que a energia que move essa edição também irá contagiar vocês.

autora convidada



*Angela*

angela davis

## INTERSECÇÕES URBANAS: religião, política e corporeidade negra na cidade de Pelotas

Carla Silva de Ávila<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar alguns fragmentos reflexivos da experiência vivenciada junto ao universo das organizações coletivas negras na cidade de Pelotas. Parte-se da noção de interseccionalidade apresentada pelo feminismo negro norte-americano, no intuito de pensar a ligação entre os afluentes que circundam a cidade e sua conexão com a filosofia política presente na prática tradicional de matriz africana. Através dos orixás femininos Iansã, Oxum e Iemanjá, busca-se pensar a cidade pela intersecção entre a militância, o sagrado enquanto elementos constituinte da resistência e a teoria produzidas por mulheres negras.

Palavras-chave: feminismo negro, militância, cidade.

## URBAN INTERSECTIONS: religion, politics and corporeality black woman in the city of Pelotas

### Abstract

This paper aims to present some reflective fragments of the experience lived in the universe of black collective organizations in the city of Pelotas. It starts from the notion of intersectionality presented by the North American black feminism, in order to think about the connection between the tributaries that surround the city and its connection with the political philosophy present in the traditional practice of African matrix. Through the Iansã, Oxum and Iemanjá feminine orishas, we seek to think of the city through the intersection between militancy, the sacred as constituent elements of resistance and the theory produced by black women.

Keywords: black feminism, militancy, city.

*Pelotas Negra, Negra Pelotas...*

*Cidade circundada por Arroios, Rios e Lagoa.*

*Construída pelo legado, tecnologia e cultura africana através da exploração do trabalho escravo, que enriqueceu econômica e culturalmente essa cidade que chegou a receber o título de Princesa do Sul.*

*Tudo começa pelo Arroio Pelotas.*

*Águas doces que escoavam a produção da principal atividade econômica: o charque. Tecnologia trazida pela memória ancestral que, ao som do tambor do meio dia a meia noite, realizava o ciclo de matança da atividade econômica que ergue essa cidade.*

*Águas doces, doces águas de Oxum.*

*Oxum, que é cultuada nas margens do Arroio da charqueada São João.*

*Gruta feita por nossos ancestrais, de costa para o Arroio, pois pela produção do charque a água de doce fica salgada e pela escoação da produção, vermelha.*

*Pelotas é filha da Mãe Oxum,*

*Sendo o terreiro o primeiro espaço de organização religiosa e política negra dessa cidade.*

*Primeiro no terreiro e depois na Irmandade.*

*Irmandade Nossa Senhora da Conceição, que em 1820 institucionaliza oficialmente a uma das organizações negras pelotense.*

*Pelotas também é filha de Iansã.*

*Rodeada pelo Canal Santa Bárbara.*

*Vento e movimento, que levaram os ideais abolicionistas aos desfiles de carnaval*

*Carnavais de 1882 a 1888 que na hora da festa e da folia denunciava as atrocidades da escravidão.*

*Ação cultural e política que foi gerada na casa de Tia Benedita, Mãe de Santo que dava a proteção aos foliões antes do desfile começar.*

*Pelotas também é filha de Iemanjá.*

*Mostrando em 2 de fevereiro que, mesmo diante do preconceito e da intolerância, o povo de religião não se pode calar.*

*A Lagoa, que é Laguna, em 2 de fevereiro se transforma em mar.*

*Dia que toda a cidade vai saudar Iemanjá*

*Pelotas Negra, Negra Pelotas*

*Filha de três Orixás: Oxum, Iansã e Iemanjá*

*Tem na sua história, cultura e doçura, resistência, luta e tormenta.*

*Traz na sua feminilidade a ancestralidade cuidada, mantida e preservada.*

*Pelotas feminina que cuida do axé.*

*Completa 200 anos e como dessa parte não lembra?*

*Pelotas é Negra*

*Pelotas é Mulher*

*Pelotas é de Axé! <sup>2</sup>*

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel e Professora do Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas da UCPel. E-mail : sococarla@gmail.com.

<sup>2</sup> Texto feito para abertura do Evento Mulheres de Axé protagonizado por duas Ialorixás da nação Cabinda guardiãs do sagrado na cidade de Pelotas.

O texto acima retrata o sentimento por mim compartilhado em forma de poesia no evento protagonizado em Pelotas, chamado *Mulheres de Axé*. Em um frio e úmido inverno de 2012, típico pelotense, um rigoroso inverso de julho, reuniram-se mulheres de diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul, para pensar a situação das mulheres negras militantes e praticantes da tradição de matriz africana. Debateu-se sobre os enfrentamentos cotidianos por, em sua maioria, mulheres negras e de axé. Corpos marcados por uma série de estigmatizações historicamente construídas sobre ser mulher, ser negra e ser de matriz africana.

É com esse sentimento que o presente texto objetiva trazer alguns elementos vivenciados no universo de pesquisa com a população negra na cidade de Pelotas, durante 15 anos como pesquisadora negra e militante<sup>3</sup>. O texto busca ater-se aos processos que sinalizam a materialização do conceito de interseccionalidade, articulado pelo pensamento de mulheres negras, ao evidenciar os processos que atravessam as dimensões de gênero, classe, raça e sexualidade. A tessitura desta reflexão dar-se-á na apresentação de três pontos que expressam a interseção entre raça, gênero, classe e religiosidade atravessada no corpo negro.

A primeira parte do texto problematiza o cruzamento de contribuições teóricas de pensadoras negras norte-americanas que articulam a noção de interseccionalidade, bem como as autoras brasileiras que evidenciam a realidade das mulheres negras atravessadas pelo sexismo e pelo racismo. A segunda parte do texto deter-se-á na intersecção de elementos oriundos da prática e manutenção da tradição de matriz africana presentes na relação com uma cosmovisão que marca a tradição africana na cidade de Pelotas. Por fim, a última interseção apresentará algumas reflexões que atravessam esse corpo negro feminino.

### Reflexões sobre o pensamento feminista negro

As contribuições das autoras feministas negras norte-americanas partem da verificação da distinção social e de históricos das percepções do conceito de mulher apresentados pelas feministas brancas já no final do século XIX, como no tradicional discurso de Sojourner Truth, vendida em leilão, aos 9 anos, acorrentada. Truth é a pioneira do Feminismo Negro, pois, em 1851, ao questionar *Eu não sou uma mulher?*, já articula a necessidade de pensar as noções de classe, raça e gênero para a realidade das mulheres negras (AKOTIRENE, 2019).

Kimberle Crenshaw (2015), ao considerar a interseccionalidade um conceito provisório que liga a teoria contemporânea à pós-moderna, busca mapear as intersecções de raça e gênero percebidas por um bom tempo de forma isolada. A autora sugere uma metodologia de percepção da realidade social, começando com as questões de raça e gênero e estendendo às dimensões de classe, orientação sexual, cor e idade.

Crenshaw (2017) apresenta a noção de interseccionalidade que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos estruturais. Trata de que forma o patriarcalismo, o racismo, a opressão de classe e outras opressões criam desigualdades básicas que estruturam a posição das mulheres na estratificação social. Questiona-se como ações políticas geram opressões e de que forma essas são percebidas e operacionalizadas. A interseccionalidade também

<sup>3</sup> Por intermédio da pesquisa-militante vivencie desde o ano de 2004 o universo das organizações negras da cidade de Pelotas. No TCC da graduação junto ao Centro Educacional Odara (2004-2006). Na Especialização em Sociologia e Política, junto a grupos que organizaram a Marcha do Vinte de Novembro. (2007-2008). No Mestrado junto às Casas Tradicionais de Matriz Africana. (2009-2011)

é percebida como um metodologia para evidenciar as distintas realidades das mulheres no interior da realidade social.

Patrícia Hill Collins (2019), ao problematizar a realidade norte-americana, partindo da centralidade da análise das experiências e das ideias das mulheres negras, faz um contraponto ao contexto de vida das feministas brancas. Nos primeiros capítulos do seu livro *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, a autora parte das experiências de lutas e resistência vivenciadas antes da própria articulação Europeia da noção de feminismo. Lutas travadas num contexto de superestrutura que colocava o homem e a mulher negra em condições de sub-humanidade. Trajetórias que denunciam uma dialética de opressão e de práticas de ativismo cotidiano que forjam a resistência negra.

bell hooks (2014), no seu livro *E não sou eu uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*, trata da necessidade de quebrar silêncios através da articulação do registro de experiências que demonstram a construção histórica de um lugar de inferioridade destinado à mulher negra. Uma construção de um estereótipo de força e de quase não mulher.

No que tange o contexto brasileiro e latino-americano, Lélia Gonzales (1984) apresenta a relação entre o racismo e o sexismo. Analisa os processos de reflexão sobre as representações acerca do corpo da mulher negra, através da noção da mulata e da mucama, representações estigmatizantes que ainda hoje operam o imaginário social e cristalizam o ser mulher nesses lugares. A mulata é vista como resquícios dos cruzamento do sexismo e do racismo, um lugar de hipersexualização do corpo negro feminino, como a iminência de consumo rápido, fácil e descartado. Já a mucama, como herança direta da mentalidade escravocrata que marca esse corpo negro feminino como servil.

Lélia Gonzalez (1984) problematiza a construção do lugar social destinados a negros e negras no território nacional. Lugar estigmatizado pela inferiorização, marginalidade e hipersexualização dos corpos. Lugares delimitados pelo estigma e racismo estrutural, constituindo um apartheid social e territorial.

O pensamento de mulheres negras forja-se desde sua resistência no cruzamento experimentado nos navios ao atravessar o Atlântico em contexto de escravização dos corpos negros. Assim, a Assistente Social negra Carla Akotirene (2019) compreende a noção de interseccionalidade como uma sensibilidade oriunda de experiências concretas, como uma metodologia que possibilita perceber as múltiplas opressões que atravessam o ser mulher negra em contextos de diáspora. Refere-se a interseccionalidade como uma ferramenta ancestral de denúncia às múltiplas opressões de classe, raça e gênero. Questões teóricas que atravessam a trajetória de muitas mulheres negras que viveram a diáspora e têm em comum um passado escravocrata.

Djamila Ribeiro (2017) também problematiza na noção de lugar de fala à relação de gênero, raça, classe e sexualidade que atravessam corpos de mulheres negras. Atravessamentos que puderam ser percebidos em minha trajetória de pesquisa,

### Oxum, Iansã e Iemanjá: águas que circundam a cidade, a negra Pelotas de Axé

A segunda intersecção apresentada está na relação entra a cidade com a manutenção da ancestralidade negra por intermédio da relação com o sagrado. Oxum, Iansã e Iemanjá. Águas que circundam a cidade e trazem a noção de gênero, beleza,

movimento e organização política. Segmento organizados por mulheres, mulheres dançarinas, mulheres militantes, mulheres de axé. Mulheres que impulsionaram e alicerçaram toda minha pesquisa e militância negra na cidade de Pelotas.

*Nessa cidade todo mundo é de Oxum*<sup>4</sup>

Pelotas é filha da Mãe Oxum,

Sendo o terreiro o primeiro espaço de organização religiosa e política negra dessa cidade.

Primeiro no terreiro e depois na Irmandade. Irmandade Nossa Senhora da Conceição, que em 1820 institucionaliza oficialmente uma das organizações negras pelotense.

No trecho do poema inicial deste texto percebe-se a possibilidade de intersecção entre elementos constituintes da filosofia política contida na prática das religiões de matriz africana (ANJOS, 2006). Elementos que possibilitam pensar numa Pelotas Negra de Axé, pensar a presença negra para além de um mexer o tacho, além de forjar tijolos nas coxas nas olarias, além da matança e da indústria do charque. Pensar pela lógica a partir da experiência das mulheres africanas, nos leva a percepção das inúmeras formas como os africanos e seus descendente forjaram sua resistência.

Oxum integra junto a Iemanjá e Oxalá os orixás considerados velhos por excelência, dona das águas doces, sua cor é amarelo e tem como característica a riqueza, negócios, feminilidade e maternidade (CORREIA, 2006). Já para Pierre Verger (2000, p.392), “Osun é a divindade do rio do mesmo nome que corre na Nigéria”.

Na doçura ressignificada no quindim, um dos doces que caracterizam uma tradição da cidade, destaca-se a materialização da presença negra para além do mexer de um taxo. Percebe-se toda uma relação com a feitura do doce e na própria relação constante com a divindade (KOSBY, 2007).

Outra característica do Orixá Oxum encontrada nas organizações negras da cidade de Pelotas é a beleza. Beleza contida na denominação em iorubá da Palavra Odara, que significa Beleza e Encantamento. O centro Educacional Odara vem há 20 anos, por intermédio do corpo e da dança de matriz africana, problematizar a história de luta e resistência negra. Um grupo formado por maioria de mulheres negras que, por intermédio de um belo trabalho coreográfico, traz no preparo e no movimento de um corpo resistência à ressignificação dos estereótipos de inferioridade socialmente construídos ao corpo negro (ÁVILA, 2006).

A noção de beleza é constantemente renovada de fevereiro em fevereiro nas ruas que se transformam em passarela do samba. O carnaval, para além de uma festividade, configurou-se como uma metodologia de resistência que atravessou o século XIX no pós abolição e na organização social e política dos clubes negros da cidade e nas Irmandades religiosas, uma delas com o nome de Nossa Senhora da Conceição (OLIVEIRA, 2013). Nossa Senhora da Conceição é uma das santas católicas que no sincretismo religioso cruza-se com o orixá Oxum.

<sup>4</sup> Trecho da música “É d’oxum” de Davi Moraes.

*Rainha dos Raios, tempo bom, tempo ruim*<sup>5</sup>

*Pelotas também é filha de Iansã.*

*Rodeada pelo Canal Santa Bárbara.*

*Vento e movimento, que levaram os ideais abolicionistas aos desfiles de carnaval*

*Carnavais de 1882 a 1888 que na hora da festa e da folia denunciava as atrocidades da escravidão.*

*Ação cultural e política que foi gerada na casa de Tia Benedita, Mãe de Santo que dava a proteção aos*

*Foliões antes do desfile começar.*

Orixá Iansã, uma mulher guerreira, dona dos raios, dos ventos e redemoinho, no sincretismo religioso, realiza o cruzamento com Santa Bárbara. O Santa Barbara, um arroio que atravessa a cidade de Pelotas e que durante um bom período serviu como local de trabalho para as lavadeiras do Santa Bárbara, mulheres negras escravizadas e libertas, que já no século XVIII forjavam sua sobrevivência. As características do Orixá Iansã, como o vento, o movimento, a luta e o erguer a espada, atravessam a forma de organização política das mulheres em Pelotas (ÁVILA, 2011).

Os ventos de Iansã em movimento lembram as lideranças das mulheres negras na cidade de Pelotas, lideranças que vão dos campos da tradição africana, como as lalorixás, a guardiãs do sagrado e da manutenção da prática ritual, como Mãe Gisa de Oxalá, Iya Sandrali de Oxum, Mãe Neci de Oxalá (in memória) e Mãe Nara de Xapanã. Destacam-se mulheres, como Maritza Flores e Raquel Silveira, que idealizaram o centro de Educação Odara, uma das grandes organizações educativas de dança e políticas, que há 20 anos utiliza-se da dança de matriz africana na cidade de Pelotas. Por fim, tem-se lideranças negras femininas que protagonizam diferentes organizações políticas locais e internacionais.

Uma destas mulheres em movimento é a Doutoranda em Antropologia Social da UFPel, Marielda Medeiros, que, durante a gestão do Partido do Trabalhadores nos anos de 2012 -2015, esteve à frente da Pasta da Diversidade na 5ª Coordenadoria Regional de Educação/ 5ª CRE,( Negros, Quilombolas, Indígenas , GLBTQ) e da Pasta de relações Étnico-Raciais na Secretaria Estadual de Educação SEDUC/RS. Marielda atualmente coordena o Núcleo de Educadores negros e negras de Pelotas, e a Coordenadoria de Projetos da Ocupação Canto de Conexão/ Organização Anárquica. Outra liderança que teve destaque no cenário político foi a Professora e Mestre em Educação Ledeci Lessa Coutinho, que, junto ao governo PT na cidade de Canguçu, esteve à frente da Secretaria de Educação do município (2013-2016), sendo a primeira mulher negra a chegar em tal posto de poder no Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, Ledeci é diretora na Escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor de Queiroz e Professora Tutora do Curso de Filosofia EAD UFPel. Ainda no cenário da política temos a sindicalista Ernestina Pereira, fundadora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, participante da Pastoral do Negro e militante do Partido dos Trabalhadores. Ernestina já se candidatou à cadeira do legislativo municipal com a bandeira das trabalhadoras domésticas e do movimento social negro. Por fim, destaca-se a jovem pesquisadora Fernanda Oliveira, historiadora em estágio pós -doutoral na Universidade Estadual de Santa Catarina. Atualmente, é coordenadora Nacional do GT Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História, do Grupo de Estudos Atinuké - Sobre o Pensamento de Mulheres

<sup>5</sup> Compositores: Gilberto Gil / Caetano Veloso

Negras. Fernanda Oliveira foi a primeira mulher negra a ser Patrona da Feira do Livro na Cidade de Pelotas, no ano de 2019. Destacam-se, ainda, outras lideranças negras, como a professora e pesquisadora Georgina Helena, que protagoniza a luta política e gestacional das adoções das políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Pelotas. Eis aqui uma pequena mostra de mulheres negras pelotenses que, como o vento, levam suas experiências, como diz Collins (2019), produzindo intelectualidades com suas experiências de militância e intelectualidade.

Mulheres que com o seu movimento, embaladas pelos ventos de Iansã, vão desconstruindo esse lugar inferiorizado, ou hipersexualizados, destinado às mulheres negras no Brasil e nas Américas.

*Hoje tem flores no mar, hoje tem festa na areia<sup>6</sup>*

*Pelotas também é filha de Iemanjá.  
Mostrando em 2 de fevereiro que mesmo diante do preconceito e da intolerância o povo de religião não se pode calar.  
A Lagoa, que é Laguna, em 2 de fevereiro se transforma em mar.  
Dia que toda a cidade vai saudar Iemanjá.*

Iemanjá, uma das mais populares dos Orixás no Brasil. Seu dia em sincretismo com o catolicismo é 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora dos Navegantes. Marca o sal contido na Laguna dos Patos, o Sal que salgou a carne bovina, que, através da mão de obra escravizada, leva a cidade a ser considerada a Princesa do Sul, em consequência da riqueza produzida pela indústria saladaria. O sal que leva o tambor e a organização da militância negra na cidade de Pelotas. Iemanjá é a orixá que detém o poder, o poder das cabeças, ou seja, o poder político. A intersecção entre religião e mulheres negras é percebido na organização de mulheres negras “Nós por Nós”, um grupo informal de mulheres negras, iniciado o ano de 2017, para leituras e estudos de obras escritas por mulheres negras. No ano de 2018, o grupo decidiu apoiar a candidatura para câmara estadual da Ialorixá Sandrali de Oxum. O mesmo grupo que organizou em 2012 o Mulheres de Axé e de destacou no cenário militante e educacional da cidade. Atualmente, as Ialorixás Gisa de Oxalá e Sandrali de Oxum fundaram o Conselho Municipal do Povo de Terreiro. Mãe Gisa está protagonizando o processo de patrimonialização de seu terreiro.

Além da relação com o poder político, a festa de Iemanjá, organizada pela Federação Rio-Grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, constitui-se como uma grande festividade para a qual se desloca grande parte da população da cidade para o Balneário dos Prazeres. Momento que começa com a intersecção com o poder político local, no qual autoridades políticas oficiais ficam lado a lado com as autoridades afro-religiosas e a própria representação de Iemanjá. O evento é vivenciado por pessoas de várias cidades, mesclando a relação entre o sagrado e o profano. Numa mesma localidade a composição heterogênea de uma festa popular, uma multidão nas ruas que rumam à Laguna dos Patos. Na laguna, na tarde do dia 2 de fevereiro, o momento mais esperado, o encontro, o cruzamento no meio da Laguna entre Nossa Senhora dos Navegantes, no barco vindo da Colônia Z3 e a imagem de Iemanjá, carregada pelas filhas e filhas de religião. Isso tudo se repete ano após ano (AVILA, 2011).

<sup>6</sup> Música interpretada pela cantora negra pelotense Giamarê, letra Ana Mascarenhas.

## **Intersecção em ação: religião, política e corporeidade negra na cidade de Pelotas**

Pelotas Negra, Negra Pelotas  
Filha de três Orixás: Oxum, Iansã e Iemanjá  
Tem na sua história, cultura e doçura, resistência, luta e tormenta.  
Traz na sua feminilidade a ancestralidade cuidada, mantida e preservada.  
Pelotas feminina que cuida do axé.  
Completa 200 anos e como dessa parte não lembra?  
Pelotas é Negra, Pelotas é Mulher, Pelotas é de Axé

O breve ensaio se propôs a pensar na noção de interseccionalidade como uma metodologia, assim como se propôs Crenshaw (2017). Buscou ater-se à relação das águas que circundam a cidade com a ancestralidade e os corpos negros que habitam e forjam sua existência. Uma vez que se vive no estado brasileiro um projeto de extermínio do ser negro (NASCIMENTO, 2017), ou com o exercício da necropolítica (MBEMBE, 2018).

Objetivou-se apresentar os elementos que dialogam a partir das problematizações apresentadas pelas feministas negras ao articular dimensões de gênero, raça e classe. Cruzamentos que na realidade pelotense pode-se relacionar com a tradição de matriz africana, com a produção artística e com a organização política. Mulheres negras que, com as características da beleza e do encantamento de Oxum, com a forma e luta de Iansã e com o poder inspirado em Iemanjá, formam uma face distinta do discurso oficial da cidade. Intersecções que marcam o corpo e a existência de mulheres negras. Experiências forjadas e construídas a partir de inúmeras relações que expressam essa corporeidade que carrega, além da historicidade, marcas de um projeto genocida. Um corpo que resiste na manutenção com elementos leva à manutenção da existência africana em território brasileiro. Elementos que mostram a face da cidade que não está nos cartões postais e nem nos livros da história oficial. Elementos cruzados que revelam essa cidade que é feminina, que é negra e de axé.

## **Referências Bibliográficas**

AKOTIRENE, ANJOS, José Carlos Gomes. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.

AVILA, Carla Silva de. *Beleza e Encantamento Negro. Estudo sobre afirmação étnica por intermédio do corpo na ONG Odara Pelotas/RS*. 2006. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

AVILA, Carla Silva de. *A princesa Batuqueira: Etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana na cidade de Pelotas/RS*. 2011. 403 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo, Boitempo, 2019. CORREIA, 2006.

CORRÊA, Norton F. O batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma religião afro-riograndense. 2ª Edição. São Luis, Cultura & Arte, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. Tradução de Carol Correia. Publicado em 23/12/2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso em: 01 de out. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. *Porque é que a interseccionalidade não pode esperar?* Identidade. SETEMBRO 27, 2015.

GONZALES, Lélia. *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje. Antics, 1984, p. 223-244.

hooks, bell. *Não sou eu uma mulher? Mulheres Negras e feminismos*. 1ª Edição 1981. Tradução livre para a plataforma Gueto. Janeiro .2014.

KOSBY, Marília Flôor. *Aqui nós cultuamos todas as doçuras. Contribuição negra para a tradição doceira em Pelotas*. 2007. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica, Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. N-1 Edições. 2018. NASCIMENTO, 2017),

RIBEIRO, Djamila. *O que é o Lugar de Fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira. *Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai)*. XXVII Simpósio Nacional de História . Conhecimento histórico e diálogo social. Natal/RN , 22 a 23 de Julho, 2013. [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874918\\_735015262a02ad0ea9305aea2c590f37.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874918_735015262a02ad0ea9305aea2c590f37.pdf)

VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos Orixás e voduns na Bahia e na antiga costa dos escravos na África*. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.



# A NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Clara Sefair<sup>1</sup>  
Isadora Abreu Cutrim<sup>2</sup>

## Resumo

A partir do conceito de *necropolítica*, desenvolvido por Achille Mbembe, e sua análise no contexto do capitalismo neoliberal no Brasil, levando em consideração o impacto, principalmente, no período de diminuição das políticas de bem-estar social, o presente artigo busca investigar os reflexos das políticas de austeridade do atual governo, de Jair Messias Bolsonaro, eleito em outubro de 2018, e como são aplicadas as *políticas de morte* à classe trabalhadora urbana e, em especial, às mulheres trabalhadoras. Investigam-se também as relações entre a reforma no sistema previdenciário, a reforma trabalhista, a política armamentista, as políticas de segurança pública, entre outras, com o agravamento da crise urbana nos grandes centros do país, lançando luz ao possível impacto de tais medidas nas populações marginalizadas. Palavras-chave: necropolíticas, austeridade, mulheres.

## NEOLIBERAL NECROPOLITICS AND AUSTERITY POLICIES IN JAIR BOLSONARO'S GOVERNMENT

## Abstract

Based on the concept of *necropolitics*, developed by Achille Mbembe, and his analysis about the context of the neoliberal capitalism in Brazil, taking into account the impact, especially at the moment of social welfare policies reduction, this article seeks to investigate the reflexes of the austerity policies at the current government of Jair Messias Bolsonaro, elected on October 2018, and how the *death policies* are applied to the urban working class and, in particular, to the working women. The study also investigates the relationship between Pension Reform, Labor Reform, Arms Policy, Public Security Policies, among others, with the aggravated urban crisis in the country's major centers, shedding light at the possible impact of such measures on marginalized populations.

Keywords: necropolitics, austerity, women.

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

<sup>2</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e Pós-graduada em Gerenciamento de Projetos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

## Introdução

O conceito de *necropolítica* desenvolvido por Achille Mbembe define “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016). O autor parte dos conceitos de biopoder de Foucault, e de estado de exceção e estado de sítio, de Agamben, para argumentar que o direito de matar emerge a partir da noção de que o outro é o inimigo, “apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2016).

A categorização de sujeitos entre os que *devem viver e os que devem morrer*, no entanto, não acontece de forma aleatória, está intrinsecamente conectada a fatores como raça e classe, sendo esta última especialmente relevante na desumanização de diversos outros, que passam então a estarem suscetíveis às políticas de morte dos estados ocidentais na modernidade. (MBEMBE, 2016) Assim, “a percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança” é a ideia fundamental para a existência de políticas de morte protagonizadas por estados sob o regime de democracia” (MBEMBE, 2016).

Algumas ampliações possíveis a este conceito apontam para o fato de que as políticas neoliberais, ou seja, aquelas que pregam a diminuição do papel do estado na economia e na promoção do bem-estar social, são também políticas de morte por deixarem morrer suas populações através de políticas de austeridade e exclusão. A “necropolítica neoliberal deixa morrer os dependentes, os sem-teto, os doentes crônicos, as pessoas nas listas de espera” (VALVERDE, 2017), os aposentados, os homossexuais, os negros, as mulheres, entre tantos outros grupos de minorias. “Os corpos que não são rentáveis para o capitalismo neoliberal, que não produzem nem consomem, são deixados para morrer” (VALVERDE, 2017). Assim, o papel de exercer soberania para “definir quem importa e quem não importa, quem é *descartável* e quem não é” (MBEMBE, 2016) é protagonizado por estados e governos neoliberais, com os objetivos evidentes de promover o fortalecimento dos setores privados, ou do capital internacional, como no caso do Sul Global (os países em desenvolvimento, as ex-colônias e os países de industrialização tardia), em detrimento do público e do comum.

Conforme escrito por Engels, em 1884, “com a expansão do comércio, o dinheiro e a usura, a propriedade fundiária e a hipoteca, a concentração e a centralização da riqueza nas mãos de uma classe pouco numerosa”, (ENGELS, 2006) houve um rápido progresso também, paralelamente, do empobrecimento das massas. E é na desigualdade socioeconômica que o capitalismo se apoia, ou seja, para a manutenção desse sistema, milhares de pessoas necessitam viver na miséria. No Brasil, o capitalismo neoliberal ganhou espaço a partir da década de 90, cerca de duas décadas depois dos países centrais do sistema capitalista global. Nesta década, também, Souza (2008) aponta que há um aumento do debate acerca da segurança pública nas grandes cidades brasileiras motivado pelo agravamento da sensação de insegurança nos centros urbanos. As complexas relações de subserviência e subdesenvolvimento, a desigualdade brasileira que mantém populações em escassez, e a precarização do mundo do trabalho promovida pela onda neoliberal marcam profundamente os territórios metropolitanos e dos grandes centros urbanos. O poder público responde com a militarização da questão urbana enquanto assiste ao agravamento da fragmentação deste tecido urbano cada vez mais marcado pelos enclaves territoriais dominados pelo sistema de tráfico varejo e pelas milícias, enquanto as elites promovem sua auto-segregação em territórios vigiados e controlados, que mantém longe “os outros” (SOUZA, 2008).

Podemos apontar que foi nos grandes centros urbanos que a narrativa do *inimigo*, descrita por Mbembe (2016) como fundadora da *permissão* de matar, ou deixar morrer, ganhou força nas últimas décadas do século XX. Assim, baseada na questão da segurança pública, a narrativa toma espaço nos debates públicos, no senso comum, no aparato midiático e destina a sujeitos e territórios o papel de inimigos aos quais o Estado destinará seu braço armado e o encarceramento em massa. Souza (2008) aponta que tem-se o fenômeno de uma *guerra civil molecular*, uma guerra de cidadãos contra cidadãos que acontece nas *fobópoles* brasileiras, ou seja, nas cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta. Os componentes reais da escalada da violência têm seus impactos sociais ampliados pela sensação de insegurança e medo constantes que promovem ainda mais fragmentação do tecido socioespacial, sendo fortes obstáculos para a promoção de justiça social nos centros urbanos (SOUZA, 2008).

Mais recentemente a eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, amplia e reforça a construção da narrativa de populações e territórios inimigos do interesse nacional, das morais religiosas ou dos *cidadãos de bem*. Ainda durante a campanha presidencial o então candidato levantava questões polêmicas no intuito de promover e incentivar a perseguição aos excluídos. Seguindo suas promessas de campanha, o presidente tem encaminhado sua agenda no congresso, em grande parte, com projetos que reforçam a política de austeridade neoliberal e de exclusão das minorias. Pelo exposto, interessa investigar os potenciais reflexos das políticas de austeridade neoliberais propostas pelo atual governo, tendo como método a pesquisa bibliográfica em referencial teórico, como os já citados autores Achilles Mbembe e Marcelo Lopes de Souza, entre outros, à qual soma-se o levantamento e análise crítica de dados socioeconômicos acerca da realidade urbana brasileira, que servirão de base para a construção da hipótese de que as *políticas de morte* são especialmente destinadas à classe trabalhadora, principalmente à classe trabalhadora urbana e penalizam sobretudo as mulheres trabalhadoras.

### Necropolíticas e o Cidadão de Bem

<sup>3</sup>Ainda na metade do primeiro ano de governo já é extensa a lista de medidas ou propostas apresentadas pelo presidente e por sua equipe que atacam diretamente grupos específicos na sociedade em defesa dos interesses escusos de grupos conservadores e detentores do grande capital financeiro e político.

A flexibilização da posse e do porte de armas, postas em prática por decreto presidencial posteriormente revogado, por exemplo, ampliaria o acesso a armas de fogo a grande parcela da população, utilizando o argumento da defesa pessoal do *cidadão de bem* contra os *marginais* e *bandidos*. Não é difícil imaginar que o cenário de incentivo à violência contra grupos e corpos desviantes do modelo masculino, branco e heteronormativo, amplamente defendido e veiculado pela base governamental, colocaria como alvos principais as pessoas negras, LGBTQ+, as mulheres e as minorias étnicas. Aliado a isso, é reforçada a criminalização dos movimentos sociais, em especial, daqueles que lutam pelas reformas urbana e rural, e ligados a setores da esquerda. Esta é uma clara desvalorização da vida perante a supervalorização da propriedade privada.

<sup>3</sup> Todas as imagens contidas nesse trabalho são de autoria de Tássia Rocha, arquiteta e urbanista, graduada pela UFJF, cantora, compositora e artista de Juiz de Fora - MG. Trabalhos da artista disponíveis em: [https://instagram.com/tata\\_mcrocha?igshid=wzsa2aty0e2s](https://instagram.com/tata_mcrocha?igshid=wzsa2aty0e2s).



Figura 1: BRASIL SUBMERGENTE (Colagem manual, tamanho A4).  
Fonte: Tássia Rocha.

Em defesa da propriedade, o sujeito, frequentemente associado ao padrão - homem, branco, cis gênero e heterossexual -, teria o aval do poder público federal para utilizar armas letais contra qualquer corpo ou sujeito que agisse contra suas posses ou que ameaçasse sua soberania de alguma forma. Este é o caso dos ruralistas, a *bancada da bala* e apoiadores do governo atual. Os decretos de armamento, prometidos em campanha por Jair Bolsonaro, não seguiram o curso desejado, porém os grandes proprietários rurais ainda saíram como vitoriosos. No dia 26 de junho de 2019, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o Projeto de Lei 3715/2019, de autoria de Marcos Rogério (DEM-RO), que garante a posse e o uso de armas de fogo em toda a extensão da propriedade rural. Não é à toa que o atual Secretário Nacional de Assuntos Fundiários seja o presidente do partido União Democrática Ruralista (UDR).

Não é coincidência também a instrumentalização da própria violência urbana para justificar a necessidade de autodefesa da população que se sente *acuada e temerosa frente bandidos fortemente armados*, argumento amplamente utilizado nas campanhas para governadores dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em insinuações diretas à permissividade das forças de segurança pública do Estado, muitas vezes usadas de modo arbitrário e com livre violência, podendo atirar e *abater* suspeitos. Toda a articulação armamentista tem um claro objetivo de criminalização da pobreza e de manutenção do status quo.

Outros retrocessos foram propostos para pautas fundamentais como a educação pública, vítima de cortes orçamentários, sucateamento e ataques que visam deslegitimar o sistema de Institutos Federais de Ensino Superior; ou as pautas ambientais, que visam a flexibilização da legislação ambiental em prol de atividades como agronegócio e mineração, além da violência arbitrada contra povos originários e tradicionais, como os indígenas e camponeses, principais vítimas da degradação socioambiental proveniente do pacote de agrotóxicos aprovados e do consentimento para atuação de grilagens, desmatamento e invasão de terras de reservas ambientais ou indígenas.

Os setores religiosos têm ganhado ainda mais força nesse cenário também, os *novos missionários*, como diz Federici (2019), são financiados por forças de direita e esse perigoso movimento alega que o demônio está conspirando e que os diversos problemas de ordem socioeconômica devem ser atribuídos ao Satanás. Neste momento, em especial, as mulheres, independente da renda, passam a ser questionadas, vigiadas e ainda mais julgadas, reforçando os movimentos tradicionais de *papel da mulher* na sociedade.

A *caça às bruxas*, termo cunhado atualmente pela escritora Silvia Federici, em seu livro *Calibã e a Bruxa* (1ª Edição: Elefante, 2018), acompanha a condição social das mulheres e a imagem feminina na sociedade, trazendo terror até os dias atuais, pois contribui para desvalorizar e destruir o poder social da mulher. O mito das bruxas ainda faz distinção de idade, porém em todas as faixas etárias, as mulheres devem atender às relações tradicionais de reprodução cultural e ainda, estarem cercadas de marido e filhos para serem minimamente respeitadas.

Com relação a este termo, uma política higienista e totalmente autoritária do governo e que acendeu a chama da *caça às bruxas* também, é a perseguição a professores, funcionários públicos, entre outros, que tivessem qualquer filiação partidária de esquerda. Tudo isso demonstra a necessidade política de desarticular grupos sociais já periféricos e retirar os direitos da população sob a desculpa do *cidadão de bem*.

Por todo o exposto, pode-se apontar que o governo Bolsonaro utiliza seu aparato institucional e o apoio de grandes setores da sociedade para promover necropolíticas neoliberais que seriam responsáveis pela “criação de mundos de morte, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status demortos-vivos” (MBEMBE, 2016) como seres desinteressantes ao poder político econômico vigente e que são deixados para morrer, ou deixados à própria sorte.

Uma questão que merece destaque é a proposta de Reforma da Previdência. Apresentada como uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro através da PEC 6/2019, a proposta foi aprovada Câmara dos Deputados em dois turnos de votação. O próximo e último passo para a aprovação é a apreciação no Senado e, segundo veiculação ampla na mídia, a expectativa da base governamental é de que o processo de aprovação do texto seja concluído no mês de setembro. A Proposta de Emenda à Constituição elaborada por Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo Bolsonaro é a atual face do debate acerca da necessidade de reformas amplas no sistema previdenciário e de seguridade social, sob a iminência de um colapso no próprio sistema em meio a, já agravada, crise socioeconômica. A atual proposta contém medidas *mais amplas, profundas e duras* que aquela encaminhada para o Congresso no ano de 2016, ainda no governo Temer, através da PEC 287 (DIEESE, 2019).

A Reforma proposta atinge indistintamente trabalhadores e trabalhadoras, do meio urbano ou rural, sendo um retrocesso nos direitos trabalhistas de todos os cidadãos e cidadãs. Ainda assim, é evidente que os impactos são distintos ao atingir os diversos grupos sociais, principalmente em um cenário de extrema desigualdade.

Dados do IBGE de 2017<sup>4</sup> indicam que os 10% mais ricos ganham quase 20 vezes mais

4 IBGE. 10% da população concentram quase metade da renda do país. Agência IBGE de Notícias. 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais>. Acesso em 13/08/2019.

que os 40% mais pobres. Este grupo, dos 10% mais ricos, concentra 43,1% da riqueza brasileira. Na região Nordeste do país se encontra a maior taxa de desigualdade, a diferença só não é maior por causa da Seguridade Social das aposentadorias e pensões. Sendo que, segundo dados coletados por Prates (2019), 74% da renda dos brasileiros vem do trabalho e 19% advém de aposentadoria e pensão (7% de outras fontes) e no Nordeste, 67% decorrem do trabalho e 24% da aposentadoria e pensão (9% de outras fontes). Ou seja, “não se pode imaginar uma verdadeira reforma da Previdência sem considerar o papel estratégico que as aposentadorias e pensões desempenham na vida do povo e na economia” (PRATES, 2019).

Segundo fontes do jornal O Estado de São Paulo<sup>5</sup>, a Reforma da Previdência exercerá um impacto negativo no mercado de trabalho brasileiro, já marcado pelos baixos salários e pelo desemprego.

Ao dificultar o acesso à aposentadoria e reduzir o valor do benefício dos mais pobres, o mercado de trabalho será pressionado por um número ainda maior de pessoas tentando garantir sua subsistência em ocupações precárias. Uma vez que a renda dos aposentados garante uma contribuição substancial na composição da renda das famílias, especialmente em períodos de crise econômica e elevado desemprego, a pobreza oriunda da reforma da previdência compeliará idosos e pessoas cada vez mais jovens para o mercado de trabalho (PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A., 2019).

O governo Jair Bolsonaro ainda pretendia alterar as regras para o público que hoje recebe o Benefício da Prestação Continuada, que é concedido a idosos e pessoas com deficiência. “A principal mudança seria o valor do pagamento, que não ficaria atrelado ao salário mínimo, como é hoje” (PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A., 2019).

Mas por que o capital consegue exercer tanta influência sobre as políticas públicas e sobre a cidade? “E por que as forças populares são relativamente fracas contra esse poder?” (HARVEY, 2009). Um importante fator é a política de austeridade, onde são cortados investimentos públicos para o bem-estar social. Nessa lógica, a poupança é considerada oposta ao consumo e o governo é *obrigado* a cortar gastos pois não há arrecadação suficiente. Políticas como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a liberação para saque do FGTS, implementadas no contexto pós golpe de 2016, são austeras porque reduzem o custo do trabalhador e aumentam a desigualdade social. Segundo, a revista Carta Capital (2017), “no neoliberalismo, a austeridade é usada para aumentar a injustiça no uso dos recursos, aumentar a concentração da renda nacional e prejudicar seu crescimento e da geração de empregos”. Outro importante fator que deve ser mencionado é a financeirização propriedade privada e a especulação imobiliária. O capitalismo necessita de espaço físico para funcionar, sobre este assunto, Harvey (2009) coloca que muitas das crises financeiras do neoliberalismo tiveram origem na urbanização e na concentração fundiária e, desde a década de 70 as políticas neoliberais têm reduzido os salários e às classes trabalhadoras a uma situação de débito. “Desse modo, mais e mais pessoas de baixa renda foram levadas a contrair dívidas” (HARVEY, 2009). Rolnik (2015) classifica essas populações como os *endividados sem-teto*.

5 PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A. Proposta de mudança em benefício para idosos de baixa renda foi retirada de texto da reforma. O Estado de S. Paulo. Matéria publicada em 4 de fevereiro de 2019 e atualizada em 12 de julho de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/com-nova-previdencia-idosos-de-baixa-renda-va-receber-menos-que-um-salario-minimo,70002707384>. Acesso em: 12/07/2019.

A propriedade imobiliária (real estate) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiros. [...] As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos *sem lugar*, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades (ROLNIK, 2015).

Harvey (2008) aponta para o papel central das cidades e da urbanização na absorção de capitais excedentes através da transformação urbana. O processo, muitas vezes violento, é motivado pelo poder financeiro com apoio estatal e promove a expropriação de populações pobres e marginalizadas de seus territórios para que as atividades imobiliárias possam agir na reconstrução produzindo excedente e mais-valia num contínuo fluxo de acumulação de capital que utiliza-se da mercantilização da terra urbana. A urbanização que *sempre foi um fenômeno de classe* (HARVEY, 2008) apoia-se na exploração continuada de trabalhadores e trabalhadoras:

O crescimento das cidades grande modernas dá à terra de algumas áreas, particularmente daquelas centralmente localizadas, um progressivo valor artificial e colossal. As construções nestas áreas desvalorizam ao invés de valorizar, porque elas não pertencem mais às circunstâncias alteradas. Elas são demolidas e substituídas por outras. Isto ocorre, sobretudo, com as moradias dos trabalhadores centralmente localizadas e cuja renda, mesmo com superlotação, nunca pode, senão muito lentamente, se elevar além de um certo maximum. Elas são demolidas e, em seus lugares, lojas, armazéns e edifícios públicos são erguidos (ENGELS, 1935 in HARVEY, 2008).

Se as cidades desempenham papel central na acumulação de capital financeiro na atualidade, também nelas estão as populações mais gravemente atingidas pelas políticas de austeridade implementadas pelo neoliberalismo. São nas periferias das grandes cidades e metrópoles que concentram-se as populações mais vulnerabilizadas e penalizadas pelo sistema pois há, nesses espaços geográficos,

uma superposição de indicadores sociais e econômicos [...]: baixa renda, baixa escolaridade, maior taxa de homicídios, maior taxa de feminicídio, maior número de favelas, maior número de famílias chefiadas por mulheres ou idosos, maior informalidade no trabalho, maior taxa de desemprego (MARICATO, 2019).

Então, ao contextualizarmos as políticas de austeridade e a necropolítica, podemos entender que elas tem o objetivo claro que excluir os cidadãos que não fazem parte da elite produtora e detentora dos bens de produção e que o direito à cidade e à qualidade de vida no espaço urbano não é para todos. A acumulação financeira privada e o empobrecimento populacional é uma contradição chave do modelo neoliberal capitalista.

### A Reforma da Previdência, as mulheres e as cidades

A Reforma da Previdência proposta pelo governo de Jair Bolsonaro, e com forte apoio da Câmara dos Deputados, como já exposto, é uma medida que a longo prazo aprofundará a desigualdade social do país, e praticamente extinguirá “o pouco do Estado de Bem-Estar criado pela Constituição de 1988” (PRATES, 2019). Os recentes ataques aos trabalhadores e trabalhadoras não atingem apenas o sistema

de previdência social mas visam também um desmonte dos direitos trabalhistas. A classe trabalhadora é cada vez mais explorada pelo capital neoliberal com anuência e cooperação do Estado. Sem direito à emprego digno e seguro, muitas vezes atuando em atividades informais, tendo acesso negado à educação e à saúde públicas, e, ainda, sem aposentadoria, são vítimas da perversa dinâmica urbana de confinamento das massas nas periferias.

Ainda que pequenas vitórias importantes tenham sido conquistadas pelas manifestações de setores da sociedade e pela oposição de esquerda no Congresso Nacional, conseguindo barrar, por exemplo a capitalização da previdência, o texto aprovado mantém a lógica de penalização dos mais pobres, apesar do discurso da base governamental e seus apoiadores de que a meta é a *redução das desigualdades e injustiças do sistema*.

Segundo Prates (2019), está prevista uma redução de quase 50% no valor das aposentadorias concedidas a partir da modificação das regras de cálculo do benefício dos contribuintes. Além disso, o aumento do tempo mínimo proposto desconsidera a dificuldade que trabalhadores pobres em ocupações informais têm de conseguirem se aposentar, dificultando-lhes ainda mais o acesso, já que, cerca de 54% dos homens não conseguiriam se aposentar por idade por não contribuírem pelo tempo mínimo de 20 anos há dois anos atrás (PRATES, 2019).

Novamente atacando especialmente populações marginalizadas e fragilizadas, a reforma prevê a possibilidade de pagamento menor a um salário mínimo para viúvas e órfãos desde que tenham qualquer outra fonte de renda, e para aqueles aposentados por invalidez, que antes receberiam o equivalente ao valor integral do último salário, agora só terão direito a tal valor se a incapacidade permanente for diretamente decorrente de acidente ou doença do trabalho (PRATES, 2019).

Ainda, em um cenário no qual o aumento da população vivendo abaixo da linha da pobreza é significativo nos últimos anos, em dados de 2017 são 7,4% da população vivendo com rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, ou seja na linha de

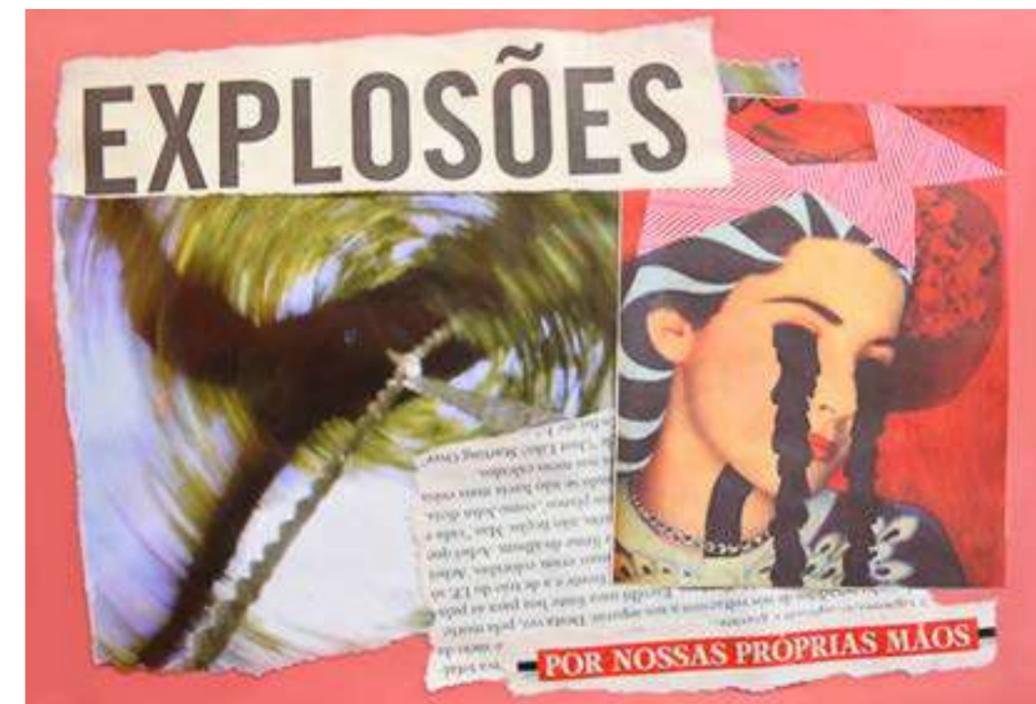


Figura 2: EXPLOSÕES (Colagem manual, tamanho A5). Fonte: Tássia Rocha.

extrema pobreza global, além de 13,13% da população na situação de pobreza - com rendimentos inferiores a R\$ 236,00<sup>6</sup> - (IBGE, 2018), a proposta inclui a possibilidade de que pessoas *em condição de miserabilidade* que não contribuíram à Previdência pelo tempo mínimo exigido terão direito a benefício no valor de R\$ 400,00 reais a partir dos 60 anos em um sistema de aumento progressivo que atingirá o salário mínimo na idade de 70 anos (PORTO, G., TOMAZELLI, I., FERNANDES, A., 2019).

Não há, portanto, dúvidas de que o retrocesso imposto ao sistema previdenciário e legislações trabalhistas atingirá a classe trabalhadora como um todo, no campo e na cidade. No entanto, é urgente destacar as desigualdades de gênero que ainda persistem no mercado de trabalho e que tornam as mulheres ainda mais penalizadas pelas medidas propostas.

Dados do IBGE de 2017 apontam que o envolvimento das mulheres em atividades produtivas é menor que o dos homens; aquelas que participam do mercado de trabalho ocupam posições menos valorizadas socialmente e com remuneração média 28,8% inferior à dos homens, cerca de um terço ganhava até um salário mínimo; além disso, a desocupação é maior entre as mulheres, especialmente jovens, do que entre os homens; e quase metade daquelas ocupadas não possuía carteira assinada, trabalhando em atividades informais, por conta própria ou como auxiliares de familiares. Sobre as mulheres negras, a desigualdade tem ainda maior peso pela dupla discriminação enfrentada no mercado de trabalho, sua remuneração média é 70,5% menos que as mulheres brancas. Com índices de informalidade altos e salários baixos, mais de um terço das mulheres ocupadas, ou seja 14,5 milhões de mulheres declararam não estar contribuindo para a Previdência, percentual que chega a mais de 60% entre as trabalhadoras domésticas e trabalhadoras *por conta própria* (IBGE, 2018 apud DIEESE, 2019).

Não coincidentemente muitas atividades ligadas à limpeza, educação e cuidados são ocupações majoritariamente femininas pois são 'extensão' do próprio trabalho doméstico a elas designado. A divisão sexual do trabalho ainda é uma realidade para a maior parte da população brasileira e relaciona-se fortemente com a condição das mulheres no mercado de trabalho "impedindo-as de construir uma trajetória laboral com mais qualidade" (DIEESE, 2019). Às mulheres, além da exploração precarizada de sua mão de obra, ainda pesam as responsabilidades pelos afazeres domésticos e por todas atividades que envolvem a reprodução social. Dados apontam que mulheres ocupadas dedicavam em média 17,3 horas semanais à realização de afazeres domésticos, contra 8,5 horas por parte dos homens (IBGE, 2018 apud DIEESE, 2019). Ou seja, "se considerada a soma entre as horas de trabalho produtivo e reprodutivo - a chamada dupla jornada -, as mulheres passam semanalmente 54,2 horas trabalhando, enquanto os homens trabalham 49,9 horas semanais" (DIEESE, 2019).

A desigualdade laboral entre homens e mulheres tem reflexos diretos no acesso à previdência, e, portanto, são elas que estão em desvantagem para contribuir ao sistema: mais de 60% das aposentadorias por idade são concedidas às mulheres, que

<sup>6</sup> O relatório do IBGE de 2018, relativo aos dados do ano anterior, traz os dados ancorados a três linhas de pobreza disponibilizadas pelo Banco Mundial. O valor de US\$ 1,90 por dia (ou cerca de R\$ 140,00 mensais), o mais baixo deles, é utilizado para países de baixa renda ou em conflito, portanto é o nível referente à extrema pobreza mundial. O Brasil, é classificado como país em desenvolvimento com renda média-alta, para o qual o índice de referência é US\$ 5,50 per capita ao dia, o equivalente a cerca de R\$ 406,00 mensais. Abaixo deste índice vivem aproximadamente 55 milhões de pessoas, ou 26,5% da população. Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf> Acesso em 09/08/2019.

são minoria entre os indivíduos que conseguem aposentar por tempo de contribuição - a média de tempo em que estas mulheres conseguiram contribuir foi de 16 anos. Também elas recebem a maior parte das pensões por morte e os benefícios de assistência ao idoso, destinados a quem não preencheu os requisitos mínimos para a aposentadoria. Ainda assim, os valores, entre aposentadorias e benefícios, são em média inferiores aos pagos aos homens (IBGE, 2018 apud DIEESE, 2019).

Utilizar do argumento de que as mulheres contribuem menos para o sistema previdenciário (além de terem expectativa de vida em média sete anos mais alta que a dos homens) para diminuir as políticas específicas para elas, é desconsiderar as perversas dinâmicas sociais que subjagam e oprimem as mulheres durante toda a vida laboral e doméstica.

Apesar da imensa desigualdade no mercado de trabalho, há anos os dados do IBGE apontam um aumento continuado dos domicílios chefiados por mulheres. Em 2017<sup>7</sup>, 30,5 milhões de domicílios tinham como responsáveis mulheres, cerca de 28,5% do total (IBGE, 2018). Pesquisas apontam que o fenômeno é predominantemente urbano e baseia-se tanto na chefia feminina em famílias onde há a ausência da figura masculina - ou seja família composta por mulher, filhos e/ou outros dependentes onde não há cônjuge ou companheiro - , quanto em uma transformação de valores culturais referentes ao papel das mulheres na sociedade, além de seu ingresso intensificado no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade e a diminuição dos índices de fecundidade (IBGE, 2010 apud SILVA, 2017).

As necropolíticas neoliberais são um instrumento da dominação político-econômica sobre seres sociais muitas vezes invisibilizados pelo gênero, pela renda, por idade, pela orientação sexual ou por alguma deficiência física. Compreender as intersecções entre as políticas neoliberais de austeridade e a crescente fragmentação do tecido urbano é central para compreender como a produção de espaço e principalmente a produção das cidades são absolutamente marcadas pelas relações entre gênero, raça e classe. O conceito de *feminização da pobreza* aponta que no contexto de sociedades patriarcais a pobreza é majoritariamente feminina, as mulheres são apenas 51% da população mundial e, no entanto, 70% da população pobre é composta pelo gênero feminino (SILVA, 2015 apud ISAIAS, 2017). A cidade expressa e muitas vezes reforça a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gêneros. Às populações mais pobres e marginalizadas, compostas predominantemente por mulheres, são destinados os espaços periféricos e residuais na lógica do mercado imobiliário, as piores ocupações e os empregos mais exploratórios, além da repressão policial e a negação dos direitos fundamentais à moradia e à cidade.

A habitação, historicamente espaço destinado às mulheres e ao trabalho reprodutivo, tem papel central no desenvolvimento de políticas em prol da justiça social já que os indicadores de déficit habitacional nas grandes cidades demonstram que as políticas de urbanização segregadoras, e gentrificadoras do espaço urbano, que constroem cidades cada vez mais injustas e elitistas vilipendiam principalmente as mulheres:

Também em razão do estabelecimento de papéis e responsabilidades generificados e das hierarquias entre homens e mulheres, as mulheres são as que mais sofrem com a falta de moradia ou com a inadequação das suas condições, como a falta de água, rede

<sup>7</sup> IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 09/08/2019.

deesgoto, coleta de lixo e energia elétrica. Sofrem também com a inexistência ou precariedade dos equipamentos públicos essenciais, tais como postos de saúde, escolas e creches; com falta de infraestrutura urbana, como iluminação pública, de praças, áreas e opções de lazer. São também mais afetadas pela insegurança produzida pela falta de transporte público próximo à moradia, pela existência de áreas ociosas e terrenos baldios, etc (FERREIRA, 2009, SALLOUM E SILVA, 2014, SOUZA, 2013, VIANA, 2005 apud ISAIAS, 2017).

É preciso enfrentar a desconstrução da habitação como um bem social e sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro, isto é, o domínio crescente de atores, mercados e práticas financeiras, em diversas escalas, e que resultam numa transformação estrutural da economia. Esse processo de financeirização da moradia trata-se, segundo ROLNIK (2015), “não apenas de uma nova política habitacional, mas de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com impactos profundos no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos”, tornando a habitação uma mercadoria fictícia, dotada de valor mercadológico e não mais cumprindo sua função social, garantida por lei.

A bibliografia aponta que as mulheres estão na linha de frente do processo de enfrentamento à financeirização do urbano. Por serem elas que vivenciam de forma imediata “a falta ou insuficiência de políticas públicas relacionadas à garantia do direito à moradia e serviços e infraestruturas” são também elas que “estão em maioria em associações comunitárias, movimentos de bairros, entidades e movimentos de luta por moradia e por reforma urbana” (ISAIAS, 2017). Esta é uma realidade, por exemplo, nas ocupações urbanas nas grandes cidades. Segundo Silva (2017), as ocupações colocam-se como oposição ao urbanismo neoliberal e à financeirização do urbano e do próprio aparato estatal. São ainda, reação “ao desemprego e às remoções, à falta de moradia e à especulação com o preço da terra” (SILVA, 2017) e indicam a urgência de políticas habitacionais para a população de baixa renda.

Poderíamos dizer que a união desse setor da população, a princípio, tem origem justamente na sua exclusão dos processos de decisão política e no enfraquecimento que sofreram devido ao modelo de desenvolvimento corrente. São grandes contingentes de baixa renda que, ao reconhecerem seus direitos básicos (ou a ausência dos mesmos), desencadeiam movimentos de reclame por maior igualdade e uma sociedade mais democrática (CARDOSO, 2008 apud SILVA, 2017).

As ocupações urbanas são territórios autônomos de luta direta pela reforma urbana pela construção de cidades menos excludentes e tornam-se, pela práxis da autoprodução popular do território, importantes locus de transformação das relações implícitas pela divisão sexual do trabalho e pelo patriarcado. Silva (2017), analisando o caso da Ocupação Eliana Silva, no município de Belo Horizonte, reitera que o senso de comunidade das mulheres da ocupação e sua capacidade organizativa são importante faísca de seu *movimento empoderador*, instrumento utilizado por elas para sua própria emancipação da opressão do sistema de divisão sexual do trabalho, permitindo-lhes lutar por seus direitos à terra, moradia, educação, trabalho e renda, germinando possibilidades de liberação da dependência feminina. A luta destas mulheres organizadas obteve êxitos importantes como a construção da Creche Tia Carminha, já que a luta destas mulheres passa também pelo papel central da maternidade na vida de muitas delas, e a segurança da posse da casa no nome da mulher, o que promove mais estabilidade e segurança à toda a família

principalmente em casos de violência doméstica, já que a vítima não precisará permanecer sob o mesmo teto do agressor ou ficar sem moradia junto aos filhos. Ademais, a violência doméstica foi estabelecida como inadmissível na Ocupação, o que geraria expulsão imediata dos agressores (SILVA, 2017).

Entretanto, as importantes conquistas deste e de outros casos da luta organizativa das mulheres nos grandes centros urbanos não podem ser romantizadas, Silva (2017), lembra que os avanços conquistados são dignos de atenção mas a complexidade das relações de poder limitam ações particulares:

[...] a realidade de muitas dessas mulheres reitera uma configuração comum desde a primeira onda do feminismo, quando os protestos por igualdade de direitos e por acesso ao mercado de trabalho, em muitos casos, foram subvertidos pela lógica do capitalismo associada aos ditames da dominação masculina, que impôs às mulheres a realização da dupla jornada de trabalho. Várias dessas mães, ao voltarem pra casa após longos dias de trabalho, ainda cumprem as atividades domésticas (SILVA, 2017).

Em um contexto no qual 80% das pessoas proprietárias de terras no mundo são homens (ONU, 2012 apud ISAIAS, 2017) e o acesso à moradia digna dentro do sistema capitalista de produção de cidades passa pela necessidade do acesso à propriedade da terra urbana, a exclusão histórica das mulheres, da população negra e pobre através deste instrumento é ainda um dificultador para que tais grupos possam ter garantido seu direito à moradia digna. (ISAIAS, 2017). Às mulheres recaem as dificuldades inerentes à pauperização e ainda, outras relacionadas à estrutura patriarcal que privilegia a proteção da propriedade privada “porque nas sociedades patriarcais possuir propriedade é sinônimo de superioridade, de prestígio social” ou seja, está necessariamente vinculado à masculinidade (MONTEIRO, 2003 apud ISAIAS, 2017).



Figura 3: QUESTÕES RECORRENTES (Colagem manual, tamanho A5).  
Fonte: Tássia Rocha.

Mais uma vez é notório que a estrutura de exclusão atravessa diversos campos das políticas públicas e das dinâmicas sociais de opressão, reiteradamente vitimando certas populações e deixando-as à margem.

Assim, a produção de territórios insurgente nas cidades a partir da auto-organização da classe trabalhadora, com especial protagonismo das mulheres é resistência às “políticas de morte” às quais o poder financeiro e o Estado submetem estes sujeitos. Especialmente os campos de disputa da luta das mulheres tensionam constantemente a estrutura patriarcal e racista que oprimem suas existências e desafiam as necropolíticas neoliberais atuantes na financeirização do urbano, na precarização do trabalho e do sistema de seguridade social.

### Considerações finais

Diante de um cenário de tamanha complexidade, as teorias feministas são importantes ferramentas de análise e proposição para as políticas públicas. A garantia de que mais mulheres estarão em posições de tomadas de decisão no aparelho do Estado e nos territórios autoproduzidos popularmente é primordial para que as necropolíticas neoliberais não avancem na precarização da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Sendo as necropolíticas neoliberais um instrumento da dominação político-econômica, compreender as intersecções entre as políticas neoliberais de austeridade e a crescente fragmentação do tecido urbano é fundamental para compreender como a produção de espaço e principalmente, como o crescimento das cidades são absolutamente marcados pelas relações entre gênero, raça e classe. Os territórios ainda permanecem sob julgo do protagonismo masculino, desde a fruição do espaço público até as esferas de gestão e decisão do planejamento urbano, essa predominância masculina já se mantém por séculos e legitima as práticas altamente masculinizadas, excludentes e patriarcais.

A histórica separação entre as esferas pública e privada, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é promotora de enorme desigualdade no que tange a experiência entre homens e mulheres, desigualdade intensamente agravada quando se analisam demais fatores como classe social e raça, como já exposto. Essa desigualdade deve ser pautada, inclusive, quando se analisa o trabalho doméstico, que sempre foi designado como papel das mulheres. A perspectiva de gênero nas políticas urbanas e, especialmente habitacionais, traz à tona as demandas de grupos invisibilizados pela gestão financeirizada e injusta e, ainda, desvelam o enfrentamento destes fenômenos para a promoção de justiça social.

Como abordamos também, os estudos apontam que as mulheres estão na dianteira do processo de enfrentamento à financeirização do urbano. São as mulheres que vivenciam de forma mais imediata a insuficiência de políticas públicas relacionadas à garantia do direito à moradia e a serviços, são também as mulheres que representam maioria em associações comunitárias, e movimentos de bairros.

No que concerne a atual gestão do país, devemos nos posicionar e buscar uma solução que seja menos danosa na vida dos milhões de brasileiros. A maneira como as políticas estão se desdobrando, nos acende a preocupação de que toda a classe trabalhadora será posta à margem de qualquer direito, o que pode ser analisado através da reforma trabalhista do governo Temer, e da reforma da previdência do governo Bolsonaro, entre outras tantas políticas que privilegiam interesses econômicos vinculados ao capital internacional, através de empresas multinacionais ou de interesses imperialistas do governo norte-americano.

Os reflexos das necropolíticas austeras, como exposto, já atingem milhões de brasileiros, em especial às minorias, e certamente se seguir neste rumo, enfraquecerá o mercado interno, os agricultores familiares, as pequenas e médias empresas e os trabalhadores. Em 20, 30 anos, o Brasil apresentará ainda maiores níveis de concentração de renda e desigualdade com importantes reflexos na fragmentação do tecido socioespacial urbano e na vida das mulheres trabalhadoras.

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

CARTACAPITAL, Redação. *O que é a austeridade? E por que os neoliberais a defendem?* Carta Capital. São Paulo, 03 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-a-austeridade-e-por-que-os-neoliberais-a-defendem/>. Acesso em: 10/08/2019.

DIEESE. *PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência*. Nota Técnica nº 202. São Paulo, março de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec202MulherPrevidencia.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Ciro Mioranza. 2ª ed. – São Paulo: Escala, 2006.

ESTADÃO. *Monitor Bolsonaro. Acompanhe o que o governo fez até agora e as propostas que tramitam no Congresso*. Brasil, 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/politica/jair-bolsonaro/monitor-de-projetos/>. Acesso em 11/07/2019.

FEDERICI, Silvia. *Feminismos: la caza de brujas contribuyó a destruir el poder social de la mujer, a desvalorizarla como sujeto*. [Entrevista concedida a] Sarah Babiker. El Salto. 19 de março de 2019. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/feminismos/silvia-federici-brujas>. Acesso em 18/07/2019.

GUEDES, Paulo Roberto Nunes. *Proposta de emenda à Constituição 6/2019: Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências*. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019). Acesso em 18/07/2019.

HARVEY, David. *Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade*. Novos Cadernos NAEA, v.12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009. ISSN 1516-6481.

HARVEY, David. *O direito à Cidade*. Tradução de Jair Pinheiro. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IBGE. *10% da população concentram quase metade da renda do país*. Agência IBGE de Notícias. 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais>. Acesso em 13/08/2019.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. *A luta das mulheres das ocupações da Izidora pelo direito à moradia: opressões e resistências*. In V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2017.

MARICATO, Ermínia. *As cidades pedem socorro e repensar o Brasil é preciso*. In: Carta Capital. 04 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/as-cidades-pedem-socorro-e-repensar-o-brasil-e-preciso/> Acesso em: 30/07/2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolíticas*. Tradução de Renata Santini. Arte e ensaios. Edição nº 32 da Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro. Dezembro de 2016.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. *A necropolítica e o Brasil de ontem e de hoje*. Brasil, 8 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/08/a-necropolitica-e-o-brasil-de-ontem-e-de-hoje/>. Acesso em 20/07/2019.

PORTO, Gustavo, TOMAZELLI, Idiana, FERNANDES, Adriana. *Proposta de mudança em benefício para idosos de baixa renda foi retirada de texto da reforma*. O Estado de S.Paulo. Matéria publicada em 4 de fevereiro de 2019 e atualizada em 12 de julho de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-nova-previdencia-idosos-de-baixa-renda-va-receber-menos-que-um-salario-minimo,70002707384>. Acesso em: 12/07/2019.

PRATES, Jean Paul. *Reforma da Previdência continua perversa. O Senado cumprirá seu dever?* Carta Capital. Matéria publicada em 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/reforma-da-previdencia-continua-perversa-o-senado-cumprira-seu-dever/>. Acesso em: 13/08/2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Ana Flávia Costa da. *As mulheres na disputa pelo território: sobre autonomia e direito à moradia*. In: XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole. *O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

VALVERDE, Clara. *Entrevista de Clara Valverde publicada inicialmente em El Diálogo*. Espanha, 11 de julho de 2017. Traduzido por Luiz Morando. Disponível em: <https://resistaorp.blog/2019/04/23/o-neoliberalismo-aplica-a-necropolitica-deixa-morrer-pessoas-que-nao-sao-rentaveis>. Acesso em 11/07/2019.

# A LUTA POR UMA CIDADE FEMINISTA: uma análise da opressão feminina sob um viés marxista

Ana Luiza Pacheco<sup>1</sup>

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo o debate acerca da opressão de gênero sob uma análise marxista das relações sociais da mulher com os espaços públicos. Para isso, foi estruturado a partir de análises críticas, onde foi resgatado desde a origem da violência no meio urbano passando a fazer um recorte de gênero na análise dessa opressão. Concluiu-se então que a arquitetura e o urbanismo devem atuar na construção de espaços humanizados para classes, gêneros e raças diversos, visto assim a necessidade de um debate em arquitetura com foco na mulher, onde buscou-se além de tudo ser um agente transformador e ativista do espaço acadêmico na luta contra a opressão feminina no âmbito público e doméstico.

Palavras-chave: violência Urbana; violência de Gênero; urbanismo ativista.

## THE STRUGGLE FOR A FEMINIST CITY: an analysis of female oppression under a marxist bias

## Abstract

The present study aims at the debate about gender oppression under a Marxist analysis of women's social relations with public spaces. For this, it was structured from critical analysis, where it was rescued from the origin of violence in the urban environment, making a gender cut in the analysis of this oppression. It was concluded that architecture and urbanism should act in the construction of humanized spaces for different classes, genders and races, as this necessitates a debate in architecture focused on women, where we sought to be a transforming agent and academic space activist in the fight against female oppression in the public and domestic spheres.

Keywords: urban violence; gender violence; activist urbanism.

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Filadélfia de Londrina (UNIFIL). arq.analupacheco@gmail.com

## Introdução

De acordo com Aboim (2012), a violência urbana pode ser considerada resultado das vivências e organizações capitalistas que a sociedade possui. A partir da análise do capitalismo e violência urbana, pode-se traçar e recortar perfis específicos da violência como classe, cor, raça e gênero. A violência contra a mulher, no entanto, extrapola os limites da casa, podendo-se observar uma opressão e violência de gênero no espaço urbano, particularmente no espaço público, espaço das trocas, convivências, experimentações sociais, que para a mulher muitas vezes representa o espaço do medo, passível de invasão da sua intimidade.

A opressão e a hierarquização entre homens e mulheres é uma das marcas de nossa sociedade e possui grandes impactos na produção do espaço. Os espaços públicos são frutos das relações sociais os quais não se fazem neutros e trazem grandes marcas das relações sociais refletidas nas desigualdades socioespaciais emergentes do capitalismo. Compreender essas relações e esses impactos se faz essencial para que possamos construir ferramentas analíticas que permitam a compreensão da realidade em seus cambiantes e complexidades para que possamos agir de forma mais efetiva na diminuição das desigualdades.

Dessa forma, se tornou fundamental a incorporação do feminismo no debate sobre a produção dos espaços, nesse momento o feminismo marxista. O feminismo marxista é entendido de maneira complexa como um movimento político e como uma teoria que atua de maneira fundamental para se entender as disparidades entre homens e mulheres e para a luta social através da luta anticapitalista, onde dentro da produção acadêmica feminista, essa corrente é estudada a partir da opressão das mulheres, sobretudo aquelas que relacionam as dimensões de sexo, raça e classe, como sistemas interligados de opressão.

O presente artigo tem como objetivo discutir as possíveis contribuições da teoria feminista marxista para a discussão do espaço e do planejamento urbano. Para isso, foi feita uma análise sobre a origem da opressão feminina nos espaços públicos passando ao espaço doméstico a partir de um estudo marxista e estruturado por diversos autores da contemporaneidade, estipulando algumas epistemologias de tematização e processos de luta classista. Desse modo, o estudo vem contribuir com as discussões da produção do espaço público, a partir da pesquisa sobre a opressão feminina.

## O corpo feminino como coadjuvante do espaço urbano e social

Em meio a um momento histórico de grande participação feminina em questões políticas e sociais é levantado em discussão, questões referentes à igualdade de gênero e como essa discrepância social tem afetado e violentado mulheres cada vez mais de forma explícita e naturalizada em âmbito público e privado.

Segundo Algranti (1993) os estudos das relações entre privado e público, individual e social, demográfico e político são passos mais do que essenciais para traçar diretrizes de combate às diversas formas de opressão. É quando se tem delimitado as causas da violência e como a vítima se sente perante a sociedade que é possível produzir um local público que atenda a segurança de mulheres, e não somente isto, mas que também habilite e inclua os profissionais nesse debate.

Tendo como objeto principal a pesquisa da relação da mulher com espaços públicos a partir da opressão pós-moderna sob um viés do urbanismo, onde pretende-se

neste trabalho evidenciar a importância e urgência do tema, retratando questões de cidade e violência urbana, o recorte específico da violência de gênero, que ao mesmo tempo que se relaciona com a violência na cidade se desenvolveu de modo paralelo, veiculada por uma estrutura social e de dominação bastante desequilibrada pelo machismo, e que se expressa na apropriação do espaço público e privado.

### O capitalismo como homogeneizador da opressão feminina

De acordo com Milton Santos (1980), é na cidade que o homem adquire a emancipação material e moral. Essa emancipação deu origem a centros urbanos e espaços públicos onde as cidades se desenvolveram. A diferença de urbanização entre os países desenvolvidos e países subdesenvolvidos é expressivamente retratada na violência urbana.

Uma das justificativas dessa diferença de violência é dada a rapidez que os países subdesenvolvidos possuem de evolução demográfica, ou seja, enquanto os países desenvolvidos passaram por um processo mais lento de urbanização, os subdesenvolvidos começaram o processo de produção do espaço urbano quando estava praticamente concretizada a evolução industrial, fator sobre o qual se soma a rapidez de informações desse período que permitiu aos países subdesenvolvidos tivessem formas desordenadas de expansão. Essa expansão errônea trouxe como resultado formas de violências urbanas, que é o caso do Brasil. Uma expansão desordenada gera segregação socioespacial justificada pela ocupação de população sem acesso à terra, pelas injustiças sociais e pelo desemprego (SANTOS, 1980).

A expansão de forma desordenada causou a não-fluidez do espaço urbano que ocasiona fenômenos de bloqueio, onde originalmente não há distribuição homogênea de homens, de bens e de capital. Essa quebra do espaço gerou uma estagnação do desenvolvimento urbano em certas regiões, causando a gentrificação<sup>2</sup> e desorganização de espaços e pessoas em áreas periféricas (SANTOS, 1980; JACOBS, 2000).

A falta de organização das cidades e os crescentes desejos inerentes às necessidades básicas humanas geram como reflexo a violência urbana que não é essencialmente a causa em si, mas uma consequência da acumulação primitiva<sup>3</sup> própria do capitalismo (FEDERICI, 2004).

Para Harvey (2013), a análise feita por Marx sobre a organização do capital nos espaços foi somente temporal. Sendo assim, Harvey em sua análise a produção capitalista do espaço concluiu que as novas contradições do capitalismo se revelam diante da formação e reorganização das paisagens geográficas que refletem nas práticas culturais.

Há muito a aprender com a teoria estética sobre o modo como diferentes formas de espacialização inibem ou facilitam processos

<sup>2</sup> Gentrificação refere-se aos processos de revitalização ou de mudanças de paisagem urbana, de zonas antigas das cidades, que passam a atrair moradores de rendas mais altas. Essa atração ocasiona a expulsão gradativa dos moradores de renda baixa devido à valorização da terra pelo mercado imobiliário e aumento do custo de vida da região (ALCÂNTARA, 2018).

<sup>3</sup> A acumulação primitiva é o termo usado por Marx (1867) com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento do meio urbano através das relações capitalistas. Ou seja, a necessidade humana de acumular objetos, alimentos e principalmente capital.

de mudança social. Inversamente, há muito a aprender com a teoria social acerca do fluxo e da mudança com os quais a teoria estética tem de se haver. Contrastando essas duas correntes de pensamento, talvez possamos melhor compreender os modos pelos quais a mudança político-econômica contribui para as práticas culturais (HARVEY, 1992, p.192).

Assim como Santos (2000) que analisou que o dinheiro e a dominância são estruturadores da organização social e que o problema que a violência urbana abrange é o resultado da compartimentação do território e seu novo conteúdo, que é a nova importância do dinheiro nacional e internacional nas cidades.

O dinheiro regulador e homogeneizador agrava heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional (SANTOS, 2000, p. 25).

Federici (2004), colaborando com o trabalho de Marx (1867) citou ainda a importância de se analisar o capitalismo sob a questão de gênero, vista a diferença social entre homem e mulher. A autora colocou a mulher no patamar da exploração para acumulação capitalista, sendo elas as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista que é sua fertilidade. Ao mesmo tempo em que as mulheres eram protegidas, elas eram perseguidas e seus corpos politizados e normatizados. Esse tipo de estrutura social abriu espaço para a culpabilização das mulheres sobre a individualidade e o desejo sobre o próprio corpo.

Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta (FEDERICI, 2004, p. 27).

Felix (2002) possui uma linha teórica similar, colocando que não se pode somente culpabilizar os centros urbanos pela violência, pois são as estruturas sociais e econômicas excludentes que provocam intensa mobilidade e concentração territorial que fazem da cidade um palco de ação para as conseqüentes violências. As relações sociais que esse indivíduo teve durante toda a sua vida possui uma influência tão grande na criminalidade quanto a organização das cidades, gerando diversas tipologias de violência.

Além da dominância de classes, Federici (2004) defendeu que a diferença de classes dominantes foi socialmente produzida pelo capitalismo mediante a divisão sexual e de trabalho. Ou seja, os homens e senhores possuíam todos os direitos e privilégios possuíam trabalhos socialmente aceitos, enquanto as mulheres tentavam construir uma identidade de sua classe. Foi a diferença sexual que fez com que o capitalismo passasse a sustentar relações sociais diferentes entre homens e mulheres. Enquanto os homens adquiriam a liberdade financeira com o capitalismo, as mulheres tornaram-

se a principal exploração sexual e de trabalho e as mesmas ainda, no meio urbano, eram as principais vítimas das consequências dessas explorações que subordinavam as mulheres socialmente, ou seja, seu corpo se tornava público nas ruas, ocorrendo a violência de gênero nos centros urbanos e rurais.

A separação entre público e privado, florescente entre as camadas burguesas das cidades industriais do século XIX, serviu, de fato, para afastar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública – da produção industrial e da cidadania política – ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família (ABOIM, 2012, p.99).

Diante disso, Rolnik (2016) assinalou algumas questões da relação entre a mulher e a cidade no contexto contemporâneo. Para a autora, enquanto na esfera masculina o medo predominante dos espaços públicos é de, por exemplo, ser assaltado, na esfera feminina o medo é de ser assediada, ameaçada, violentada moral e sexualmente, além do risco de assalto.

A estes se associa também outro estereótipo forte em relação ao próprio espaço urbano: a casa (o lar!) é o lugar feminino por excelência – reino da domesticidade, espaço conhecido e confinado –, enquanto a rua – espaço público do inesperado, fortuito e desconhecido – é o lugar da masculinidade. Mulheres podem ultrapassar essas fronteiras desde que estejam acompanhadas por homens – seus namorados, companheiros, maridos, irmãos ou parentes. Mulheres sozinhas circulando nas ruas, em determinados horários e locais, estão “fora de lugar”. As mulheres vão poder usufruir livremente a cidade não quando puderem contar com machos para protegê-las, mas quando se sentirem plenamente livres e seguras – seja em casa, no trabalho, nos espaços públicos ou nos meios de transporte. Em lugar nenhum do mundo pode existir direito à cidade enquanto as mulheres não puderem andar sozinhas nas ruas, a qualquer hora, sem medo (ROLNIK, 2016).

Por outro lado, a subordinação feminina aos homens no capitalismo foi causada pela não remuneração do trabalho doméstico e não pela natureza “improdutiva” do trabalho doméstico, podendo a dominação masculina ser conferida no poder de salário que os homens possuem. Ou seja, pode ser conferido a relação de poder do homem sobre a mulher ao capitalismo (FEDERICI, 2000).

Partindo dessa perspectiva, observa-se que a insubordinação da mulher, consequência dessa relação de dominação, suscitou a violência de gênero.

### O direito à cidade como uma luta classista

Diversos teóricos têm discutido a respeito das causas da violência de gênero nos espaços urbanos e domésticos. Izumino e Santos (2014) apontaram três epistemologias básicas sob as quais tem se desenvolvido as pesquisas de relação de gênero na contemporaneidade. A primeira corrente – que será tratada a seguir com mais profundidade – retrata a relação a partir de uma perspectiva feminista e marxista, onde a violência é fruto do patriarcado e a mulher é analisada no contexto

de classe, cor e raça como um sujeito autônomo que estruturalmente é vítima dessa opressão. A segunda corrente é conhecida como relacional e trata de forma relativa as dominações do gênero masculino, avaliando existir uma vitimização do gênero feminino, considerando a mulher não como vítima do homem e sim cúmplice a partir de suas atitudes; a última chamada dominação masculina, define a violência como fruto da dominação da mulher pelo homem, onde a autonomia da mulher é excluída se tornando vítima e cúmplice ao mesmo tempo (IZUMINO; SANTOS, 2014).

A partir da corrente de análise marxista e feminista, a violência contra a mulher é vista em diversas culturas, sendo desde os primitivos justificada a partir do aspecto biológico. O gênero feminino era inferiorizado por conta das diversas fases reprodutoras que a mulher passa durante o mês, de modo que o gênero masculino incitou uma cultura de supremacia masculina. O homem nunca precisou reivindicar seu papel na sociedade, enquanto à mulher lhe restava o papel de “Outro”. Aos homens cabiam papeis de reis, soberanos, chefes, deuses e donos do ‘Outro’. Eram eles que definiriam que atividades as mulheres realizariam, que papeis sociais a mulher deixaria de ter, que leis ela seguiria ou não, e a mulher cabia a submissão física e psicológica. O Status Quo da mulher poderia ser comparado ao de escravos e o de homens ao de senhores (BEAUVOIR, 1949).

É porque a humanidade se põe em questão em seu ser, isto é, prefere razões de viver à vida, que perante a mulher o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher. Cabe-nos ver agora como essa situação se perpetuou e evoluiu através dos séculos. Que lugar deu a humanidade a essa parte de si mesma que em seu seio se definiu como o Outro? Que direitos lhe reconheceram? Como a definiram os homens? (BEAUVOIR, 1949, p.86).

Ainda de acordo com Beauvoir (1949), a origem da opressão feminina se deu a partir da necessidade masculina de perpetuar a família, ou seja, a mulher devia ser e suprir essas necessidades maternais masculinas procriando a espécie, cuidando do lar, cuidando dos filhos, alimentando a família. Foi quando o homem retirou o direito de propriedade privada da mulher e das filhas mulheres que ele encontrou para si formas de oprimir e manipular essas mulheres, pois uma mulher que não possui propriedades financeiras é uma mulher dependente do homem. Dessa forma, o homem ludibriava a mulher psicologicamente dizendo que o trabalho doméstico é muito mais cômodo que o trabalho manual e de *esforço físico*.

Espera-se que, assim ludibriadas, seduzidas pela facilidade de sua condição, aceitem o papel de mãe e de dona de casa em que as querem confinar. E o fato é que, em sua maioria, as mulheres da burguesia capitulam. Como sua educação e sua situação parasitária as colocam sob a dependência do homem, não ousam sequer apresentar reivindicações; as que possuem essa audácia não encontram eco [...] (BEAUVOIR, 1949, p.145).

Conforme Saffioti (1987), há dois fatores principais para a violência de fato acontecer. O primeiro seria o determinismo patriarcal que o homem através da sua vivência social adquiriu; o segundo teria como fatores determinantes abusos de álcool e drogas ilícitas.

Os estudos acerca da violência de gênero vêm sendo desenvolvidos desde a década de 1970, quando grupos de mulheres e movimentos pró-equidade de gênero começaram a tomar cada vez mais espaço na luta contra a opressão feminina. Em pleno regime militar esses movimentos, chamados movimentos feministas, começaram a ter maior participação popular, o que foi visto com “maus olhos” pelos militares e pelas famílias tradicionais da época, pois ameaçavam acabar com tradições e atitudes tão enraizadas no Brasil (PINTO, 2003).

De acordo com diversos teóricos marxistas, o capital tem sido o principal definidor das diretrizes urbanísticas e por esse motivo, as mulheres, já em segundo plano socialmente, são colocadas em segundo plano dentro do planejamento urbano. Harvey (2013) debate sobre como a urbanização é a principal definidora e reguladora do capitalismo:

O interesse que o capital tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro. Isso foi um aspecto importante no surgimento do capitalismo. Muitos desses projetos associam a urbanização ao espetáculo. [...] O capital precisa que o estado assegure essa dinâmica. Invariavelmente, entre as consequências dos megaeventos estão as remoções de pessoas de algumas áreas. Eles dependem disso para serem realizados. E essa situação tem causado revolta. De um lado, o capital vai muito bem, mas as pessoas vão mal. Há alguma geração de empregos, em função dos megaprojetos e megaeventos, mas o que se vê é o desvio da verba pública para apoiar essas empreitadas. Ao redor do mundo, tem havido muitos protestos devido à retirada de pessoas de suas residências. As populações percebem que o dinheiro dos impostos está indo para esses fins, em detrimento da construção de escolas e hospitais. [...] Este é um contexto que ilustra como o capital gosta de construir as cidades, à diferença do que é a cidade em que as pessoas podem viver bem. Há um abismo entre essas duas propostas (HARVEY, 2013, p.50).

Para o autor, a luta pelo direito a cidade é uma luta contra o capitalismo e isso só se faz através de revoluções sociais lideradas pelos movimentos classistas (HARVEY, 2013).

Rolnik (1995) também complementa sobre como o lugar ocupado tem uma relação inerente a divisão do trabalho, a classe social de cada um, onde em contradição é exercido sua participação política, ainda que seja através da submissão (ROLNIK, 1995).

As residências ditas clandestinas - de invasões a ocupações - até mesmo as favelas que são entendidas como “subnormais”, pois fogem ao padrão burguês de habitação, são entendidas como áreas inimigas do grande capital imobiliário, pois, desvalorizam a região, pois de acordo com o argumento estatal, esses locais são propícios a desenvolverem seres que geram riscos à “saúde” e à “ordem social”. O padrão burguês de moradia é expresso como uma dicotomia casa-espaço público: a rua deixa de ser um espaço de troca coletiva, pois para a burguesia tem significado de caos, de perigo para seu status (ROLNIK, 1995).

Assim, espaçam para a casa a esfera da vida privada e dentro de toda uma micropolítica desenvolvem e passam aos descendentes a reprodução do arbitrário cultural dominante, baseado em micropoderes machistas e patriarcais. A população que ocupa esses espaços geralmente luta por reconhecimento legal e por infraestrutura,

e o Estado propõe a homogeneização desses espaços a fim de inseri-los dentro do padrão burguês através dos programas habitacionais do governo, como o *Minha casa, minha vida* (ROLNIK, 1995).

Rolnik (1995), focaliza ainda na ideia de que o Estado controla a cidade e cria segregações que são partidários ao grande capital tentando ao máximo homogeneizar inclusive os espaços mal planejados para desviar do real problema dessa desigualdade. Porém, o clamor popular é grande onde a todo o momento há a luta pela apropriação do espaço urbano, a luta pelo direito à cidade.

Nesta acepção o poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas contradições e conflitos da cidade. Para isto organiza uma poderosa máquina, feita de um exército de técnicos e funcionários, que em nossas cidades parece crescer indefinidamente. Apesar deste crescimento, a máquina não parece ter sido capaz de eliminar o conflito, homogeneizar totalmente o território da cidade ou acabar com seus males. E isto, porque em primeiro lugar a máquina de disputa dos vários grupos ou forças sociais que estão ali presentes. Assim a não ser em períodos de ditadura as reivindicações e pressões também vem do território popular e nas disputas políticas em torno da máquina estatal isto pode ter um peso significativo. Em segundo lugar, porque nos espaços mais homogêneos e até nos piores espaços concentracionais há sempre o desvio das finalidades e previsse de certos equipamentos e a constituição de territórios singulares, que se desviam da norma. A intervenção do estado na cidade é, portanto, contraditório: sua ação pode favorecer mais ou menos certos segmentos da sociedade urbana – mas nunca definitivamente. O que há de permanente na cidade do capital é a luta pela apropriação do espaço urbano e a ação do estado nada mais é do que a expressão das forças engajadas, voluntária ou involuntariamente, nesta luta [...] (ROLNIK, 1995, p. 70 – 71)

Considerar um plano político para diretrizes urbanas através de profissionais femininas, levando em conta uma proposta feminista marxista é concretizar a prática profissional como ferramenta de transformação social. Contravir então, o olhar falocêntrico e eurocêntrico, fruto do colonialismo brasileiro, ao ensinar e praticar o urbanismo sempre levando em conta que as diferenças sociais de vivência dos espaços urbanos são completamente diferentes para homens e para mulheres, e ainda mais para mulheres negras e da periferia. Um olhar atento a essas diferenças se torna essencial ao se pensar nos espaços públicos.

### Considerações finais

Vendo a cidade como palco de ação de atividades sociais, econômicas e culturais se debater sobre o direito feminino de acessar os espaços públicos de forma segura a partir da perspectiva de gênero na (re)produção do espaço urbano é essencial no âmbito acadêmico. Sendo assim, cabe a mulheres, promoverem um urbanismo que se preocupe no recorte de gênero, de classe e raça de mulheres no espaço público.

Uma cidade que atenda um planejamento voltado para os direitos femininos, sob um urbanismo anticapitalista e contra o neo-liberalismo implantado atualmente, baseando-se no estudo de que ao atender os direitos (historicamente ignorada

pelas políticas públicas que visam somente o lucro), serão atendidos também, outras parcelas segregadas de populações marginalizadas socialmente.

As análises dos espaços urbanos sob o viés marxista e feminista tiveram importância essencial nessa pesquisa visto a grande interferência que o capital tem nos planejamentos urbanos. Por isso, os debates levantados sobre a relação da opressão de gênero fruto do capitalismo e do papel do urbanismo em meio ao mesmo capitalismo visa trazer grandes questões quando nos referimos a essas mulheres nesses espaços.

É buscando entender a origem da opressão feminina, a origem das violências sofridas pelas mulheres em contextos urbanos e domésticos, e sendo relacionadas a atual política econômica capitalista que é a causa das injustiças, segregações e gentrificação urbana e social que mulheres arquitetas e urbanistas poderão atuar de forma específica na luta urbana contra o patriarcado. Sendo assim, esse presente material busca ser uma contribuição à profissionais de diversas áreas a se pensar na opressão feminina dentro dos espaços domésticos e públicos, na busca e na luta pelo direito das mulheres na sociedade.

#### Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia. *Do público e do privado: Uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna*. Estudos Feministas, Florianópolis. Jan 2012.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora José Olympio Edunb, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Editora Nova Fronteira. 1949.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo, SP. 1 ed. Editora Elefante, 2018.

FELIX, Sueli Andruccioli. *Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. São Paulo: Unesp – Marília Publicações, 2002. p. 14

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Prefácio e Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo, Editora HUCITEC, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola. 1992.

IZUMNO, Wânia Pasinato; SANTOS, Cecília MacDowell. *Violência Contra a Mulher e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. Universidade de São Francisco, Califórnia. 2014.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 1 ed. Estados Unidos. Editora WMF Martins Fontes, 2011

MINAYO, Maria Cecília de S. *Violência social sob a perspectiva da saúde pública*. Cadernos de Saúde Pública. 1994, nº 10, pp. 7-18. Suplemento 1.

PAESE, Celma. *O acolhimento na arquitetura da cidade*. Vitruvius, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

ROLNIK, Raquel. *As mulheres também têm direito à cidade?* Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-a-cidade/>.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*, 1987.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvido*. 1 ed. Petrópolis, SP. Editora Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Ed. 01. Petrópolis, SP. Editora Vozes. 2000

SOIHET, Rachel. *Formas de violência, relações de gênero e feminismo*. Revista Gênero, v. 02, n. 2, 2002.

# PENSAMENTO FEMINISTA NO PLANEJAMENTO URBANO: Pensar o território pela perspectiva de gênero - prática e epistemologia

*Isabela Rapizo Peccini*<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo a seguir propõe uma reflexão acerca da produção de conhecimento na sociedade moderna afim de chegar à proposição de um Planejamento Urbano que considere, em sua estrutura de pensamento, questões de gênero e raça. Construir a associação entre as desigualdades de gênero estabelecidas historicamente, a produção do espaço e a consequente vivência específica de mulheres no território é essencial para que se possa construir uma epistemologia e prática do campo que proporcione cidades que não se apresentem enquanto agentes de manutenção das desigualdades. Assim, perceber essas relações em aspectos como moradia, mobilidade e lazer para as mulheres na cidade é concretizar essas relações para a construção de outras perspectivas.

Palavras-chave: ciência moderna, gênero, território, mulher trabalhadora.

## FEMINIST THINKING IN URBAN PLANNING: Think the territory from a gender perspective practice and epistemology

## Abstract

The following article proposes a reflection about knowledge production in the modern society in order to consider the urban planning through gender and race thoughts. The relation between the historical gender inequalities, the space construction and the women experience in the city is crucial to develop a urban planning practice and epistemology that provides more inclusive cities. These associations must be analysed within various aspects of the women experience like habitation, mobility and recreation to materialize the gender perspective of the urban planning.

Keywords: modern science, gender, space, women.

## Introdução

O presente artigo busca construir e apresentar um desenvolvimento do pensamento feminista/perspectiva de gênero no campo do Planejamento Urbano. Como se chega à aplicação da questão de gênero no Planejamento Urbano? O que é partir desta perspectiva? Como se pode agir nesse campo levando o gênero e, principalmente, as desigualdades de gênero em consideração? Para isso, parte-se do entendimento do Planejamento Urbano como um campo de conhecimento submetido às estruturas e relações sociais e de desigualdade como qualquer outro campo da ciência. E se busca explicitar como essas estruturas se apresentam na cidade e na vida das mulheres.

É importante, aqui, considerar que o espaço estudado não é somente o espaço tradicionalmente definido pela Arquitetura e pelo Urbanismo, de edificações projetadas por profissionais da área, mas um espaço vivenciado, ocupado e transformado pelas pessoas em seu dia a dia (RENDELL, 2000). A produção desse espaço, portanto, não se dá de forma imparcial, ou seja, se dá pelos olhos e mãos do patriarcado e do capital e pode funcionar, portanto, como agente de manutenção das desigualdades frutos destes sistemas. Pretende-se, de forma ampla, entender como, então, as relações de gênero se manifestam no espaço e, pelo outro lado, como as relações espaciais se manifestam na construção do gênero. Ao analisar o espaço, entender quais relações se dão nele a partir do recorte construído pelas relações de gênero e classe e como isto ocorre. Assim, é possível mapear e espacializar lugares, diagnosticando problemáticas e conflitos ali existentes, onde possamos atuar através do olhar de arquiteto e urbanista para a produção de espaços que proporcionem outra vivência, ou seja, outra relação das pessoas com o espaço em si. Busca-se, inclusive, entender como o seu lugar social interfere nas suas vivências enquanto mulher e se há uma relação entre ambas as características.

Essa reflexão, porém, precisa se iniciar em outra. Se vivemos, então, uma sociedade pautada por sistemas fincados nas desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade há de se esperar que o que é produzido por essa sociedade possa funcionar como elemento agente de manutenção das desigualdades frutos destes sistemas. Porém, não é esse o entendimento adotado historicamente pelos cientistas. A Ciência Moderna se estabelece através do pensamento Iluminista pautando como determinante a consolidação de uma verdade, a produção de um conhecimento científico neutro através da definição de uma autoridade científica que se destaca da pessoa comum, ou seja, estabelecendo um conhecimento científico puro desenvolvido por um ser, o cientista, imparcial perante o resto da sociedade. Faz-se, assim, um questionamento sobre a própria Ciência Moderna e a construção histórica do conhecimento científico. Além de introduzir a crítica da teoria feminista e como se pode pensar a realidade através de outras epistemologias. Entendendo a construção do pensamento científico e trazendo esse pensamento ao Planejamento Urbano, busca-se tratar da realidade dos elementos aqui observados. A construção do papel social das mulheres e a divisão sexual do trabalho são elementos estruturantes da sociedade e também da cidade. Cidade, essa, que se estabelece, por esses sistemas, como uma cidade marcada pelas segregações e desigualdades.

Por fim, trata-se de como se pode estabelecer essa perspectiva na vida e na cidade, em quais aspectos podemos aplicar o pensamento feminista ao olhar para o espaço, entendendo gênero e raça como estruturas não só sociais, mas também espaciais. Perpassa-se por diferentes aspectos tanto da cidade como da vida das mulheres para fazer a reflexão sobre o espaço e as possibilidades de ação sobre ele.

Observar a cidade a partir da produção e reprodução das relações sociais é

<sup>1</sup> Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

visibilizar a diferenciação de vivência nesses espaços entre os diferentes grupos. A necessidade, portanto, de incluir as mulheres no pensar da cidade como agentes transformadoras e usuárias dos espaços é o maior incentivo para a produção deste trabalho. É preciso entender que não há ser humano padrão e que a cidade precisa dar conta de atender as necessidades de todas as pessoas que nela habitam – em que se pese as desigualdades existentes entre elas e a devida compensação. Enxergar o Planejamento Urbano e a cidade à luz de novas perspectivas, que complementem as ferramentas, práticas e conhecimentos que já nos utilizamos, é um caminho para que possamos construir cidades que proporcionem esta outra vivência, menos desigual.

### Sobre a ciência moderna

O conhecimento científico se funda, na Modernidade, como a forma de conhecimento universal, como o único caminho possível na busca pelas respostas das questões da vida e do mundo. Somente a racionalidade da ciência seria, nesse sentido, capaz de analisar, desenvolver e estabelecer a verdade sobre as coisas. Essa busca por uma verdade através das tramas da racionalidade demandaria, portanto, um distanciamento. A racionalidade aqui não deve ser construída por qualquer campo passional do ser, mas pela precisão. É assim que vemos o desenvolvimento das construções tanto da ideia do conhecimento científico como do sujeito que se propõe a dar explicações científicas sobre o mundo enquanto instâncias que devem almejar uma neutralidade. Nessa lógica, o conhecimento científico seria um conhecimento puro, não contaminado pelas vicissitudes da história ou pelas diferenças de status social e o cientista seria o ser imparcial responsável por sua produção.

O processo de endurecimento desse ideal de verdade e neutralidade se dá, na prática, pela construção de binarismos acerca da vida e do conhecimento, além da dominação de corpos, pensamentos e territórios. Esse olhar sobre as coisas se pauta entre um modo supostamente correto e um modo supostamente errado de se apreender a realidade. O primeiro, que cabe à Ciência, racional e o segundo, que cabe à Natureza, irracional. A partir dessa dicotomia, então, se funda uma série de associações. Razão versus emoção, objetividade versus subjetividade, imparcialidade versus parcialidade, mente versus natureza, máquina versus corpo. Não por acaso, essas associações se aproximam de outras, pois são binárias também as divisões dos corpos ou grupos sociais: homens versus mulheres, brancos versus não brancos (negros, indígenas, latinos), ricos versus pobres, heterossexuais versus homossexuais, cisgêneros versus transgêneros. E, ainda, se expandem à especificidade de cada campo do conhecimento. Cidade versus campo, espaço privado versus espaço público, trabalho versus casa ou espaço de trabalho versus espaço de lazer, por exemplo, no campo do Planejamento Urbano e Arquitetura. Dessas associações se estabelece a imparcialidade como necessária à produção científica e a deslegitimação de características que fogem à suposta neutralidade. As características condenadas pela Ciência, portanto, seguem sendo associadas aos grupos não dominantes socialmente: mulheres, pessoas não brancas, trabalhadores, assim como se associam a determinados territórios e populações atreladas a cada um deles. Essas associações são justificadas pela noção de que esses grupos seriam parciais, marcados pelos afetos, localizados em um ponto de vista específico ou, ainda, inferiores intelectualmente.

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (2001) nos apresenta a associação entre a binaridade razão/emoção e a binaridade masculino/feminino em um exemplo dado pela autora e professora de História da Ciência Londa Schienbinger:

Um caso ilustrativo de como essa dicotomia tem permeado as

construções ditas científicas nas ciências naturais nos é oferecido por Londa Schienbinger (1996). De acordo com essa autora, a associação do feminino com a natureza e do masculino com a mente se faz presente no *Systema naturae* de Carolus Linnaeus – precisamente, na sua designação da espécie humana como *Homo sapiens* (*homem sábio*), ao mesmo tempo em que situa nossa espécie na classe dos mamíferos ou *Mammalia*. De acordo com Schienbinger (1996, p.144): “Na terminologia de Linnaeus, uma característica feminina (a mama lactente) liga os seres humanos aos brutos, enquanto uma característica tradicionalmente masculina (razão) marca a sua separação”(SARDENBERG, 2001, p. 9).

Essas associações passam a permear, então, também o senso comum, o mundo das ideias fora do espaço acadêmico-científico, e influenciam diretamente a vida das pessoas e também a ideia delas sobre a educação e a ciência. A luta constante do homem contra a sensibilidade, a ideia de que meninos e homens não devem chorar, o *azul para meninos e rosa para as meninas*, a responsabilidade masculina pelo trabalho remunerado e feminina pelo trabalho doméstico, a doença e a cura como algo científico e não natural, o corpo branco como um corpo centrado e o corpo negro como um corpo selvagem, entre outras, são tentativas de estabelecer o certo e o errado corroborando com as binaridades difundidas pelas ideias de racionalidade da Ciência Moderna. Mas, se as associações da verdade da Ciência se fundem com as binaridades sociais e colocam em confronto não só ideias abstratas como também ações e grupos sociais, como poderia ser ela mesma – a Ciência – universal e neutra? Diferentemente de como se coloca o produtor de conhecimento, o cientista racional é a figura do majoritário por excelência: homem, branco, falante de uma língua dominante, ocidental, cisgênero, heterossexual, objetivo, imparcial.

Esse questionamento é realizado, aqui, em consonância com as reflexões da antropóloga Cecilia Sardenberg (2001) e da filósofa Isabelle Stengers (1949), que juntamente a outras autoras da Antropologia e Filosofia da Ciência constroem extensa bibliografia no questionamento à neutralidade da Ciência Moderna e na proposição de outras epistemologias. Stengers reflete:

Por que traço, nessa perspectiva, se reconhece uma definição positivista da ciência? Pelo fato de que esta age, antes de mais nada, pela desqualificação da *não-ciência* a qual sucede. Essa desqualificação, para Gaston Bachelard, está associada à noção de *opinião* que *pensa mal, não pensa, traduz* necessidades em conhecimento. A ciência constitui-se, portanto sempre *contra* o obstáculo constituído pela opinião, um obstáculo que Bachelard definiu como um dado quase antropológico. A luta da ciência contra a opinião torna-se, nos momentos mais líricos, o confronto entre os *interesses da vida* (aos quais a opinião está sujeita) e os *interesses do espírito* (vetores da ciência) (STENGERS, 1949, p. 36).

Se entendo, então, que qualquer ser social que se coloque na posição de produtor de conhecimento está localizado em um lugar social determinado, que implica determinadas conexões com outros sujeitos num campo estruturado por relações de poder e que não há esse lugar de neutralidade criado pelo racionalismo da Ciência Moderna, há de se buscar entender como se dá historicamente esse processo de invisibilização de outras possibilidades de conhecimento e como esse processo se rebate na produção de conhecimento especificamente do campo do Planejamento Urbano e, conseqüentemente, na vida cotidiana das pessoas ao vivenciar e ocupar os espaços.

## Corpo, dominação e construção de saberes

A autora italiana Silvia Federici, em seu livro “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” (2017) realiza análise do período de *transição* do feudalismo para o capitalismo a partir de um ponto de vista não tradicionalmente utilizado pela maioria dos autores sobre esse período, que é a inclusão do advento da chamada caça às bruxas na Europa como elemento essencial para a consolidação desse sistema e das relações econômicas e sociais que se desenvolvem até a atualidade. Como um dos mecanismos para o desenvolvimento capitalista, Federici irá tratar do conceito denominado por Foucault como *disciplinamento do corpo*. A dominação dos corpos é preocupação da Ciência em todos os processos de estruturação dos sistemas sociais desde o século XVI. Será através da reconstrução do conceito e identificação do corpo que se desenvolverão justificativas para a erradicação de uma série de práticas e imposição de outras. A aproximação ideal do corpo com a máquina e o distanciamento do que é natural corrobora para a dominação de determinados grupos sociais, do que vem a ser a classe trabalhadora, das mulheres enquanto responsáveis pela reprodução biológica, dos povos colonizados como submissos.

O que morreu foi o conceito do corpo como receptáculo de poderes mágicos que havia predominado no mundo medieval. Na realidade, este conceito foi destruído. Por trás da nova filosofia encontramos a vasta iniciativa do Estado, a partir da qual o que os filósofos classificaram como *irracional* foi considerado crime. Esta intervenção estatal foi “subtexto” necessário da filosofia mecanicista. O “saber” apenas pode converter-se em “poder” se conseguir fazer cumprir suas prescrições. Isso significa que o corpo mecânico, o corpo-máquina, não poderia ter se convertido em modelo de comportamento social sem a destruição, por parte do Estado, de uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, práticas e sujeitos sociais cuja existência contradizia a regulação do comportamento corporal prometido pela filosofia mecanicista. [...] Assim é como devemos ler o ataque contra a bruxaria e contra a visão mágica do mundo que, apesar dos esforços da Igreja, seguia predominante em escala popular durante a Idade Média (FEDERICI, 2017, p. 257).

A dominação dos corpos é, então, essencial para a virada de um novo sistema social. Essa dominação é, assim, marcada por violência e pela construção ideal de quais corpos fazem parte do espectro científico e quais não fazem. Nesse contexto, então, de dominação de povos, de consolidação de um novo sistema político e econômico e de racionalização dos conhecimentos, as mulheres são vistas como o grupo que centraliza em suas práticas o conhecimento da magia, todo conhecimento que é relacionado à natureza, e passam a ser, então, o grupo social diretamente perseguido sob a acusação de bruxaria. Aqui, entende-se que o que se considera como magia nesse momento é qualquer forma de conhecimento ou prática relacionada à espiritualidade, mas também à natureza, pela utilização de elementos naturais como métodos de cura ou superstição, ao entendimento do próprio corpo, como pelo desenvolvimento de métodos naturais contraceptivos<sup>2</sup>, entre outros.

O crime de bruxaria é, portanto, um crime feminino, uma reação à resistência das mulheres às lógicas capitalistas e à seu poder sobre a sexualidade, controle

<sup>2</sup> É importante citar que, nesse momento, a Europa vive, também, uma crise de natalidade e a criminalização do controle reprodutivo por parte das mulheres é essencial para reverter esse quadro e dar aos homens o poder deste conhecimento/prática.

reprodutivo, capacidade de cura e aproximação com a natureza e a espiritualidade. Essa perseguição não só provoca um extermínio da população feminina, como constrói legal e culturalmente uma demonização do corpo e mente das mulheres, associando-as à irracionalidade e, conseqüentemente, as distanciando do ideal racional estabelecido pela ciência filosófica da época. Esse processo é a destruição de todo o poder social das mulheres, retirando-as de qualquer papel de desenvolvimento de conhecimento e de protagonismo social, construindo um imaginário teórico e popular sobre as mulheres pautado pelo controle e dominação.

A caça às bruxas foi também a primeira perseguição, na Europa, que usou propaganda multimídia com o objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população. (...) foram os juristas, os magistrados e os demonólogos, frequentemente encarnados na mesma pessoa, os que mais contribuíram na perseguição: eles sistematizaram os argumentos, responderam aos críticos e aperfeiçoaram a maquinaria legal que, por volta do final do século XVI, deu um formato padronizado, quase burocrático, aos julgamentos, o que explica as semelhanças entre as confissões para além das fronteiras nacionais. No seu trabalho, os homens da lei contaram com a cooperação dos intelectuais de maior prestígio da época, incluindo filósofos e cientistas que ainda hoje são elogiados como os pais do racionalismo moderno (FEDERICI, 2017, p. 299).

Os processos de subalternização das mulheres e de assimilação de parte da população enquanto proletariado estão entrelaçados e co-relacionados. As divisões sexual, social e internacional do trabalho são intrínsecas, se mantêm e mantêm os sistemas de dominação funcionando. Federici irá ressaltar a importância do trabalho reprodutivo como um trabalho gratuito e realizado exclusivamente pelas mulheres para as engrenagens do sistema de exploração da classe trabalhadora. Essas relações, por seus papéis estruturantes dos sistemas de dominação, reverberam até os dias de hoje. Seguimos, como veremos mais adiante, enraizados nessas mesmas formas de divisão sexual e social do trabalho, gerando, inclusive, divisões e configurações espaciais a partir dessas estruturas.

O mecanismo de construção de binaridades e de subalternização de grupos sociais se dá, também, nos processos de colonização indígena e africana. O avanço espanhol em terras americanas, por exemplo, é marcado pela construção de uma justificativa racional para a dominação violenta pautada justamente na *bestialização* dos povos dominados. Assim como acontece com as mulheres consideradas bruxas e perseguidas na Europa, a acusação de adoração ao diabo tem, também, papel essencial na colonização de indígenas americanos. E se repetirá no processo de escravização de povos do continente africano no Brasil.

No Brasil, desde o momento do dito descobrimento se instaura, também, um regime de escravização. Homens, mulheres e crianças são trazidos do continente Africano forçadamente para servir de mão de obra para o desenvolvimento econômico do mercado de cana e açúcar. Os mesmos argumentos de *bestialização* e *selvageria* utilizados em relação às mulheres na caça às bruxas e aos índios nativos são também demarcados aos corpos e mentes negros. O processo de diáspora africana, portanto, além de violento fisicamente, se dá de forma violenta em relação à cultura, identidade e conhecimento e é elemento essencial para o desenvolvimento do que se entende enquanto trabalho, educação, racionalidade, para o desenvolvimento da modernidade e para as associações e estruturas pautadas nas desigualdades de raça, gênero e classe para todos estes campos. A escravidão no Brasil é parte

estruturante da nossa história e determina todos os aspectos de construção desta sociedade desde então - política, econômica, cultural e, inclusive, espacialmente falando. As estruturas de poder determinam espaços, abstratos e concretos. A sociedade colonial se estrutura a partir do corpo negro, que lhe serve como mão de obra, como mercadoria, como demonstração de poder e status, além de afirmação de superioridade.

O território corporal é o primeiro lugar de ataque do colonialismo. Seja através da morte física, genocídio, objetificação, sequestro, tortura, estupro, ou da morte simbólica, regulação do corpo através das instâncias do pecado e da conversão. Em ambos os processos são praticados os ataques a outros modos de saber (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 94).

Se gênero e raça são, então, estruturantes para a produção de conhecimento e para a determinação das características desse conhecimento, exaltando determinada produção e subjungando outra, essa divisão é uma expressão de poder e esses fatores precisam ser considerados quando pensamos sobre qualquer campo de conhecimento. A Ciência não está fora da história, ela é – assim como a cidade, como veremos mais a frente – produto e reprodutora das estruturas da sociedade, dos mecanismos de dominação e hierarquização, da segregação intelectual, física e espacial. E se esses elementos – gênero e raça – são estrutura para a ciência, propomos então uma quebra de paradigma, propomos que esses elementos sejam categoria de análise da ciência e, no caso desta pesquisa, de análise do espaço.

Diferentemente do que é apresentado pela Ciência hegemônica, consideraremos, aqui, o espectro das possibilidades, levando em consideração que estamos passíveis de divergências e erros, mas também de mais possibilidades de acertos e potências. Trataremos as diferenças inerentes a um novo fazer epistemológico como meios de (re)pensar a própria prática, atualizar lugares epistêmicos, inclusive o de pesquisadora, se colocando como interlocutora e também aprendiz, como qualquer ser humano que toque a possibilidade do conhecimento. Retirar os moldes coloniais do saber perpassa, além de enxergar o saber em outras práticas que não só as racionalmente definidas enquanto Ciência, ver a diversidade inclusive dentro de cada nova perspectiva. Portanto, entender que a própria ótica feminista se constrói em diferentes correntes e formas de ver o mundo e a própria desigualdade de gênero, assim como o que chamaremos aqui de ótica *das macumbas*, trazendo a pluralidade da vivência, do saber e do fazer conhecimento de negros e negras.

Nesse sentido, esses são os pontos de partida dessa virada epistêmica: a inclusão de uma visão a partir de uma perspectiva feminista e antirracista sobre a ciência e o mundo. Mais do que isso, uma construção feminista e antirracista da ciência e do mundo.

### **Pressupostos sobre o ser mulher e a cidade**

#### *Mulheres: papel social e divisão sexual do trabalho*

Os papéis que exercemos enquanto mulheres ou homens nos são designados, são a forma com que a sociedade em que vivemos construiu para que fôssemos e agíssemos. Como colocado por Beauvoir (1967), a construção social e cultural do que é feminino e masculino nos é imposta como um padrão natural. Esses padrões são construídos, reforçados ou desconstruídos pela forma como se organizam as sociedades ao longo da história e estabelecidos desde o nascimento de meninas e

meninos. De acordo com as relações, também, se desenvolvem variações em como esse padrão aparece. Se, além de patriarcal a sociedade é também racista, haverá uma construção de papel social que se difere entre mulheres brancas e negras, mas que estão ainda sendo pautadas por um comportamento ideal. Como vimos no item anterior, essas estruturas vão se consolidando a partir de uma série de processos de dominação que atingem corpo, mente, espacialidade.

Em todos os dados colhidos no processo de pesquisa sobre a história das condições de vida das mulheres através dos tempos, pode-se sentir que as pobres sempre foram o *burro de carga*, afundadas no trabalho, as ricas ou privilegiadas sempre viveram mergulhadas em seus triunfos intelectuais e mundanos, e todas elas foram sempre apenas reprodutoras da espécie, escravas declaradas incapazes pelas leis e códigos (ALAMBERT, 1997, p.51).

A divisão do trabalho por homens e mulheres se reflete na vivência dessas pessoas nos espaços públicos e privados. Se o trabalho da mulher é, predominantemente, no âmbito do espaço privado, ela não viverá de forma tão intensa o espaço público e, conseqüentemente, este espaço não será pensado para ela e nem por ela.

Na cidade metropolitana e contemporânea, a mulher ocupa de forma mais plural os espaços público e privado, pois passa a acumular funções. Diferente das mulheres dos séculos anteriores, nós não mais nos dividimos em mulheres exclusivamente do lar e mulheres trabalhadoras, o que não exclui, porém, que os padrões continuem sendo reforçados. O seu papel de responsável pela reprodução da vida ainda se mantém, cresce a possibilidade de vivência do espaço público, principalmente como mão de obra. A mulher trabalhadora é também responsável pelo lar, estabelecendo as duplas ou triplas jornadas.

Hoje, as mulheres constituem 45,5% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, havendo um crescimento gradativo desse dado nas últimas décadas<sup>3</sup>. Apesar disso, a condição da inserção delas no mercado de trabalho ainda se dá de forma desigual. As mulheres, de maneira geral, ocupam esse espaço através dos empregos mais precários, informais ou em domicílio, ou ainda, recebendo salários mais baixos que o dos homens por funções iguais (SILINGOWSCHI, 2007). Esse fato é recorrente na história, vide as relações de trabalho estabelecidas desde os séculos XVII e XVIII pelas mulheres pobres e negras, antes escravizadas.

A cultura da responsabilidade doméstica designada para a mulher faz com que 86% dos trabalhadores domésticos sejam mulheres. Além disso, 60% dos lares com empregadas domésticas são chefiados por homens. As funções de doméstica e cuidadora empregam 20% das mulheres ocupadas no país. Ainda de acordo com a PNAD 2014, mulheres receberam em média 74,5% do rendimento de trabalho dos homens em 2014. Em 2013, essa proporção era de 73,5%. Analisar o emprego feminino levou a perceber a divisão sexual do trabalho como estruturante de uma nova divisão internacional do trabalho.

[...], apesar de ocorrer um aumento da maior inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço trabalho formal quanto informal do mercado de trabalho, ele traduz-se majoritariamente nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis (SILINGOWSCHI, 2007, P.63).

<sup>3</sup> Dado retirado da Síntese dos Indicadores Sociais realizada pelo IBGE em 2016.

Essa inserção desigual se dá como consequência (e manutenção) da lógica que designa à mulher a responsabilidade do trabalho doméstico e de discriminações e restrições sofridas por elas em nossa sociedade, e influenciam diretamente em sua vivência cotidiana do espaço da cidade. Na ocasião da pesquisa parte de Trabalho Final de Graduação defendido no ano de 2016 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, busquei entender a relação das mulheres trabalhadoras terceirizadas da Universidade com a cidade. A partir de entrevistas, conheci um grupo majoritariamente morador da zona norte e baixada, trabalhando na Cidade Universitária como responsáveis por trabalhos de manutenção. Elas, majoritariamente, moravam com outras pessoas, principalmente seus filhos, sendo a maioria solteira. Dividindo seu tempo entre o trabalho na Universidade e o trabalho em casa, realizado principalmente a noite e nos fins de semana, essas trabalhadoras realizam seu deslocamento casa-trabalho principalmente de ônibus. Durante o processo de aproximação com elas, identificou-se a falta do aspecto do lazer em suas vidas, principalmente se realizado no espaço da cidade. Este era, para a maioria delas, um desejo e não havia nenhuma identificação de um espaço na cidade utilizado para esse momento. Esse é um panorama específico, mas que pode ser rebatido de forma mais generalizada em relação às mulheres trabalhadoras no Rio de Janeiro, que em sua maioria fazem o deslocamento zona norte/baixada para o centro ou zona sul, principalmente de ônibus, sendo principais responsáveis pelos seus filhos e, portanto, acumulando essas funções em seus cotidianos.

Com a dupla jornada, a mulher passa a ter dois espaços de trabalho: dentro e fora de casa. A dinâmica de seu dia a dia passa por ir e voltar do local de seu trabalho produtivo, mas também por realizar as compras de alimentos e produtos necessários para a casa, levar filhos na escola, acompanhar pessoas mais idosas e crianças da família à médicos, entre outras tarefas, o que faz com que seu percurso na cidade seja distinto do homem que, normalmente, vai de casa para o trabalho e do trabalho para casa, ou tem paradas para o lazer após o expediente. Faz-se necessária a utilização de mais de um meio de transporte para se chegar de um ponto a outro devido às paradas, o que é intensificado pela má qualidade dos transportes públicos e pela vulnerabilidade da mulher nesses espaços, sofrendo, ainda, por assédios e agressões. Essas situações de conflito proporcionam uma vivência específica do espaço, a serem desenvolvidas mais a frente nesse trabalho.

#### *A cidade como espaço social, a cidade capitalista*

Se todo conhecimento é e nós mesmos, enquanto indivíduos e grupos sociais, somos, então, localizados não há como pensar que a produção do espaço e o desenvolvimento do campo do Planejamento Urbano enquanto campo de conhecimento tenha se dado até aqui de forma imparcial. A cidade é, assim como afirmado por autores como Harvey (2005), Rolnik (1995) e Maricato (2002), produto histórico, político e social da vida coletiva, e reflete espacialmente as relações que se estabelecem entre as pessoas que a vivem. Se estamos construindo e vivendo em uma cidade regida por um sistema capitalista, patriarcal e racista, podemos entender que a cidade está sendo pensada para os beneficiários diretos deste sistema: homens, brancos e detentores de capital.

A cidade não é um objeto estático, é produto e (re)produtora de relações sociais construídas ao longo dos tempos e contextos. Henri Lefebvre (2000) constrói o conceito de urbano a partir da existência, em seu espaço, dos conflitos sociais e, nesse sentido, denomina a cidade como o espaço social.

Os espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem. Não são coisas, limitadas umas pelas outras, se chocando por seu contorno ou pelo resultado de inércias. [...]Resta compreender o que produz os diversos movimentos, ritmos, frequências, o que os entrelaça e mantém a hierarquia precária de grandes e pequenos, de estratégias e táticas, de redes e lugares (LEFEBVRE, 2000, p.76-77).

A cidade capitalista é o espaço do mercado e ao mesmo tempo é, em si, o mercado. Rolnik (1995) aponta que a cidade está à venda e é marcada pela segregação, que acontece fisicamente por muros, grades, pontes, placas; de forma abstrata, pela divisão de territórios diferentes por classes sociais, cor, gênero, idade; e também por funções, espaço do trabalho, da moradia, do lazer. No Rio de Janeiro (e em toda metrópole) existem diversas cidades em uma só e suas estruturas são essenciais para as estruturas da sociedade. A marca das desigualdades se dá através do espaço privado de vivência, a moradia, e também do espaço público pela falta de infraestrutura e recursos em certas localidades. Equipamentos públicos, áreas de lazer, saneamento básico, manutenção e serviços são pensados e distribuídos de formas diferentes para cada parte da cidade, conformando os processos de valorização ou desvalorização dos espaços urbanos. De acordo com Maricato (2000), essas áreas mais desvalorizadas e que acabam, portanto, invisibilizadas na cidade podem ser entendidas como áreas de exclusão urbanística. As mulheres, por sua vez, sentem essa diferença de forma mais incisiva, visto que seu cotidiano é diferenciado em relação ao ser humano tomado como modelo.

A esfera da circulação e difusão de ideias acerca da produção dos espaços a partir da construção de agendas políticas para o urbano será, nessa mesma lógica, perpassada (e desenvolvida) pela argumentação científica da racionalidade. Da mesma forma que a Ciência constrói o imaginário do cientista como descolado da vida cotidiana ou do senso comum, será construída a ideia de um sujeito que é possuidor do domínio do conhecimento e capacitado para elaborar e resolver os problemas dos territórios. Nas últimas décadas, se estabelece uma conexão entre a agenda urbana e a agenda de reestruturação produtiva (ARANTES, 2006). O discurso de uma crise urbana que se daria por causa da gestão pública é construído, inclusive, pelos agentes de organizações internacionais que participam da construção e difusão de ideias (problemas e soluções) sobre as cidades. Cresce o discurso de defesa de diminuição da participação estatal, de terceirização e privatização de serviços, se estabelecendo como solução dos problemas territoriais, justamente, o desmantelamento da estrutura pública, o rebaixamento de parâmetros como manutenção, infraestrutura e habitação localizados, essencialmente, nas áreas periféricas. Assim, se retorna à (ou se reafirma) a racionalidade dos consultores e organizações que se colocam como imparciais e independentes como caminho. Os negócios passam a elemento central da gestão urbana e o âmbito público passa a ser gestor não mais de políticas, mas de parcerias entre o campo público e o campo privado (solucionador). Nesse processo, há também uma necessidade de distanciamento (assim como desenvolvido no início desse texto acerca da própria Ciência), um distanciamento territorial. As decisões deixam de ser tomadas em âmbitos públicos e locais e passam a ser tomadas em espaços externos, globais. A aplicação de modelos universais através do ideal de best practice coloca a técnica como distanciada do aspecto político e social e, por isso, mais eficiente. Uma mesma solução pode ser aplicada em diferentes lugares com parâmetros amplos, pois essas soluções são tecnicamente eficientes, assim como seus idealizadores.

O alinhamento entre as diversas instâncias de poder e gestão dos territórios (municipal, estadual e federal), a construção de um objetivo patriótico comum conformam os elementos essenciais do Planejamento Estratégico como forma de intervir na cidade

em resposta a uma conjuntura de crise. Essas intervenções são marcadas pelo viés tecnicista e, portanto, pelo esvaziamento dos espaços amplos de decisão sobre a cidade e pela abertura para que o mercado seja o principal agente transformador do espaço, imperando a lógica empresarial de solução da cidade sobre os interesses sociais de uso do solo.

Vê-se, então, que em diferentes momentos históricos a interferência direta do mercado na construção e organização das cidades se manifesta de forma determinante na vida da população pobre e, ainda mais, na vida das mulheres deste contexto social. E se o processo de transformação da cidade se repete ao longo dos anos, se repete também a resistência das mulheres.

Rachel Soihet (1989) em seu livro sobre as mulheres pobres dos cortiços do centro e área portuária do Rio de Janeiro, entre 1890-1920, sobretudo, no período Pereira Passos, captura a importância histórica do papel da mulher na sociedade na época. São mulheres moradoras de cortiços e de habitações coletivas que exerciam atividade no setor terciário, ou seja, atividades menos remuneradas que as operárias da época, como prostitutas (além de faxineiras, lavadeiras, artesãs, cartomantes, etc). Mulheres que se apropriavam intensamente do espaço público da cidade, diferentemente da mulher burguesa (TAVARES, 2015, p. 136).

Apesar de seu lugar e papel designados socialmente e do impacto intenso do desenvolvimento da cidade capitalista em sua vida cotidiana, as mulheres aparecem, em cada um dos diferentes contextos históricos, como resistência a esse modelo de cidade, seja de forma organizada em movimentos sociais como visto anteriormente, seja pelo simples ato de ocupar a rua.

#### Planejamento urbano pela perspectiva de gênero

Se, como visto anteriormente, na Ciência estabelecemos historicamente verdades pautadas por binaridades, tanto de conceito como por associações à binaridades sociais, podemos identificar também essa estruturação de pensamento no campo do Planejamento Urbano. Ao pensar o espaço, podemos identificar oposições como campo versus cidade, casa versus trabalho, espaço público versus espaço privado, espaço de trabalho versus espaço de lazer. Todas essas binaridades determinam noções sobre esses espaços, sobre suas funções e também sobre quem pode ocupar cada um deles. Nessa lógica que determina não só oposições, mas também hierarquias, a cidade é o espaço da modernidade, o campo o espaço do atraso, a casa é o espaço da família, o trabalho do sustento, o espaço público foi muito dito como o espaço do homem enquanto o espaço privado o espaço das mulheres. Nesse caso se pensamos as interseccionalidades, vamos ver também que essa binaridade se dá de forma mais complexa, pois o espaço privado é, na verdade, o espaço de determinadas mulheres, não todas. Mulheres negras sempre estiveram trabalhando no espaço público, mas não seriam dignas da família do espaço privado burguês.

Essa proposição é apoiada em produção de algumas das autoras da filosofia da Ciência como Sandra Harding, Cecilia Sardenberg, Isabelle Stengers que constroem a crítica à Ciência Moderna e a proposição de outra epistemologia, uma epistemologia que não só utilize o gênero como elemento descritivo das relações, mas que o entenda enquanto elemento estruturante. A histórica exclusão das mulheres no mundo da Ciência não só as retira enquanto indivíduos e grupo social, mas impacta diretamente no conteúdo do conhecimento. É necessário assumir o posicionamento na produção

da ciência para que outros posicionamentos sejam levados em consideração.

Incluo, ainda, nessa proposição, o conceito elaborado pela Kimberle Creanshaw, de interseccionalidade. Entendendo que essas estruturas que excluíram as mulheres historicamente de uma série de lugares sociais não só o fizeram às mulheres e, portanto, se queremos construir outras epistemologias não podemos nos esquivar de interseccionar as estruturas, enxergar e considerar as diferenças dentro das diferenças. No caso da cidade, deve ser essencial perceber que, se vivemos cidades diferentes enquanto homens e mulheres, também vivemos cidades diferentes enquanto mulheres brancas e negras, por exemplo, e esses fatores devem estar sendo levados em consideração no pensar a cidade.

A partir desse entendimento, é possível identificar de que forma e sob que aspectos as questões das desigualdades de gênero se aplicam de forma prática no campo do Urbanismo, atingindo a vivência das mulheres nos espaços e como pensadoras do território podem utilizar essa perspectiva.

#### Moradia

Os espaços de moradia, por mais diferentes que sejam, possuem áreas principais: sala, quarto, cozinha, banheiro. A forma como esses espaços são distribuídos nas casas e a própria relação da casa como um todo com o resto da cidade se construiu ao longo do tempo de acordo com as nossas relações e formas de vida. A partir dos anos 50, com o desenvolvimento do Modernismo no Brasil há uma mudança drástica na organização espacial das casas. O modernismo passa a pensar o espaço de forma funcionalista, e esse pensamento funcional faz com que sejam determinados espaços específicos pra cada uma das atividades na casa, assim como faz com que haja uma setorização desses espaços em um tripé: social, íntimo e serviço. Essas três funções são separadas na casa, colocando limites mais claros sobre quem percorre cada um desses espaços e como eles se relacionam. No contexto das casas burguesas, produzidas pelo campo da Arquitetura, a área de serviço se coloca quase que isolada, sempre aos fundos das casas. Se são as mulheres (da família ou empregadas) que realizam o trabalho doméstico, há a possibilidade de estar nesse espaço se ter tido nenhuma ou quase nenhuma conexão com os espaços sociais. E essa divisão constrói uma relação específica das mulheres com o espaço da casa. Para elas, a moradia não é só abrigo, mas é também espaço de trabalho – trabalho doméstico. Se esse trabalho fosse pensado de forma mais coletiva, socialmente, sendo dividido por todos os sujeitos da família, esse espaço não seria tão segregado e, por outro lado, se os espaços da casa possibilitassem mais integração, todas as pessoas estariam vivendo esses espaços ao mesmo tempo e, assim, haveria incentivo para a divisão das tarefas.

Em outro campo de debate acerca da moradia, ao tratarmos de déficit habitacional e movimentos de luta por moradia, chega-se a uma série de outros aspectos da relação das mulheres com esse espaço. Em meio a movimentos de luta pela moradia, vê-se que a moradia, para elas, não é vista como mercadoria, por seu valor de troca, mas sim pelo seu valor de uso, pela necessidade de manter o próprio abrigo e, principalmente, da família. Nesse contexto, a vida das mulheres é ainda mais impactada. No Rio de Janeiro dos últimos anos, os movimentos de resistência nas comunidades têm como liderança<sup>4</sup>, muitas vezes, mulheres. Mulheres que costumam ser moradoras

4 Dona Penha, liderança da Vila Autódromo, teve sua casa demolida em 8 de março de 2016, Dia Internacional de Luta das Mulheres e, mesmo assim, se manteve na luta e incentivando outros moradores e moradoras. Alessandra, do Morro da Providência, utiliza sua crença, evangélica, para proferir discursos fortes sobre a vida e luta. Socorro, na Indiana, participa de diversos eventos levando

antigas daquela comunidade, que predominantemente são a pessoa referência da família, responsáveis pelo bem estar e sobrevivência de filhas(os) e outros parentes e também pela renda que os sustenta. Várias delas ainda fazem complemento desta renda com trabalhos feitos em casa como faxinas, artesanato ou venda de comida. Para estas mulheres, os processos de remoção não são somente a perda de uma casa, mas também a perda de seu sustento.

Assim sendo, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV do Governo Federal (Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009) nos apresenta uma profunda contradição. Ao mesmo tempo em que dá a titularidade da casa à mulher, possibilitando a ela a garantia da moradia sem nenhuma dependência de marido ou qualquer figura masculina, retira esta mulher de seu lugar. Como grande parte dos empreendimentos é localizada em áreas afastadas da de origem de suas(seus) moradoras(es) e, inclusive, afastada de qualquer centralidade na cidade, além da proibição da utilização do imóvel como qualquer forma de comércio, a mulher perde sua possibilidade de renda, afinal, a maioria delas utilizava o próprio espaço da casa e sua vizinhança como sustento. Nesse contexto, em depoimento dado por uma das moradoras resistentes da Vila Autódromo<sup>5</sup>, vê-se que tanto a transferência para um condomínio do PMCMV quanto o recebimento de indenização pela remoção retiram destas mulheres a independência. Enquanto moradoras da Vila Autódromo, possuem a concessão do direito de uso da terra, mas quando são removidas, na maior parte das vezes a titularidade passa ao homem e, no caso da indenização, o dinheiro é repassado também à figura masculina. Fatos esses que se repetem em outras comunidades removidas na cidade.

É importante perceber que todas essas relações são demonstradas na maioria de mulheres como lideranças e resistências nos movimentos de luta pela moradia, para elas, a casa é resistência.

### *Mobilidade*

Outro espaço de vulnerabilidade para as mulheres é o espaço do trânsito pela cidade. A segurança é ponto central ao pensar sobre mobilidade entre mulheres, o assédio. A partir do momento que o corpo feminino é entendido socialmente como um corpo público, como o é na nossa sociedade, se entende que esse corpo no espaço público está à mercê de outros. Essa questão vem ao encontro ao fato do nosso corpo ser “delimitado por uma moralidade a que os homens não são submetidos. Uma moral que nos localiza na cidade” (TAVARES, 2015, p.115), afirmando que não pertencemos a esse espaço. O transporte público - ônibus, metrô, trem – é, apesar de em locomoção, um espaço fechado. A vulnerabilidade e o medo de se estar em um espaço fechado só é vivida por esse corpo, pelo corpo feminino estabelecido como corpo público.

Essa situação se agrava, ainda, quando conectamos as responsabilidades determinadas como femininas à necessidade de percorrer mulheres trabalhadoras se

---

suas experiências, dores e lutas, sua resistência. O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia /MNLN tem como liderança Lurdinha, sempre acompanhando as ocupações do movimento e, organizando a luta. E, se aproximando do nosso objeto de estudo, a classe das trabalhadoras terceirizadas da UFRJ também tem como liderança duas mulheres, Nea e Terezinha, presidenta e vice-presidenta da Associação de Trabalhadores terceirizados da UFRJ /ATTUFRJ.

<sup>5</sup> Depoimento dado no evento “Seminário Mulheres e Direito à Cidade: Narrativas de Resistência” realizado em 09 de junho de 2016 no Rio de Janeiro, contando com a presença de mulheres que pesquisam ou vivem situações intensas de desigualdade no território carioca, como moradoras da Vila Autódromo e do Complexo da Maré, além de liderança indígena e de favelas.

dá majoritariamente por transporte público e não se dá com origem e destino únicos. As mulheres exercem uma série de atividades que demanda uma série de paradas. Deixar os filhos na escola, buscar os filhos, ir ao mercado, levar alguém da família ao médico. A precariedade do transporte tanto em termos físicos como em termos de trajetos e linhas, portanto, afeta diretamente e mais intensamente as mulheres. Pensar outras formas de locomoção, pensar redes viárias com mais conexões e, ainda, pensar a distribuição de serviços na cidade de forma diferente, ou seja, para que trabalho produtivo, reprodutivo, moradia, educação, saúde e lazer estejam mais próximas, impacta diretamente na vivência das mulheres na cidade, no seu dia a dia e na sua mobilidade.

### *Insegurança*

A insegurança, a impossibilidade de percorrer ou estar onde quer que seja em determinados dias e horários e o medo são causados pelo social, no sentido de que o mal que temos medo é causado por outra pessoa e nossas relações, mas são reforçados pelo espaço e seus elementos. Conforme metodologia utilizada no *Manual de Análisis Urbano* (2010) utilizam-se alguns aspectos dados como importantes para a análise do espaço em busca de um lugar seguro para a mulher: reconhecer facilmente o entorno; ver e ser vista; ouvir e ser ouvida; ter sempre visível uma saída ou lugar para pedir ajuda; limpeza e cuidado do entorno; atuação coletiva no espaço público; iluminação eficiente. Além de considerar os tipos e horários de uso, as possibilidades de transporte e a movimentação nos espaços.

A insegurança é um tema que toca a todas as pessoas que vivem a cidade mas é importante considerar que há perigos e medos vividos exclusivamente ou mais intensamente pelas mulheres. As diferenças dessas vivências não são somente materiais, são fruto da forma como a mulher é vista e construída pela sociedade, o lugar designado à ela e sua sensação de pertencimento ou não ao espaço.

### *Lazer*

Ao olharmos os espaços públicos recorrentes na cidade do Rio de Janeiro, é possível identificar quadras de futebol, esporte majoritariamente praticado por homens, parquinhos com brinquedos para crianças e mobiliário para atividades físicas voltadas para idosos na maioria deles. Não se identifica, porém, um espaço público planejado especificamente para as mulheres. Veremos como isso se dá de forma concreta nas análises a seguir.

Em estudo e projeto realizado em Vienna, Austria<sup>6</sup>, tentou-se identificar como homens e mulheres utilizavam os parques públicos. Os resultados mostraram que, a partir dos nove anos de idade, o número de meninas que utilizam os parques cai drasticamente, enquanto o número de meninos se mantém. Isso se dava pois, a partir do momento em que se estabelecia uma disputa de interesses pelo espaço, as meninas não conseguem se sobrepor aos meninos, que tomam o espaço para si. Tendo esse diagnóstico, foram feitas algumas transformações em dois parques da cidade. Foram colocadas quadras de vôlei e badminton, para pluralizar os locais de esportes, o paisagismo passou a subdividir grandes áreas em áreas menores e mais aconchegantes e elementos de acessibilidade foram inseridos. O resultado foi

---

<sup>6</sup> Para saber mais sobre a experiência em Vienna: <http://www.citylab.com/commute/2013/09/how-design-city-women/6739/>. Acesso em 07/07/2016.

imediatamente. Houve um aumento visível do uso dos espaços do parque por parte de meninas e mulheres, sem que um grupo prevalecesse sobre o outro.

Nós também abordamos projetos de parques com a perspectiva de gênero, encorajando políticos a promoverem espaços livres que também levassem em consideração as necessidades específicas de meninas e mulheres, visto que, como demonstram estudos e análises, são necessidades específicas. As pesquisas de base realizadas por sociólogos – que nós promovemos – demonstram que as meninas têm menos chances e oportunidades de ocupar o espaço livre – parquinhos e parques públicos – por se sentirem inseguras ou porque o desenho dos parques e a estrutura dos espaços são orientadas para os interesses dos meninos. O estudo, com seus resultados evidentes, criou esta consciência entre os responsáveis políticos em Vienna. Então, conduzimos seis projetos piloto, quatro deles com ampla participação em seu processo, e avaliamos posteriormente que as meninas tiveram melhores chances de usar e ocupar o espaço livre com um planejamento com a perspectiva de gênero, o que impulsionou a visibilidade de meninas e mulheres na esfera pública (KAIL, 2013, s/p, tradução nossa)<sup>7</sup>.

A partir da análise das situações vividas pelas mulheres nos espaços, é possível indicar exemplos de atitudes projetuais iniciais que podem influenciar diretamente nessa vivência. Quando observamos a organização dos espaços públicos de lazer atuais na cidade do Rio de Janeiro, identificamos uma tipologia predominante que possui, entre outras características, a escassez de possibilidades de uso. Um melhor zoneamento da área da praça faz com que o espaço não tenha que ser disputado por quem tem interesse de ocupá-lo, possibilitando o uso simultâneo por diferentes grupos e, mais importante, a criação de espaços para uma maior diversidade de atividades. A própria inserção de outros tipos de atividades, inclusive, já faz com que o espaço seja mais receptivo às mulheres, visto que as atividades principais das praças atualmente focam em atividades masculinas ou infantis. Isto é a inclusão de novas centralidades além dos campos de futebol fazem, não só com que a mulher tenha opções de uso naquele local, mas que ela olhe pra ele ou chegue até ele e perceba que o objetivo da existência daquele equipamento é, também, suprir a sua demanda de lazer e não só a do homem, uma questão de representatividade, de proporcionar uma sensação de pertencimento. Quadras de outros esportes, que não sejam construídos socialmente enquanto masculinos, pistas de ciclovia ou de corrida são algumas possibilidades. E ainda, a construção de mais espaços de convivência, na prática, a inserção de bancos que não fiquem isolados ou diretamente relacionados aos parques infantis, o pensar no mobiliário urbano como um objeto confortável e protegido das intempéries, é nada menos que a criação de espaços para que as mulheres convivam entre si e não se mantenham isoladas em seus trabalhos.

<sup>7</sup> No original: We also tackled projects of gender-sensitive parks encouraging politicians to promote the design of open space which should take also into account the specific needs of girls and women since, as studies and analysis noticed, these needs are different. The broad scope research done by sociologists -we promoted- shows girls have less chances and opportunities to occupy the open space – playgrounds and public parks- by feeling unsafe or because the design of playgrounds and spatial structures are orientated on boys interests only. The study, with its evident results, created awareness for the responsible politicians in Vienna. Then, we conducted six pilot projects, four of them with participatory processes; and we made evaluations afterwards showing girls have really better chances to freely use and occupy open space with a gender-sensitive design what increases the visibility of women and girls in the public sphere.

## Condições Finais

Se as mulheres são as principais responsáveis pelos trabalhos de reprodução, (trabalho doméstico e o cuidado com filhas/os) são elas as maiores prejudicadas pela precariedade dos serviços públicos como luz, abastecimento de água, redes de esgoto, drenagem, coleta de lixo e pela precariedade ou inexistência de equipamentos públicos comunitários como creches, escolas, lavanderias, cozinhas comunitárias. Planejar o território a partir do entendimento das necessidades e vivências específicas das mulheres e outros grupos sociais marginalizados deve ser, portanto, debruçar-se sobre uma escala menor, menos generalista e funcional e mais atenta às diferenças. A utilização de dados característicos do cotidiano das mulheres para inserção de ações gerais e específicas na cidade se apresenta como passo inicial e essencial para a visibilização das diferentes formas de uso do espaço e adequação a essa pluralidade. Diversidade de funções em uma mesma área, iluminação, sinalização, mobilidade plena em distâncias curtas, acesso a serviços públicos de saúde, educação e creche nas proximidades de moradia, equipamentos de lazer com diversidade de atividades são alguns fatores urbanísticos que interferem diretamente na vida de mulheres e, mais ainda, de mulheres trabalhadoras. Fazer, então, com que esse espaço seja mais acessível e agregador para as mulheres passa, essencialmente, por proporcionar novas possibilidades de uso que incorporem as necessidades e desejos delas.

A transformação no olhar do planejamento da cidade não é, portanto, excludente. Pelo contrário, ela se propõe a reafirmar a diversidade e a inclusão dos diversos corpos e relações assumindo que todo ser pertencente a essa sociedade estará localizado por suas relações de poder. Essa categorização, portanto, proporcionará uma cidade que se apresenta na busca por ser cada vez mais democrática e inclusiva. No fim, pensar o espaço por uma perspectiva feminista e antirracista é tratar cada parte da cidade entendendo as desigualdades e demandas diversas dos grupos sociais e buscar proporcionar espaços que deixem de funcionar como manutenção das estruturas desiguais e passem a buscar a diminuição dessas desigualdades.

A gestão do território, em disputa por uma série de agentes sociais e institucionais, desenvolvida através da possibilidade de circulação de ideias e políticas, é muito mais do que a gestão de espaços, mas também da divisão desses espaços, de suas importâncias econômicas e políticas, da garantia de direitos para determinados grupos, por fim, da possibilidade de vida de quem ocupa esses espaços.

## Referências bibliográficas

ALAMBERT, Zuleika Mulher, *Uma Trajetória Épica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997.

ARANTES, Pedro Fiori. *O Ajuste Urbano: As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades*. Pós N.20. São Paulo. Dezembro de 2006.

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos B. MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. (Coleção Zero à Esquerda)

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo. II. A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

Coletivo Hiria Kolektiboa. *Manual de análise urbano. Género y vida cotidiana*.

Vitoria-Gasteiz: Servicio Central e Publicacione Del Gobierno Vasco, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

HARDING, Sandra. *Strong Objectivity: A Response to the New Objectivity Question*. In: Synthese, Vol. 104, No. 3, Feminism and Science, 1995.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume: 2005

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios, Síntese dos Indicadores, 2014*. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf> Acesso em 01/03/2016.

LADI, Stella. *Globalisation, think tanks and policy transfer*. In: Banking on Knowledge: the genesis os the global development network. (2000): 203-220.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PECCINI, Isabela Rapizo. *Cidade: Substantivo Feminino. As desigualdades de gênero e o espaço público (não) vivenciado pela mulher*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2016.

RENDELL, Jane. (org.) PENNER, Barbara. (org.) BORDEN, Ian. (org) *Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*. Londres: Routledge, 2000. (Coleção Architext)

ROLNIK, Raquel. *O Que É Cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos)

SANTOS, Élide Dias; SIQUEIRA, Lúcia de Andrade; MARANHÃO, Maria Helena P. Gomes. *Espaços Urbanos Seguros. Recomendações de projetos e gestão comunitária para obtenção de espaços urbanos seguros*. Pernambuco: Governo do Estado de Pernambuco, 2004.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. *Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?* Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6875>

SILINGOWSCHI, Lea Elisa. *Direito do Trabalho da Mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática*. São Paulo: LTr, 2007.

SIMAS, Luiz Antonio. RUFINO, Luiz. *Fogo no Mato: A Ciência Encantada das Macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

STENGER, Isabelle. *A Invenção das Ciências Modernas*. 1949.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação silenciosa. Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970-2000)*. Coleção Urbanismo e Arquitetura da Cidade. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

SUGAI, Maria Inês. *Ações do Poder Público na Produção da Segregação Espacial*. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1048/1023>. Acesso em 01/02/2016

TAVARES, Rossana Brandão. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

## SER MULHER NA CIDADE É LUTAR: remoções e luta pela moradia no Rio de Janeiro

*Poliana Gonçalves Monteiro<sup>1</sup>*  
*Mariana Gomes Peixoto Medeiros<sup>2</sup>*

### Resumo

A luta pelo direito à terra e à moradia tem sido espaço privilegiado da ação potente do movimento de mulheres que a partir de outra ética de organização política tem renovado, generificado e racializado as formas do fazer político. Para pensar as lutas urbanas como meio de costurar uma episteme feminista apresentamos três ações possíveis e desejáveis: disputar a prática, disputar a teoria para, finalmente, disputar a cidade em sua materialidade. Para desenvolver esta reflexão debatemos os sentidos do processo de formação política das mulheres e de construção das pautas feministas considerando a invisibilização das mulheres na produção do conhecimento. Por fim destacamos as autonarrativas de mulheres que lutam pelo direito à moradia e contra as remoções no Rio de Janeiro, reflexões de valor teórico, para pensar as lutas urbanas e as possibilidades de transformação social. O destaque das autonarrativas resistentes das mulheres em luta se apresenta como uma metodologia vigorosa para contribuir com emancipação das mulheres e a construção de movimentos sociais transformadores na sociedade.

Palavras-chave: movimento feminista. movimentos sociais. direito à moradia.

## TO BE A WOMAN IN THE CITY IS TO FIGHT: removals and fight for housing in Rio de Janeiro

### Abstract

The struggle for the right to land and housing has been a privileged space for the potent action of the women's movement that, through another ethic of political organization, has renewed, generalized and racialized the forms of political action. To think of urban struggles as a means of sewing a feminist episteme we present three possible and desirable actions: dispute the practice, dispute the theory and finally dispute the city in its materiality. To develop this reflection we discussed the meanings of the process of women's political formation and the construction of feminist agendas considering the invisibility of women in the production of knowledge. Finally we highlight the self-narratives of women who fight for the right to housing and against the evictions in Rio de Janeiro, reflections of theoretical value, to think about urban struggles and the possibilities of social transformation. The highlight of the resistant self-narratives of women in struggle is presented as a vigorous methodology to contribute to women's emancipation and the construction of transformative social movements in society. Keywords: feminist movement. social movements. right to housing.

<sup>1</sup> Poliana Monteiro é Arquiteta e Urbanista (UFJF), mestra em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFF) e pesquisadora do ETTERN/IPPUR e GPDU/UFF.

<sup>2</sup> Mariana Medeiros é Advogada, Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Pesquisadora do Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. Trabalhou na Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro-SPU/RJ e no campus FIOCRUZ da Mata Atlântica. Atualmente é assessora parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro-ALERJ.

### Introdução

O presente artigo se baseia na observação da potência do movimento de mulheres que a partir de outra ética de organização política tem renovado às lutas pelo direito à terra. As mulheres não apenas estão no mundo da política construindo cotidianamente os movimentos sociais urbanos, mas também têm continuamente feminilizado as próprias formas da existência social, a partir de práticas e visões que desestabilizam o sistema de opressão-exploração patriarcal e capitalista (SAFFIOTI, 2011), e assim, trazendo perspectivas promissoras de construção de uma nova sociedade (RAGO, 2009). A luta pelo direito à moradia e contra as remoções na cidade do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos esportivos evidenciou cotidianamente a capacidade de organização coletiva sensível e empática das mulheres. Com o fim do ciclo dos megaeventos e na conjuntura de recessão econômica e diminuição dos investimentos em políticas públicas, os grandes interesses que movem a produção do espaço urbano se rearticularam e novas ameaças se apresentaram. Assim, a auto-organização das mulheres se destaca em um momento de necessária organização política dos movimentos sociais e fortalecimento das estratégias e articulações estabelecidas nos últimos anos.

O sujeito coletivo mulheres e suas estratégias que estabelecem uma nova ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas, consolidam uma estratégia não somente de resistência mas de combate aos avanços nas constantes tentativas de retirada de direitos. Entretanto, a atuação política das mulheres tanto nos movimentos sociais, quanto nos movimentos sindicais permanece invisibilizada. O potencial transformador das práticas feministas, entretanto, já não pode ser ignorado e omitido:

Aliás, até mesmo intelectuais pouco atentos às questões de gênero não podem deixar de reconhecer que a única revolução que realmente vingou, no século XX, foi a feminista, provocando não apenas o acesso das mulheres à cidadania, mas acentuando um fenômeno igualmente profundo, embora menos perceptível, pelo menos até recentemente: a feminização da cultura (RAGO, 2009, p.33).

De maneira experimental desenvolvemos aqui, a costura sensível da luta cotidiana como método de pesquisa. Essa abordagem metodológica pautada no devir de uma episteme feminista, está em contínua construção coletiva e se esforça para costurar as autonarrativas das mulheres que reexistem a partir da articulação com outras mulheres, resignificando a agência feminista nas lutas urbanas. Nesse sentido, entendemos que não basta fazer pesquisa sobre mulheres ou mesmo pesquisa com mulheres mas devemos pesquisar como mulheres e isso significa também tensionar

a forma como produzimos conhecimento. Assim, apresentaremos ao longo do texto reflexões de mulheres que tecnicamente no artigo se estabelecem como citações mas certamente são mais do que isso. Aqui trataremos as falas como formas de evidenciar a agência e ecoar a voz e a intelectualidade dessas mulheres a partir de suas autonarrativas, que entendemos ter valor teórico e epistêmico por si mesmas. Assim, eventualmente as longas citações são também parte de uma escolha metodológica que busca garantir a presença das mulheres nesse espaço.

Para desenvolver a reflexão pretendida, o artigo estrutura-se em três partes, além desta Introdução. A primeira sessão apresenta uma reflexão sobre os sentidos de disputar a prática a partir de uma breve apresentação do processo de formação política das mulheres e construção das pautas feministas no Brasil e no mundo, enquanto um exercício de subversão do papel social normativo das mulheres que incentiva práticas de emancipação. Em seguida, desenvolvemos uma análise sobre as possibilidades de disputar a teoria, considerando a invisibilização das mulheres na produção do conhecimento para pensar a potência de uma epistemologia feminista nos estudos urbanos e de movimentos sociais. Na terceira sessão evidenciamos urgência de disputar a cidade, apresentando a perspectiva de mulheres que lutam pelo direito à moradia e contra as remoções no Rio de Janeiro a partir das autonarrativas trocadas durante uma Roda de Conversa realizada com intuito de potencializar a articulação política de mulheres em luta. Nas considerações finais, por sua vez, serão retomadas as principais ideias com intuito de aprofundar a reflexão inicialmente apresentada.

### **Disputar a prática: a organização política das mulheres no Brasil e no mundo**

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se exclusivamente com a maternidade e a esfera privada do lar. Até então o imaginário social sobre a identidade feminina permanecia embebido das definições pejorativas e desqualificadoras construídas pela medicina do século XIX. As palavras, segundo Rago (2009), são carregadas de historicidade e manifestam as mudanças sociais e culturais de uma época. Assim, a expressão *mulher pública* que desvela uma longa história de exclusão e submissão das mulheres, designando, até pouco tempo atrás, o estigmatizado e marginalizado grupo social associado à prostituição; atualmente também informa sobre os profundos deslocamentos simbólicos e materiais realizados pelas mulheres nas últimas décadas (RAGO, 2009).

A cidadania política por meio do voto foi conquistada pelas mulheres brasileiras em 1932, entretanto, sua presença como sujeito político coletivo *que reivindica autonomia individual e direitos iguais em vários âmbitos, que questiona a subordinação familiar e individual aos homens*, insurgiu com a consolidação de um movimento de mulheres com caráter feminista a partir dos anos 1970 (GODINHO, 2009, p.150). Nesse sentido a modernização socioeconômica estabelecida no Brasil a partir da década de 1970, impeliu milhares de mulheres ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo, em que o emergente movimento feminista passou a pressionar pela redefinição do lugar das mulheres na sociedade (GOHN, 2007).

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública, segundo Arendt (2007), corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. O espaço privado relaciona-se, portanto com a privação, com a invisibilidade, e assim, com a negação da cidadania. Até recentemente, de modo geral, as mulheres não tinham direito à vida pública, o que significava não apenas a impossibilidade de acesso aos cargos políticos e de direção, mas também à cultura e à educação nas mesmas condições que os homens. A grande conquista

das mulheres no século XX, foi, portanto, simplesmente o direito à existência (RAGO, 2009).

A ruptura com a ideologia da domesticidade, portanto, permitiu a participação pública e ativa das mulheres nas esferas de poder. O movimento feminista tem buscado sistematicamente, tanto desconstruir na prática e na teoria as codificações do feminino associadas à natureza, emotividade e irracionalidade, quanto realizar a crítica às formas masculinas de organização social e de codificação da experiência, evidenciando a dimensão sexista e misógina das oposições binárias construídas pelas categorias masculinas do pensamento. Ao mesmo tempo, as mulheres têm renovado profundamente os espaços públicos de participação e os movimentos sociais, a partir de uma atuação política que se destaca em relação aos homens (RAGO, 2009).

As inúmeras e ainda pouco comentadas inovações éticas, estéticas e políticas que vêm sendo construídas pelas mulheres em suas múltiplas áreas de atuação – nas universidades, na ciência, na educação, nas artes, na saúde, no trabalho e na casa – tem revelado a emergência de novos modos de ver, de novas possibilidades de interpretação, de resignificação e de problematização que, sem dúvida, não beneficiam apenas as mulheres (RAGO, 2009, p.37).

A dissolução das fronteiras simbólicas e materiais construídas entre o público e o privado, assim como da própria ampliação da consciência de gênero na sociedade em geral permitiu a conquista do mundo público pelas mulheres. O processo, entretanto, se relaciona também com a própria falência dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social. O mundo construídos pelos homens, à imagem e semelhança dos mesmos, é um mundo, de acordo com Rago (2009, p.37), “marcado pela violência, pela desagregação social, pela atomização do indivíduo e por uma profunda crise nas formas de sociabilidade, incluindo-se as de gênero”.

O feminismo nasce da luta das mulheres para se constituírem como sujeitos de direitos, inclusive sobre o seu próprio corpo, seu primeiro território, e sempre esteve estreitamente vinculada ao direito à terra e à moradia. Assim, as lutas contra o desejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela defesa da infância, por infraestrutura básica e por creches centralizaram as práticas feministas na década de 1970, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade. As mulheres trabalhadoras reivindicaram a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, organizaram campanha pela sindicalização da mulher e por sua participação na direção dos sindicatos. A crítica aos artigos discriminatórios à mulher casada do Código Civil de 1916 também foi foco de atenção do movimento de mulheres. As questões relativas à autonomia feminina como controle de fertilidade, aborto, sexualidade, violência doméstica, violência sexual, nesse momento não eram ainda mencionadas. As associações e comitês de mulheres praticamente desapareceram com o golpe militar de 1964 (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017). As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda durante a ditadura militar, contudo essas organizações absorveram a mulher militante sob a lógica do sexismo e da divisão sexual das funções sociais. Assim, ao participar da luta armada, as mulheres puderam sentir as discriminações, efetivadas tanto por meio da superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual (TELES apud MONTEIRO, 2015).

O agravamento das condições de vida e trabalho motivou, a partir de 1970, a crescente mobilização das mulheres da periferia, que diante da necessidade de exercer atividade remunerada para contribuir com a manutenção da família,

intensificaram a reivindicação por creches para a mãe trabalhadora e a organização contra o alto custo de vida. O pioneirismo e protagonismo das mulheres da periferia originou um movimento que incorporou milhares de pessoas e fortaleceu a luta pela democracia, contudo “à medida que o movimento cresceu, entraram os sindicatos e outras instituições. A direção ficou na mão dos homens. E a reivindicação creche desapareceu” (TELES, 1993, p.80). Assim, no Brasil as mulheres emergiram na cena pública brasileira por meio de seus diferentes papéis sociais:

Como mães que lutavam por seus filhos desaparecidos nos porões da ditadura militar; como mães moradoras nas periferias que clamavam por creches nos locais de moradia (cf. Gohn, 1985); como trabalhadoras que tinham salários diferenciados ou não lhes era dado o direito à maternidade etc. Mulheres que lutaram contra a ditadura militar e estiveram exiladas, retornaram ao país com a anistia política em 1979, após terem convivido com grupos feministas no exterior. No final dessa década formaram-se grupos e correntes no Brasil sobre o feminismo, especialmente nas universidades e em centros de estudos. Assassinatos de mulheres, como o caso de Ângela Diniz por Doca Street, mobilizou as feministas no Brasil durante o processo judicial, na luta contra a impunidade corrente neste tipo de crime. *Quem ama não mata foi o mote.* (GOHN, 2007, p.50-51)

Nesse sentido, a presença das mulheres é significativamente maior nos movimentos populares urbanos em relação ao movimento sindical e aos espaços da política partidária e parlamentar, embora, atualmente, seja marcante a ampliação da participação feminina também nas entidades sindicais e partidárias (GODINHO, 2009). As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais transnacionais. As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes comunitárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão. Assim, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas, tanto nos grupos de mobilizações de causas femininas, quanto em espaços mistos. Apesar da potência da organização política das mulheres, entretanto, sua atuação persiste invisibilizada (GOHN, 2007).

Além da discrepância na participação feminina nos diferentes espaços, é sintomático notar que a presença das mulheres segue sendo minoritária nas direções, apesar da progressiva auto-organização e organização das mulheres nos espaços mistos para disputar os espaços de direção política e sindical. As estratégias de entrada nas direções por meio de políticas de cota foram bem sucedidas sem, entretanto, minorar as “fortes contradições entre o espaço formal aberto e o efetivo exercício do poder e da direção”, de forma que, a presença das mulheres nos espaços de poder e direção continua tendo um caráter de exceção ainda hoje (GODINHO, 2009, p.152). Nesse sentido, apesar das conquistas, vivemos ainda um processo inacabado, no qual os padrões de desigualdade e dominação de gênero foram remodelados a partir da conquista parcial das mulheres do direito de participar dos espaços públicos (GODINHO, 2009).

As conquistas feministas, portanto, são sempre instáveis e a sua potência está diretamente vinculada à continuidade e à intensidade da pressão em relação às políticas reivindicadas pelo feminismo e pelas mulheres em geral (GODINHO, 2009). A luta, portanto, é labor, atividade relacionada “ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da

vida” (ARENDRT, 2007, p.16). A primeira condição do feminismo é a do labor, que é a própria vida, que é o cotidiano. A construção, portanto, é permanente e ecoa das mulheres que vieram antes de nós. A autonarrativa/citação de Virginia Woolf (2012) demonstra aqui as permanências da construção da agência feminista nas lutas urbanas ao narrar o longo e laborioso processo de formação política das mulheres que conduziu ao Congresso da União de Mulheres Trabalhadoras realizado em junho de 1913 em Newcastle, Inglaterra:

Mas como realizariam seus ideais? Como manifestariam suas necessidades? Já era bastante difícil para as mulheres de classe média que contavam com dinheiro e educação. Mas como fariam as mulheres assoberbadas de trabalho, com cozinhas densas de vapor, sem educação, estímulo ou tempo, para remodelar o mundo de acordo com as ideias das trabalhadoras? Foi então, imagino eu, em algum momento dos anos 1880, que a União das Mulheres veio ao mundo, timidamente, modestamente. Por um tempo ocupou alguns centímetros quadrados na Co-operative News, num espaço chamado O Canto das Mulheres. Foi ali que Mrs. Acland perguntou: *Por que não fazemos nossas reuniões das mães da cooperativa, onde poderemos trazer nossa costura e sentar juntas, uma de nós lendo em voz alta alguma obra da cooperativa, que depois podemos discutir?* E em 18 de abril de 1883 ela anunciou que a União das Mulheres agora contava com sete membros. Então foi a União que atraiu todos aqueles sonhos e desejos incansáveis. Foi a União que se tornou um centro de reuniões onde se aglutinou e se solidificou tudo o que estava solto e disperso. [...] Deu-lhes, em primeiro lugar, o mais precioso bem que existe – uma sala onde podiam se sentar e pensar, longe das panelas fervendo e das crianças chorando; e então aquela sala deixou de ser apenas uma sala de estar e um local de reuniões, e se tornou uma oficina onde, somando suas cabeças, podiam remodelar suas vidas, podiam começar esta ou aquela reforma. E, conforme aumentava o número de filiadas, e vinte ou trinta mulheres passaram a se reunir todas as semanas, da mesma forma suas ideias aumentavam e seus interesses se ampliavam. Em vez de discutir apenas sobre suas torneiras e pias, suas longas jornadas e baixos salários, começaram a discutir a educação, os impostos e as condições de trabalho no país em geral. As mulheres que tinham se esgueirado timidamente na sala de estar de Mrs. Acland em 1883 para costurar *lendo em voz alta alguma obra da cooperativa*, aprenderam a discorrer com autoridade e ousadia sobre todas as questões da vida cívica. Foi assim que Mrs. Robson, Mrs. Potter e Mrs. Wright, em 1913, em Newcastle, estavam pleiteando não só banheiros, salários e luz elétrica, mas também Sufrágio Adulto, os Impostos territoriais e a Reforma da Lei do Divórcio. Assim, um ou dois anos depois, reivindicaram a paz, o desarmamento e a difusão dos princípios cooperativistas, não só entre o operariado da Grã-Bretanha, mas entre todas as nações do mundo. E a força que estava por trás de seus discursos e as impelia para além da mera eloquência era densa, formada de muitas coisas – de homens com chicotes, de fome e frio, de muitos partos difíceis, de muita escovação e lavagem, de ler Shelley, William Morris e Samuel Butler na mesa da cozinha, de reuniões semanais na União das Mulheres, de Comitês e Congressos em Manchester e outras cidades (p.87-90).

A segunda condição do feminismo é a perenidade. Nesse sentido, mais de 100 anos depois que as mulheres trabalhadoras de Newcastle iniciaram seu processo de formação política, a luta para conceber as pautas políticas e ocupar espaços decisórios continua, dessa vez no Fórum Internacional que concluiu a década da Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em Nairóbi, Quênia, em julho de 1985. O Fórum celebrou o auge de dez anos de intenso ativismo internacional pelo direito das mulheres, contestando a milenar opressão patriarcal no mundo (DAVIS, 2017).

Nesse momento, ficou evidente que as mulheres haviam conseguido alicerçar um movimento internacional de mulheres influente e politicamente maduro, em um contexto, no qual a opinião pública mundial enfim reconheceu a legitimidade da busca das mulheres por igualdade. O movimento global pela emancipação das mulheres, segundo Davis (2017, p.100) se conscientizou sobre “dos laços entre nossas lutas como mulheres e a oposição mundial à exploração capitalista, à opressão racista e à militarização nuclear que ameaça o futuro da humanidade”. A ampla gama de demandas feministas apresentadas durante o Fórum demonstra a potência da organização das mulheres, e ao mesmo tempo, que há ainda um longo percurso a ser trilhado.

Nossa petição instava a delegação oficial dos Estados Unidos a apoiar dois documentos, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra a Mulher e a Declaração sobre a Participação da Mulher na Promoção da Paz e da Cooperação Internacionais. Nós ainda exigimos a redução do orçamento militar e a utilização dos recursos liberados para o progresso geral de nosso povo e, especificamente, para a conquista da igualdade das mulheres. Uma vez que a conduta das corporações transnacionais afeta negativamente a condição econômica das mulheres, nós reivindicamos que suas atividades fossem restringidas. Além disso, a independência econômica e a participação das mulheres no movimento sindical são fatores-chave de nossa busca por igualdade. Portanto, requeremos garantias de paridade salarial para trabalhos de valor comparável àqueles realizados pelos homens, bem como o direito ao pleno emprego e a uma renda garantida. Exigimos que a opressão racial das mulheres – e dos homens – fosse eliminada e que os direitos de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros ou sem documentação fossem assegurados. Nós demos nosso apoio a todas as medidas que buscam aprimorar a qualidade de vida das mulheres, incluindo controle da brutalidade policial, moradias dignas, assistência à saúde e educação de qualidade (DAVIS, 2017, p.102-103).

O Fórum, segundo Davis (2017), foi uma experiência histórica para a consolidação de um movimento de mulheres unido, multirracial e antimonopolista. Nesse sentido, as mulheres, moldadas e socializadas no mundo forjado pelos homens, estão cotidianamente construindo sua própria linguagem e sua própria imagem, como exercício de liberdade, seguem re-existindo a partir de autonarrativas resistentes, confrontando as categorias e interpretações masculinas embebidas de misoginia. E embora, parte das mulheres não se identifique claramente com o feminismo, isso não significa que em suas práticas e reflexões, não sejam feministas (RAGO, 2009). O feminismo, nesse sentido, extrapola a questão da identidade, individual ou grupal, e mesmo da ideologia, se apresentando como uma prática política cotidiana permeada de inovações éticas e criações em relação à vida, à subjetividade e à produção da sociabilidade.

## Disputar a teoria: a invisibilização sistêmica das mulheres e a epistemologia feminista

No processo de constituição do sujeito epistêmico, em geral, a figura da mulher desaparece (MONTEIRO, 2019). Essa ausência se consubstancia, não somente na figura das(os) interlocutoras(es) de pesquisa, mas na ausência da posicionalidade da pesquisadora/pesquisador Assim, na produção de conhecimento não há valor atribuído à “mulher” enquanto sujeito, pois “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK apud MONTEIRO, 2019, p. 3). Atualmente, as várias pesquisas acadêmicas, coordenadas principalmente por mulheres, têm buscado evidenciar a longa história de luta das mulheres e o caráter misógino da sociedade patriarcal (RAGO, 2009). Nesse sentido, a disputa das mulheres no campo teórico tem logrado forjar uma epistemologia feminista que desestabiliza as relações de gênero e os binários sexistas pejorativos.

A trajetória de lutas das mulheres é tensionada por lutas gerais e específicas demonstrando a amplitude e diversidade do movimento de mulheres, que engloba tanto o movimento feminista, o movimentos de gênero, movimento LGBTQI, quanto movimentos sociais que demandam melhores condições de vida e trabalho, reconhecimento de direitos sociais, políticos e culturais etc., visto que são movimentos com presença majoritária das mulheres (GOHN, 2007). Entretanto, nesses movimentos, o protagonismo feminino segue sendo invisibilizado. E embora, não haja ainda concordância na literatura sobre o entendimento do movimento feminista como um movimento social, visto que as análises geralmente, destacam apenas o caráter identitário das demandas feministas e não sua crítica à estrutura social opressiva como um todo. Além disso, ainda hoje, a produção de conhecimento forjado nas universidades, geralmente denomina as mulheres como *ator(es)*, encobertas pelo universalismo socialmente construído do genérico masculino (GOHN, 2007). Nesse sentido, dar visibilidade, tanto das demandas específicas, quanto das demandas mais amplas do movimento feminista e construir sua compreensão enquanto um movimento social legítimo e potente é fundamental para o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres e uma urgência para o avanço do processo democrático no país.

A reflexão aqui desenvolvida se baseia em algumas questões basilares: Quem se move na cidade? A experiência é idêntica para todos e todas? Quais movimentos são permitidos? Nesse sentido, pensar se as teorias que temos disponíveis para compreender a vida na cidade contemporânea compreendem toda a complexidade desse imbricado cotidiano e contemplam a todas e todos é uma tarefa urgente e desafiadora. O patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, expressão do poder que autentica o direito político que os homens podem exercer simplesmente por serem homens e “uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2011, p.59). O conceito de patriarcado é fundamental para a teoria política feminista, sendo o único que expõe o direito político exercido pelos homens, sujeitos transcendentais e universais (BEAUVOIR, 1980), enquanto estrutura que converte a diferença sexual em diferença política, conformando um mecanismo político de sujeição da mulher (SAFFIOTI, 2011).

Se a ordem patriarcal encontra estabilidade no espaço e no tempo e atravessa todas as instituições, porque não se manifestaria na vivência da cidade? E até que ponto a manifestação do patriarcado na cidade não reverbera na produção teórica sobre o urbano? A recusa às estruturas patriarcais de pensamento e a reivindicação do mesmo estatuto teórico conferido à classe social para gênero e para raça/etnia (SAFFIOTI, 2000), portanto são fundamentais para a compreensão das desigualdades e

oposições estruturais que determinam a vida na cidade contemporânea. A organização espacial da sociedade é parte integrante da produção do social. Assim, a cidade é a expressão de uma materialidade socialmente construída. Nesse sentido, a posição social da mulher pobre e negra concentra fatores de vulnerabilidade, que envolvem a objetificação do corpo feminino, a divisão sexual do trabalho, a responsabilização com o cuidado dos dependentes.

As matrizes do pensamento e da prática sobre a cidade e o espaço, entretanto, já não podem estar vinculadas exclusivamente às teorias universalistas, que em geral, recorrem a um certo nível de abstração que não evidencia o cotidiano e as/os sujeitas(os) políticas(os) que disputam a cidade (MONTEIRO, 2019). Nesse sentido, apresentaremos uma breve reflexão sobre os conceitos e ideias que permeiam a produção de saber e conhecimento nos estudos urbanos.

Os problemas mais graves da vida moderna, para Simmel (1967, p.10), “derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais”. Nesse sentido, a atitude blasé seria um fenômeno psíquico incondicionalmente reservado à metrópole e resultante principalmente dos estímulos contrastantes que esta proporciona. As individualidades, entretanto, são profundamente implicadas no que são os nossos corpos e nos é permitido fazer deles, pois “os nossos corpos são o nosso modo de ser no mundo” (COHEN, 2013, p.224). O patriarcado, ainda hoje, determina que a mulher seja essencialmente definida como fêmea, e conseqüentemente, integralmente justificada enquanto fêmea, enquanto ao homem é outorgada a possibilidade de transcender para o universal enquanto trabalhador e cidadão. Mesmo a mulher considerada independente não alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem (BEAUVOIR, 1980).

Hoje, sem dúvida, a jovem sai sozinha e pode passear pelas Tulherias; mas já disse quanto a rua lhe é hostil; por toda parte olhos e mãos a vigiam; se vagabundeia irrefletidamente, com o pensamento à solta, se acende um cigarro no terraço de um café, se vai só ao cinema, um incidente desagradável não tarda; é preciso que inspire respeito pela sua aparência, pela sua maneira de vestir-se: essa preocupação prega-a ao solo, encerra-a em si mesma (BEAUVOIR, 1980, p.480).

A perspectiva masculina hegemônica perpetrada pelo patriarcado determina que os corpos generificados como femininos estejam implicados por um processo social de controle e objetificação, que sob a supremacia masculina é essencialmente erotizador (MACKINNON, 2013, p.236). A prática social concretizada em ações sentencia um cotidiano bem vigilante às mulheres em geral, com recorte de raça/etnia e classe bem discerníveis. A mulher na cidade sente que seu corpo lhe escapa, já não pode ser uma expressão clara de sua individualidade: “na rua, acompanham-na com o olhar, comentam-lhe a anatomia; ela gostaria de ficar invisível; tem medo de tornar-se carne e medo de mostrar essa carne” (BEAUVOIR, 1980, p.48). Nesse contexto, pode a mulher ser blasé na cidade? Uma mulher poderia praticar a flânerie sugerida por Baudelaire (1996)? Poderia ela estar sozinha na multidão como descreve Edgar Allan Poe (1987) em *O homem na multidão*?

Embora a noção de *o que se recusa a dizer* possa parecer descuidada, em se tratando de um trabalho literário, algo como uma recusa ideológica coletiva pode ser diagnosticada pela prática sistematizada de silenciamento dos sujeitos subalternos. Historicamente, às mulheres foi negado o papel de protagonistas de aventuras. Como nos lembra Balzac (apud BEAUVOIR, 1980, p.437): “a mulher só se iguala ao homem

fazendo de sua vida numa perpétua oferenda, como a do homem é uma perpétua ação”. Se a vida imita a arte, essas ausências literárias reverberam embaraçando o cotidiano urbano dos corpos generificados e racializados. Assim, conceitos de uso corrente apreciados como universais podem atuar como ferramentas de legitimação da violência epistêmica que segue silenciando e invisibilizando as mulheres. Nesse sentido, é importante discutir e “medir” os silêncios epistêmicos.

O ideal da família nuclear burguesa e da intimidade do lar foi forjado e imposto à classe trabalhadora como forma de domesticação das relações de produção com objetivo de elevação da produtividade (RAGO, 1985). Mas as mulheres pobres seguiram trabalhando, e em condições cada vez mais precárias e com salários sempre rebaixados, assim como suas crianças. Assim, seguiam vivenciando o cotidiano urbano. Das mulheres das classes sociais mais altas, emaranhadas nas diversas camadas de tecido que compunham suas vestimentas, temos a imagem mental do garboso cavaleiro que retira sua jaqueta para permitir sua passagem nas ruas enlameadas. Das mulheres trabalhadoras não há uma imagem mental tão clara, mas certamente sempre arrastaram suas saias na lama e na fuligem. E embora certamente tenham vivenciado a intensificação dos estímulos nervosos diante do vigoroso ritmo da metrópole em transformação, é pouco provável que tenham conseguido assumir uma atitude blasé em seus trajetos.

Assim, a “resistência dos indivíduos de serem nivelados e uniformizados por um mecanismo sócio-tecnológico”, descrito por Simmel (1967), parece ter um recorte de classe e gênero bem específico. Nesse sentido, é importante observar como no processo de constituição do sujeito e de formação do objeto de pesquisa, em geral, a figura da mulher desaparece. O etnocentrismo da ciência europeia do final do século XVII e começo do século XVIII, para Derrida (apud SPIVAK, 2010), é um sintoma da crise geral da consciência europeia. A fixação do homem enquanto sujeito universal é um fenômeno profundo e mais invisível que reverbera de forma igualmente violenta. Nesse processo, cidadão/homem adquire sua dignidade ética transcendendo-se para o universal, enquanto a mulher é relegada à eterna imanência (BEAUVOIR, 1980). Assim, confrontando grandes transformações sociais, a crise da modernidade foi também uma crise da masculinidade. Não por acaso surge pulsante nesse período a imagem do herói urbano moderno. Não por acaso no final do século XIX e começo do século XX, os símbolos fálicos começam a se projetar nas cidades de todo mundo (CORTÉS, 2008), tendo a Torre Eiffel em Paris, como precursora representativa desse movimento e a Torre Agbar em Barcelona, como exemplo contemporâneo mais óbvio.

Nessas cidade fálicas, a atitude blasé seria o fenômeno psíquico por excelência. A reação aos fenômenos metropolitanos, para Simmel (1967, p.11), é transferida para a intelectualidade: “o homem metropolitano reage com a cabeça, ao invés de com o coração”. Assim, essa distinção concebida para particularizar o homem da cidade e o homem do campo, novamente dá pistas dos recorte de gênero que impossibilita a universalidade do conceito de atitude blasé: as mulheres consideradas essencialmente emocionais e irracionais jamais estariam aptas à reagir dessa forma. O recorte de classe, por outro lado, fica indicado quando o autor afirma a necessidade de sofisticação intelectual, pois “as pessoas estúpidas, que não têm existência intelectual, não são exatamente: blasé” (idem, p.14). Quem são essas pessoas estúpidas não fica claro, mas embora possam existir indivíduos da elite bem ignorantes, parece se referir principalmente à população que incumbida de sua própria subsistência não consegue acessar o intelectualismo das elites. Nesse sentido, ser blasé é essencialmente um privilégio e não um fenômeno psíquico uniforme e universal das metrópoles.

Nesse sentido, a atitude blasé que se manifestaria para além da indiferença, mas como uma *aversão e repulsão* (SIMMEL, 1967, p.16), se avaliarmos para além do indivíduo, é uma manifestação do ódio de classe. A suposta consequência positiva desse estado psíquico seria uma “liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições” que torna o homem metropolitano “livre em um sentido espiritualizado e refinado” (Idem, p.17), o que na verdade, segundo o autor, não seria sinônimo de qualquer conforto emocional. Assim, eventualmente esse homem pode se perder em sua própria abstração e transcendência e vivenciar a clássica cena de estar sozinho na multidão. Aos sujeitos genericados e racializados, entretanto, é negado em sua constituição identitária a universalidade que possibilita a autonomia e a individualidade. Assim, para além da questão de gênero: um homem negro morador de favela no Rio de Janeiro em tempos de Intervenção Militar jamais poderá ser blasé, tampouco será um homem sozinho na multidão. E isso não é conjuntural, mas sim estrutural.

A reflexão aqui desenvolvida não pretende se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou distinguir nele o que é *bom* do que é *mal*. A crítica sobre o conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites. Nesse contexto, a discussão sobre a violência epistêmica patriarcal e racista não é uma digressão idealista. Assim, o objetivo não é negar a importância das reflexões e metodologias propostas pelos pioneiros da sociologia urbana, tampouco negar que esses intelectuais abriram a compreensão sobre o urbano e inauguraram a produção narrativa sobre a cidade. Mas é necessário marcar a *posicionalidade* desses intelectuais enquanto sujeitos investigadores: homens brancos e europeus (SPIVAK, 2010). Assim, a discussão sobre a violência epistêmica na conformação do Sujeito Universal e do “investigador transparente” e neutro, e, portanto, apto à esclarecer sobre tudo e todos numa perspectiva totalizadora, é urgente.

A responsabilidade de desafiar os discursos hegemônicos, principalmente enquanto produtores e produtoras de saber e conhecimento, deve posicionar a teoria crítica como uma prática comprometida e contestadora. Para tal, é fundamental questionar o próprio lugar de onde se teoriza, e enfim, posicionar a/o pesquisadora(o) enquanto um *sujeito epistêmico*. Assim, a intenção do debate aqui desenvolvido não defende simplesmente falar pelas mulheres ou falar das mulheres mas sim ouvi-las e reverberar sua voz, suas práticas, suas lutas em um processo experimental de construção de formas de auto-representação dessas mulheres enquanto sujeitas políticas que de diversas formas constroem a luta popular nas cidades.

### **Disputar a cidade: as mulheres nas lutas urbanas**

A noção de *direito à cidade* tem centralizado a crítica contemporânea à desigualdade de acesso à estrutura urbana, mas via de regra adota como base de sua crítica um sujeito abstrato, sem sexo, sem cor e sem classe. Além disso, não reivindica necessariamente a disputa na produção do espaço. Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades, qual seria o paradigma de efetivação do “direito à cidade” para as mulheres? (MONTEIRO, 2019). Nesse sentido, o Fórum Nacional de Reforma Urbana destacava, já em 2007, que:

As políticas urbanas, em geral, não incorporam a dimensão de gênero e não levam em consideração as necessidades específicas das mulheres e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres. Apesar das insuficiências, é preciso reconhecer os avanços decorrentes da organização das mulheres e do

movimento feminista. É fundamental, ainda, o monitoramento das políticas afirmativas e específicas para as mulheres, verificando a sua implementação e efetividade (FNRF, 2007 apud GOHN, 2007, p.61).

Nesse sentido, é necessário pensar uma cidade diferente, que parte da produção do espaço que cotidianamente se engendra mas não se vê. Ainda em caráter exploratório, o exemplo a seguir pode ajudar a elucidar esse enunciado. A noção de periferia qualifica um determinado território pelas carências de serviços públicos básicos, de urbanização, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho. Nesse contexto, a noção de cidade-dormitório sintetiza essa precariedade e as enormes distâncias a serem percorridas diariamente entre o lugar da moradia e o lugar do trabalho (LAGO, 2007). Nas cidades-dormitório, entretanto, o cotidiano do sujeito sexuado constituído como mulher foi apagado com sucesso, assim como sua agência e sua luta. A perspectiva de que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p.73) demonstra como certos territórios enquanto lugares *fora das ideias* (MARICATO, 2002), acionam a gramática de uma ausência que é propositalmente construída e que, nesse caso, implicam gravemente a vida das mulheres. Os homens foram trabalhar, assim não é preciso pensar/atuar de forma ativa sobre esses *não-lugares*.

As mulheres sempre tiveram lugar de destaque na luta pelo direito à moradia e resistência à remoção, mas como dito anteriormente, historicamente esse protagonismo vem sendo omitido e esquecido. No Rio de Janeiro, a luta contra as remoções relacionadas aos megaeventos apresentou novos desafios e ameaças que demandaram a organização política e o fortalecimento das estratégias e articulações das mulheres. O protagonismo feminino nesse processo foi incontestante.

O modelo de cidade imposto a partir de um processo definido pela falta de transparência, práticas coercitivas e justificativas questionáveis, legitimadas a partir de discurso técnico que dissimula as razões políticas, econômicas e ideológicas das ações do poder público, constitui um campo de conflitos sociais urbanos que compreende tanto a disputa simbólica do ideal de cidade, quanto a disputa pelo território e o direito à moradia (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017). O processo de segregação espacial legitimado pelos megaeventos, uma desculpa para se empreender um ajuste espacial demandado pelas elites, entretanto não foi interrompido. O Plano Estratégico do prefeito Marcelo Crivella (2017-2020) tem como meta “garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020”, o que coloca sob ameaça de remoção mais de 14 mil famílias (COSENTINO; MONTEIRO, 2017). Diante do novo ciclo de ameaças de remoção da gestão Crivella e da convicção quanto ao reconhecimento e à valorização das experiências das mulheres, fundamental para a construção de uma cidade mais justa, realizamos no âmbito da pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa ETTERN (IPPUR/UFRJ), a II Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções – Mulheres em Luta pelo Direito à Moradia!

A atividade que ocorreu como um desdobramento da I Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções, realizada em 2016 na comunidade Arroio Pavuna (Jacarepaguá), foi realizada em novembro de 2017 na ocupação Mariana Crioula, na zona portuária da cidade (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017). A Roda de Conversa contou com a presença de cerca de 40 mulheres de diversas comunidades e regiões da cidade, como: Horto, Vargem Grande, Vila Autódromo, Indiana, Barrinha, Araçatiba, Ocupação Manoel Congo (Centro), Ocupação Quilombo da Gamboa, Cidade Nova, Ocupação Vitto Gianotti, Vila Esperança (Jacarepaguá),

além da presença de lideranças de dois movimentos de moradia organizados: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e a União de Moradia Popular (UMP).

O objetivo geral do encontro foi a reunião de moradoras de comunidades atingidas pelas remoções, de diversas partes da cidade, para darem início à construção de uma rede de mulheres que lutam pela moradia e a debater a criação de uma Frente Popular em Defesa da Moradia. A atividade durou uma tarde e foi dividida em dois momentos, que contaram com a facilitação de militantes históricas do direito à moradia para cada eixo: *O que é ser Mulher na Cidade?* contando como facilitadoras Célia Ravera, ex-presidente do Instituto Estadual de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e Maria Lucia de Pontes, defensora pública do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH); e *O que é ser Mulher na Luta?* contando como facilitadoras Maria dos Camelôs e Elisete Napoleão, coordenadora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

O desejo de re-conhecer recortes/retalhos que contem histórias de mulheres em luta encontrou nesse espaço de resistência novo instrumental para uma epistemologia feminista. O reconhecimento dessas narrativas resistentes, ou seja, a valorização das experiências cotidianas de diversas mulheres – principalmente sobre as quais incidem mais fatores de vulnerabilidade, portanto as mulheres pobres, de periferia e moradoras de favela – precisa se expandir para caminhar para a construção de um projeto de cidade mais democrático, menos elitista e sexista.

A seleção das autonarrativas resistentes aqui apresentadas pretende identificar as experiências na especificidade de cada sujeita-mulher, e como essas interpretam os diversos pontos apresentados pelos eixos temáticos que conduziram a roda de conversa, a partir de seu olhar, que é atravessado pelo seu agenciamento na luta. As mulheres presentes/citadas, participaram da II Roda de Conversa de Mulheres atingidas por Remoções e autorizaram a publicação das reflexões aqui destacadas preservando suas identidades. Já na apresentação das mulheres participantes da Roda de Conversa, o histórico de luta das mulheres se evidencia, pois se a luta é labor, a prática cotidiana torna indivisível a atuação política dessas mulheres de sua própria identidade. A primeira narrativa agenciada pela luta contra a remoção e a segunda relacionada à luta sistemática pelo direito à moradia que permeia tanto a articulação política institucional, quanto a organização coletiva em movimentos sociais.

*Jurema: Bom, boa tarde, eu sou a Jurema, sou Coordenadora da União de Moradia Popular. Apesar de muita gente não conhecer ainda a União, a gente vem fazendo uma luta por moradia há muitos anos. Eu por acaso já estou há 20 anos, 20 e poucos anos no movimento. Conseguimos construir uma cooperativa em Jacarepaguá. Aliás, são duas cooperativas de habitação popular, com recurso vindo de outros países, principalmente da França, dos EUA. Então a gente foi angariando esses recursos e construiu 2 cooperativas. Uma na Taquara (cooperativa habitacional e mista Shangri-lá com 29 famílias) e a outra na Estrada do Mapuá (cooperativa habitacional e mista Herbert de Souza), também na Taquara. Hoje nós estamos militando no Projeto MCMV Entidades. Somos o único projeto agora com a Manoel Congo, mas o único projeto de habitação popular do governo federal, da Colônia Juliano Moreira. Foi uma grande luta pra gente conquistar não só o terreno, mas também construir as moradias e mostrar pro governo que quando o povo tá organizado o povo consegue. Nós construímos*

*casas de 50m<sup>2</sup> com 43 mil reais e você tem um apartamento da Prefeitura de 37m<sup>2</sup> que custa 75 mil. Então nós estamos lá fazendo esse enfrentamento. E também junto à SPU, com muita ajuda da Célia (Ravera) e de outros companheiros que estiveram à frente da SPU, pra gente conseguir conquistar as terras que por lei deveria ser repassada para o movimento construir. [...] Então a gente, acho que esse encontro é um momento único, um momento muito bom pra gente somar e ver que o nosso trabalho de formiguinha, ele tá demorando mas tem algumas coisas acontecendo. E assim, eu abri mais um pouco o informe porque assim, eu participei do ato lá do Rio das Pedras e eu vi quanta coisa boa tá acontecendo em Jacarepaguá, o nosso povo, e a gente muito voltado pro nosso dia a dia, a gente acaba não percebendo quanta coisa acontecendo, quantas lutas acontecendo.*

A potência da coletividade entre mulheres e o fortalecimento individual a partir da luta cotidiana se destaca nas autonarrativas seguintes, demonstrando o poder da auto-organização das mulheres para a construção da autonomia e de uma identidade feminina liberta dos conceitos misóginos hegemônicos.

*Elisete: É interessante que a gente sempre fala assim, nós do movimento, quando a gente tá fazendo mobilização, a gente discute exatamente essas coisas. Gente, é muito interessante. Aqui mesmo no outro dia a gente tava falando. Na hora da luta, na hora da ocupação é só as mulheres, mas na hora que a casa tá pronta, os homens...[RISOS] os homens chegam, impressionante! As mulheres tão ali preocupadas, pra guerrear. Eu lembro que a maioria das mulheres quando a gente ocupou o (Cine) Vitória, foram poucos homens - Célia lembra - foram 3 ou 4, o resto tudo era mulherada, com filho, com tudo e estavam lá na luta, na guerra, e os homens só foram aparecendo depois. Agora mesmo nós estamos com uma dificuldade com um homem lá que só a graça de Deus, por conta disso também, da questão do machismo. Agora eu fico sempre pensando que nós somos chamadas para ser desafiadas a cada dia. Nós mulheres somos desafiadas a cada dia, por quê? Quando você para pra pensar que nós somos educadas para ser dona de casa, pra ficar só cuidando daquilo que é nosso e quando você sai pra militar, que você se envolve com a causa da terra, - que tem muito a ver com o que a Célia (Ravera) falou, que a casa da comunidade, do território. Porque eu tenho origem de favela. Eu sempre militei no movimento de favela porque era importante pra mim, eu lembro eu falava assim "gente, eu já passei por todas as fases dessa cidade Rio de Janeiro". Eu sou nascida e criada no Morro de São Carlos, eu peguei a comunidade com 53 anos, a comunidade iniciando a luz, não tinha luz, não tinha esgoto. E eu fui criada pegando aquelas chuvas de janeiro, e meu aniversário sempre é em janeiro, sempre no meu aniversário chovia muito e tinha que limpar vala, tinha que abrir a vala pra água não descer e levar o barraco.*

Por outro lado, a desigualdade e violência inerente ao sistema de opressão-exploração capitalista e patriarcal (SAFFIOTI, 2011) se destaca na vivência das mulheres, assim como a vulnerabilidade a que muitas são expostas desde a infância para sobreviver e re-existir como mulheres em luta. A violência cotidiana, portanto, marca o corpo, a vida e a narrativa dessas mulheres, seja indo pro trabalho no transporte público, seja

no lazer, seja em suas casas, seja nas lutas (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017).

*Janine: É conforme ela falou, porque ela tem medo não de morrer, mas tem medo que faça maldade com a filha dela. Lá (na Barrinha) a gente também tá com ordem de demolição. E o medo que eu tenho - e eu tenho uma filha de 14 anos, que é uma menina frágil - e meu medo é eu sair de casa, tá na rua e eles chegarem a qualquer momento e minha filha não conseguir, não ter forças pra lutar contra eles. Porque infelizmente eles não podem fazer isso, mas nosso governo é assim, demolição surge, eles podem fazer a qualquer momento, ainda mais quando você é criança. E preconceito a gente sofre até dentro da nossa casa, com nossos maridos; mas a nossa luta, sempre diz que juntos somos mais fortes e nós temos que lutar, ser unidas. Quanto mais mulheres se unir, mais forte nós somos. Porque nós somos capazes, nós somos capazes de muita coisa. Ontem eu dormi às 2h, acordei às 6h, fui pra uma reunião na nossa comunidade, fui em outra reunião com a minha filha, passei correndo num ponto da praia, vim correndo, caminhando pra vir pra cá. E tenho casa pra cuidar, um monte de coisa pra fazer. Então a gente não pode deixar que diminuam a gente, dizer que a gente não é capaz, porque nós somos capaz. Eu não entendia muito da luta mas depois que eu descobri a luta, a vontade que você tem é de lutar cada dia mais, não sair dela. Por mais, como eu falo pra elas, “Jaque, se a gente ganhar, eu vou continuar nessa luta”, porque juntas nós somos mais fortes.*

A perenidade da luta se destaca nas autonarrativas seguintes, evidenciando a ruptura operada pelas mulheres, que socializadas a partir de uma feminilidade coercitiva e silenciadora, se libertam dos padrões misóginos para se engajar na luta pelo direito aos seus territórios, e ainda como esse processo ocorre muitas vezes de forma pouco refletida e quase compulsória, o que dificulta a observação da potência feminina no contexto de luta.

*Emília: E tempos depois, né, eu nunca pensei, nunca me vi, nessa época, eu não me via nunca à frente de uma responsabilidade que eu assumi a partir do momento que eu comecei na associação de moradores. Que eu fui, que ia ter eleição, aí ninguém queria assumir a presidência naquela época. Aí a diretoria, né, a maioria das pessoas que fundaram a associação já estavam já exaustas de tá na luta, tavam precisando, buscando pessoas para renovar. Foram na minha porta, me chamaram e tal, a gente conversou, aí alguma coisa me tocou: “você vai”. E fui. Comecei ali na militância, na associação em defesa da moradia. [...] E a partir daí começou a minha rixa com os advogados e com os machos, né, da diretoria da associação, que queriam me excluir achando que eu tava maluca, achando que eu tava me vendendo para Bento Rubião, que eu tava defendendo outra coisa. Eu falei “ah, meu Deus, se todo mundo que se vende se vendesse sem ter a intenção de ganhar dinheiro, pensando no bem das pessoas, eu sou a melhor vendida do mundo e vou continuar sendo, porque eu vou continuar a defender!”. Enfim, só pra concluir. Era assim, eu, foi a fase mais crítica da minha vida, mais assim, de embate mesmo dentro da comunidade, embora pouco depois tenha acontecido outras.*

*Porque eu vi, eu senti ali na pele, na carne, o machismo que era dominante naquela época. E graças a Deus, consegui convencer as outras mulheres e nós vencemos o machismo. [...] Conheci o professor Baldez, conheci Célia Ravera, que foram endossar tudo aquilo que eu estava defendendo. E hoje a comunidade só acredita nisso, graças a Deus. Então assim, é uma guerra, é uma guerra diária, constante, mas a gente não pode é, sabe, abaixar a cabeça e deixar que os machistas tomem conta. Tem que bater de frente, partir pra cima deles com garra mesmo, porque a gente vence. A mulherada, oh, os nossos hormônios tocam a gente, impulsionam, e não adianta. Porque eles são machos, eles são arrogantes, eles são preconceituosos. Mas falta aquilo que o hormônio nos proporciona, que é o sentimento de pertencimento, sentimento que a gente tem de proteger não só nossos filhos, mas todos aqueles que estão aí precisando de um alento. Então é nisso que a gente tem que se pegar e mandar o pé nesses caras porque eles não estão com nada.*

O sujeito coletivo *mulheres* e suas estratégias que estabelecem uma nova ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas também se destacam nas autonarrativas das mulheres em luta, evidenciando a profunda renovação operada pelas mulheres a partir de uma atuação política que se destaca também devido à evidente limitação dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social (RAGO, 2009).

*Jaqueline: Boa tarde, gente, eu queria também falar, eu vou ser bem rapidinha. Eu sou Jaqueline, lá da Barrinha, e eu queria primeiro falar que eu tô muito feliz de participar dessas lutas com todas vocês. E ver tanta gente já tão experiente, como a Emília, como outras pessoas aqui. E eu tô aprendendo tanto, tanto. Eu tenho 33 anos de idade mas eu acho que eu já vivo desde criança essa luta. Porque eu cheguei lá na Barrinha há 21 anos, 21 anos atrás, ainda uma menina. E aí ouvindo a fala de cada uma aqui me vem à cabeça muitas mulheres de lá da nossa comunidade. E eu tô pensando, caramba, a gente não se dá conta de como a gente vive cercada de mulheres fortes o tempo todo, né?! Tanto na comunidade como dentro da própria casa. Porque minha mãe acabou começando esse movimento todo, tentando registrar a associação. E agora eu tô dando prosseguimento a isso tudo. E aí eu vim pensando até os dias de hoje; hoje, eu represento a comissão e a associação. E na nossa comissão nós somos 6; e de 6 pessoas da comissão – aqui temos 3 – só tem 1 homem. Cinco são mulheres. E esse homem não queria entrar na comissão.*

A empatia inerente à ética do cuidado praticado pelas mulheres em luta (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017) é também um marco dessas autonarrativas. A capacidade de preocupar-se, cuidar e reverenciar tanto as mulheres que estão em situação de maior vulnerabilidade, quanto as mulheres que lutaram antes, é distintivo das práticas políticas feministas.

*Maria dos Camelôs: Isso, aí a gente, em 2007, ocupa o prédio na 1º de março, o Movimento dos Camelôs. [...] Eu lembro que a gente ia ter uma ordem de despejo, a gente ocupou o ITERJ, dormindo lá no ITERJ e a Célia (Ravera) lá com a gente, um monte de criança, e atrás de assistente social, foi muito assim, foi esse*

momento bom. Mas assim, eu acho que uma coisa que - eu sou camelô, então todo domingo eu vou pra São Paulo viajar pra pegar mercadoria, né? E aí eu venho no ônibus, eu acho incrível, vem um ônibus com 45 pessoas sentadas dentro. Três dessas pessoas são homens. O ônibus todo cheio de mulher. Então assim, lá em São Paulo as mulheres que vão, que compram, que tá lá o tempo todo em todo canto carregando peso, porque a gente traz peso, e aí dizer que mulher é sexo frágil, a gente não é mesmo. Mas voltar um pouco assim, uma coisa que eu tô percebendo - eu acho que muita gente não mora na cidade ou não trabalha na cidade acaba não percebendo - a quantidade de gente que tá morando na rua hoje. E aí a gente sabe, eu fiquei muito triste esses dias, que eu tava chegando pra trabalhar, e aí eu vi uma mulher levantando, eu parei pra ficar olhando, eu chego muito cedo na cidade, monto a barraca muito cedo. A mulher levantando com as crianças da rua, botando as suas coisas dentro do carrinho, eu parei assim e fiquei olhando. Botou as coisas no carrinho e saiu empurrando aquele carrinho. E aí a gente começa a ver de onde vem essas pessoas. Você olha para aquela pessoa que tá ali, ela não tem cara que ela tá há muito tempo na rua, que ela é moradora de rua. A gente tá vendo que essas pessoas tão vindo por causa desses legados. E é esse legado que Copa do mundo, que Olimpíadas deixou pra gente no Rio de Janeiro. E eu acho que a gente tem que ter, a gente tá aqui falando, discutindo entre a gente, eu acho que a gente tem que ter um olhar para essas pessoas, essas mulheres que tão na rua também, que são muitas, com filhos pequenos, que são guerreiras.

Nesse sentido, a resistência pela manutenção da vivência cotidiana comunitária, que em síntese é a luta pela própria vida, pelo existir que se substancia na re-existência pode ser considerada em termos de prática social como essencialmente anticapitalista e potencialmente feminista. A vida possível dentro do regime de exploração-opressão patriarcal e capitalista, que vulnerabiliza as mulheres de forma aguda e violenta, é a que se constrói sob a premissa do bem viver, na coletividade e no cotidiano.

*Maria da Penha: Primeiro eu queria fazer uma grande observação. Nós falamos da mulher e nós falamos também de uma coisa assim, da força feminina. E eu, a gente nessa fala, eu vou assim, eu tenho muito apego à terra. E se nós pararmos pra pensar, quem é a nossa força? É a mãe terra, a nossa mãe terra é forte, ela é resistente. Então eu acho que apesar de todas as dificuldades, mas nós estamos firmes, nós não desistimos fácil. Dona Jane lutou pra caramba, como a gente, todo mundo sabe. Enfim, as consequências vão tomando outros rumos, mas a luta dela permanece, a história dela permanece naquela terra. Sempre que alguém vai lá a gente fala "dona Jane foi uma das mulheres guerreiras". E eu tenho uma grande admiração por ela, não é por ela estar aqui não, eu sempre falo isso nas minhas falas em outros lugares, que tem duas mulheres que lutaram pela Vila, foi Dona Jane e a Inalva. Eu reconheço a luta do seu Altair, mas quando a gente fala em termos de mulher, assim. E tem uma outra mulher que não está presente aqui mas que eu quero lembrar e que eu tenho muita admiração por ela também, e que foi uma das pessoas também que me levou a essa luta até o final, que é a dona Zélia, da Arroio Pavuna. Eu tenho uma grande admiração pela Dona Zélia.*

*Ela não está presente, mas eu queria lembrar ela, porque ela é uma pessoa também persistente. Então a nossa força vem da mãe terra, a nossa terra é forte, ela é resistente, ela racha mas ela não racha totalmente.*

A perspectiva das mulheres na luta, portanto, amplia os temas do debate urbano e desgeneralizam o sujeito que vive na cidade, marcando em seus corpos e trajetórias, com seu sexo, seu gênero, a cor de sua pele e sua classe social. As novas insurgências ampliam o campo de luta pelo direito à cidade e constituído em bases mais democráticas e menos hierárquicas de organização política, base do feminismo, ampliam seu potencial de transformação.

### Considerações finais

Ao resgatarmos a longa trajetória dos movimentos das mulheres, objetivamos apresentar sua potência e diversidade, a ainda seus fundamentos teóricos. Buscamos demonstrar que a trajetória de lutas das mulheres é pontuada por lutas gerais e específicas, e ainda que o movimento das mulheres é amplo, englobando também os movimentos sociais urbanos. Nos quais as mulheres a partir de uma ética política diferenciada têm logrado renovar as lutas urbanas. Evidenciamos também a invisibilização das mulheres na produção do conhecimento, inclusive nas narrativas sobre movimentos sociais, dos quais são geralmente a maioria, para destacar a urgência de uma epistemologia feminista que contemple os estudos urbanos e de movimentos sociais. O fortalecimento da identidade coletiva das mulheres é fundamental para o avanço do processo democrático no país. Nesse sentido, o destaque das autonarrativas resistentes das mulheres em luta se apresenta como uma metodologia vigorosa para contribuir com emancipação das mulheres e a construção de movimentos sociais transformadores na sociedade.

### Referências Bibliográficas

- ARENDETT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad.: Roberto Raposo. 10ª Ed., 6ª Reimp., Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007. [1958]
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Org.: Teixeira Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. [1949]
- COHEN, Jean. *Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.) Teoria política feminista: textos centrais. 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p.195-230)
- CORTÉS, José Miguel. *Políticas do espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: SENAC, 2008.
- COSENTINO, Renato; MONTEIRO, Poliana. *Rio 2016: projeto, orçamento e (des) legados olímpicos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, v.1, p.43, 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad.: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad.: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GODINHO, Tatau. *Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras*. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.) A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009. (p.149-159)

GOHN, Maria da Glória. *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático*. Revista Política & Sociedade. Florianópolis: UFSC, nº 11, out., 2007.

MACKINNON, Catharine. *Desejo e poder*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). Teoria política feminista: textos centrais. 1ª ed., Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p.231-250)

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (p.121-188)

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*: Livro I. Trad.: Reginaldo Sant'anna. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MONTEIRO, Poliana. *A produção feminista do espaço: costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas*. Anais do XVIII ENANPUR. Natal: ANPUR, 2019.

MONTEIRO, Poliana. *O Gênero da Habitação: A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015. (218 páginas)

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. *Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção*. Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017.

POE, Edgar Allan. *O homem na multidão*. In: Contos. São Paulo: Cultrix, 1987.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria*. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.) A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009. (p.149-159)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – Coleção Brasil Urgente, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?* Dossiê Crítica Marxista, n. 11, Campinas: Unicamp, 2000, p.71-75. [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/346005/mod\_resource/content/0.pdf Acesso em 19 jan 2015]

SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967. [1902]

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno falar?* Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. [1985]

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. 1ª ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad.: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

# REPRESENTAÇÃO DECOLONIAL DA RESISTÊNCIA FEMININA NA CIDADE

*Márcia Bastos de Araujo<sup>1</sup>*

## Resumo

A partir de uma perspectiva crítica a respeito da relativização das demandas femininas, apontamos nesse estudo para a necessidade de uma epistemologia feminista decolonial visando o reconhecimento das narrativas de resistência feminina, na luta política pelo direito à cidade. Pensamos a cidade como um espaço de disputas, e a busca por mudança dos lugares convencionados como normativos, surge como um desafio, na medida em que a política urbana tem sido construída historicamente, segregada e desigual. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo ampliar o debate sobre a resistência feminina na cidade, na medida em que a luta das mulheres revela as nuances da luta ampla pelo direito à cidade, e a urgência da resistência decolonial na modernidade.

Palavras-chave: mulher, cidade, resistência.

# DECOLONIAL REPRESENTATION OF FEMALE RESISTANCE IN THE CITY

## Abstract

From a critical perspective on the relativization of female demands, we point out in this study the need for a decolonial feminist epistemology aimed at recognizing the narratives of female resistance in the political struggle for the right to the city. We think of the city as a space for disputes, and the search for change in the conventional places as normative arises as a challenge, as urban policy has been historically constructed, segregated and unequal. In this sense, this article aims to broaden the debate on female resistance in the city, as women's struggle reveals the nuances of the broad struggle for the right to the city, and the urgency of decolonial resistance in modernity.

Keywords: Woman, city, resistance.

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Pós – Graduada em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latino americano de Ciências Sociais- Clacso. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Assistente Social na Vice Reitoria para Assuntos Comunitários da PUC-Rio.

## Introdução

A ação política das mulheres na cidade, constituindo resistência e luta contra toda forma de violação de direitos se estabelece como um projeto constante em disputa pelo direito à cidade. Este artigo aponta para a necessidade de reconhecer à ação política das mulheres na cidade, com base na epistemologia feminista decolonial, e assim empreender notoriedade as narrativas resistentes femininas em torno da perspectiva da luta pelo direito à cidade em seu sentido amplo.

Ao aprofundar o debate sobre a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia, os lugares convencionados como normativos são questionados e até mesmo redimensionados. Enquanto que os espaços tradicionais postulam o apagamento das mulheres nas esferas públicas de decisão, e de luta. As resistências e insurgências femininas impõem diariamente ações políticas na e pela cidade, contrariando esse modelo de apagamento e não reconhecimento das vozes das mulheres e a diversidade de suas narrativas de luta.

## Considerações sobre feminismo decolonial e sua relação com a luta das mulheres pelo direito à cidade

A narrativa de luta de diferentes mulheres em defesa do direito à cidade, expressa organização popular que disputa participação, e contesta o modelo de planejamento e produção da cidade que potencializa a violação de direitos urbanos fundamentais. A luta pelo direito à cidade tem evidenciado a participação ativa das mulheres como protagonistas nesse processo.

Esse contexto revela a importância em pautarmos como sujeitos grupos localizados socialmente, e suas pautas, que são essenciais para o rompimento da narrativa dominante, e para o questionamento das condições sociais de privilégios. É por isso que pensar a participação das mulheres na cidade, e a importância do seu lugar de fala, através de suas lutas não se reduz a um recorte. O interesse está na constituição de um modelo de sociedade, capaz de reconhecer que as necessidades humanas são diversas, e que por isso é preciso que cada realidade que demande alterações da ordem cultural pré-estabelecida tenha condições de aparecimento e de legitimidade social.

Sendo assim, uma abordagem feminista universal, não seria justa e suficiente neste debate. Pensar em muitos feminismos é romper com a cisão criada em uma sociedade desigual, logo estamos pensando em projetos e novos marcos civilizatórios para que seja possível construir um novo modelo de sociedade. Nessa direção é que o Feminismo Decolonial se impõe como uma alternativa para repensar a mulher na sociedade moderna, assim como, para repensar as lógicas impositivas socialmente construídas, auxiliando no redimensionamento das construções normativas. A redução ativa das mulheres ao longo da história guarda relação com um projeto de poder colonial intencional. E a maneira com que se desdobram nos dias de hoje, a banalização da vida das mulheres em diversos setores não está desconexa do apagamento social e cultural que a colonização provocou.

Por meio da problematização da epistemologia decolonial, é possível fortalecer e legitimar a luta das mulheres pelo direito à cidade, na medida em que novas legitimidades refutam epistemologias tradicionais e consequentemente hierarquias socialmente construídas, utilizadas para consolidar opressões estruturais que impedem indivíduos de certos grupos, como mulheres periféricas e faveladas, negras e nordestinas tenham direito à legitimidade de sua fala, bem como, ao aparecimento

de seus corpos na esfera pública.

Conforme Lugones (2014) explica, a imposição brutal do sistema colonial se constituiu através de tensões criadas em torno de dicotomias, e hierarquias. Uma lógica que buscou estabelecer como processo central a diferença entre o humano e o não humano, considerando seus conhecimentos, relações, valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais como pré-modernas, a serviço do homem ocidental. Essa classificação, com base em hierarquias e diferenças, tornou-se a marca do humano e a marca da civilização, tendo em vista que nessa perspectiva somente os civilizados foram considerados aptos para decidir, e serem sujeitos agentes na vida pública.

O Sociólogo Peruano, Anibal Quijano (2005), é um dos principais pensadores sobre o tema, e cunhou o conceito colonialidade de poder, e o definiu como uma forma específica que a dominação e a exploração adquirem na constituição do sistema de poder mundial capitalista. A colonialidade de poder é o estranhamento do período colonial para além do tempo cronológico. É também o rebatimento do poder colonial na construção de processos hegemônicos. Ou seja, o período colonial acabou, mas se mantém ativo em nossos meios, definindo nossa maneira de ser e de pensar, e definindo os caminhos sociais que perpetuam as desigualdades raciais e de gênero nascidas nesse período. Para o autor, a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo, que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial.

Lugones (2014), complexifica a compreensão de Quijano (2005), que limita a colonialidade de poder como consequência exclusiva do poder capitalista global. A autora repensa o conceito difundido pelo autor, e apresenta a colonialidade do gênero como um conceito que valida outros elementos que também se estruturaram através das relações de poder coloniais. O debate em questão indica que a construção social do gênero se estabelece nessa concepção através de um quadro conceitual imposto pelos europeus brancos, burgueses, plenamente civilizados. Portanto, a colonialidade de gênero se estrutura como uma ferramenta normativa de condenação, que presume as diferenças como indicativos de ordem meramente natural, para justificar o processo de redução ativa das mulheres.

A colonialidade de poder para Quijano (2005) nos permite entender a continuidade das formas coloniais de dominação e seus apontamentos para a relação de exploração através do trabalho, após o fim das administrações coloniais. Já a colonialidade de gênero, por sua vez, indica que a continuidade das formas coloniais de dominação permanece criando e legitimando estruturas de opressão para as mulheres. Nesse ponto de vista, o gênero se configura como uma construção social normativa colonial moderna, pois se constituiu através da distinção de papéis determinados em situações coloniais de exploração. Lugones (2014) considera que a missão civilizatória se propôs a desconstruir as diferenças entre homens e mulheres com base em suas identidades, para afirmar a diferenciação como natureza.

Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo, e por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes (LUGONES, 2014, p. 938).

A opressão de mulheres subalternizadas possui relação com os processos combinados de racialização, colonização e exploração capitalista. O sistema conceitual moderno colonial de gênero permitiu assim que as diferenças na nossa sociedade não sejam

apenas vividas como diferenças. Elas ganharam sentido nas relações de poder estabelecidas socialmente, sendo esse movimento responsável por dar o tom das desigualdades de gênero. Por sua vez, a percepção a respeito dos reflexos das formas de administração colonial ao longo da história na constituição das relações de poder é fundamental para desmistificar o que se constituiu como normativo na modernidade. E tem sido igualmente importante para as Feministas decoloniais que propõem um debate sobre as possibilidades cotidianas de alteração da ordem socialmente e culturalmente estabelecida sobre as mulheres, como consequência da colonialidade.

O Feminismo Decolonial aponta, portanto, para mulheres específicas, e desnuda a representação da mulher como sujeito universal. Lugones (2014) explica que o Feminismo Decolonial reconhece a mulher como sujeito político distinto, e versa sobre a superação da colonialidade de gênero, uma vez que esse processo criou uma dicotomia e hierarquização nas relações sociais. Essa construção, segundo a autora, provocou e provoca até os dias atuais, a redução ativa das mulheres em um processo de sujeição. Porém, ainda que a colonialidade do gênero tenha criado distinções normativas opressoras sobre as mulheres, a resistência feminista decolonial se estabelece como um processo cotidiano de poder concreto, pois a lógica que seguem não é consentida pela lógica do capital.

Conforme a colonialidade infiltra cada aspecto da vida pela circulação do poder nos níveis do corpo, do trabalho, da lei, da imposição de tributos, da introdução da propriedade e da exploração da terra, sua lógica e eficácia são enfrentadas por diferentes pessoas palpáveis cujos corpos, entes relacionados com o mudo espiritual não seguem a lógica do capital (LUGONES, 2014, p.948).

As mulheres resistentes, subalternizadas, faveladas, negras, nordestinas e etc ao assumirem a centralidade da luta na cidade, redimensionam em forma de questionamento a construção social do gênero, e conseqüentemente viabilizam o exercício da resistência a colonialidade. A resistência no cotidiano é a afirmação da vida ao invés do lucro, do comunalismo ao invés do individualismo, do estar ao invés de empreender, é através de seres em relação, ao invés de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierarquizados e violentos. Lugones (2014) São esses modos de ser, que a autora considera como valorar, acreditar e persistir na oposição a colonialidade através do Feminismo Decolonial.

A resistência a colonialidade se expressa claramente na luta na cidade. É a tentativa de resgate de todas as expropriações de terras sofrida há tantos anos. Essa questão diz respeito a muitas mulheres, que levaram ao aparecimento realidades indignas de serem vistas. De fato, todas as mulheres, independente de cor, classe e etnia estão expostas aos reflexos de estruturas políticas, sociais e culturais de opressão misóginas e sexistas. Porém, as mulheres reduzidas à condição de não humanas advindas da condição de poder destrinchada pela colonialidade de gênero carregam aspectos muito próprios, que as diferenciam das demais mulheres em condição de privilégio social. São essas mulheres que o Feminismo Decolonial, interessa representar, aquelas que expereciam o gênero de outra forma.

Partindo desses termos, é que podemos reconhecer como um desafio maior, entender sobre que grupo de mulheres estamos falando. A colonialidade de gênero na modernidade, como continuidade de um sistema de dominação, segue impondo classificações. No Rio de Janeiro as mulheres moradas de favelas por exemplo, pautam uma luta específica, não comum a outras mulheres na cidade. Seus endereços são considerados fatores que as colocam na mesma posição das

mulheres em situações coloniais, ou seja, expostas a toda natureza de hierarquia, e violação. Nesse sentido, referenciar a luta urbana de mulheres através da construção epistemológica decolonial, expressa a relação coletiva com o lugar onde à resistência é insurgente. A resistência acontece de dentro, da forma de compreender o mundo, e de viver nele, enquanto que o lugar social é determinante para as respostas coletivas que configuram resistências.

O engajamento das mulheres envolvidas na insurgente luta pelo direito à cidade, e o lugar de destaque que são assumidos por elas enquanto sujeitas de luta, evidencia um agenciamento político e a potência do lugar de fala não somente no interior das favelas, mas ocupando espaços diversos e atuando em diferentes escalas institucionais e de poder. Essa realidade pode ser lida como resposta que se opõem as categorias normativas que conformam a identidade feminina, construídas historicamente e culturalmente e que representou para a mulher em grande parte, a renúncia de sua autonomia e individualidade, bem como a sua exclusão e submissão na esfera política.

Falar de direito à cidade a partir das perspectivas das mulheres é descolonizar as experiências políticas, é se ater à identidade social e o lugar de fala para pensar as proposições de luta, para a construção de novos marcos da política urbana na cidade. Na visão de Ribeiro (2017) é desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar, logo não é uma política reducionista, mas é uma noção que está atenta para o fato que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades, e deslegitima suas demandas e vozes, como resultantes de uma estrutura de opressão que preconiza privilégios.

É necessário o exercício da escuta por parte de quem sempre foi autorizado a falar. São estes, acostumados a não ouvir e que intitulam suas vozes como suficientes, que banalizam as posições das mulheres em suas resistências cotidianas através de seus lugares de fala. Julgamos interessante perceber que as vozes esquecidas possuem uma posição de relevância na história, e continuam como categorias políticas denunciando seu apagamento, e o não reconhecimento de suas pautas. Compreende-se como urgente, portanto, a importância em evidenciar que grupos específicos de mulheres, historicamente produzem resistências contra o modelo dominante através de uma disputa de narrativa. Gonzales (2014), ao discutir a hierarquização da linguagem e da produção do conhecimento como forma de manutenção do poder, demonstra que essas noções são construções eurocêntricas, ou seja, branca e patriarcal que legitima o lugar de fala de alguns em detrimento de outros.

É urgente questionarmos, sobre qual será o discurso de legitimidade de luta por direitos de homens brancos e mulheres brancas? Sobre quais aspectos os mesmos se afirmam? Essas indagações refletem a condição de subalternidade em que as mulheres protagonistas na resistência urbana, enfrentam diante da necessidade de se afirmar em um papel convencionalizado como normativo para ter o direito a ter direito de ter sua voz ouvida, e o seu lugar de fala reconhecido.

No entanto, a resistência dessas mulheres não depende de uma estrutura normativa de poder em particular para a sua legitimação. Na perspectiva de Butler (2018), a resistência passa a existir quando é exercida por aqueles que agem unidos em aliança, àqueles que são excluídos, ou considerados irreais pelos que buscam monopolizar a realidade, e definir a esfera de participação por meio da exclusão de grupos específicos. Em outros termos, é possível observar que as mulheres envolvidas nos processos de resistências as remoções de favelas, lutam ao mesmo tempo pelo direito de ser quem são a partir de suas próprias vidas e trajetórias pessoais ora na

rua, na praça, e avenida, ora em casa, com a família, e consigo mesmas.

### **Resistência Feminina e direito à cidade: Uma reflexão feminista**

A relação de vivência e circulação contemporânea das mulheres com a vida urbana aponta a cidade como espaço de construção e validação de diversas narrativas de luta. Nesse sentido, a compreensão da luta pelo direito à cidade, através de uma perspectiva feminista, supõe a problematização dos principais paradigmas que fundamentam a construção do conhecimento e da própria política urbana (Oliveira, 2018). Para Lefebvre (2001), a vida urbana é permeada por encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver e dos padrões, que coexistem na cidade. No entanto, a política urbana, em grande parte, resulta da ação de homens, que não reconhecem a legitimidade da ação política das mulheres, uma vez que a cidade também se constitui como instrumento político controlável, nas mãos do Estado e de grupos dominantes. Compreendemos, assim, a importância da emergência do pensamento feminista para entender os efeitos das relações de poderes hegemônicos presentes na cidade, que produzem e controlam as políticas urbanas, influenciando diretamente o cotidiano das mulheres.

A relativização das demandas femininas na cidade exige que a epistemologia feminista reivindique seu lugar, na construção de um pensamento que acompanhe e reconheça o movimento da sociedade em sua totalidade (Oliveira, 2018). Tal afirmação indica que os marcadores de diferenças sociais, que fomentam um amplo processo de desigualdade de gênero, permanecem deslocando o sentido de igualdade e de direito entre mulheres e homens na política urbana e na experiência cotidiana na cidade. Nessa perspectiva, é possível perceber que a cidade é um espaço de disputas, e a busca por mudança dos lugares convencionalizados como referência surge como um desafio, capaz de evidenciar que a produção do conhecimento, e da política estatal é construída, socialmente, com base no modelo branco, masculino e ocidental de sociedade, devendo ser, portanto, sempre debatida e questionada.

A luta das mulheres na cidade se esbarra de forma recorrente na afirmação de um “direito à cidade”, pautado pela coalizão de interesses econômicos, como um direito mais individual do que coletivo. Uma pertença dominante, portanto, um direito masculino. Oliveira (2018) diz que um planejamento urbano pautado pela diversidade da vida social deveria garantir amplo acesso a políticas e equipamentos urbanos, promovendo uso coletivo. Deveria, ainda, priorizar as pessoas e suas eventuais condições de desproteção social e não apenas a produção e circulação de mercadorias, como se concebe na cidade capitalista.

No entanto, o que as mulheres, em especial as mulheres pobres, encontram é um desenho urbano que favorece a reprodução da cultura sexista, que reduz direitos e sua própria existência. Ao circularem pela cidade encontram limites e imposições, que silenciam suas demandas e invisibilizam narrativas. Trata-se de uma construção social perversa, que pressiona as mulheres a permanecer à margem dos processos de participação política, de forma constringida e segregada, pelo simples fato de serem apenas mulheres.

Porém, sendo o espaço reprodutor das relações sociais, e do conflito, ele também é o lugar da contestação. Apesar das mulheres terem sido conduzidas para a margem de toda a história da humanidade, elas sempre foram insurgentes, e estiveram presentes, contribuindo de várias formas com diversas pautas de luta política. A realidade é que o campo de ação política de mulheres pela cidade é amplo, e demonstra que toda relação historicamente construída é passível de modificação.

Essa proposição toma como base, as reflexões de Harvey (1980), sobre a perspectiva do espaço urbano para além de uma dimensão física e material. Segundo o autor, é preciso que os estudos sobre a cidade e o urbanismo identifiquem seu conteúdo social e simbólico, e que compreenda que todo processo social é espacial, uma vez que a cidade é o lugar onde as relações são desenvolvidas.

Nessa direção, é possível perceber que conjunturas de dimensão global apresentam experiências que testificam que a efervescência popular de mulheres forjaram processos importantes ao longo da história, na direção de transformações sociais e políticas, em que a cidade foi posta no centro, como lugar privilegiado desses acontecimentos. Lefebvre (2006), por sua vez, afirma que o espaço não deve ser concebido como espaço passivo. A cidade é, portanto, o espaço onde as relações sociais e econômicas são modificadas, e as ordens culturais e sociais alteradas por sujeitos políticos distintos.

Podemos citar algumas experiências de luta e resistência de mulheres com grande expressão política. O movimento argentino das mães da praça de maio se constitui como um bom exemplo. De acordo com Schatz (2017), no dia 30 de abril de 1977, quatorze mulheres caminharam para a *Plaza de Mayo*, uma praça pública no centro da capital da Argentina diante do palácio presidencial, e conduziram uma manifestação política de denúncia contra o governo da época, sem imaginar que se tornariam um movimento reconhecido mundialmente.

A autora explica que reuniões de mais de três pessoas eram ilegais em espaços públicos, no período da ditadura militar na Argentina (1976- 1983). Mas essas mulheres, mães de filhos e filhas desaparecidos no referido período, criaram estratégias para continuar denunciando as violações cometidas pelo governo. Segundo Schatz (2017), as mães andavam em duplas visando não despertar atenção da polícia. E apesar de terem sofrido ameaças, repressões e violência, essas mulheres permaneceram durante os 38 anos seguintes, arriscando suas vidas e de suas famílias em busca de descobrir o que havia acontecido com seus filhos desaparecidos.

O número de mulheres envolvidas foi ganhando expressividade com o passar do tempo, e elas foram conseguindo se organizar e mobilizar instrumentos políticos para garantir respostas. Schatz (2017) salienta que as mães da praça de maio conquistaram a atenção da mídia, e chegaram a publicar uma carta em um grande jornal, dirigida ao presidente da Suprema Corte, aos líderes militares e a igreja, com o seguinte texto: “a tortura mais cruel para uma mãe, é a incerteza sobre o destino de seus filhos. Pedimos um processo legal para determinar a inocência ou culpa.” (Schatz, 2017, p.47).

Uma das fundadoras do movimento se chama Azucena Villaflor, uma mulher da classe trabalhadora. Seu filho, Néstor, e a esposa tinham desaparecido, e após muitas tentativas frustradas em delegacias e em órgãos do governo, Azucena se juntou com outras mulheres, e escolheram a praça de maio, o local para sua primeira manifestação, uma praça pública justamente em frente ao palácio presidencial. Schatz (2017) destaca que as mães de maio, nome que reconhece o sentido político de suas lutas, diziam que a praça as faziam mais fortes, e que se tornou um lugar onde elas conseguiam se sentir mais próximas de seus filhos.

Atualmente, as pessoas que visitam a praça de maio em Buenos Aires, conseguem ver o chão pintado com um grande círculo de lenços de cabeça brancos, em homenagem a essas mulheres que protagonizaram um movimento político muito importante de denúncias contra a Ditadura. Essa experiência demonstra que as práticas sociais e políticas na cidade não exigem respostas definitivas sobre como se desenvolve a

vida urbana. Harvey (1980) afirma que pensar a cidade e suas relações, é pensar a prática humana e sua relação com o espaço.

O espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas pode transforma-se em um ou em outro, dependendo das circunstâncias. [...] A questão o que é o espaço? é, além disso, substituída pela questão o que é isso, que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso distinto do espaço? (HARVEY, 1980, p.5.).

Outro processo histórico interessante, que também demarca essa relação, ocorreu igualmente na América Latina, especificamente na Nicarágua entre 1979 e 1990. De acordo com Mathias e Pereira (2017) a Revolução Sandinista, inspirada na Revolução Cubana de 1959, se estabeleceu como um processo de insurreição popular, onde a luta armada derrubou a ditadura da família Somoza<sup>2</sup>, e reconstruiu um país em ruínas. Conforme apontado pelos referidos autores, e também pelo documentário *Las sandinistas*<sup>3</sup>, esse processo revolucionário contou com o papel fundamental das mulheres. Durante a revolução, as mulheres estiveram presentes nos dois momentos da luta. No primeiro, o chamado de “trunfo” a partir de 1961, elas atuaram nas guerrilhas urbanas e no campo ocupando diversas funções, inclusive no comando de exércitos. Já no segundo momento, onde se iniciou o processo de reconstrução do país, as mulheres permaneceram atuantes, organizadas, inseridas na nova organização política exigindo direitos e liderando povoados inteiros.

Margaret Randall (1982) frisa que esta inserção não foi tão simples, e que existiu um processo relevante para que diversas mulheres adquirissem consciência política, bem como reconhecesse a importância de si mesma como sujeito da sociedade e sujeito determinante. Houve muitos esforços de deslocamento de tarefas das militantes, para áreas mais incomuns de participação feminina como o treinamento militar. Antes eram colocadas para executar serviços tidos como femininos, em relação à manutenção da limpeza de aparelhos, alimentação e cuidados dos enfermos, e datilografar. No segundo momento da revolução, as mulheres ocuparam espaço nas decisões, e foram se apropriando de posições não destinadas a elas.

A participação das mulheres no bojo da Revolução Sandinista<sup>4</sup> é uma valiosa demonstração de como as ações políticas demarcam a cidade como o espaço do confronto e de encontro. As mulheres tiveram participação direta neste processo, e a circulação delas pela cidade no contexto da revolução, possibilitou a construção de uma concepção nova de mundo passível de se tornar hegemônica, que inspira a continuidade do envolvimento político das mulheres na Nicarágua até os dias atuais, que persistem pautando a luta por igualdade e pela preservação dos direitos humanos.

Entendemos, portanto, que a cidade se coloca como espaço de tomada de consciência política, e elaboração de demandas. Assim, as mulheres constroem narrativas de luta, que questionam a própria noção de política na esfera pública. Butler (2018)

2 A família Somoza foi uma influente família da Nicarágua que governou o país como uma ditadura hereditária. A família governou de forma dinástica a Nicarágua entre 1934 e 1979. <https://www.notimerica.com/politica/noticia-familia-somoza-historia-estirpe-asolo-nicaragua-siglo-xx-20170413090418.html>. Acessado em Fev/2019.

3 Exibido pelo canal PHILLOS. <https://philos.tv/video/las-sandinistas/457901/>. Direção: Jenny Murray. Acessado em Dez/2019.

4 Chamada em memória ao líder de esquerda, Augusto César Sandino, morto em 1934. <https://www.britannica.com/topic/Sandinista>. Acessado em Fev/2019.

esclarece que a normatividade instituída sobre o gênero não caracteriza apenas o que fazemos, mas como o discurso e o poder institucional nos afetam. De acordo com o que a autora evidencia, a política não se define por tomar lugar exclusivamente na esfera pública, distinta da esfera privada, mas atravessa essas linhas repetidas vezes, chamando atenção para a maneira como a política já está nas casas, nas ruas, na vizinhança e conseqüentemente na cidade.

Nos termos de Biroli (2014), compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado, é contestar a naturalidade da história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres. Pensar, portanto, a resistência das mulheres na esfera pública como participação resistente dimensionada apenas por princípios de dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, ou seja, da domesticidade feminina composta por afetos, e não dimensionar a resistência dessas mulheres pela noção do direito e da justiça, é respaldar a noção de dominação masculina na esfera política. E criar uma projeção da esfera política como homogênea e universal é silenciar a existência dos sujeitos políticos distintos.

Avaliamos nesse quadro, que os papéis atribuídos às mulheres em relação à vida doméstica são lidos como um traço natural e distintivo, onde o debate de justiça e direito não se aplica dentro das relações sociais do cotidiano, uma vez que nelas predominam o afeto. Em outras palavras, essa compreensão decorre das relações de poder que cria o que é convencionalmente entendido como não resistente, e não político para preservar os padrões de autoridade e a produção da subordinação.

O mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público (BIROLI, 2014, p.34).

Na perspectiva de Butler (2018), se unir a resistência significa se mover pelo espaço público de maneira a contestar a distinção entre o público e o privado, que não reconhece o cotidiano das mulheres como ações políticas e dotadas de potencialidade de luta e resistência. Um ponto de partida para desmistificar essa dualidade é considerar, que toda resistência feminina na cidade não depende de uma estrutura normativa para a sua legitimação. Essas concepções, na visão de Butler (2018), demonstram que a distinção entre público e privado serve para preservação da dominação masculina, onde a esfera pública presume a presença dos homens, sem estar apoiado em nada. Já a esfera privada é presumivelmente feminina e se estabelece como pré-política, como se a ação política acontecesse apenas na condição de aparecimento do corpo na esfera pública. Como bem afirma Pereira (2011), a política como garantia de direitos se expressa na conversão de decisões privadas em decisões públicas que afetam e comprometem a todos. Harvey (2014) indica que a melhor maneira de exercer o direito à cidade é ocupar os diversos espaços, colocando-se como oposição as condições de cerceamento, controle social e apropriação disposta pelos interesses privados e públicos estatais. Portanto, quando não se nomeia uma realidade produz-se por consequência sua invisibilidade, e é por isso que o sentido político da vida cotidiana e suas diversas narrativas não devem ser reduzidos, e considerados como não político.

### Considerações Finais

Lefebvre (2001) escreve que forças muito poderosas tendem a destruir a cidade e que um certo urbanismo, à nossa frente, projeta para a realidade a ideologia de uma

prática que visa à morte da cidade. Ainda que essa fala expresse uma semântica visceral, é possível perceber, em síntese, que o autor nos chama atenção para um projeto de cidade específico, que vem demandando, por sua vez, uma disputa por parte daqueles que reivindicam a cidade como direito e não como mercadoria.

As grandes tensões e contradições, nos espaços da vida cotidiana em torno do direito a cidade, têm revelado uma questão, que é colocada como central nessa discussão e corresponde ao lugar da mulher nesse contexto. Existe uma relação antagônica de poder de raízes coloniais, que se afirma pela desigualdade entre dois grupos constituídos socialmente e isso se manifesta na relação da mulher com a cidade e suas configurações de disputa entre o direito e o mercado, tornando invisíveis suas experiências, práticas e interesses. Porém, se a cidade mercadoria se constitui como um projeto de negação dos direitos urbanos fundamentais, a resistência das mulheres na cidade se estabelece igualmente como um projeto de cidade alternativo, que exige a garantia do direito à cidade em seu sentido amplo.

A perspectiva das mulheres amplia o campo de luta pelo direito a cidade e aponta para a necessidade de construção de bases mais democráticas e menos hierárquicas de organização política, como experiência de luta decolonial na cidade. Essa questão se apresenta como discussão fundamental, para que possamos confrontar a própria noção de direito a cidade, e de questionamento sobre o que é de fato, direito à cidade para as mulheres.

### Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1º Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GONZALES, Lélia. *Por um Feminismo Afro – latino Americano*. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, n.1, 2014.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: direito a cidade à revolução urbana*. David Harvey – São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, 1980.  
LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. Henri Lefebvre – São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 4 ed. Paris: Éditions Anthrops, 2000). Primeira versão 2006.

LUGONES, María. *Rumo a um Feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas. v, 25, n. 4, 2010.

MATHIAS, Meire. PEREIRA, Nicolle Montalvão. *As Mulheres e a Revolução Sandinista: hegemonia e transformação na construção de uma nova Nicarágua*. ALAS, Uruguai, 2017.

PEREIRA, Potyara. A.P. *Política Social: temas e questões*. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade de poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires – CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, 2005.

RANDALL, Margarethe. *Estamos todas despertas*. 1ed – São Paulo: Globval Editora, 1982.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?!* Djamila Ribeiro. Belo Horizonte (MG) : Letramento: Justificando 2017.

SCHATZ, Kate. *Mulheres incríveis: artistas e atletas, piratas e punks, militantes e outras revolucionárias que moldaram a história do mundo*. Kate Schatz. SP: altral Cultural, 2017.

# CONCEITO E DIRETRIZES PROJETUAIS PARA ESPAÇO DEMOCRÁTICO - manifestações artístico-culturais femininas em santa maria

*Maria Cecília Pereira da Rocha<sup>1</sup>*  
*Luis Guilherme Aita Pippi<sup>2</sup>*

## Resumo

O presente artigo trata das primeiras etapas de um projeto paisagístico desenvolvido na disciplina de Trabalho Final de Graduação 1, do ano final do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A disciplina engloba uma pesquisa, que se desenvolveu enfatizando a desigualdade de gênero como elemento inviabilizador do acesso democrático ao espaço público, bem como diretrizes e etapas iniciais de projeto de intervenção na cidade de Santa Maria (RS) a partir dessa perspectiva e como contrapartida a essa realidade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre questões de gênero ao longo da história das cidades, direitos das mulheres, questões pertinentes ao direito universal ao espaço público e a realidade da cidade de Santa Maria (RS). Busca-se, através do desenho universal, a criação de um espaço qualificado e verdadeiramente inclusivo, criando ambientes coesos, legíveis e de qualidade.

Palavras-chave: mulher; espaço público, espaço democrático.

# CONCEPT AND GUIDELINES FOR DEMOCRATIC SPACE women's artistic-cultural manifestations in Santa Maria

## Abstract

This paper refers to the first steps of a landscape design project developed at the Final Project 1 course of the Architecture and Urban Planning undergraduate program at the Federal University of Santa Maria (UFSM). The course requires the development of an academic research, that was based on gender inequality as an element that unfeasible the democratic access to public space, as well as initial guidelines and design of an intervention project in the public space of Santa Maria (RS) based on this perspective and as counterpart to this reality. The research was developed from bibliographic review on gender issues throughout the history of cities, women's rights, issues related to the universal right to public spaces and the reality of the city of Santa Maria. It aims, through universal design, to the creation of a qualified and truly inclusive space, creating cohesive, readable and qualified environments.

Keywords: woman; public space, democratic space.

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>2</sup> Professor Adjunto Efetivo no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutor em Philosophy - Design - NCSU, Dep. Landscape Architecture, College of Design, NC State University, Raleigh, EUA.

## Contexto histórico-social: direito à cidade e violência contra a mulher

Ao longo da história, homens e mulheres desempenharam papéis diferentes nas nossas estruturas sociais. Papeis esses que, com a passagem do tempo, foram se modificando graças à transformação da nossa organização enquanto sociedade em si, à necessidade de incluir as mulheres na cadeia produtiva direta, às reivindicações e lutas travadas pelas mesmas, entre outros fatores. Apesar de essas transformações, de forma geral, terem contribuído para a inclusão e atividade das mulheres no tecido social, a desigualdade de gênero ainda é um elemento que permeia a nossa sociedade, principalmente em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. De acordo com o IBGE (2018), a média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos dos homens é de 11 horas semanais, enquanto das mulheres essa média é de 21 horas. Da mesma forma que 74% dos homens de 15 anos ou mais estavam ativos na força de trabalho no período de coleta de dados, em comparação a 53% das mulheres.

A desigualdade de gênero se manifesta de muitas formas e, hoje, situações de violência, assédio moral e sexual, ainda inviabilizam que as mulheres acessem os espaços públicos da mesma forma que os homens. Essa diferença de liberdade de acesso ao espaço público, incluindo e destacando aqui, a rua como um desses elementos, diferencia a forma como, enquanto seres humanos, acessamos todas as estruturas sociais necessárias e de direito para nosso desenvolvimento enquanto seres sociais.

Analisando o contexto nacional, o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres do mundo, sendo uma mulher morta a cada duas horas no país (ONU, 2017). Uma grande porcentagem desse dado remete às vítimas de feminicídio, que é quando o crime acontece pelo fato de o alvo ser mulher. No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo (WAISEFISZ, 2015, p.11). Segundo Waiselfisz (2015), de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, enquanto o de mulheres brancas diminuiu em 10%, mostrando o quanto a sobreposição de opressões pesa para a mulher negra brasileira. Além disso, do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Foi criada no Brasil em 2003, a Secretaria de Políticas para Mulheres, com o intuito de haver um maior conhecimento sobre esses dados e, assim, ser possível uma reversão dos mesmos. Em 2006, foi sancionada a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece que “são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral, entre outras” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006). A institucionalização desse amparo através de legislações é fundamental para a diminuição dos índices de violência contra a mulher, assim como da desigualdade de gênero como um todo. Contudo, essas medidas não têm se mostrado suficientes no combate aos diversos tipos de ataque que as mulheres sofrem.

Ao vermos que a violência de gênero tem origem e embasamento na sociedade em que vivemos, que é machista, sexista e patriarcal (ALBUQUERQUE, et. al, 2015) se torna necessária uma transformação dos nossos valores culturais. Transformação essa que não acontecerá de forma realmente igualitária e inclusiva se o seu transcórre não se der através do emponderamento e valorização das manifestações culturais desenvolvidas, permitidas e, preferencialmente, protagonizadas pelas mulheres, que são as vítimas desse sistema opressor.

Ao trazermos a busca pela igualdade de gênero como principal diretriz projetual

para espaços públicos, é essencial que, nessa fundamentação teórica, tratemos da relação dos homens e das mulheres com os espaços públicos e privados ao longo do tempo. Na Grécia, “algo muito importante aconteceu, no sentido de que é a primeira sociedade historicamente conhecida em que uma democracia se configura como um espaço formalizado para iguais, como o mais amplo espaço de igualdade, o dos cidadãos perante a lei”. (AMORÓS, 2001, p. 7, tradução nossa). Essa afirmação nos traz um questionamento essencial: quem são os cidadãos? A quem são direcionados os estudos e lutas pelos direitos humanos? Quem está incluso nessa pauta?

Tiburi (2018, p. 105) afirma que “na equação política de Aristóteles, Pólis é a cidade-Estado e Óikos, o território da casa. O primeiro é reservado aos homens e o segundo, às mulheres, aos escravos e aos animais”, da mesma forma que Amorós (2001, p. 7, tradução nossa), relata que, para Aristóteles, o cidadão “é ‘o verdadeiro homem’ (Vegetti), que carrega por excelência, atributos como: é do sexo masculino, à frente da mulher, é grego e não bárbaro, é livre e não um escravo, ele é adulto e não uma criança. São os diferentes cidadãos que constituem o campo dos iguais e, portanto, o espaço da igualdade perante a lei”.

Essas afirmações sobre a base do nosso desenvolvimento em cidades se refletem na forma como nossos espaços públicos foram e são desenvolvidos até hoje: por homens e para homens. Ainda conforme Tiburi (2018, p. 106), a democracia acontece no espaço público, que é ocupado por homens – os cidadãos –, enquanto “no espaço da casa, há o trabalho, a procriação e a sustentação organizada da vida”.

No espaço do privado não ocorre o que na filosofia chamamos de princípio da individuação. Dentro do genérico feminino é como se este princípio não fosse produzido, como se não fosse dado um operador de distribuição que perfurasse individualidades. Se individuação não ocorre é porque esta é a característica dos espaços públicos, onde todos marcam seu lugar diferencial, como a apropriação de áreas claramente definidas que moldam enquanto eles estão configurados para diferentes indivíduos. A razão é óbvia: se tratássemos o tema filosoficamente poderíamos recorrer ao que o filósofo racionalista Leibniz chama de o princípio da razão suficiente: para que algo aconteça – dito assim a grosso modo –, deve haver uma razão suficiente. Neste caso, as atividades realizadas no espaço público pressupõem reconhecimento, e isso está intimamente relacionado com o que é chamado de poder. O poder deve ser dividido, deve constituir um pacto, um sistema de relações de poder, uma rede de distribuição. (AMORÓS, 2001, p. 2, tradução nossa).

A partir de estudos semelhantes, bem como da análise de outros autores, Beauvoir traz o conceito do Outro, lugar ocupado pela mulher, que se caracteriza da seguinte forma:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o sexo para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10-11).

Esse conceito do Outro abordado por Simone de Beauvoir (1970) condiz com o que

retrataram Amorós (2001) e Tiburi (2018), pois ao se ter a figura do homem branco, livre e adulto como ponto de partida, se descentraliza qualquer outra figura, e se submete todos os outros seres a uma sociedade desenvolvida àqueles específicos. Ao se tratar de espaços públicos no Brasil, é importante abordar junto da questão de gênero a questão racial.

No caso brasileiro, desde sua chegada às terras brasileiras como escravizada, a mulher negra tem sido representada por imagens carregadas de exotismo e estereótipos determinantes e determinados por olhares reducionistas a seu corpo a sua sexualidade, tornados objetos. Em uma das primeiras representações sobre a população negra brasileira, (1641), Albert Eckhout, na pintura Mulher Africana (Negra), exalta a exotividade da mulher negra, inscrevendo seu corpo como mera parte da paisagem retratada. O imaginário retratado configura as relações de poder estabelecidas, pois abarcam dimensões territoriais e simbólicas de domínio do colonizador europeu (SILVA, 2017, p.2).

Trazer pautas do feminismo negro para dentro da discussão do espaço público igualitário se torna essencial, já que homens brancos, homens negros, mulheres brancas, mulheres negras, e pessoas não-binárias de gênero experienciam o viver em sociedade de formas totalmente diferentes, e se relacionam de formas diferentes com os espaços de poder por terem pontos de partida totalmente diferentes.

Quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades (RIBEIRO, 2017, p. 63).

Ao tratarmos da coletividade, existe uma construção social não realista da busca pela universalidade, sendo que essa universalidade na verdade é uma padronização limitada que possibilita a circulação, a manifestação e fala dos homens brancos. “O que chamo de homem branco é apenas uma metáfora do poder, do sujeito do

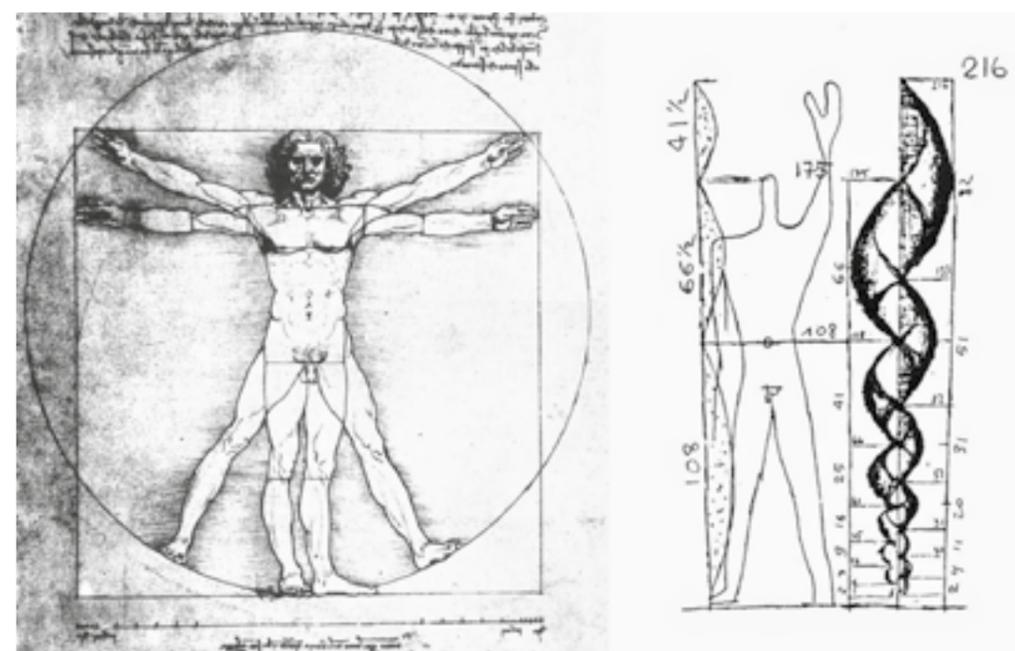


Figura 1: Ilustração do homem vitruviano de Leonardo da Vinci juntamente com o módulo de Le Corbusier indicando as formas de representação humanas mais difundidas mundialmente. Fonte: Archdaily, 2019.

privilegio, da figura alicerçada no acobertamento das relações que envolvem os aspectos gênero e raça, sexo e classe, idade e corporeidade” (TIBURI, 2018, p. 41). De forma alguma esses recortes buscam silenciar os grupos que hoje ocupam os espaços de poder, “o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p. 88).

Se ao planejarmos os espaços levarmos em consideração as sobreposições de opressões, entenderemos que se um espaço é convidativo aos grupos mais fragilizados socialmente, ele é acessível a todos: um espaço que permite a mobilidade de pessoas com dificuldades motoras não é inacessível a alguém sem essas limitações, da mesma forma que um espaço que inclui mulheres, sobretudo negras, não cessa direitos dos homens brancos. Ao dar voz às pessoas historicamente silenciadas através do direito igualitário ao espaço “estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que inviabiliza essas narrativas”(RIBEIRO, 2017). Discussões sobre locus social, bem como sobre epistemologia nos parecem muito recentes, quando na verdade esses conceitos já há muito são discutidos pelos grupos oprimidos, “a questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções” (RIBEIRO, 2017, p.65).

Angela Davis, ainda na década de 1980, ao discursar sobre o movimento feminista negro estadunidense, afirmou que “o empoderamento das massas de mulheres deste país nunca será alcançado enquanto não tivermos êxito em deter a maré de racismo” (DAVIS, 2017, p. 22). Apesar de ter sido um discurso proferido nos Estados Unidos há mais de 30 anos, é extremamente aplicável ao Brasil de hoje. A autora ainda discorre sobre a relação da ascensão de grupos extremistas e violentos, ataques aos direitos reprodutivos das mulheres, ataques racistas e homofóbicos, já que todos esses encontram suas fundamentações nas mesmas bases ideológicas no aspecto político e econômico.

Analisando historicamente as manifestações, podemos vê-las como intermédio entre um grupo de pessoas que quer transmitir uma ideia ou demanda ao restante ou representantes da sociedade em que se inserem, tornando o cunho cultural intrínseco a qualquer manifesto, já que esse último sempre terá sua essência atrelada a cultura de quem o cria.

Hoje, no Brasil, o direito a reunião e manifestação é garantido na Constituição. Contudo, devido a diversas questões da sociedade patriarcal em que estamos inseridos, o acesso a esses locais de fala não é igualitário sob a perspectiva de gênero, dificultando os avanços coletivos pautados em questões feministas já que é quando nos reunimos que temos a oportunidade de nos identificar no outro e, assim, buscar ideais coletivamente. Quando reunidas, podemos inserir nossas individualidades no espaço deliberativo de um coletivo.

Se produz o espaço público como um espaço de iguais ou pares - o que não significa o mesmo que espaço igualitário. É o espaço daqueles que se auto instituem sujeitos do contrato social, onde nem todos têm o poder, mas pelo menos podem tê-lo, são percebidos como possíveis candidatos a sujeitos de poder (AMORÓS, 2001, p.3, tradução nossa).

Deste modo, estarmos igualmente presentes em espaços de reunião leva aos coletivos, sejam eles locais ou globais, as nossas pautas. Ao apontarmos essas necessidades “estamos apontando para a importância de quebra de um sistema

vigente que inviabiliza essas narrativas.” (RIBEIRO, 2017, p.88).

Sob o viés do acesso ao espaço público, é importante ressaltar alguns dados: uma pesquisa realizada com 7.762 mulheres pelo coletivo Think Olga<sup>3</sup> (2013) revelou que 99,6% das entrevistadas já havia sofrido assédio, tendo 98% acontecido nas ruas. Além disso, 81% das mulheres responderam que sim à pergunta “Você já deixou de fazer alguma coisa (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé) com medo do assédio?”, salientando a importância de se tratar o assédio como elemento inviabilizador do acesso democrático ao espaço público<sup>4</sup>.

## Espaço público

Aparentemente despreziosos e aleatórios, os contatos nas ruas também são decisivos para o florescimento da vida pública, pois forçam o aparecimento da diferença e acabam estimulando a tolerância e a convivência pacífica entre estranhos (JACOBS, 2011, p. 10).

A medida que aumenta a complexidade das nossas cidades, se torna mais essencial tratar do espaço público com a devida importância, e isso envolve não apenas planejamento técnico, mas a compreensão do que dá vida às cidades.

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua. O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro. (CPSC, 2013, p. 8).

De modo geral, as ruas são vistas hoje como espaço para tráfego de veículos, mas “a rua já foi lugar do comércio, da reunião e do encontro de pessoas na cidade”(CPSC, 2013, p.21). A existência dessas oportunidades no espaço público está diretamente ligada à sensação de segurança dos usuários nas cidades.

O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. Não devem se sentir ameaçadas por eles de antemão. O distrito que falha nesse aspecto também fracassa em outros e passa a criar para si mesmo, e para a cidade como um todo, um monte de problemas (JACOBS, 2011, p.30).

Precisamos aqui lembrar que o ideal de segurança não é universal: homens, mulheres e pessoas não binárias experienciam segurança de formas diferentes; o mesmo vale para brancos e negros; pessoas que performam gênero conforme sexo biológico ou não; entre outros. Mombaça (2017) ao escrever sobre lugar de fala afirmou haver “uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala”. O uso do termo polícia nesse

<sup>3</sup> Think Olga é uma ONG feminista criada em 2013 com o objetivo de empoderar mulheres por meio da informação.

<sup>4</sup> Um questionário foi aplicado com as mulheres da cidade onde se dará a implantação do projeto buscando saber a relação das mesmas com esses aspectos da vivência no espaço público. O questionário completo se encontra em: <https://bit.ly/36MtTvi>

trecho reforça o questionamento sobre segurança, já que a polícia existe com o pressuposto de defender o que é público e comum, mas, no Brasil, ela reforça a hegemonia dos homens brancos enquanto detentores dos direitos universais.

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. [...] Força policial alguma consegue manter a civilidade onde o cumprimento normal e corriqueiro da lei foi rompido (JACOBS, 2011, p. 32).

Para tirarmos proveito do espaço público nesse sentido, ele precisa ser desenhado de forma orientada a cumprir esses requisitos.

A capacidade das vias urbanas precisa ser ampliada de modo a dar suporte ao contexto urbano e assegurar um espaço público de alta qualidade. Isso pode ser alcançado com a priorização dos meios de transporte sustentáveis através de espaços exclusivos, permitindo que meios de alta eficiência como o transporte coletivo cedam mais espaço para outras atividades de rua que suportam a vida urbana. Como as cidades crescem para cima, para dentro e para fora para servir às populações em mudança, é fundamental considerar os diversos atores e processos que configuram as ruas. Nossas vias são integralmente ligadas a outros sistemas urbanos, e desenhá-las bem proporciona múltiplos benefícios às cidades e a seus moradores (NACTO, 2016, p.3).

Podemos analisar os diferentes aspectos que caracterizam um espaço público de forma separada, mas a verdade é que eles são extremamente dependentes entre si:

Todos os anos, milhões de pessoas morrem desnecessariamente de causas que poderiam ser evitadas, tais como violência no trânsito ou doenças crônicas relacionadas à má qualidade do ar e falta de atividade física. Os desenhos de ruas devem promover ambientes seguros para todos os usuários e oferecer alternativas saudáveis que facilitem o transporte ativo, como a caminhada, o ciclismo e o uso de transporte coletivo. As ruas devem melhorar o acesso a opções saudáveis de alimentação, atenuar níveis de ruído e proporcionar áreas ajardinadas e arborização que melhoram a qualidade do ar e da água [...]. Numa época de crescente desigualdade, as cidades devem garantir que seus espaços públicos mais valiosos ofereçam um uso seguro e igualitário a todos, independentemente de sua habilidade, idade ou renda, capacitando os usuários mais vulneráveis com opções de mobilidade seguras e confiáveis. Uma rua atende melhor os seus cidadãos por meio de um desenho que amplia o acesso a empregos e escolas, beneficia a saúde individual, melhora as condições sanitárias e incentiva as comunidades fortalecidas (NACTO, 2016, p. 6-7).

“Devemos saber que o reino do público se define pela ordem do poder e o reino do privado pela ordem da violência” (TIBURI, 2018, p. 105). Desse modo, garantir o acesso democrático aos espaços de poder é um grande avanço na qualidade de vida das pessoas hoje cerceadas desses direitos, é dar essas pessoas o direito de

fala, salientando que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (RIBEIRO, 2017, p. 66).

[O patriarcado é] feito de ideias prontas inquestionáveis, de certezas naturalizadas, de dogmas e de leis que não podem ser questionadas, de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa administrados por pessoas que têm o interesse básico de manter seus privilégios de gênero, sexuais, de raça, de classe, de idade, de plasticidade (TIBURI, 2018, p. 40).

Por isso, permitir que esses seres que, atualmente, estão fora desse local de poder acessem os espaços tem um potencial muito grande de desenvolvimento social para a cidade como um todo.

Ruas bem desenhadas conectam as pessoas a suas comunidades, proporcionando oportunidades para que conheçam outras pessoas, encontrem amigos e se sintam socialmente conectadas. As ruas com volume de tráfego e velocidade reduzidos estendem os territórios dos espaços privados que a delimitam, ampliando a oportunidade de interação social [...]. Enquanto malha central do espaço público em uma cidade, as ruas com frequência dão lugar à expressão política ou cultural, demonstrada por meio de paradas, manifestações e celebrações. As ruas devem ser desenhadas como território neutro para atender a tais eventos. (NACTO, 2016, p. 13).

### Área de intervenção e as(os) usuárias(os)

A partir das questões levantadas, como exercício de projeto da disciplina de Trabalho Final de Graduação 1, propõe-se uma intervenção na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a 293km da capital, Porto Alegre (figura 2). Possui um centro bastante denso e urbanizado (IBGE, 2010) e uma população estimada de 280 mil habitantes (IBGE, 2018), distribuídas em oito regiões administrativas subdivididas em bairros.

A escolha da área se deu devido a um conjunto de fatores: ônibus provenientes de todas as zonas da cidade passam pela área; o bairro N. Sra. das Dores é bastante centralizado, mas menos denso que o bairro Centro, possuindo lotes subutilizados e espaços intraquadras ideais para locação do projeto a ser desenvolvido; a área é próxima a rodovia BR287, que cruza o estado no sentido Leste-Oeste.

O entorno da área de intervenção é de uso misto, majoritariamente ocupado por casas com ponto comercial, ou prédios residenciais com térreo comercial, e como podemos observar no Mapa dos Largos e Praças de Santa Maria (figura 3), existem muito poucas áreas verdes, sobretudo áreas públicas, na área.<sup>7</sup>

De modo a compreender melhor as carências e potencialidades de uso do espaço público de Santa Maria, foram efetuados questionários<sup>5</sup> com dois grupos distintos: usuários do espaço público de Santa Maria em geral, e mulheres envolvidas em alguma atividade artística e/ou de manifestações na cidade. As questões consideradas mais relevantes para desenvolvimento do projeto se encontram a seguir em forma de gráficos e nuvens de palavras<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Os questionários efetuados podem ser acessados na íntegra em: <https://bit.ly/36MtTvi>

<sup>6</sup> Quanto maiores as palavras, mais vezes elas foram citadas nas respostas qualitativas.

Figura 2: Área de intervenção: à esquerda, no topo, mapa do Rio Grande do Sul com destaque para o município de Santa Maria; à esquerda, abaixo, mapa de Santa Maria com destaque para os bairros Centro e Nossa Senhora das Dores; à direita, mapa dos bairros citados com destaque para a área de intervenção. Fonte: da autora.



Figura 3: Mapa dos largos e praças de Santa Maria com demarcação da área de intervenção. IPLAN, adaptado pela autora, 2019.



Figura 4: Gráfico com as respostas em porcentagem sobre sensações das mulheres entrevistadas ao participar de manifestações e eventos de expressão artística em espaços públicos na cidade de Santa Maria. Fonte: da autora.



Figura 5: Nuvem de palavras com as causas das sensações da questão anterior, segundo as entrevistadas. Da autora.

### A proposta: conceito, diretrizes, zoneamento e ideias iniciais

Na antiguidade, alguns povos indígenas faziam relação entre os ciclos da lua, as estações do ano, os quatro elementos (terra, ar, água e fogo), as fases da vida da mulher e as fases do ciclo menstrual. Nessas civilizações, as mulheres eram consideradas dotadas de sabedorias únicas, eram grandes curandeiras e sacerdotisas. Essas crenças estavam presentes em diferentes culturas espalhadas pelo continente americano, que foram apagadas no processo de colonização do continente, bem como no genocídio dos povos originários e da caça às bruxas como um todo. Portanto, o conceito proposto é o da relação entre as fases da lua e os quatro elementos, que se organizam conforme a figura 6.



Figura 6: Relação entre as fases da lua e os demais aspectos levados em consideração no conceito de projeto. Fonte: Acervo da autora.

A área de intervenção foi dividida em quatro áreas principais e quatro áreas secundárias, de modo que cada área principal represente uma fase da lua e um elemento da natureza. Essas segmentações foram cruzadas com questões legislativas, topográficas, de vegetação existente, entre outras, de modo que o programa de

necessidades do projeto a ser aplicado em cada área reflita as características do conceito, mas não deixe de respeitar e valorizar as questões lógicas de projeto, bem como características naturais das áreas.

A intervenção como um todo foi dado o nome de Uma, a partir de uma sobreposição de ideias acerca de círculos (formato da lua), conforme figura 7, e ainda indo de encontro a uma frase bastante utilizada em manifestações contra a violência contra a mulher: nenhuma a menos.

Compõem o programa de necessidades: espaços amplos para aglomerações de pessoas; espaços abertos cobertos, protegidos da chuva; espaços multifuncionais;

palco/concha acústica; banheiros; espaços para realização de esportes; espaços para realização de feiras; áreas arborizadas; espaços para lazer passivo; espaços receptivos a pessoas de todas as idades; bicicletários; outros.

São diretrizes projetuais: proporcionar a apropriação dos espaços através de uma linguagem inclusiva; respeitar as normas vigentes na área; preservar os recursos naturais existentes e aumentar o contato dos usuários com os mesmos; incentivar através o uso de modais de transporte público ou alternativo; promover a segurança de todas e todos os usuários; incentivar interações entre diferentes grupos e cultura; dar visibilidade e oportunidades a grupos normalmente invisibilizados; criar o conjunto de espaços com unidade e conexão; utilizar materiais e espécies que facilitem a manutenção, permitindo que o espaço se mantenha mais facilmente e com qualidade adequada.

Figura 7: Aplicação do conceito nas áreas de intervenção. Acima mapa (sem escala) da área de intervenção com marcação de cada parte do projeto de acordo com as fases da lua. Abaixo, à esquerda, características de cada fase. Abaixo, à direita, diagrama de aplicação do conceito para resolução do nome do projeto. Fonte: da autora.



Figura 8: implantação com zoneamento geral (sem escala). Fonte: da autora.

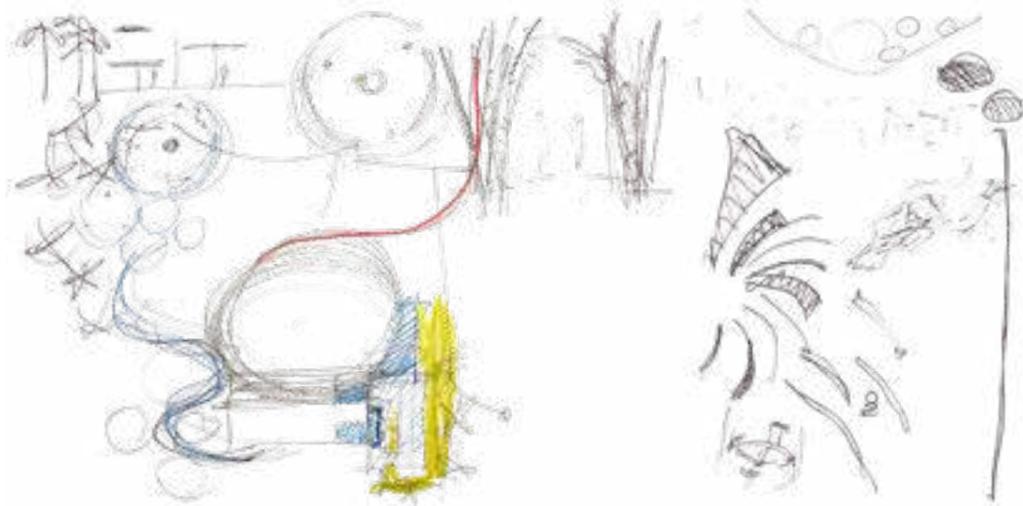
Conforme mencionado anteriormente, o projeto se divide em quatro zonas principais – uma para cada fase da lua – que abrigarão usos e características distribuídos de acordo com a figura 8.

A praça da Lua Crescente, elemento fogo, acontece na primeira quadra do parque Itaimbé, parque linear da cidade. Composta por equipamentos dinâmicos, cores vibrantes, playground, área de escalada, e outros. Tem o potencial de ser um conector.



Figuras 9 e 10: referências para a Praça da Lua Crescente. Fonte: acervo da autora.

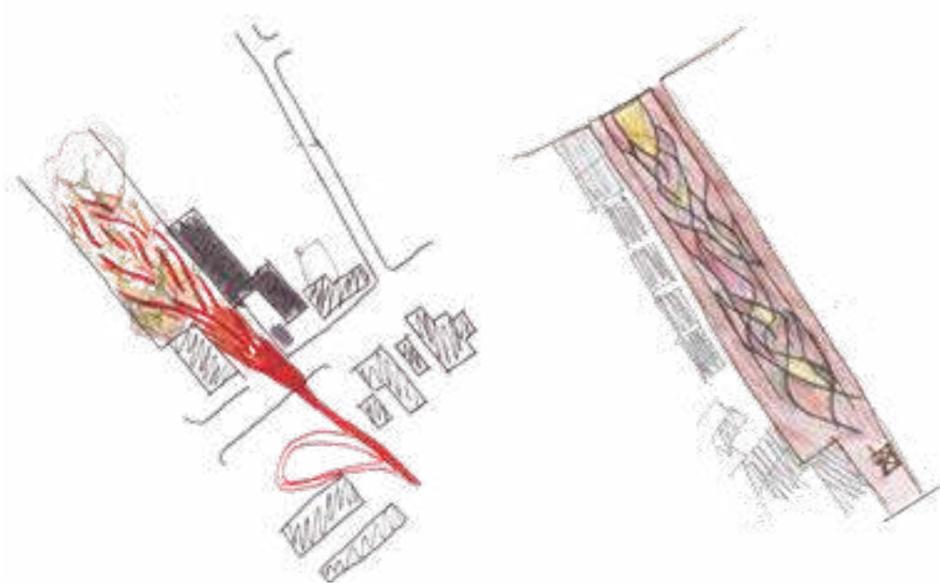
Figuras 15: concepção formal e ideias iniciais da Praça da Lua Cheia. Fonte: da autora.



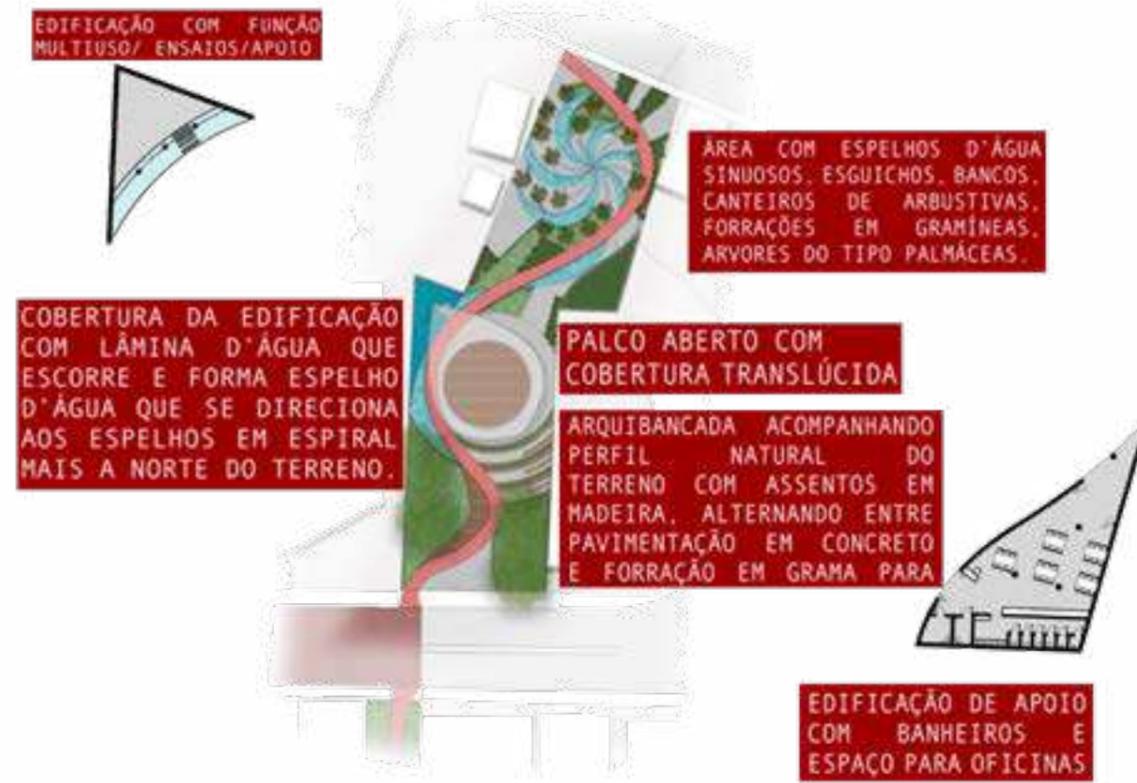
Figuras 13 e 14: referências para a Praça da Lua Crescente. Fonte: acervo da autora.



Figuras 11 e 12: concepção formal da Praça da Lua Crescente. Fonte: da autora.



A praça da Lua Cheia abrigará palco aberto coberto, arquibancada ao ar livre, continuação da pista multiuso do parque, área de apoio para ensaios e reuniões, ateliê coletivo, espaço para oficinas, estares contemplativos, estares ativos (espelhos d'água, esguichos).



Figuras 16 e 17: concepção formal e ideias iniciais da Praça da Lua Cheia. Fonte: da autora.

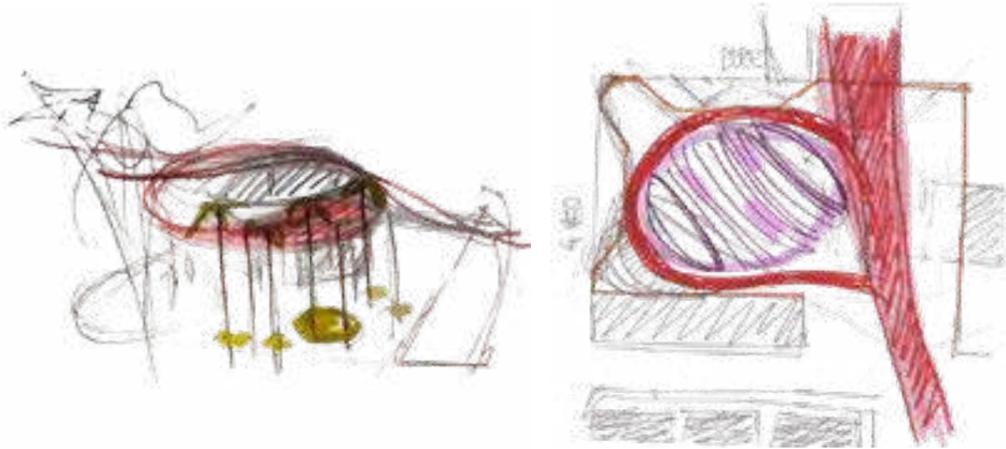
Figuras 16 e 17: concepção formal e ideias iniciais da Praça da Lua Cheia. Fonte: da autora.

Figuras 18: implantação da Praça da Lua Cheia com usos e plantas baixas (sem escala). Fonte: da autora.

A praça da Lua Minguante se localiza em uma esquina, com uma área bastante ampla e configura um ponto focal em relação à rua localizada a noroeste da área. É o espaço principal de manifestação e de encontro de grande número de pessoas. Abriga duas paradas de ônibus, sanitários e pequenas áreas de estar.



Figuras 19, 20 e 21: referências Praça da Lua Minguante. Fonte: acervo da autora.



Figuras 22 e 23: concepção formal Praça da Lua Minguante. Fonte: da autora.

O parque da Lua Nova se conforma em uma área intraquadras, abrigando usos mais passivos que os demais. Nele estão locados: espaço aberto coberto para feiras livres, espaço para leitura e estudos com pequeno acervo literário, café com áreas de estar contemplativo, pista multiuso, passarelas elevadas, áreas de estar, maciços de vegetação.



Figuras 24 e 25: referências para o Parque da Lua Nova. Fonte: acervo da autora.



Figura 26: concepção formal do Parque da Lua Nova. Fonte: da autora.

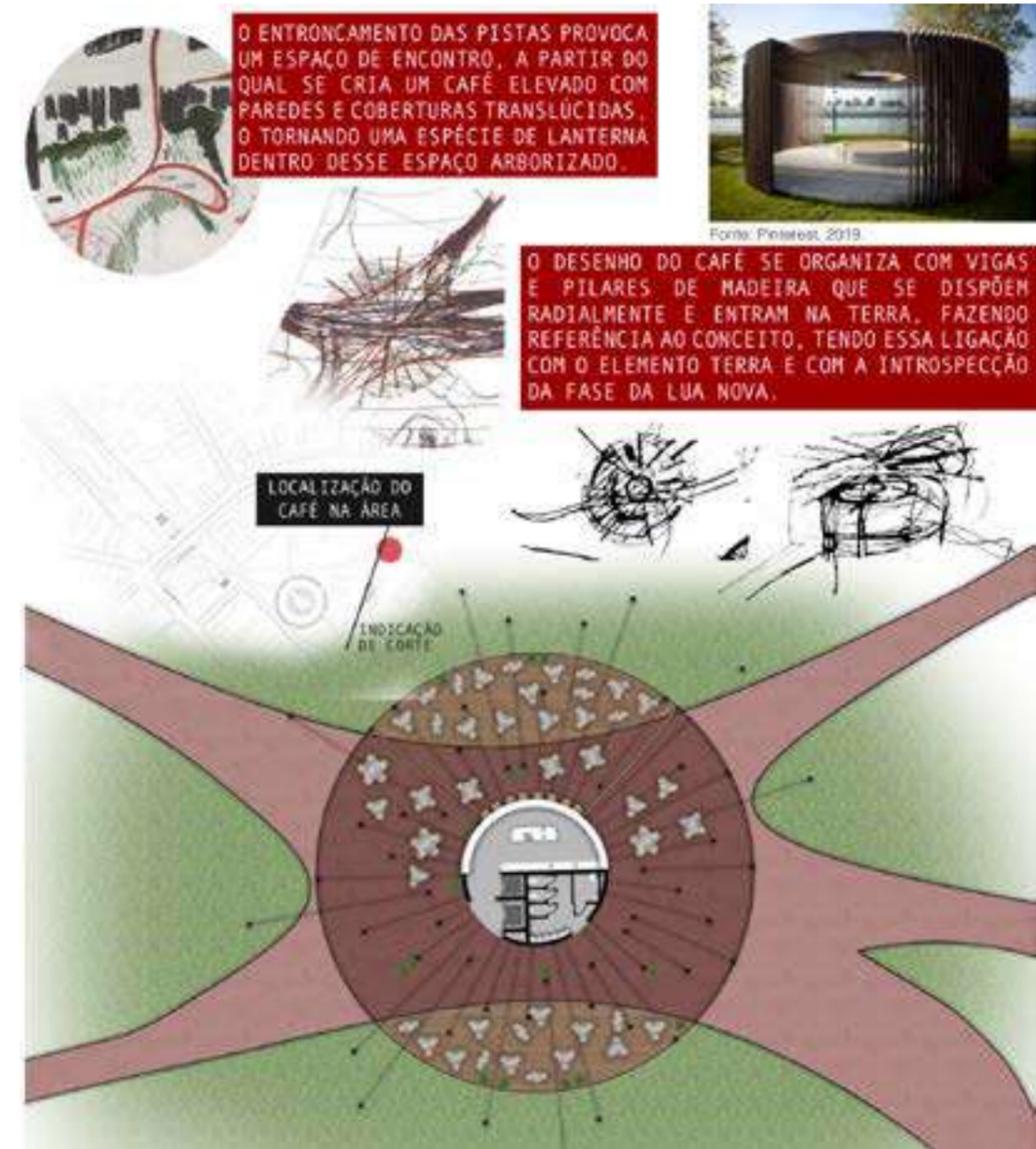


Figura 27: concepção, referências e planta baixa do café e decks do parque. Fonte: da autora.

Cria-se no projeto um espaço de estudos e leitura, com a intenção de viabilizar o acesso a literatura pouco conhecida, e criar um espaço público de qualidade para que mulheres possam estudar e ser estudadas.



Figura 28: Concepção, referências e planta baixa do espaço de estudos e leitura. Fonte: da autora.

A área para feiras livres surge com o objetivo de incentivar o comércio local e buscar independência financeira de mulheres.

Os conectores se consolidam de três modos diferentes: os dois primeiros são pequenas áreas intralotes, como pocket parks que tem como função principal ligar o parque da Lua Nova com a avenida Dores, bem como criar espaços de pausa e recreação de fácil acesso a quem percorre a avenida, criar pontos de encontro, e aumentar a permeabilidade do solo na área urbana; outros dois conectores se configuram em vias compartilhadas, uma maior na avenida Dores, com intuito de melhorar a circulação de pedestres, diminuir a velocidade do tráfego na avenida, e conectar devidamente as áreas livres da região; e, por último, um túnel subterrâneo que conecta a praça da Lua Crescente com a praça da Lua Minguante, facilitando que um grande número de pessoas se reúna nessa última chegando através do parque Itaimbé, potencializando o uso da praça da Lua Crescente como via de pedestre.

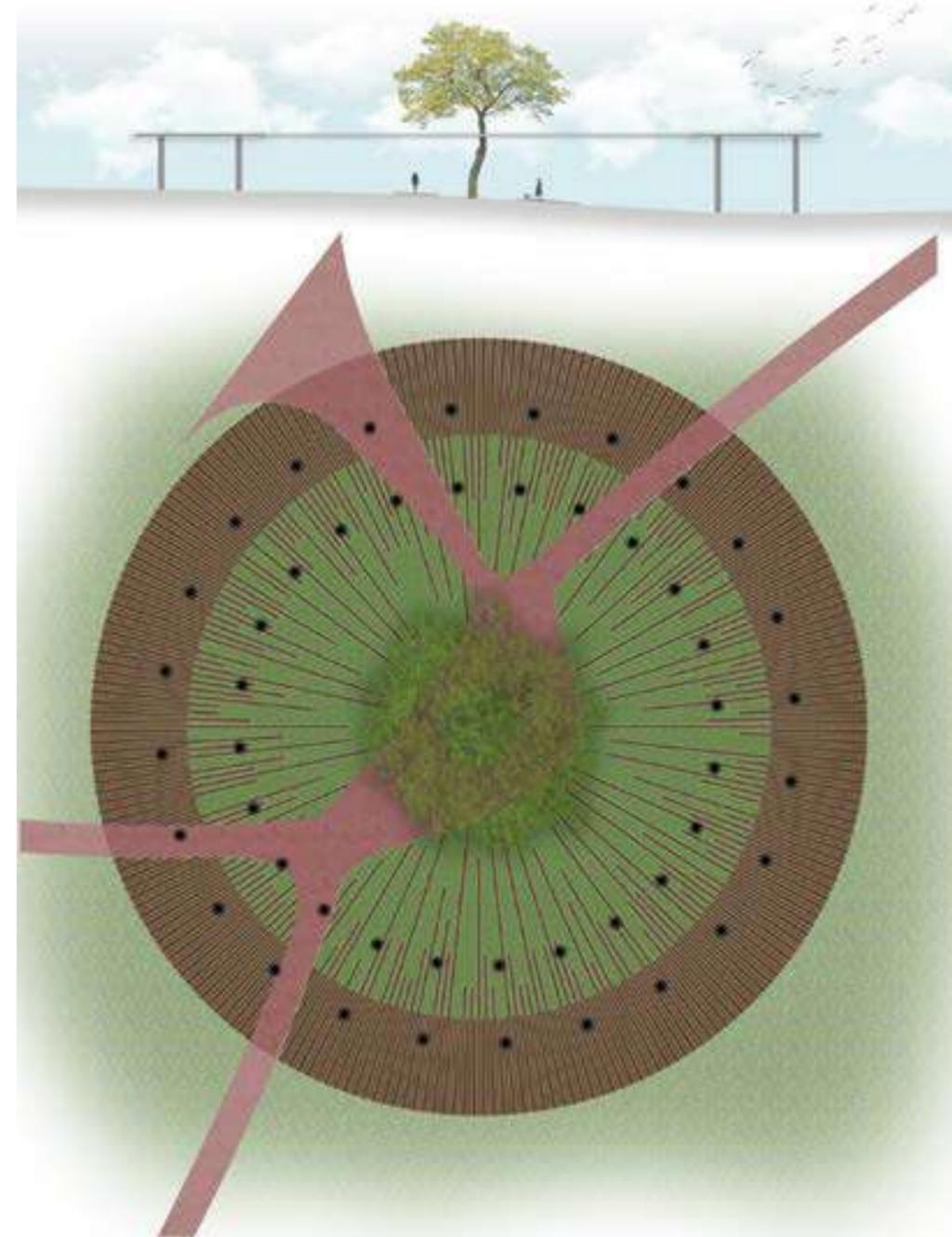


Figura 29: planta baixa e corte da área para feiras livres. Fonte: da autora.

Figuras 30, 31, 33 e 34: referências projetuais para os conectores, respectivamente: referência para o túnel, para o espaço intraquadras próximo a Praça da Lua Minguante, para o espaço intraquadras próximo a Praça da Lua Cheia, e para as vias compartilhadas. Fonte: Archdaily, 2019.



Para melhor entendimento e de modo a facilitar a continuidade do desenvolvimento do projeto, foi criada uma maquete física da área de entorno (figura 35), permitindo uma visualização mais concreta da área de intervenção, principalmente da relação com a topografia, edificações do entorno e melhor apropriação da escala do projeto e seus espaços.

### Considerações finais

O projeto apresentado ainda está sendo desenvolvido. Todavia, buscou-se até então criar espaços seguros através de linhas curvas, evitando cantos escuros ou “becos”, priorizando o pedestre, criando eixos focais e melhorando os fluxos. Buscou-se também trazer usos diurnos e noturnos aos espaços com a intenção de mantê-los ocupados e, portanto, mais adequados e seguros. Além disso, foram incluídos usos que permitem o compartilhamento de ideias e saberes que, atualmente, não tem espaço de existência. Também foram propostos espaços adequados a crianças, na busca da inclusão das mulheres mães. Faz parte das diretrizes de projeto que se melhore a acessibilidade universal, bem como iluminação pública. As próximas etapas de projeto englobam algumas alterações, desenvolvimento mais aprofundado de cada área e seus desenhos.

Espera-se com esse projeto colaborar para sensibilização do poder público e gestores, bem como se valorizar e ater a essa temática como pauta pública necessária para obtenção de uma cidade mais acessível, segura, justa e democrática. A vida em sociedade se concretiza nos espaços de integração, que só são efetivamente igualitários quando nada setoriza ou submete parte da população a opressões que inviabilizem o acesso de forma igual para todas e todos.



Figura 35: fotografias da maquete de estudos do partido de projeto. Fonte: da autora.

## Referências Bibliográficas

- ADESM. *Agência De Desenvolvimento de Santa Maria*. Santa Maria. Santa Maria, 2011. Disponível em: <http://adesm.org.br/santa-maria>. Acesso em: 16 maio 2019.
- AMORÓS, Cèlia. *Feminismo, Igualdad y diferencia*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.
- ARELLANO, Mônica. *Sobre o deslocamento do corpo na arquitetura e o modutor de Le Corbusier*. [S. l.], 24 fev. 2019. 1 imagem. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/911962/sobre-o-deslocamento-do-corpo-na-arquitetura-o-modutor-de-le-corbusier>. Acesso em: 20 junho 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BRASIL, Presidência da República. *Estatuto da Cidade*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006*. Brasil, 7 ago. 2006.
- CPSC. *Coordenação do programa soluções para cidades*. Espaços Públicos: Diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2013.
- DALFITO, Daiana. *O que não é nomeado não existe: Não é mimimi, todo mundo tem direito de se identificar e pertencer como quiser. O seu papel é conhecer os termos e respeitar as diferenças*. São Paulo, 6 out. 2017. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvj5zm/o-que-nao-e-nomeado-nao-existe](https://www.vice.com/pt_br/article/qvj5zm/o-que-nao-e-nomeado-nao-existe). Acesso em: 27 maio 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FELICELLA, Elizabeth. *Centro de Oportunidade para Mulheres / Sharon Davis Design*. [S. l.], 08 dez. 2013. 3 fotografias. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 20 maio 2019.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Brasília, DF: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2YUR1Dg>. Acesso em 4 mar. 2019.
- IPLAN. Instituto de planejamento de Santa Maria. *Zoneamento Urbanístico*. Santa Maria: IPLAN, 2019. Anexo 10. Disponível em: <http://iplan.santamaria.rs.gov.br/site/home/pagina/id/140>. Acesso em: 23 maio 2019.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MOMBAÇA, Jota. *Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala*. Disponível em: <https://goo.gl/DpQxZx>. Acesso em: 18 mai. 2019.

NACTO. National Association of City Transportation Officials. *Guia Global de Desenho de Ruas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016.

NERI, Luenne. *Da casa à luta*. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/luenneneri/docs/00\\_web\\_tfg\\_-\\_caderno](https://issuu.com/luenneneri/docs/00_web_tfg_-_caderno). Acesso em: 17 set. 2018.

ONU. *Cidades 50-50: Todas e todos pela igualdade*. Disponível em: <http://www.cidade5050.org.br>. Acesso em: 17 set. 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. *Casas-Abrigo: no enfrentamento da violência de gênero*. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER. LIC-SM 2019. Santa Maria, 2019. Disponível em: [http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura\\_esporte/663-licsm-2019](http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura_esporte/663-licsm-2019). Acesso em: 16 maio 2019.

SILVA, Célia Regina. *Contranarrativas negras e de gênero em mídias digitais*. 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11, Florianópolis, 2017. Universidade Federal da Bahia: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2VYP6f0>. Acesso em: 19 maio 2019.

Think Olga. *Chega de Fiu-fiu*. Disponível em: <https://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/> Acesso em: 22 set. 2018.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: [s. n.], 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 3 abr. 2019.

# ARQUITETURA E A CAÇA ÀS BRUXAS: mecanismos para subversão da cultura de violência contra à mulher

**Luísa Mantelli Anklam<sup>1</sup>**  
**Renata Caetano Pereira<sup>2</sup>**

## Resumo

Partindo do entendimento da arquitetura como agente de transformação social, compreende-se a importância de uma atuação que busque a redução das desigualdades sociais. O ensaio propõe um pensamento crítico acerca de como a cidade, sendo vista como um produto dos sujeitos que a criam/ocupam, é um ambiente carregado de sexismo e práticas de violência contra às mulheres. A caça às bruxas e a formação do capitalismo são as bases para o sistema de naturalização de violência contra as mulheres, ainda recorrente na contemporaneidade. O texto objetiva, a partir de referências arquitetônicas, pensar em possíveis diretrizes para agir no âmbito de prevenção da violência contra a mulher, considerando a existência mais expressiva de espaços que tratam da fase pós-trauma de vítimas. É um convite para pensar nas relações entre a arquitetura, a cidade e a mulher na transformação da cultura de violência de gênero.

Palavras-chave: arquitetura e gênero; gênero; violência de gênero.

# ARCHITECTURE AND HUNTING: mechanisms for subversion of culture of violence against womende

## Abstract

Understanding that architecture is an agent of social transformation, the importance of acting to reduce social inequalities is understood. This essay proposes a critical thinking about how the city, being seen as a product of those who create/occupy it, is an environment full of sexism and violent practices against the women. The witch hunt and the capitalism formation are the bases to the system that naturalizes violence against the women, which is still recurrent in contemporary times. The text aims to, using architectural references, think about possible guidelines to act in the area of violence prevention, considering the bigger existence of places that deal with the post-trauma phase of victims. It is an invitation to think about the relations between the architecture, the city and de woman in the transformation of the gender violence culture.

Keywords: architecture and gender, gender, gender violence.

## Introdução

O corpo feminino<sup>3</sup> está sujeito, desde à infância, à inúmeras manifestações de violência. Considerando que cada mulher é única e tem suas próprias vivências, tais violências são potencializadas quando interseccionadas por fatores como classe, raça e sexualidade (DAVIS, 2016).

Segundo a ONU Mulheres (2016), o Brasil é, dentre os 83 países analisados, o 5º mais violento para as mulheres. Esse contexto pode ser classificado como consequência de uma cultura que hierarquiza os gêneros ao naturalizar o comportamento masculino como opressor e dominador, enquanto o corpo feminino é visto como passível de ser violado e dominado.

As manifestações de violência acontecem em diversos locais e com intensidades variáveis, sujeitando as mulheres ao constante sentimento de estar em perigo. O impacto da violência doméstica no Brasil é caracterizado pelo Mapa da Violência (Flacso Brasil, 2015), o qual divulga que 64,4% dos casos de violência ocorrem na residência da vítima e que 83,3% dos casos de feminicídio foram cometidos por pessoas conhecidas e/ou próximas das vítimas.

A violência contra a mulher é manifestada nas famílias, no trabalho e, como a cidade é reflexo da cultura de seus habitantes, no espaço público. A cidade, assim como a arquitetura, conforma ambientes que perpassam várias gerações de dominação masculina sobre o corpo feminino, vivenciados por agressores e vítimas de um sistema que está incrustado na história das sociedades ocidentais.

## Histórico de violência: como se chegou ao panorama atual?

A construção social de naturalização de violência e opressão de mulheres é feita a partir de um legado androcêntrico (que coloca o homem como ser superior e como único ponto de vista a ser considerado em diversas áreas do conhecimento), contribuindo para a manutenção de posição privilegiada, quando comparada à feminina. Ao considerar que o comportamento agressivo masculino é a principal causa de violência contra a mulher, é necessário compreender sua raiz.

A violência contra as mulheres foi um fator estruturante para a formação do capitalismo, já que com o surgimento da noção de propriedade privada e a relevância na geração de herdeiros, as mulheres passaram a cumprir com um papel contribuição no status financeiro (FEDERICI, 2017). Somando seu valor reprodutivo à crise demográfica na Europa causada pela peste negra, passa-se a demandar a destruição do poder exercido pelas mulheres sobre seus próprios corpos. Sílvia Federici (2017, p. 119) comenta que:

Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa quanto na América, foi alcançada por meio do extermínio das *bruxas*.

1 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

2 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas

3 Compactua-se com a concepção de gênero não-obrigatoriamente associada ao sexo biológico, englobando as pluralidades contidas no ser "mulher": identificação com o gênero feminino (cis ou trans), raça, classe social e sexualidade.

Segundo Federici (2017), a caça às bruxas também foi levada à América para romper as resistências das populações locais, como uma justificativa para a colonização e tráfico de escravos. O processo se desenvolveu com base em opressão a qualquer mulher que ousasse ter controle do seu corpo ou questionar o sistema vigente. Essas, chamadas *bruxas*, eram muitas vezes perseguidas e mortas e, apesar de as estimativas de quantidades de vítimas no processo serem imensas, não se sabe ao certo quantas mulheres foram vítimas de perseguição explícita.

Em paralelo, as mulheres escravizadas nas Américas não eram vistas como *mulheres*, mas como uma força de trabalho mais valiosa, porque além de terem que cumprir com atividades laborais físicas eram capazes de gerar novas forças de trabalho (DAVIS, 2016).

Posteriormente na Europa, o momento em que os papéis sociais de gênero são atribuídos é chave para compreender a criação de estereótipos de homens e mulheres ideais. Com a Revolução Industrial as mulheres são inseridas no mercado de trabalho, e essa mão-de-obra somada à função reprodutiva para gerar novos trabalhadores configura jornada dupla de responsabilidade feminina: afazeres do lar e cuidado dos filhos (FEDERICI, 2017).

Tem-se então como a raiz da exploração feminina a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico não remunerado. Nessa configuração, de acordo com Federici (2017), o poder relacionado ao capital passa a ser de domínio exclusivo do homem, promovendo assim uma dependência financeira das mulheres e permitindo que a falta de poder aquisitivo e de sustento dos filhos fosse o principal motivo para naturalização de violência doméstica.

Os resquícios desses processos permanecem visíveis, apesar de crescimento no protagonismo e empoderamento feminino. Fatores culturais contribuem para a manutenção desse sistema de opressão, que coloca em primeiro plano o legado histórico de dominação masculina e perpetua a supressão de ideias confrontantes com o sistema vigente.

### Imperativos de gênero e suas manifestações na atualidade

Partindo do processo histórico de subordinação feminina, Bordieu (2008) esclarece seus resquícios sociológicos nos dias de hoje. Entende-se que a atribuição de imperativos de gênero se coloca de maneira opressora na formação do ser mulher e ser homem atualmente, sendo presentes na mentalidade coletiva.

Tais comportamentos construídos pela cultura patriarcal têm sido referência para crianças e para jovens em formação. Ao mesmo tempo em que o papel social do homem lhe confere inúmeros privilégios e o coloca em uma posição de dominação, a atribuição desses pressupostos incitam um comportamento de violência, a partir da supressão de sentimentos, do reforço por virilidade e controle (figura 1). Segundo Bordieu:

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade (1998, p. 64).

Esses imperativos são legitimados e enraizados a partir de agentes como a Família, o Estado, a Escola e a Igreja, sendo de difícil desconstrução por muitas vezes se

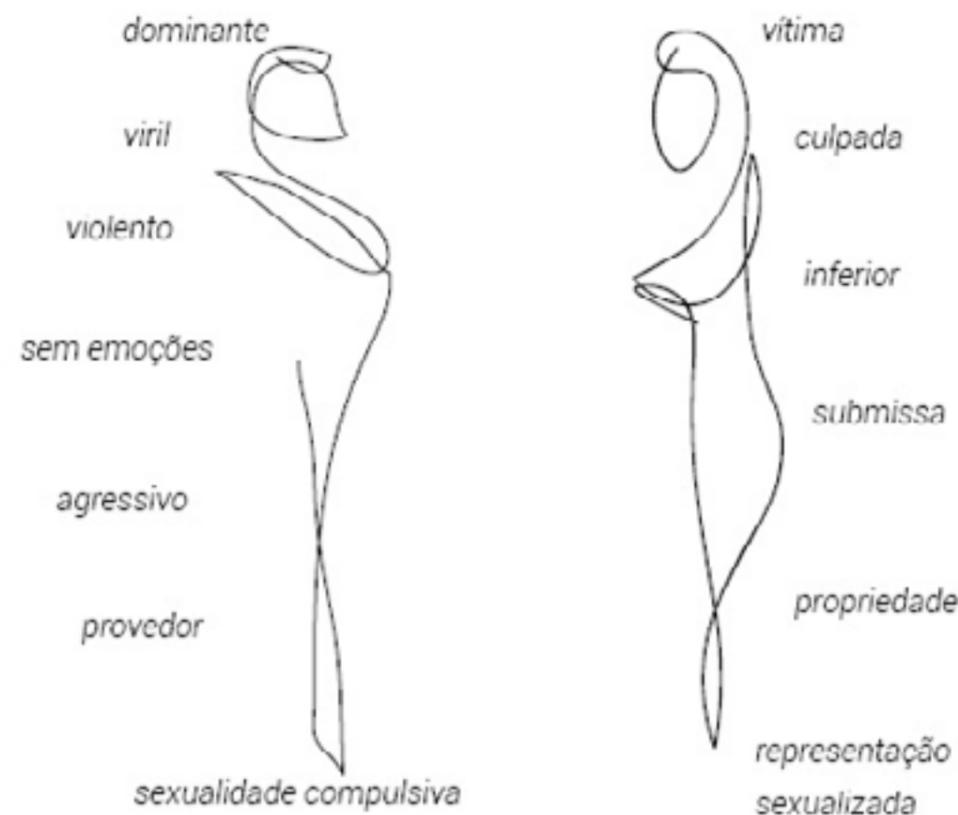


Figura 1 - Imperativos de gênero. Fonte: Produção das autoras, 2019

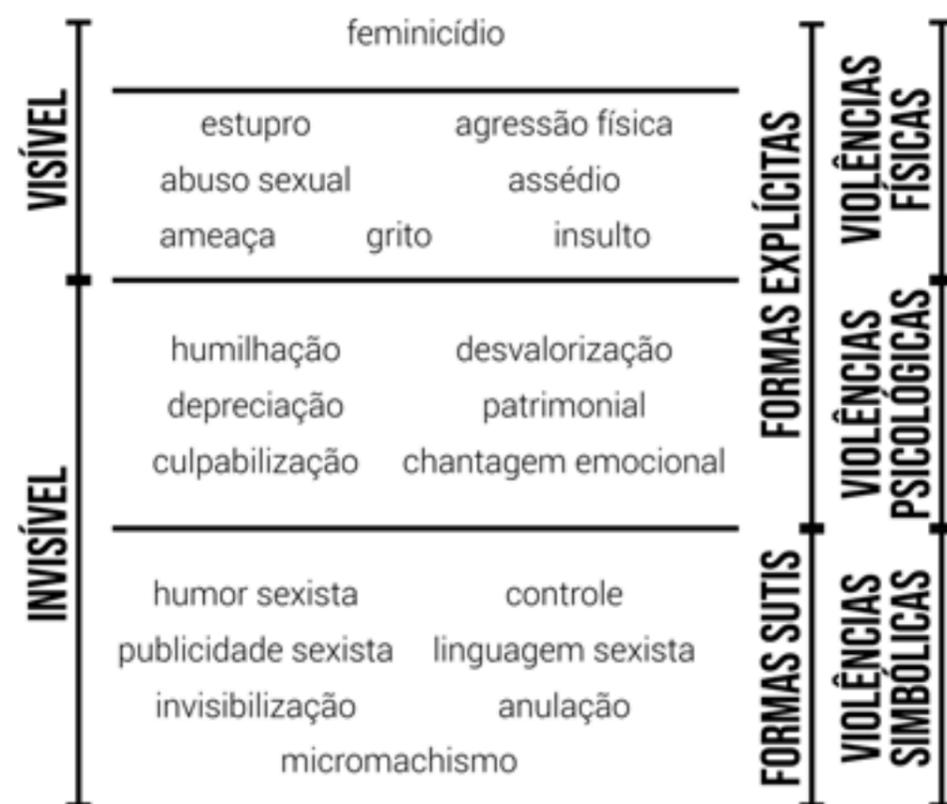
manifestarem, inicialmente, através de violências simbólicas, inconscientemente reproduzidas de maneira naturalizada (BORDIEU, 1998).

As violências simbólicas e invisíveis são um conjunto de violências e conceitos culturais que fortalecem e eternizam a desigualdade de gênero. Elas podem ser consideradas ponto de partida para a manifestação de outras violências mais intensas, como o assédio, a violência física e a violência sexual, culminando em seu ponto máximo, o feminicídio (figura 2).

hooks (2013) também reforça o papel da cultura idealizada da família ideal patriarcal, a qual pode vir a naturalizar situações de violência doméstica baseadas na reprodução dos aspectos históricos e socialmente construídos.

Por mais que as estatísticas de violência doméstica, homicídio, estupro e maus-tratos a crianças indiquem que a família patriarcal idealizada está longe de ser um espaço “seguro”, que as vítimas de violência têm maior probabilidade de ser atacadas por pessoas semelhantes a elas que por estranhos misteriosos e diferentes, esses mitos conservadores se perpetuam. Está claro que uma das principais razões por que não sofremos uma revolução de valores é que a cultura de dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação (hooks, 2013, p.44).

Compreendendo que a prática de violências simbólicas são o gatilho para a manifestação de outros tipos de violência, entende-se que para uma redução de manifestações mais agressivas, é necessária a atuação no âmbito de prevenção para interromper o ciclo de violência no início.



### Programas arquitetônicos direcionados para o atendimento de mulheres

A Lei Maria da Penha - Lei Federal nº 11340/2006 – principal instrumento legal de proteção às vítimas de violência no Brasil, prevê três pilares estruturantes: punir, proteger e prevenir. Os dois primeiros (punição dos agressores e proteção das vítimas) são atendidos em programas arquitetônicos difundidos pelo país e que, muitas vezes, funcionam com o aporte do Estado.

No Brasil, existem algumas políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência contra às mulheres que, mesmo de forma insuficiente perante a demanda, cumprem com um importante papel de atendimento e amparo de vítimas em situações de urgência e/ou de trauma. São elas:

- Delegacias especializada de atendimento à mulher (DEAM's) – atendimento policial voltado para amparar as mulheres nos casos de violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral;
- Central de Atendimento à Mulher (disque 180) - canal de denúncias e de informações para mulheres em situação de violência. Responsável por ser o primeiro contato com outras políticas públicas.
- Centros de referência da mulher (CRM's) – Centros de atendimento psicológico e jurídico para mulheres vítimas de violência;
- Casas de acolhimento: casas de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.

Tais espaços são responsáveis por amparar as mulheres após os atos de violência à que foram submetidas. Mesmo considerando uma ferramenta indispensável no

processo de transformação da realidade de opressão, essas medidas precisam ser acompanhadas de um trabalho de prevenção para que no futuro a violência não seja um marcador tão presente da vida das mulheres.

Um outro fator importante é que mesmo dentro dessas estruturas destinadas à proteção de mulheres a cultura machista e racista é presente. A descrença nas denúncias, a impunidade dos agressores e o medo da exposição de denunciar para não sofrer novas agressões são alguns dos fatores que dificultam a proteção das vítimas, fragilizadas pelas violências sofridas. Sobre isso:

A pesquisa importou dados da Central de Atendimento à Mulher – Disque 180 – da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) [...] mesmo implantado um sistema único e integrado, teríamos dados apenas dos casos levados ao conhecimento dos órgãos de atendimento; e sabemos que, não raro, as mulheres não denunciam ou buscam atendimento, por vergonha, medo de novas agressões e descrença na atuação do Estado (BERTOLIN e ANDRADE, 2017, p.78).

Quando se trata de direcionar políticas públicas à prevenção, percebe-se que essas atividades são pouco difundidas em produtos arquitetônicos específicos. As ações realizadas pelo poder público, na maioria das cidades brasileiras, acontecem no formato de campanhas em datas comemorativas ou de eventos pontuais, sem criar um espaço de referência comprometido com a transformação. As iniciativas de trabalhos constantes vêm sendo promovidas por movimentos, ONG's e por empresas sociais.

### Como a arquitetura se relaciona com a prevenção de violência e transformação da cultura de opressão?

As atividades de prevenção, educação e conscientização apresentam um importante papel na transformação da cultura de violência. Ainda que no contexto brasileiro existam ações e campanhas com esse intuito, muitas delas acontecem em locais privados, são realizadas de maneira dispersa ou pouco articuladas e enfrentam dificuldades em abranger o grande público.

A sociedade contemporânea, movida pelo intenso uso da tecnologia e das redes sociais, absorve informações rápidas e selecionadas de acordo com os algoritmos de pesquisa. As informações são constantemente produzidas e consumidas, sendo capazes de despertar questionamentos, de levar conhecimento e de conectar pessoas. Porém, é possível que se esteja conseguindo criar espaços de transformação apenas na esfera virtual, tornando o alcance seletivo à um determinado público interessado.

O acesso à informação indireta e os contatos explodiram em anos recentes. A TV, a internet, o e-mail, o celular, possibilitam um amplo e fácil contato com pessoas do mundo todo. De tempos em tempos, surge a questão: a função de ponto de encontro do espaço da cidade pode ser assumida pelo conjunto de opções eletrônicas? (GEHL, 2013, p.26).

A existência de locais físicos de desenvolvimento de trabalhos populares, democráticos e contínuos poderiam ser catalisadores para o rompimento da naturalização de violências, criando diálogos reais entre sujeitos e cidade. O desafio da arquitetura é trazer as discussões virtuais para a cidade, para o público, de maneira a perfurar a

seletividade de informações e convidar à reflexão. Para Gehl (2013, p.6) “urgente é reforçar a função social do espaço da cidade como local de encontro, que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática aberta”.

O processo de redução das desigualdades de gênero pode ser dado a partir da produção de espaços de arquitetura que possibilitem o engajamento político, a ocupação do espaço público e o reconhecimento das mulheres como agentes de transformação da cidade. Com isso, entende-se o papel da arquitetura como infraestrutura de encontro, como espaço de criação de iniciativas, fomentando a produção de ambientes de educação e cultura para as mulheres, manifestando os conflitos e as contradições sociais.

O desafio consiste em construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal; portanto, um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades, um espaço de todos e de todas em igualdade de valoração de olhares, saberes e experiências. O objetivo é ressignificar a construção de nossas cidades a partir da experiência que os homens e as mulheres têm do mundo – duas maneiras de enunciar a realidade (MUXÍ; MONTANER, 2014, p.198).

Para bell hooks (2013), assumir a educação como prática de liberdade possibilita a transgressão das barreiras sociais impostas, como uma forma de repensar os padrões estabelecidos. Para isso, facilitar a comunicação com públicos diversos considerando o contexto social se torna uma ferramenta importante de transformação.

Refletem meu esforço de usar a linguagem de modo a levar em conta os contextos específicos, bem como meu desejo de me comunicar com plateias diversificadas. Para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos (HOOKS, 2013, p.22).

O conceito de comunicação não violenta, criado por Marshall B. Rosenberg (2006), também pode ser relacionado com a intenção de Hooks (2013), facilitando diálogos entre os sujeitos e priorizando aspectos de uma comunicação compassiva.

A CNV nos ajuda a nos ligarmos uns aos outros e a nós mesmos, possibilitando que nossa compaixão natural floresça. Ela nos guia no processo de reformular a maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros, mediante a concentração em quatro áreas: o que observamos, o que sentimos, do que precisamos, e o que pedimos para enriquecer nossa vida. A CNV promove maior profundidade no escutar, fomenta o respeito e a empatia (ROSENBERG, 2006. p32).

### **Possíveis diretrizes norteadoras para a estruturação de um programa de necessidades de prevenção de violência**

Considerando as informações abordadas nos capítulos anteriores, foram sistematizadas algumas possíveis diretrizes para a estruturação de um programa de necessidades de arquitetura, assim como a indicação de referenciais.

- Articulação entre os agentes urbanos: comunidade, prefeituras, universidade e

empresas privadas.

O Instituto A Cidade Precisa de Você, localizado em São Paulo/SP, é uma referência de como articular os atores urbanos - comunidade, movimentos civis organizados, empresas e poder público – na melhoria de espaços públicos. Baseando-se na metodologia de coprodução do espaço, constroem projetos participativos e democráticos.

- Acesso à rede de enfrentamento da cidade – informar e direcionar mulheres aos serviços de atendimento a políticas públicas de enfrentamento à violência das cidades e informá-las sobre os seus direitos constitucionais.

- Acesso à educação feminista – biblioteca que reúna livros, pesquisas, dados produzidos pela academia como ferramenta de libertação. Democratizar o conhecimento e torná-lo acessível.

A passagem literária da Consolação, localizada em São Paulo/SP, é apresentada na figura 3 como um exemplo de livraria inserida no caminho do pedestre.



Figura 3 - Passagem Literária da Consolação. Fonte: Acervo das autoras, 2019.

- Produção de conteúdo – espaços motrizes de criação, que facilitem o surgimento de projetos na cidade. Ateliers direcionados para as áreas diversas, como: artes, comunicação, música, urbanismo. Infraestrutura para tornar acessível a vozes independente da classe.

O Centro Cultural SP abriga espaços educativos abertos, direcionados a práticas gráficas, fotografia e experiências em áudio. Outras atividades são realizadas em parcerias com coletivos da cidade e com a prefeitura, como oficinas, mostras e a horta comunitária (Figura 4).

- Locais para atividades públicas como assembleias, palestras, eventos, audiências, apresentações culturais, oficinas, campanhas, feiras;

A Ocupação Mirabal, localizada em Porto Alegre/RS, atua como uma casa de referência da mulher e abriga vítimas de violência, além de promover atividades culturais, palestras, rodas de conversa voltadas para a emancipação feminina (Figura 5).

- Espaços educativos e que incentivem a autonomia financeira de mulheres.

O Instituto as valquírias, localizado em São José do Rio Preto/SP, é um espaço educativo e profissionalizante de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Promovem cursos e ações culturais direcionadas para música, empreende dorismo, educação, psicossocial, saúde, empoderamento feminino e esporte.



Figura 4 – Oficina de Folhetaria. Fonte: Centro Cultural SP. Disponível em <http://centrocultural.sp.gov.br/site/novas-oficinas-na-folhetaria/>. Acesso em 13 ago. 2019  
 Figura 5 – Ocupação Mirabal. Disponível em [https://www.facebook.com/MulheresMirabal/?epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/MulheresMirabal/?epa=SEARCH_BOX). Acesso em 13 ago. 2019.

- Espaços acolhedores e seguros para fomentar grupos de discussão, reuniões de coletivos, rodas de conversa, mesas-redondas. Poderiam ser abordados temas específicos e trabalhados em pequenos grupos.



Figura 6 - Roda de conversa Mais Mulheres na Política. Fonte: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Disponível em <https://ctb.org.br/noticias/brasil/comeca- agora-na-sede-da-ctb-a-roda-de-conversa-mais-mulheres-na-politica-assista/>. Acesso em 13 ago. 2019.



Figura 7 - Evento Homens Possíveis, rodas de conversa sobre masculinidades. Fonte: Papo de Homem. Disponível em <https://papoohomem.com.br/transformacao-homens-masculinidades-projetos-iniciativas-pessoas/>. Acesso em 13 ago. 2019.

- Espaços expositivos – utilização da arte como ferramenta de mudança social, política e cultural. Ambientes que possam abrigar diversas formas de manifestação artísticas, com o intuito de sensibilizar o usuário sobre as questões de gênero e sociedade.

- Banheiros sem gênero – Criar maneiras seguras e que incentivem a convivência e o respeito entre homens e mulheres. Banheiros que não sejam baseados no binarismo de gênero, incentivando a tolerância e a inclusão da comunidade trans.

Entende-se que há muito o que ser discutido e trabalhado quanto à questão de prevenção de violência de gênero e, por isso, a interdisciplinaridade é indispensável.



### Considerações finais

Conclui-se então que uma medida a ser tomada para que haja redução na violência contra mulheres, não é apenas remediando a estrutura, tendo em vista que o problema acompanha os sujeitos que à compõe. O acompanhamento da arquitetura exerce um papel importante, não sendo vista como solução de um problema complexo e estrutural, mas como forma de criar espaços que promovam encontros e viabilizem a transformação das estruturas sociais que nos cercam. Esses espaços de troca, de educação e informação são essenciais quando se intenta trabalhar a nível de prevenção de violência.

Como antes as bruxas eram caçadas, as mulheres permanecem sendo alvo de violência e dominação masculina. Existe então a tentativa de “caçar” e exterminar o conjunto de estruturas opressoras, através da desconstrução de imperativos de gênero e, conseqüentemente, da violência contra a mulher.

### Referências bibliográficas

BERTOLIN, Patrícia T. M. ANDRADE, Denise A. *Violência contra a mulher e feminicídio: a urgente necessidade de informação atualizada e contínua*. Direito à Cidade: uma outra visão de gênero. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, São Paulo: IBDU, 2017.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*; tradução: Maria Helena Kühner 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertraud Brasil, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*; tradução: Anita Di Marco 1ª ed. – São Paulo

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 1ª ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MONTANER, Jose Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*; tradução Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

# A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO ACADÊMICO PELA ÓTICA FEMININA: o caso do centro de artes

Anne Barbosa e Castro<sup>1</sup>  
Cristina Nascimento Barcellos Bosi<sup>2</sup>

## Resumo

As relações de poder e a maneira como elas estruturam as sociedades também se reverberam nas configurações espaciais. A consequência disso é a construção de espaços projetados por uma ótica masculina e branca, sobretudo em países colonizados. As cidades e os espaços vivenciados pelas pessoas são dinâmicos. Fazer a leitura destes espaços depende do contexto, da época e do indivíduo que os lê. Este artigo parte do pressuposto de que não existe uma neutralidade ao se projetar qualquer espaço no contexto público ou urbano. Somado a isso, há uma carência de escuta das diferentes vivências nestes locais. Para desenvolver este pensamento, foi realizado um estudo de caso do Centro de Artes do Campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Além deste recorte, também foi considerado algumas áreas do entorno da Universidade. O estudo foi feito pela perspectiva de duas mulheres, uma delas mãe. Espera-se com isso contribuir para a discussão de espaços urbanos e públicos mais acolhedores para todos.

Palavras-chave: neutralidade, centro de artes, mulheres, espaço público, urbano.

# THE PERCEPTION OF SPACE FROM THE FEMININE PERSPECTIVE: the case of the arts center

## Abstract

Power relations and the way they structure societies also reverberate in spatial configurations. The consequence of this is the construction of spaces designed by a male and white perspective, especially in colonized countries. The cities and spaces experienced by people are dynamic. Reading these spaces depends on the context, the time, and the individual who reads them. This article assumes that there is no neutrality when designing any space in the public or urban context. Added to this, there is a lack of listening to the different experiences in these places. To develop this thought, a case study was conducted at the Arts Center of the Goiabeiras Campus of the Federal University of Espírito Santo (UFES). In addition to this clipping, some areas around the university were also considered. The study was made from the perspective of two women, one of them mother. This is expected to contribute to the discussion of more welcoming urban and public spaces for all.

Keywords: neutrality, arts center, woman, public space, urban.

<sup>1</sup> Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

<sup>2</sup> Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

## As várias faces de um Brasil

Para uma melhor compreensão das análises é necessário explanar, mesmo que brevemente, alguns fatos sobre o Brasil. Construir cidades mais saudáveis e acolhedoras para todos e todas exige que tomemos consciência da forte hierarquização existente na nossa sociedade. Os países que foram colonizados carregam as marcas deste processo. Como afirma a Arquiteta e Urbanista Ermínia Maricato (2000) ao dissertar sobre o paradoxo existente entre alguns avanços ocorridos nas cidades brasileiras contemporâneas (como a diminuição da mortalidade inf antil) que aconteceram em paralelo com alguns males (como a violência urbana): “[...] uma sociedade de raízes coloniais, que nunca rompeu com a assimetria em relação à dominação externa e que, internamente, nunca rompeu tampouco com a dominação fundada sobre o patrimonialismo e o privilégio.” (MARICATO, 2000, p. 31). A desigualdade social no Brasil é significativa e resulta em uma nítida segregação espacial e em espaços inóspitos para muitas pessoas. A forte concentração de renda e, portanto, de poder nas mãos de poucos, conduz a espaços projetados pela perspectiva de uma parcela muito pequena da população. De acordo com a pesquisa A contribuição dos ricos para a desigualdade de renda no Brasil, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, no ano de 2018, o Brasil tem uma das mais altas desigualdades de renda do mundo (IPEA, 2018). Em um país com uma desigualdade tão evidente, fica inviável pensar em soluções sustentáveis e inclusivas para os espaços urbanos e públicos, sem paralelamente buscarmos compreender as raízes desta desigualdade.

No livro *Gestão universitária: Os caminhos para a excelência*, os autores do primeiro capítulo (Andrea Bottoni, Edélcio de Jesus Sardano e Galileu Bonifácio da Costa Filho) afirmam o seguinte a respeito da educação de nível superior:

As acentuadas desigualdades na distribuição de renda no Brasil são determinantes para a problemática da educação, e, apesar da grande mobilização governamental com o programa Bolsa Família em favor das camadas mais pobres, em 2009, apenas 6,4 milhões de jovens encontravam-se matriculados no ensino superior, equivalente a 14,4% da população entre 18 e 24 anos (BOTTONI, COSTA FILHO, SARDANO; 2013, p. 21).

Ainda segundo Bottoni, Costa Filho e Sardano (2013), ações como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o de Financiamento ao estudante do Ensino superior (FIES), aumentam as possibilidades de jovens carentes ingressarem no ensino superior, embora ainda sejam insuficientes. Sobretudo, interfere na permanência destes jovens o fato de que hoje, na estrutura capitalista de produção, é o mercado que mais influencia no perfil dos cursos universitários (BOTTONI, COSTA FILHO, SARDANO; 2013).

Outro aspecto fundamental é o fato de que não há uma neutralidade dos espaços (BOFILL, 2013; CORTÉS, 2008; HART, 2006). Se há uma concentração tão grande de poder, há diferença nas necessidades que geralmente são levadas em consideração ao se projetar os arranjos espaciais. De acordo com CORTES (2008): “O espaço se limita, se hierarquiza, se valoriza, se modifica, e as formas utilizadas para isso afetam a maneira pela qual se experimenta o meio urbano e o modo como o sujeito vê os outros”. (CORTES, 2008, p. 125). Ainda segundo CORTES (2008), as cidades são construídas por uma ótica masculina e os espaços são muitas vezes entendidos como desprovidos de um caráter específico, como se estes não recebessem a influência de quem os projetou. O discurso é de que os espaços são projetados de maneira heterogênea, porém continuam sendo arquitetados por homens. O patriarcado

segue no planejamento das cidades e dos espaços a serem habitados por toda uma sociedade. Sobre isso, a arquiteta e urbanista, Zaida Muxí Martínez, afirma que:

[...] na organização dominante do conhecimento, as mulheres ficaram de fora. Porque, tradicionalmente, o sujeito do pensamento, o sujeito do discurso, o sujeito da história, o sujeito do desejo é um ser masculino que se declara universal, que se proclama representante de toda humanidade. Segundo o pensamento da diferença sexual, o sujeito do conhecimento não seria um ser neutro universal, mas sexuado; e o conhecimento que esse sujeito pretendidamente universal produziu ao longo da história seria somente conhecimento masculino, conhecimento em que as mulheres não se reconhecem (MARTÍNEZ p. 70, 2006, tradução nossa)<sup>3</sup>

A esfera pública é associada ao gênero masculino, enquanto o espaço privado é relacionado à figura feminina (HART, 2006). A afirmação se refere, sobretudo, a ocupação de espaços de poder dentro da sociedade. Somente em 1932, com o decreto 21.076, após muita luta, as mulheres ganharam o direito ao voto; de acordo com os dados do Mapa Mulheres na Política de 2019, o Brasil tem uma representatividade feminina muito baixa no parlamento e ocupa a posição 134 dos 139 países pesquisados. Entretanto, vale ressaltar que as mulheres formam um grupo bastante heterogêneo (assim como os homens). Como é apontado no seguinte trecho por Siqueira (2015):

A forma como as mulheres enxergam os espaços também é influenciada pela renda, estilo de vida e etnia” (APUD. CASER; CASTRO, 2016, p. 5).

Os dados da pesquisa Retrato das desigualdades de gênero e raça, realizada pelo Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) mostram que: *A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%.*” (IPEA, 2011, p. 21). Existe, portanto, a necessidade de compreender que não há uma situação de igualdade entre as mulheres.

De acordo com Cláudia Fonseca (1997), doutora em Estado de Etnologia, em Porto Alegre, no ano de 1920, houve um aumento populacional que desencadeou em algo que a autora denominou de *instabilidade do emprego masculino*. Neste período, as mulheres que passassem muito tempo em público eram malvistas (FONSECA, 1997). Entretanto, tal fato levou muitos homens a se mudarem de cidade em busca de emprego, e suas esposas, muitas vezes, não tiveram outra alternativa a não ser trabalhar para sustentar a casa (FONSECA, 1997).

Essa relação que fazemos de homem/espaço público e mulher/espaço privado também está muito ligada à relação dos indivíduos com estes espaços. As mulheres trabalhadoras daquele contexto, embora estivessem ocupando os espaços públicos, tinham que constantemente zelar pela reputação e lidar com o assédio sexual

<sup>3</sup> No original: [...] en la organización dominante del conocimiento, las mujeres hemos quedado fuera. Porque, tradicionalmente, el sujeto del pensamiento, el sujeto del discurso, el sujeto de la historia, el sujeto del deseo es un ser masculino que se declara universal, que se proclama representante de toda la humanidad. Según el pensamiento de la diferencia sexual, el sujeto del conocimiento no sería un ser neutro universal, sino sexuado; y el conocimiento que ese sujeto pretendidamente universal ha producido a lo largo de la historia sería solamente conocimiento masculino, conocimiento en el que las mujeres no nos reconocemos.

(FONSECA, 1997). Para além de casos como esse, algumas mulheres sempre ocuparam os espaços públicos, a questão é em que condições.

Influencia nessa relação também, o fato das mulheres serem menos estimuladas a frequentarem os espaços públicos (HART, 2006). Até mesmo na infância, as meninas costumam brincar em espaços mais reservados. Ver meninas brincando nos espaços públicos não é tão comum quanto ver meninos e isso é uma herança de uma cultura patriarcal. De acordo com a historiadora, Rachel Soihet (1997) durante o período da Belle Époque (1890-1920), no Brasil:

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempo de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização. Essa exigência afigura-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência (SOIHET, 1997, p. 365).

O trecho citado reforça que, embora todas as mulheres sejam atingidas de maneira negativa pelas consequências do patriarcado, a forma como isso ocorre se diferencia de acordo com o lugar que cada mulher ocupa dentro da sociedade. Somado a isso, ao analisarmos alguns dados do Mapa da violência de 2018, nos deparamos novamente com um Brasil desigual. São dados alarmantes como: a causa de morte dos homens entre 15 e 19 anos é, em sua maioria, os homicídios (56,5%); 71,5% das pessoas assassinadas no Brasil, a cada ano, são pretas ou pardas; 78,5% dos casos de violência contra a mulher ocorrem na própria residência e 68% destes casos se referem a estupros (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018). Embora as mulheres demonstrem mais medo quando interagem com os espaços públicos, o espaço privado parece representar um perigo muito maior para elas, sobretudo para as mulheres negras. Entretanto, de acordo com uma pesquisa feita pela Organização Internacional de combate à pobreza, a ActionAid, divulgada em 2016, 86% das mulheres brasileiras entrevistadas já sofreram assédio nos espaços públicos de suas cidades (ActionAid, 2016).

O medo é um dos mecanismos usados para manter as mulheres em uma posição de inferioridade. “A mulher, em razão de suas peculiaridades, compleição física, idade, e dependência econômica, está numa situação de vulnerabilidade na relação social” (LINTZ, 1987). Em outro estudo da ActionAid, sobre a segurança urbana das mulheres envolvendo 10 países, há a seguinte afirmativa a respeito da influência do medo no cotidiano das pessoas do gênero feminino:

A violência gera custos visíveis e invisíveis. Os custos visíveis incluem aqueles impostos à saúde da mulher, ao passo que um custo menos visível é o medo que impede que mulheres participem da vida cultural e política, estudem e desempenhem funções na esfera pública. (ACTIONAID, 2017, p. 8)

É importante ressaltar que, assim como no caso das mulheres, entre os homens também não há uma situação de igualdade. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (2018) e Jacqueline Sinhoretto (2018), ambos doutores em sociologia defendem que: a punição criminal é muito mais rígida com jovens negros e as principais causas das prisões são por roubos, furtos e tráfico de drogas. Para Sinhoretto (2014), a riqueza e a violência possuem uma distribuição desigual no Brasil. Essa desigualdade é visível quando as acusações de crime sem a presença de atos violentos levam a prisão

provisória, mas os abusos e torturas cometidos por policiais não (Sinhoretto, 2014).

Embora os fatos e dados apresentados apontem para uma perspectiva mais negativa, não podemos deixar de compreender as diversas formas de resistência que se formam nas cidades e nos espaços públicos. Como é frisado pela socióloga Sofia Aboim: “movimentos sociais como o feminista, o das classes operárias, os de direitos civis negros e os homossexuais, ajudaram na transformação dos espaços públicos e da vida pública” (ABOIM, 2012 apud CASER; CASTRO, 2016). Esses movimentos dão visibilidade aos sujeitos subalternizados, ajudam na compreensão da não neutralidade dos espaços e de como estes impactam os indivíduos de maneiras distintas. As mulheres também têm a sua significativa participação na luta pelo direito à cidade. Paola Cappellin Giuliani (1997) afirma que: “As mulheres participam dos movimentos de ocupação das terras, que eclodem com força crescente a partir de 1980, quando o país se democratiza [...]”. (GIULANI, 1997, p. 648).

Nos espaços universitários essas hierarquias e desigualdades, recorrentes no Brasil, não deixam de se manifestar. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por amostras de domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE de 2015, apenas 12% da população preta tem ensino superior. Entretanto, os negros representam 56,3% da população brasileira (IBGE, 2015). Além disso, muitas mulheres precisam enfrentar uma jornada dupla quando pretendem investir em suas vidas profissionais e isso também as coloca em uma situação de desvantagem. A arquiteta Dolores Hayden (1980) afirma que: “[...] enquanto a mulher for presa às tarefas domésticas, não conseguirá reverter a sua situação na esfera pública e enquanto não adquirir independência financeira, não mudará a sua realidade dentro das famílias”. (1980, HAYDEN apud CASER; CASTRO, 2016).

As universidades foram construídas para atender a uma parcela bastante privilegiada da sociedade e isso se reflete nos arranjos espaciais, nos usos que são dados aos edifícios e nos elementos da arquitetura que são priorizados. Segundo a Constituição de 1988, todos os brasileiros têm o direito a uma educação pública e de qualidade. Portanto, para que isso ocorra, é necessário buscar a equidade, fornecendo aos indivíduos condições para que eles consigam se manter nestes espaços. Essas condições vão muito além de mudanças no espaço físico, mas esse é um dos mecanismos utilizados para manter as hierarquias. É nesta área que o Arquiteto e Urbanista pode deixar a sua contribuição, para atenuar a profunda desigualdade ainda existente dentro do ambiente universitário.

### **A UFES e o seu entorno**

O curso de Arquitetura e Urbanismo da UFES está situado no CEMUNI III, um dos prédios do Centro de Artes (campus do bairro de Goiabeiras, Vitória). Circundado pelo manguezal, os portões de entrada encontram-se voltados para uma via arterial do bairro (Av. Fernando Ferrari). Nas proximidades da Universidade encontra-se uma região muito utilizada pelos universitários como lazer, a Rua da Lama. A região é denominada de Rua da Lama possui uma grande variedade de bares, algumas papelarias, lanchonetes e restaurantes. A Rua da Lama, embora localizada em frente ao campus de Goiabeiras, situa-se no bairro de Jardim da Penha. O campus de Goiabeiras é vizinho dos bairros de Jardim da Penha, Mata da Praia e Santa Marta (separado pela Ponte da Passagem), além de alguns bairros da Grande Goiabeiras. Jardim da Penha é um dos bairros mais populosos de Vitória e com uma das maiores porcentagens de população em idade ativa, que são as pessoas entre 15 e 65 anos (IJSN, 2012). Segundo o site da Prefeitura de Vitória, Jardim da Penha, Mata da Praia e Morada da Praia situavam-se em uma propriedade denominada

de Fazenda Mata da Praia. A região teve uma primeira tentativa de loteamento em 1928, sendo retomada em 1950 com os seus primeiros lotes vendidos para armazéns (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006).

Jardim da Penha era uma grande área verde e plana, donde era possível visualizar o Convento da Penha, o que deu origem ao seu nome. A ideia de loteamento da área ressurgiu na década de 50, mas, até então, era uma região considerada perigosa por questões naturais e pela prática da *desova* de cadáveres no local (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006). Hoje o bairro possui 7 praças e tem entre os seus principais ocupantes os estudantes universitários. Na região onde hoje encontra-se a UFES existia um clube nos anos de 1940, o Victoria Golf & Country Club, e era um dos poucos atrativos da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006).

Ainda de acordo com o site da Prefeitura de Vitória (2006), em Goiabeiras Velha, boa parte do território foi construído por meio de ocupações, essas ocupações foram o resultado da utilização do local para o despejo do lixo. O que desencadeou na formação de aterros sanitários e gerou espaços para a ocupação irregular (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006). Em uma antiga notícia do jornal A Gazeta, encontrada nos arquivos do Instituto Jones Santos Neves (IJSN), no ano de 1978, há o seguinte trecho: “Os aterros feitos para a construção de casas de madeira, pela própria prefeitura e pelo DNER [...]” (IJSN, 1978, p. 7). Na mesma página, o jornal informa que os moradores do local foram multados, enquanto a prefeitura não, o que reforça o que foi afirmado primeiramente neste artigo: há uma diferença nas necessidades que são levadas em consideração ao se projetar os espaços urbanos e públicos. Além disso, mostra a segregação espacial sendo usada como um mecanismo para se manter as desigualdades no solo capixaba. Uma vez que moradia digna é um direito de todo ser humano.

O bairro de Goiabeiras também abriga um importantíssimo patrimônio da cidade de Vitória, que é o saber envolvido na fabricação de painéis de barro. Segundo o IPHAN: “O saber envolvido na fabricação artesanal de painéis de barro foi o primeiro bem cultural registrado, pelo Iphan, como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002.” (IPHAN, 2014). De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Vitória (2006), o bairro de Santa Martha era antes uma grande área para pastagem, teve sua ocupação lenta e, geralmente, nas regiões mais próximas da Avenida Maruípe e da Rodovia Serafim Derenzi. Algumas das ocupações do bairro foram feitas por moradores de Vitória, que buscavam obter a posse de terras (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006). A área também recebeu pessoas vindas do interior do Espírito Santo e de locais como Rio de Janeiro e Sergipe. Algumas melhorias urbanas do local são devido à influência do quartel da polícia militar (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006).

Segundo o Site oficial da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES (2013), em 1930 surgiram os primeiros cursos de nível superior por uma iniciativa privada. Em 1955 esses cursos foram unidos em uma Universidade mantida e administrada pelo governo do Estado, que em 1961 foi transformada em uma Instituição Federal (UFES, 2013). Na UFES estão aproximadamente 1500 professores, 2 mil servidores técnicos, 19 mil alunos de graduação presencial, 1200 de graduação a distância e 3 mil alunos de pós-graduação (UFES, 2013). Os dados ajudam a expor a importância da Universidade Federal para o entorno e a nos alertar para o tamanho do seu potencial de ação no município de Vitória. José Geraldo de Souza, Doutor em educação, ao escrever sobre a evolução histórica da Universidade brasileira afirma que:

A Universidade Brasileira a ser pensada deverá estar organicamente

ligada a projetos sociais concretos, sem abrir mão de sua autonomia e de sua independência, sem afastar-se de suas finalidades básicas de ensino, pesquisa (pura, aplicada e tecnológica) e assumindo seu espaço público de construção e discussão dos fundamentos de uma sociedade livre, independente e democrática” (SOUZA, 1995, p. 57)

Portanto, para alcançar esse modelo de Universidade, torna-se necessário compreender a trajetória do nosso país, as questões estruturais, as suas hierarquias e as suas desigualdades. É importante saber o contexto em que a UFES está inserida, quais são os bairros vizinhos, quem são os frequentadores deste espaço e de que forma a Universidade está interagindo com a comunidade. Além de ser fundamental perguntar-se sobre qual é o retorno que ela está oferecendo a população e qual é a devolutiva que acredita-se que ela deva fornecer. Entretanto, vale ressaltar que a democratização das universidades não pode ser resolvida somente por elas, pois é uma questão complexa que envolve vários fatores.

### UFES e a percepção feminina pela perspectiva da maternidade

Ingressei na UFES no ano de 2005, primeiro semestre, então com 19 anos, solteira, sem filhos e com toda a vontade do mundo para experimentar essa nova etapa da minha vida. De cor parda, classe média, por toda a minha vida estudei em escolas particulares bem referenciadas. Durante o curso pré-vestibular o objetivo era estudar do outro lado da Avenida, onde, exatamente em frente, encontra-se a UFES, o que me instigava bastante: ano que vem estarei estudando do outro lado! De cara, ao iniciar o curso, percebi que enfrentaria uma nova realidade, a falta de infraestrutura do Cemuni III. As salas eram amplas, com iluminação natural e grandes janelas, porém tinha que lidar com cadeiras quebradas, pranchetas para desenho avariadas, janelas emperradas, falta de tomadas, banheiros sem papel higiênico e outras adversidades. Sinceramente aquilo me chocou, pois até então eu tive estruturas impecáveis para contribuir para meu bom desempenho escolar. No início da jornada, morava na cidade de Serra, e fazia o deslocamento casa - universidade através do transporte público. O acesso à Universidade era com transbordo de fácil acesso, atravessava-se um estacionamento e por um caminho cimentado e um pouco esburacado, com uma enorme escultura, ladeado por árvores, chega-se rapidamente ao Cemuni III, conforme figura 1.

A minha turma era majoritariamente feminina, uma vez que dos 33 estudantes que iniciaram o semestre, apenas 9 eram do sexo masculino. Apesar do curso de Arquitetura e Urbanismo ser lotado no Centro de Artes, algumas matérias eram ministradas no Centro Tecnológico (CT), na outra extremidade do Campus, onde estão concentrados os cursos de Engenharias. Desta maneira, tínhamos que nos deslocar até lá algumas vezes por semana para acompanhar tais matérias. O percurso é longo, atravessa-se outros setores da Universidade para chegar até lá, como o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e o Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), conforme figura 2.

Normalmente fazíamos esse percurso em forma de comboio, praticamente a turma toda junta, visto que na maioria das vezes as aulas eram em sequência após um turno cumprido no Centro de Artes. Andávamos todos tranquilos, conversando e ocupando o espaço sem nenhum tipo de preocupação, diferentemente quando estas referidas aulas eram a primeira do dia, às 7h da manhã. Nesses dias, os passos eram apressados e inquietos. A solidão no caminhar era um alerta para não se demorar e chegar seguro ao Centro Tecnológico. Apesar de estarem situados no

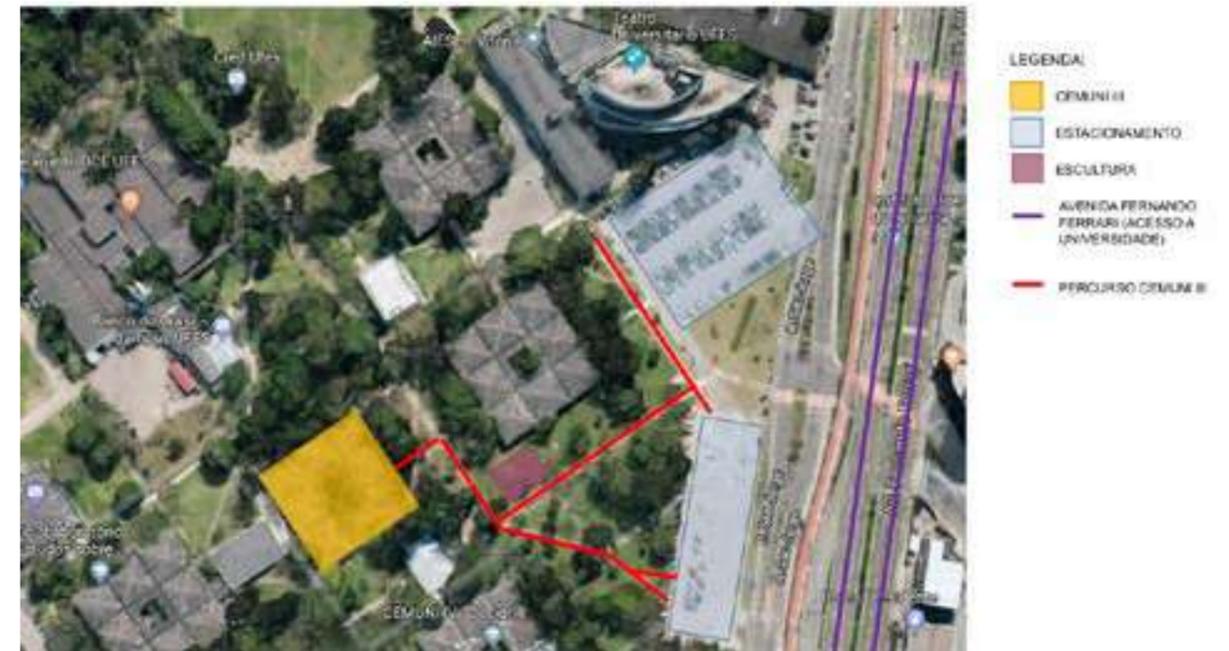


Figura 1: Mapa da Universidade e entorno. Fonte: Google Maps, modificada pela autora, 2019.

Figura 2: Mapa da Universidade e entorno. Fonte: Google Maps, modificada pela autora, 2019.

mesmo Campus, no Centro Tecnológico a realidade era outra. Salas reformadas, cadeiras novas e confortáveis, laboratórios equipados. Eu não entendia o porquê dessas realidades tão distintas, e apesar do percurso ser longo, desejava que o curso de Arquitetura e Urbanismo estivesse lotado no Centro Tecnológico, e não no Centro de Artes.

O Cemuni III era um prédio acolhedor, contando somente com pavimento térreo e, na entrada, havia um deck de madeira, que sempre estava ocupado pelos estudantes do curso. Adentrando esse espaço, havia uma cantina e o CALAU (Centro Acadêmico Livre de Arquitetura e Urbanismo), uma espécie de lounge alternativo onde alguns estudantes usavam para se reunir, debater assuntos sobre o curso, descansar no velho sofá e guardar alguns materiais que não queríamos levar de volta pra casa, afinal de contas passávamos o dia inteiro ali.



Ademais, dentro das dependências do Cemuni III, existe um grande pátio, com escadas e as salas de aula à sua volta. Não bastasse, há excelente iluminação e ventilação natural. O encontro, as conversas, o conviver é espontâneo e inerente a este local. As salas são amplas e com grandes janelas voltadas para o pátio, de forma que, mesmo quem esteja de passagem, consegue apreciar o referido espaço. As janelas dão para o exterior da edificação e têm vista para os amplos gramados, que separam os prédios do Centro de Artes. E foi assim, vivenciando esse espaço, interagindo com outros ambientes do Campi, que me graduei em 2013.

O desejo de seguir uma carreira acadêmica sempre me perseguiu, mas condições financeiras adversas me impediram de seguir nessa jornada após a conclusão do curso. Ao final do ano de 2018, decidi que era hora de retomar esse antigo projeto. Assim, me dirigi ao Campus de Goiabeiras para buscar informações acerca do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e visitar o Cemuni III.

O cenário está modificado, são 6 anos longe dali. Novos prédios fazem parte do Centro de Artes, como, por exemplo, o prédio do Mestrado e uma edificação sem uso ao lado do Cemuni III, que descobri, posteriormente, que foi construído para ser uma cantina, porém, algum tempo depois, o espaço foi desativado. Novos caminhos foram construídos, entretanto, o passeio para se chegar ao Cemuni III, continua o mesmo. O velho calçamento cimentado e esburacado pelo tempo, sem manutenção e ladeado por árvores.

De longe, avistei que o deck na frente da edificação foi desmanchado, adentro, a cantina também não existia mais, dando lugar a grandes mesas onde alunos se reúnem com seus notebooks para a realização de trabalhos estudantis. O pátio continua o mesmo, agora com um balanço. Percebo um ar de desconfiança. Em observações na frente do Cemuni III, mulheres sozinhas estão somente de passagem, com passos apressados e firmes; mulheres acompanhadas de outras mulheres andam com mais calma, porém a todo momento observando ao redor, atentas a um possível perigo



Figura 4 : Bosque atrás do prédio do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo a noite – Fonte: Acervo pessoal, 2019.

iminente. Com o final do dia fica mais raro encontrar pessoas desacompanhadas, e as que se aventuram sozinhas, entram rapidamente em seus carros para ir embora. As pessoas que chegam, apertam o passo para alcançar rapidamente locais mais iluminados, uma vez que as árvores do Centro de Artes tornam o ambiente sombrio e deveras perigoso durante a noite.

A cantina desativada é amplamente evitada por todos. Quem quer chegar a alguma outra edificação do Centro de Artes prefere rodear o prédio de Arquitetura, passando por dentro do mesmo, ou utilizar caminhos secundários. O caminho construído próximo ao prédio do Mestrado em Arquitetura é bem largo e com postes de iluminação, porém um bosque repleto de árvores, situado atrás do mesmo, faz com que esse caminho seja evitado e, ainda que ele desemboque numa saída com faixa de pedestres e ponto de ônibus em frente, as pessoas preferem a saída do estacionamento, por ser aberta e com campo de visualização amplo.

Eu também não sou mais a mesma. Agora com 32 anos, casada, e com uma filha de 3 anos de idade e morando em outra cidade, separada por uma ponte de 3km da cidade de Vitória. Volto a este ambiente com outro olhar. Como fazer parte dele? Como ser incluída? Será que a Universidade está preparada para todas as diferentes mulheres que compartilham do seu espaço?

Decido matricular-me como aluna especial em uma disciplina do mestrado. Para conciliar o horário das aulas com os cuidados da minha filha, que frequenta a escola no horário vespertino, tentei me matricular na matéria com horário de aula ministrada à tarde. Me deparo com o primeiro empecilho. Fui inserida na turma com aula de 8 às 12h, terça-feira, dia que ela frequenta a natação pela manhã. Como faço para conciliar os horários? Impossível não recordar o artigo de Zaida:

A política do tempo e os horários é outra complicação. Combinar horários de escolas, atividades extra escolares e um trabalho na esfera produtiva requer um grande esforço quando a abdicação

das próprias aspirações pessoais e profissionais das mulheres.”  
(MARTÍNEZ, 2006, tradução nossa)<sup>4</sup>

Sem pestanejar, aceitei o desafio e iniciei o semestre. Ter uma rede de apoio foi fundamental para conseguir frequentar as aulas e realizar as atividades solicitadas pela disciplina. No decorrer do semestre ocorrem situações extremas, em que minha rede de apoio (marido, mãe e sogra) não estava disponível e então eu tinha a seguinte situação: eu comparecia à Universidade e levava uma criança de 3 anos de idade para a sala de aula, ou então eu faltava. Nas duas vezes em que isso ocorreu, fiquei com a segunda opção.

No regresso à Universidade, percebi o quão difícil torna-se para a mulher conseguir conciliar suas metas com o papel de mãe. O simples fato de ler um texto para a próxima aula torna-se uma aventura, um objetivo quase que inalcançável, muitas vezes desacreditado e quase sempre conseguido somente após todos dormirem, com a casa em silêncio, no varar da madrugada. Passar por toda essa situação me fez pensar: como as mulheres mães conseguem manter uma carreira de pesquisadora? Como conciliar ser mãe e concluir um mestrado? Como produzir de maneira intensa e colaborativa para a sociedade nesta situação? De que maneira posso contribuir para que as pesquisas realizadas dentro da Universidade realmente se efetivem e tenham uso para toda a população? Ir além do pesquisar por pesquisar.

Em minhas buscas, deparo-me com um projeto de pesquisa chamado Parent in Science, iniciado e coordenado pela Dr<sup>a</sup> Fernanda Staniscuaski, atual Professora do Departamento de Biologia Molecular e Biotecnologia da UFRGS que:

Surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade!) dentro do universo da ciência do Brasil. Iniciamos nossas ações para preencher um vazio, de dados e de conhecimento, sobre uma questão fundamental: o impacto dos filhos na carreira científica de mulheres e homens (PARENT IN SCIENCE, 2019).

Os resultados obtidos através da pesquisa desse grupo foram fundamentais para que uma significativa mudança acontecesse no cenário de pesquisadores. O CNPq adotou no ano de 2019, através da Plataforma Lattes, a opção de inserir período de licença maternidade, uma vez que, conforme demonstrado pela pesquisa, nessa fase da vida é comum haver uma queda da produtividade, acarretando em vários casos, como perda de bolsa de estudos, por exemplo. Ao entrar em contato com a Dr<sup>a</sup> Fernanda, a mesma informou-me que seus dados da pesquisa ainda não foram publicados. Desta maneira, apresentou os resultados em caráter preliminar.

Isso deu-me forças para continuar. Estudar sobre seu projeto e verificar que não estou sozinha fez-me acreditar que é possível driblar a falta de empatia com nós mães, a escassez de tempo, e o impacto que a maternidade traz na vida acadêmica das mulheres, sejam elas graduandas, pós graduandas ou pesquisadoras.

A Universidade ainda não é para todas. Porém, com algumas medidas simples, podemos transformar a atual realidade. No caso do Centro de Artes da UFES, manutenção nos passeios, melhoria da iluminação, poda de árvores, para que os percursos sejam mais seguros, são algumas alternativas. Adaptação dos prédios,

<sup>4</sup> No original: La política del tiempo y los horarios es otra complicación. Compaginar horarios de colegios, actividades extraescolares y un trabajo en la esfera productiva requiere un gran esfuerzo cuando no la claudicación de las propias aspiraciones personales y profesionales de las mujeres.

para que possam receber alunas em período de gestação, puérperas e em período de amamentação, como banheiros com apoio de fraldário, chuveiro ou duchas, facilitariam muito a vida destas mulheres, que não precisariam desistir do sonho do nível superior em detrimento da sua realidade de mãe. A longo prazo o cenário não é de todo desanimador. Em algumas Universidades como, por exemplo, a Universidade de Brasília (UnB), as alunas se uniram e criaram a Rede Voa UnB, um projeto para integrar mães e crianças à Universidade, como rede de apoio infantil para a permanência universitária. Juntas somos mais fortes, por um acesso justo e permanente à Universidade.

### UFES e a percepção feminina

Tenho 27 anos, ingressei em arquitetura na UFES no ano de 2012, com 21 anos. Cursei boa parte do meu ensino médio e fundamental em escolas públicas. Venho de uma família de classe C, sou filha de pais separados e morava com minha mãe, pessoa que foi responsável pela maior parte da despesa de seus filhos. Nos primeiros anos como universitária eu mantinha uma relação muito diferente com o espaço do Centro de Artes e dos prédios pelos quais eu transitava. Sobre essa mudança de relação com o espaço, acho relevante para este artigo destacar: a somatização de momentos de muita pressão que os universitários acabam enfrentando e uma mudança que observei no espaço físico.



Figura 5: Alunos participando de uma Assembleia no Cemuni III. Fonte: Facebook do Calau. Ano, 2014.

Quanto a somatização de momentos de pressão, gostaria de destacar que há entre os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, um hábito de virar noites seguidas para terminar os projetos solicitados pelos professores. Os estudantes de Arquitetura possuem práticas que são extremamente nocivas à saúde mental e física. As pessoas precisam dos momentos de pausa, de uma alimentação adequada, de noites tranquilas de sono, de momentos de lazer, afinal de contas, nós não somos máquinas.

Quanto ao espaço físico, a configuração espacial dos prédios do Centro de Artes é a que mais me desperta uma sensação de acolhimento dentro da UFES. Os Cemunis são um volume quadrado com um vão quadrilátero no centro, um átrio rebaixado e sem cobertura. Alguns degraus de escada dão acesso até o átrio, que é muito usado pelos alunos. Como ilustra a figura 5.

Além disso, o CEMUNI é cercado por generosas esquadrias de vidro e suas salas são todas localizadas nas extremidades da planta. O que resulta em um pátio que presenteia os usuários da edificação com uma significativa ventilação e iluminação natural, cercado por corredores amplos e acolhedores.

Já os prédios da Engenharia, localizados no Centro Tecnológico, embora recebessem um investimento financeiro muito maior, nunca causaram-me a mesma sensação de acolhimento que os CEMUNIS. Um dos prédios em que eu tive aulas possuía um extenso e estreito corredor, paredes brancas, pouca visibilidade para a paisagem exterior, poucas pessoas vivenciando o espaço da forma que eu observava nos CEMUNIS. Eu achava aquele ambiente muito mais duro, me sentia presa, era como se ali fosse apenas um local para estudos.

Entretanto, um espaço não se torna acolhedor apenas por modificações físicas. São as pessoas e as suas maneiras de se relacionar com o entorno que dão vida ao local! Torna-se importante mencionar a falta de manutenção que é recorrente no ambiente do CEMUNI III, assim como alguns outros problemas de infraestrutura que precisam ser sanados.

Figura 6: Mapa de locais por onde passo no trajeto casa x UFES. Fonte: Google Maps, alterado pelo autor, 2019.



Ao analisar o meu deslocamento nos últimos anos da faculdade, ainda deparo-me com outros problemas inerentes à cidade, que podem ser apontados como barreiras para uma mulher. Nos últimos anos morei no bairro de Goiabeiras, bem próximo à UFES. Apesar das vantagens que existem em se morar próximo ao seu ambiente de estudo, com o intuito de economizar, eu muitas vezes optava por ir à UFES a pé. Para isso, é necessário passar pela Avenida Fernando Ferrari, uma importante via arterial da cidade em que os carros passam em alta velocidade e o fluxo é intenso.

Durante a manhã este é um trajeto que considero tranquilo, mas durante a noite me causa uma enorme insegurança. Para auxiliar na descrição de alguns pontos que considero relevantes do trajeto que fazia, e ainda faço para ir à UFES, utilizei como recurso o mapa 06.

Selecionei 4 trechos do trajeto (1, 2, 3 e 4) que me despertam medo ou insegurança.

Ponto 1: encontra-se próximo à intersecção entre a Avenida Fernando Ferrari e a rua das panelleiras. Trata-se de um lote vazio, escondido por uma construção antiga, cercado por dois lados pelo mangue e tangenciado pela rua das panelleiras (que leva até o Galpão das Panelleiras, ponto turístico muito importante de Vitória). Passar pelo local me deixa um pouco insegura, mesmo pela manhã. A área deveria receber um maior investimento, uma vez que tornaria a rua de acesso ao Galpão das Panelleiras mais convidativa, mas, como pode ser visto na foto, isso não é feito.



Figura 7: Lote vazio que antecede a rua das panelleiras, o lote é tangenciado por essa construção e é um ponto que durante a noite também me causa insegurança. Esse ponto é voltado para o mangue de Goiabeiras, área verde de enorme potencial paisagístico. Fonte: Acervo pessoal, 2019.



Figura 8: Trecho da Fernando Ferrari ligando o restante do bairro de Goiabeiras a UFES. Ao lado esquerdo temos uma via arterial de fluxo intenso e com duas vias. Ao lado direito temos uma densa vegetação. Fonte: Acervo pessoal, 2019.



Com relação ao ponto 2: Aqui refiro-me ao trecho por onde passa uma ciclovia, e tem um ponto de ônibus instalado. O trecho é cercado, de um lado por uma densa vegetação e, do outro, pela via arterial Avenida Fernando Ferrari. Essa configuração do espaço, para nós mulheres, causa um medo ainda maior e, se não fosse pelo ponto de ônibus, o trecho estaria quase sempre vazio. No nosso campo de visão não avistamos ninguém para quem seria possível pedir por socorro. Além do medo, também é comum ver mulheres sofrendo assédio nesta região. Entretanto, essa sensação de insegurança só surge em mim quando passo pela área durante a noite. Se transito por ali pela manhã, o passeio é inclusive mais agradável, em virtude da presença da densa vegetação. Algumas das questões apontadas acima podem ser percebidas por meio da figura 08.

Com relação ao ponto 3: Esse ponto se refere à área de entrada para automóveis da UFES. Outro local que não fornece uma sensação de segurança, muito menos para mulheres. Nos deparamos com alguns trechos onde a cerca que divide a área das grandes árvores e da ciclovia não está mais lá, formando uma pequena entrada para o mangue, cercada de uma área onde prevalecem os veículos. A sensação é, novamente, de insegurança e vulnerabilidade em determinados horários do dia. A figura 09 ilustra um pouco desta perspectiva.

Com relação ao ponto 4: Localizado na terceira entrada da UFES, para pedestres, em frente ao famoso Bar do Mãozinha, local muito frequentado pelos estudantes da Universidade. Assim como nos casos anteriores, o caminho que conduz os pedestres desta entrada ao Cemuni III tem alguns trechos nada seguros. Possui uma iluminação precária e é cercado por grandes árvores. Como ilustra a figura 10.

Ali já aconteceram, além de casos de assédio, tentativas de estupro (SITE DO G1, 2016). Apesar disso, assim como no caso do trecho da Avenida Fernando Ferrari, durante a manhã este caminho é acolhedor e agradável para mim. Gosto de passar por ali, pois faz sombra, é fresco e tem cheiro de plantas.

Ao adentrar o espaço do Cemuni III, nos deparamos com o problema de salas insuficientes para os alunos fazerem os seus projetos, além de uma carência de



Figura 10: Caminho que começa em uma das entradas para pessoas da UFES. Trecho onde uma mulher sofreu uma tentativa de estupro. Fonte: Site G1, 2019.

espaços de vivência no Centro de Artes. A Arquiteta e Urbanista, Raquel Rolnik, defende que:

Nesse sentido, quando a cidade se transforma em um lugar absolutamente inóspito, sem qualquer possibilidade de prazer, ao invés de um lugar onde as pessoas se sintam inseridas na harmonia de uma comunidade urbana, o lazer estará restrito a espaços e tempos determinados. Essa situação agrava-se ainda mais porque não se vive o lazer de forma abrangente, como uma ideia de prazer percorrendo o cotidiano, inclusive o tempo de trabalho e o dedicado às atividades necessárias para sobrevivência (ROLNIK, 2000, p. 1).

O excerto nos leva a refletir que é inviável pensar em produzir cidades e espaços públicos saudáveis e acolhedores sem proporcionar aos seus usuários elementos que possibilitem um momento de pausa, de encontro ou descontração. A vida universitária sem esses fatores contribui na formação de jovens depressivos e ansiosos, e pessoas adoecidas podem ter dificuldades para pensar em espaços saudáveis. Alguns alunos buscam formas de burlar essa lógica e tentam promover o encontro dentro do ambiente universitário.

No caso do CEMUNI III, há uma festa tradicional que os alunos de Arquitetura chamam de Pizzada. Os próprios alunos construíram ao lado do prédio um fornilho e a pizza é feita pelos próprios e compartilhada com todos. Além da Pizzada, também aconteciam as calouradas de Arquitetura dentro do prédio. Esses momentos foram fundamentais para que eu conseguisse criar fortes vínculos de amizade, da mesma forma que foram fundamentais para que eu tivesse forças para concluir a graduação. Nessas festas era comum interagir, inclusive com pessoas de outros cursos ou com aqueles que simplesmente frequentavam a UFES.

Outro fator de forte influência na minha alteração da percepção do Centro de Artes foi a retirada da cantina. Esse local promovia o encontro entre diferentes pessoas. Os alunos usavam a cantina para fazer uma pausa entre os intervalos das aulas,

interagir, trocar experiências, tocar instrumentos e, às vezes, até para estudar. A movimentação de pessoas também me trazia uma sensação de mais segurança, uma vez que sempre via rostos conhecidos ao passar por ali. Essa movimentação mais intensa também levava a um maior número de estudantes que vendiam alguns alimentos para complementar a renda, uma vez que ali era um ponto de encontro.

A percepção que tenho dos últimos anos que fui universitária é a de que há a exigência de criar alunos que produzam muito, mas a Universidade não oferece condições para essa larga empreitada. O objetivo parece ser produção, a UFES virou para mim um lugar de estudar, ficou denso. Para além disso, até que ponto é necessário que pessoas produzam de forma cada vez mais intensa? Ou melhor, a quem essa forma de pensar e de vivenciar a Universidade beneficia?

A falta de infraestrutura também prejudica a interação entre os estudantes. Algumas salas do CEMUNI III eram usadas para produção acadêmica fora dos horários de aula. Ali as produções eram feitas de maneira mais leve, com música, interação, conversa e uma rede de ajuda que acabava se formando. Entretanto, com o passar dos anos essas salas passaram a ser trancadas fora do período de aula.

Acredito que as Universidades devem ser acolhedoras para todos (incluindo os não universitários). A solução para manter a segurança do campus não deveria ser simplesmente colocar policiais militares para atuarem ali, como aconteceu. Mas realizar transformações no espaço, nos usos que são dados para ele e nas atividades culturais. Uma iluminação adequada, a construção de espaços de permanência e a reativação das cantinas já fariam diferença. Promover o encontro de pessoas diferentes é saudável e construtivo. Como afirma Raquel Rolnik no seguinte trecho:

O milagre da cidade se produz quando o homem, além de sua vida privada, de sua existência enquanto ser natural ou parte da natureza, cria uma espécie de segunda vida, uma espécie de bios político ou ser político que se concretiza vivendo em conjunto com outras pessoas (ROLNIK, 2000, p. 3).

Concluo afirmando que, enquanto mulher, vivenciar as várias experiências que as Universidades nos oferecem foi transformador. Não só pelos conhecimentos adquiridos na grade curricular, mas pelas rodas de conversa, aulas de yoga, danças de forró, maratonas de ping-pong, exibição de vídeos, discussões, aulas públicas, palestras e reuniões que aconteciam muitas vezes no próprio átrio do Cemuni III. Vivenciar os espaços também é uma forma de aprender Arquitetura. Um Arquiteto é um profissional que, dentre outras coisas, organiza os espaços em diferentes escalas para facilitar e tornar mais agradável a vida das pessoas que o frequentam. E de que adianta tanta produção acadêmica se a gente não sabe desfrutar dos espaços? Como um arquiteto pode projetar um espaço acolhedor se ele não entende, na prática, o que é se sentir acolhido por um espaço? O importante pedagogo brasileiro, Paulo Freire, resume bem esse pensamento no trecho a seguir:

Às vezes, ou quase sempre, lamentavelmente, quando pensamos ou nos perguntamos sobre a nossa trajetória profissional, o centro exclusivo das referências está nos cursos realizados, na formação acadêmica e na experiência vivida na área da profissão. Fica de fora como algo sem importância a nossa presença no mundo. É como se a atividade profissional dos homens e das mulheres não tivesse nada que ver com suas experiências de menino, de jovem, com seus desejos, com seus sonhos, com seu bem-querer ao mundo ou com seu desamor à vida. Com sua alegria ou com seu

mal-estar na passagem dos dias e dos anos. (FREIRE, 1993) p. 79-80).

A formação de Arquiteto e Urbanista, portanto, sofre forte interferência de nossas vivências e a nossa atuação enquanto profissional não é diferente. Para construirmos espaços mais inclusivos e acolhedores é necessário abraçar as várias perspectivas da cidade. Não somente nos colocando em um papel de escuta, mas dando aos sujeitos dessas narrativas subalternizadas ao longo da história, poder para realizar alguma transformação. Sendo, entretanto, essa uma tarefa de enorme complexidade e que não cabe, nem deve caber, apenas aos Arquitetos e Arquitetas, mas que deve ser estudada e investigada por nós com muita seriedade. Precisamos nos atentar para quais são os profissionais que não estamos estudando na academia e por qual motivo. É fundamental nos questionarmos sobre até que ponto as escolas de Arquitetura levam em consideração as questões estruturantes da nossa sociedade ao pensar na sua grade curricular. Sobretudo, é necessário se aprofundar sobre quais são os possíveis mecanismos de fuga que os Arquitetos podem utilizar para fugir dessa produção de cidade hostil pra muitos.

Conclui-se desta maneira que, pela ótica feminina, a Universidade constitui-se como um espaço predominantemente patriarcal, com valores e pensamentos enraizados e por diversas vezes difíceis de serem modificados. Uma grade curricular rígida como a que enfrentamos na UFES, tem se mostrado cada vez mais como agente desgastante do estudante (psicologicamente e fisicamente), não o preparando para o mercado de trabalho, uma vez que a grade curricular não contempla estágio supervisionado, não acolhendo alunos oriundo do sistema de cotas, em que, em quase sua totalidade precisam trabalhar para garantir sua sobrevivência, o que se torna extremamente difícil com um curso em horário integral. Espera-se que a Universidade evolua, reconheça os novos atores que fazem parte dessa realidade, que possa colocar a mulher em voga, reforçando seu valor na sociedade. Para tanto, os relatos, dados coletados e algumas sugestões de medidas já citadas ao longo deste artigo, podem servir de base para que se aprofunde o tema, para que se possa transformar o espaço acadêmico, com relações mais heterogêneas, num local mais justo e acolhedor para todos.

## Referências bibliográficas

A GAZETA, Moradores do lixão reclamam de multa, 1978. c 1-2, p.7. In: *Anais eletrônicos...Instituto Jones Santos Neves (IJSN)*. Disponível em: </ConteudoDigital/20170317\_aj19210\_bairro\_goiabeiras\_vitoria.pdf>

ABOIN, Sofia. *Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna*. Estudos feministas, Florianópolis, v.20, n.1, p. 95-117, jan. 2012.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; SINHORETTO, Jacqueline. Encarceramento e desencarceramento no Brasil, a mentalidade punitiva em ação. In: *Encontro anual ANPOCS*, 2018, Minas Gerais. Anais eletrônicos...disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt21-25/11289-encarceramento-e-desencarceramento-no-brasil-a-mentalidade-punitiva-em-acao/file>

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 94 p.

BOFILL, Anna. *El derecho de las mujeres a la ciudad: una retrospectiva*. In: Seminário de Barcelona, 2013, Barcelona. Anais eletrônicos...Barcelona: UrbanIN, 2013.

Disponível em:<[https://urbanismeinclusiu.files.wordpress.com/2013/03/el-derecho-de-las-mujeres-a-la-ciudad\\_anna-bofill.pdf](https://urbanismeinclusiu.files.wordpress.com/2013/03/el-derecho-de-las-mujeres-a-la-ciudad_anna-bofill.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BOTONNI, Andrea; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da; SARDANO, Edécio de Jesus da. Uma breve história da universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, Sonia Simões (org.). *Gestão universitária: os caminhos para a excelência*. Penso, 2013. 20-38.

CASER, Karla do Carmo; CASTRO, Anne Barbosa e. *Gênero e arranjos espaciais em arquitetura e urbanismo*. Jornada de iniciação científica UFES, 2016.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. *Ciudad Próxima*. Urbanismo sin género. I.T. N° 75. 2006

LINTZ, Sebastião. *O crime, a violência e a pena*. São Paulo: Julex, 1987

## CORPO FEMININO NA DANÇA E NA RUA: considerações sobre pontos de encontro na cidade do Rio de Janeiro

Mirila Greicy Bittencourt Cunha<sup>1</sup>

### Resumo

A partir da dissertação *É o encontro das pessoas que transforma: a cidade do Rio de Janeiro por jovens que dançam*, o presente trabalho propõe desenvolvimento das questões percebidas sobre gênero, bem como da condição pesquisadora mulher em situação de trabalho de campo majoritariamente masculino. Dos 29 interlocutores contatados, 21 eram homens. A metodologia programada de observação, entrevista e trajetos itinerários foi realizada com 6 pessoas, dentre elas, 4 mulheres. Situação a promover reflexões sobre a atuação pesquisadora e as mulheres dos grupos acompanhados que em certa medida pode contribuir ao entendimento do contexto atual brasileiro de crescente registro de violência(s) contra a mulher.

Palavras-chave: mulher, dança, cidade.

## FEMALE BODY IN DANCE AND STREET: meeting point considerations In Rio de Janeiro city

### Abstract

From the dissertation *It is the meeting of people that transforms: the city of Rio de Janeiro by young who dance*, The present work proposes the development of the issue noticed about gender, as well as the women research condition in mostly male fieldwork. Of the 29 interlocutors contacted, 21 were men. The programmed methodology (observation, interview, itineraries) was performed out with 6 people, among them 4 women. Situation to promote reflections about gender to the women research performance and to the women of the groups accompanied that can be translated to the current Brazilian context of the growing record of violence against women. Keywords: pixo, revista de arquitetura, urbanismo.

Enquanto mulher, atualmente em exercício pesquisadora do corpo mulher na cidade, a temática abordada pela *Revista PIXO, nº10 Mulheres e Lugares Urbanos*, é uma satisfação, orgulho e prazer. Para este, trago algumas considerações adquiridas durante meu processo de mestrado. Momento em que a questão gênero ficava cada vez mais nítida sobre meu próprio lugar e corpo, pesquisadora mulher, enquanto indagações não mais suportáveis a omissão de circunstâncias, acontecimentos e situações também cabíveis ao questionamento do trabalho. “[...] Um respiro [de extrema necessidade diante asfixia atual com o governo do presidente da república brasileira] de luta e resistência acadêmica”, como diz o texto de chamada à edição. Que a oportunidade desta de fato seja a tradução de um grito a ser ecoado conforme parece ser iniciado seu ressoar diante crescente número de pesquisas e discussões sobre mulheres e lugares urbanos.

Não coincidentemente o período de minha formação, para além de meus estudos, na minha vida pessoal, de relacionamentos familiares, íntimos, afetivos e amorosos, todos eram caminhos que, mesmo partindo de pontos diferenciados me auxiliavam rumo à aproximação desse ser mulher, em processo de busca por entendimento, aceitação e confirmação de um corpo muitas vezes sem brecha, constantemente encurralado em becos sem saída. Pois, ser mulher, por vezes é um estado de mal - e mau – viver, no mundo, no país, no Estado, na cidade, no bairro, na rua, na casa. Parafraseando Ryane Leão (2017), que minha escrita, se torne minha chance de ser eu mesma diante de um mundo que tanto me [nos] silencia [mulheres]. “Um instrumento de chamada à consciência, mas principalmente de luta à liberdade” (GOLDMAN, 2014, p.17) à convocação dos “instintos individuais e coletivos” (GOLDMAN, 2014, p.9), num estudo centrado na perspectiva das mulheres, interessado no ponto de vista das mulheres, sem dissociação da prática política e da experiência de vida.

### Sobre ser mulher: A gente combinamos de não morrer<sup>2</sup>

As consequências e dores da desigualdade atribuída à exclusividade mulher, não deixa escapar singularidades: avó, mãe, filha, esposa, puta, do lar, todas sofrem consequências “na rua” e dentro de casa. Um ser que carrega muitos *males*, muitas vezes obrigado a seguir enquadramentos opostos e contraditórios: se *trabalha fora* é acusada pela ausência e desordem no trabalho doméstico; se está à exclusividade *do lar* não tem tal reconhecimento como função; em cargo de chefia deve ainda se ocupar com a aparência que provavelmente lhe vale maior atenção que sua capacidade e destaque profissional; quando adulta, deve omitir sua condição natural de corpo maduro com pelos, e assim se submeter à violência, riscos e danos, sem contar os gastos financeiros, para então permanecer, ainda que adulta, com o aspecto novo e jovial de *menina*, à perfeição do padrão. Se não se ocupa da imagem exigida é desleixada, mal amada. Se se empenha aos recursos de beleza é vaidosa - vadia, puta. Se não engravida está a cometer um pecado e insulto à sua natureza. Se engravida é responsabilizada sozinha. Se abandona é cruel. Se aborta é criminalizada. E ainda somos selecionadas *pra comer* ou *pra casar*.

Sem vida social e em domínio privado, talvez seja possível questionar a frase: *rua não é lugar para mulher*. Seria um lugar, o seu lugar, a casa? Local sem descanso, de pesado e cansativo trabalho doméstico, aos cuidados da prole e/ou dos mais velhos e/ou necessitados, sem cadeira marcada na ponta da mesa ou poltrona (do papai), cujos cômodos que limpa são os mesmos onde também apanha, sangra e

<sup>1</sup> Mestra em Sociologia Política PPGSP/UENF-Campos dos Goytacazes, RJ.

<sup>2</sup> Conceição Evaristo (2018)

morre<sup>3</sup>. Se no lar não há lugar, a rua - e a cidade - é uma extensão de ambientes que igualmente não convida nem traz opção de acesso, passagem, desfrute:

Existirá algum espaço próprio para este [... ser...] que a princípio não *tem lugar*? Não tem lugar no corpo, não tem lugar no trabalho... Não tem lugar na lei, não tem lugar na patologia... Terá este [... ser...] sem lugar alguma linguagem que o represente? Como poderá ser expresso, falado, escrito, mostrado? Poderá ser escutado e compreendido [...] ? Poderá ser trabalhado? De que forma? Quais suas consequências? [...] (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999, p. 22).

Noções de insatisfação e reconhecimento de desigualdade entre homens e mulheres já se faziam presentes nas denúncias de Emma Goldman (1869-1940) às opressões ao indivíduo mulher nas instituições de dentro e de fora, do casamento e do trabalho, como

economicamente dependente, enclausurada no lar pelo labor doméstico, amedrontada demais pelas exigências morais desiguais entre si e seus companheiros, para buscar satisfação afetiva e sexual fora do casamento, tendo ainda sobre si a responsabilidade da *criação* dos filhos (GOLDMAN, 2014, p.15).

Conjuntura de dupla dependência “do mercado e da família [que impacta] sobre sua autonomia e a forma como [as mulheres] organizam e orientam suas ações” (ARAÚJO; SCALON, 2006, p. 47), uma vez que a mediação por parte do Estado é por vezes insuficiente.

Betty Friedan, em *The Feminist Mystique* ([1963] 1971), identificou e publicou o *problema que não tem nome*: o descontentamento que as mulheres sentiam por serem confinadas e subordinadas no lar como donas de casa (hooks, 2013). Contudo, tais donas de casa era um grupo de mulheres brancas bem instruídas que, com altos níveis de educação não realizavam o tipo de trabalho voltado às mulheres da classe trabalhadora (hooks, 2013)<sup>4</sup>.

No Brasil, nos anos 80, semelhante grupo de mulheres de classe média despertou mobilização feminista diante dos constantes assassinatos de mulheres por maridos ou ex-maridos, absolvidos com base nos argumentos de *legítima defesa da honra* e caráter *passional* do crime (VERARDO, 1995 Apud. SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999)<sup>5</sup>. Não podemos esquecer que estes homens, maioria branca e hétera, os

3 “Somente em 2017, 191 mil queixas de violência domésticas contra mulheres foram registradas no país. em média, 22 mulheres acionaram a Lei Maria da Penha a cada hora. 60 mil estupros foram registrados no Brasil (apenas 10% dos estupros são notificados). No total, 4,5 mil mulheres foram assassinadas.” Cartilha *Polícia Por Elas* da Polícia Civil de Santa Catarina obtido em formato impresso em Florianópolis, à ocasião do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, no Circuito Lilás da Sociologia – Pensando o gênero e as teorias feministas na sociedade em que vivemos, de 9 a 12 de julho de 2019.

4 Em *Luta de classe feminista*, bell hooks expõe a discriminação de gênero como uma plataforma política que escolheu feminismo no lugar da luta de classes. Uma vez que a oposição ao patriarcado e a busca por direitos iguais de mulheres brancas reformistas com privilégios de classe, desde o princípio, alçavam a liberdade e poder dos homens de sua classe. Mulheres da classe trabalhadora já sabiam que os salários que recebiam não iriam libertá-las. (HOOKS, 2013).

5 “Apesar das DDMs [Delegacia de Defesa da Mulher], e do aumento de denúncias que elas propiciaram, a impunidade continua e muitos processos não são instaurados, poucos chegam a julgamento e o número de condenados é ínfimo. [...] A retirada da queixa, procedimento muito comum, podendo atingir cerca de 70% dos registros (Brandão, 1996), é um fato recorrente que vem minando a credibilidade da estratégia, já que reforça o mito de que as mulheres não ‘querem’ mudar a sua situação, e ‘gostam de

privilegiados, há muito sequestram, escravizam, violentam e matam mulheres, sobretudo negras e indígenas, no mínimo desde sua chegada/invasão, ao processo de *construção do povo brasileiro*.

Tais abordagens, imbricadas às relações entre homens e mulheres, demonstram, diante da estrutura de dominação presente na fase da vida adulta da maioria das (senão todas as) mulheres, o quão violento podem ser os conflitos tidos como naturais, ao exemplo das instituições da esfera econômica e familiar. Papéis definidos e impostos pela sociedade, com base na tese de que a diferença sexual é o principal fundamento da subordinação feminina, com práticas opressivas e discriminatórias que atacam mulheres fora do padrão de normalidade estabelecido (LISBOA, 2010).

A quebra do padrão, por parte da mulher, é por si só uma manifestação feminista. Não só de uma mulher, como algo passível de singularidade, mas sim da pluralidade existente quando as questões que nos envolvem estão relacionadas ao gênero e não à particularidade do sexo, do órgão genital. Pois, “enquanto sexo indica uma diferença anatômica inscrita no corpo, gênero indica a construção social, material e simbólica, a partir desta diferença, que transforma bebês em homens e mulheres, em cada época e lugar de distintas maneiras” (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999, p.14).

#### **Sobre cidade: *Por qué cuesta tanto encontrar una calle, una plaza o un espacio público conmemorativo con nombre de mujer (que no sea reina o santa)?*<sup>6</sup>**

Para o presente trabalho, as considerações serão a partir dos dados, observações, experiências e análises adquiridas na elaboração da pesquisa de mestrado *É o encontro das pessoas que transforma: a cidade do Rio de Janeiro por jovens que dançam*, defendida em abril de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF/PPGSP) em Campos Dos Goytacazes/RJ. Ocasão em que durante o trabalho de campo fui percebendo o quanto me era possível alcançar, bem como a falta de acessos, construídos pelo fato de eu ser uma pesquisadora, uma mulher. Em sucinta apresentação, a Após os encontros e as entrevistas, a etapa seguinte era a realização do Método dos Itinerários (PETITEAU; PASQUIER, 2001): realizações de trajetos itinerários elaborados pelos próprios interlocutores, que pode contar ainda com uma equipe para a captação dos recursos de imagens (através de registros fotográficos) e de voz, pelas falas e narrativas livres que vêm à tona no momento das caminhadas. O marco do presente acompanha e atualiza cada percurso. O registro do passado é acessado pela memória, que acaba por condicionar o ritmo dos passos, gerando pausas para o reviver e o (re)contar dos causos. O futuro fica assim assegurado pelo passado que então se faz presente, nesses momentos de pausas diante os registros fotográficos e de voz. O produto final deste método é um mapeamento dos pontos de encontros indicados, apresentados em formato de cartografia e fotonovela. pesquisa abordou alguns grupos de jovens que utilizam determinados lugares específicos (os denominados “pontos de encontro”) na cidade do Rio de Janeiro para realizações de encontros motivados pela prática da dança<sup>7</sup>.

apanhar’.” (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999, p.19).

6 Zaida Muxí (2018, p. 25)

7 É válido recordar que as práticas investigadas não se restringem a cidade do Rio de Janeiro, tampouco ao país. Na participação dos eventos: XXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, em dezembro de 2017 no Uruguai; XVI Congreso Centroamericano de Sociología, em maio de 2018 na Guatemala; e do X Congresso Português de Sociologia, em julho de 2018 em Portugal, foi possível observar a ocorrência de encontros semelhantes aos que foram acompanhados. Além do conhecimento prévio da ocorrência de tais procedimentos também em Barcelona, França, Paris, São Paulo e nos municípios de Macaé, Rio das Ostras, São Gonçalo e Niterói (RJ).

De dois lugares iniciais conhecidos previamente, pude alcançar, através das metodologias selecionadas para a pesquisa, sobretudo através dos Trajetos Itinerários (PETITEAU; PASQUIER, 2001)<sup>8</sup>, outros dezenove lugares. Os Trajetos Itinerários foram os percursos pelos pontos de encontros traçados, organizados livremente pelos jovens envolvidos com a pesquisa, conforme suas mobilizações para dançar, que consideravam importantes, relevante para apresentá-los e compartilhá-los. Junção de imagem, fala, cidade e corpo, que é construída em temporalidade e trajetos personalizados ao longo de cada caminhada guiada pelo olhar de cada interlocutor (CUNHA, 2019).

Lugares estes que foram denominados pela expressão *pontos de encontro*, uma vez que contam com particularidades e também semelhanças e repetições possíveis de serem notadas ainda que tais localidades sejam em bairros diferentes e diversos. A construção *pontos de encontro* foi também uma solução à variedade de nomes dado a cada lugar, sendo a maioria deles chamados pelos equipamentos e arquiteturas correspondentes tais como: o teatro, a estação, o museu, a praça, a quadra. Nesse sentido, *pontos de encontro* unificaria as menções dadas a todos estes lugares quando de seus *rituais*, utilizações, usos e contra-usos (LEITE, 2002) por via da prática de ensaios e treinos de dança.

As identificações de semelhanças para as realizações dos pontos de encontro são: fundamentalmente e unânime a existência de *um chão liso*; modalidades de dança partícipes das Danças Urbanas; acordos com *os caras* (segurança, guarda, polícia); infraestrutura mínima (iluminação, interruptor, proximidade a banheiro). As respostas sobre a motivação à permanência dos encontros vão desde o sentimento de comunhão ao *modo original*, como *tudo começou (nós é da rua mesmo)*, à condição econômica reduzida, à inexistência de locais para a realização dos treinos e ensaios e pela preferência ao espaço aberto que *deixa mais criativo e livre* a prática da dança, através do uso da cidade.

Os treinos também podem ser realizados de modo solitário ainda que a maioria faça em grupo pois, mesmo ao acaso, os pontos de encontro estão tão constituídos que podem aparecer outros praticantes - *é só chegar, que sempre tem gente lá*. Ou mesmo haver uma combinação instantânea, em acompanhamento da ordem do dia, seguindo o desenvolvimento tecnológico, os encontros podem ser marcados por mensagens enviadas pelo acesso a grupos no Whatsapp<sup>9</sup>. Uma pré-organização também é realizada diante a escolha de qual ponto será frequentado no dia. Definição que altera necessidades prévias como se será preciso levar carregador para aparelhos celulares para o uso do som; caixinhas de som; fone de ouvidos; se haverá banheiro ou *como conseguir água*. Enfim, para cada lugar há demandas que acabam por definir qual será o tipo de treino, de dança praticada, e por quanto tempo

8 Após os encontros e as entrevistas, a etapa seguinte era a realização do Método dos Itinerários (PETITEAU; PASQUIER, 2001): realizações de trajetos itinerários elaborados pelos próprios interlocutores, que pode contar ainda com uma equipe para a captação dos recursos de imagens (através de registros fotográficos) e de voz, pelas falas e narrativas livres que vêm à tona no momento das caminhadas. O marco do presente acompanha e atualiza cada percurso. O registro do passado é acessado pela memória, que acaba por condicionar o ritmo dos passos, gerando pausas para o reviver e o (re)contar dos causos. O futuro fica assim assegurado pelo passado que então se faz presente, nesses momentos de pausas diante os registros fotográficos e de voz. O produto final deste método é um mapeamento dos pontos de encontros indicados, apresentados em formato de cartografia e fotonovela.

9 As redes sociais são utilizadas e exercem uma das possíveis formas de organização entre as dançarinas e dançarinos participantes dos grupos. Há grupos criados na ferramenta Whatsapp, onde são compartilhados quais os pontos de encontros haverá treinos, divididos entre os dias da semana e em diferente horários, permitindo uma espécie de programação "agenda semanal", a assegurar a presença destes grupos que já se firma ao longo de anos.

poderá durar o encontro.

Ainda que sobre limites estritos como os vãos laterais do MAM (Museu de Arte Moderna/RJ) por exemplo, o modo de operação dada originalmente à sua função como vãos, destinado à passagem, à travessia, é alterada quando a estrutura física, arquitetônica do museu é utilizada por dançarinas e dançarinos e não apenas por transeuntes.

Em geral os pontos de encontros selecionados à prática das Danças Urbanas são vivos, com certa movimentação de pedestres e outros demais passantes, atravessadores, com vigias, seguranças, Guarda, PM (Polícia Militar), que contribuem ao quesito *segurança* aos jovens, durante seus momentos de encontro à prática de dança. Uma ideia à visibilidade, de ver e serem vistos, panóptico, que tende ao sentimento de poderem estar protegidos, sem contudo deixarem de serem contemplados por olhares curiosos e em admirações às exposições de suas capacidades e virtudes artísticas.

Nenhum participante apontou seu exercício com a dança, na rua, como uma ação artística, ou política, nem para fins financeiro ou performance<sup>10</sup>. Ainda que o intuito não seja de se apresentarem, com a finalidade de exhibir-se, da pré-ocupação de fazer para *um outro* (que estaria preparado para assistir uma produção preparada, uma apresentação), quando ocorre tal episódio, da constituição de um público, de uma plateia, deixam-se serem filmados, fotografados, aparentemente sem mal-estar ou incômodo e não utilizam da situação para arrecadação de dinheiro, como o comum mecanismo utilizado pelos artistas de rua de *passar o chapéu*.

Nesse sentido, as práticas diárias apresentadas por Ana Clara Torres Ribeiro (2004, 2005, 2014) descrevem bem o contexto da pesquisa em acompanhamento de um perfil de grupos – majoritariamente - de jovem, masculino, negro, moradores de regiões periféricas da cidade, que em pontos de encontro para dançar acabam por exercer

*ilegalidades socialmente necessárias*, [...] homens da *viração*, do improvisado, que lutam contra a vigilância instrumentalizada e, muitas vezes militarizada, da vida e da ordem urbanas. [...] Formas de adaptação e de invenção dos homens lentos [que] politizam o cotidiano, ao resistir em espaços opacos e sobreviver em espaços luminosos [... uma síntese] político-filosófica, do *sobrevivente* [...] Possuidores da *arte de resolver a vida*, da *arte de fazer*, como diria De Certeau (JACQUES, 2012:284).

À especificidade do corpo mulher, necessidades em primeiro momento simples, como ir ao banheiro e trocar de roupa, não pareciam ser tarefas espontâneas ou de rápidas resoluções quanto para os dançarinos. Seu posicionamento pouco ocupa o centro da roda. O reflexo do vidro, para além de refletir os movimentos a serem corrigidos exercem a vigilância ao padrão beleza sendo os penteados dos cabelos

10 Termo difundido nos anos 1960, performance dentre muitos estudos escolho o exemplo de estudos ligado à Flávio de Carvalho, citado por Paola Jacques, em correlação às errâncias apresentadas na introdução deste trabalho: "Alguns autores brasileiros ligados ao estudo da performance, como Zeca Ligiéro, dizem que Flávio de Carvalho foi 'precursor de um tipo de performance interdisciplinar que, incorporando conceitos de psicologia, antropologia, artes plásticas e teatro, seria conceituada e vivenciada por um grande contingente de artistas, a partir do final da década de 60' (Ligiéro, 1999). Assim como os dadaístas e surrealistas, Flávio de Carvalho não dizia que fazia performances [...], ele chamava suas deambulações de Experiências" (JACQUES, 2012:143-144).

constantemente verificados, bem como as roupas e possíveis marcas na pele. Certa inibição retarda o início do treino dos corpos femininos quando em comparações às execuções dos homens, sobretudo quando em posição de *a namorada*.

Dado o contexto desigual que acompanha a realidade das mulheres, diante da resistência histórica e cultural transversais ao estudo de gênero - políticas, econômicas, sociais e culturais -, quais as demandas que acarretam a *condição mulher*, para sua sobrevivência social e de gênero na/da/para com a cidade? Quais significados a condição mulher implica à cidade? Quais as manifestações transgressoras da ordem e do corpo (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999) mulheres cotidianamente executam ao ser e estar na cidade? Como as experiências podem ser descolonizadas (CUSICANQUI, 2010) - desconstruídas, reconstruídas ou ressignificadas?

### **Sobre corpos que dançam: Reggie, às vezes ser negro e despreocupado é um ato de revolução<sup>11</sup>**

O processo histórico brasileiro alcança, concomitantemente, um destrato social, econômico e etnicorracial com traços que se tornam marcas. A cor dos corpos dançantes acompanhados para o trabalho é semelhante à cor dos corpos dos grupos de pessoas em situação de moradia em rua; dos trabalhadores terceirizados, em função de segurança, fiscalização (maioria homem); em atividades de limpeza, cozinha, secretária - palavra nova para a antigüíssima função de babá e faxineira (maioria mulher); dos taxistas e vendedores ambulantes, todos os exemplos citados são de atores partícipes do campo de trabalho analisado.

Se o corpo negro em geral, ainda vive na atualidade o reflexo das consequências do período em que foram escravizados, em horripilantes situações e tratamentos por centenários de anos, a população negra continua sendo a mais afetada pela violência e desigualdade no Brasil de hoje, dificultadas suas progressões profissionais, alvos de assédios e de homicídios.

O grupo formado pelos interlocutores participam dos dados estatísticos como as principais vítimas de mortes violentas no País:

de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras [...] os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência<sup>12</sup>.

Se para a população negra, maioria da população brasileira segundo o IBGE (54% em 2017), situações desiguais e desfavoráveis insistem em permanecer numa balança desequilibrada, ao caso feminino o quadro é ainda mais acentuado (que será desenvolvido no tópico seguinte).

Os corpos autodeclarados negros, das dançarinas e dançarinos acompanhados no trabalho convivem, à linguagem corporal da dança, com movimentos e movimentações consideradas, pela técnica da dança, de nível médio e baixo. Na maioria das vezes

<sup>11</sup> Dear White People (EUA, 2014).

<sup>12</sup> A população negra corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios, de acordo com informações do Atlas da Violência 2017, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas/>>. Acesso dia 22 de mai. de 2018.

sem nenhum distanciamento do solo: sentados, deitados, agachados, em quatro apoios, e ao som de músicas funk, ao hit americano dos anos 80, ou ao ritmo do funk carioca.

As danças praticadas são variadas, variando-se também as composições dos grupos de acordo com cada *ponto de encontro* como os exemplos do Breaking, Passinho e K-Pop. Contudo, para a maioria dos casos, a diversidade das modalidades de danças praticadas na rua, em locais urbanos (abertos e públicos), normalmente eram aceitos e incorporados pelos próprios praticantes como uma única categoria, apresentadas como *Danças Urbanas*<sup>13</sup>.

### **Sobre corpos de mulheres negras que dançam na cidade: as interlocutoras**

Após breve exposição sobre mulher, cidade, corpo e dança, indo de fato de encontro ao texto de chamada para a presente revista *trabalhos que abordem temática mulheres e lugares urbanos*, o grupo de interlocutores envolvidos na pesquisa de mestrado era de um total de 29, destes, 8 mulheres, com alcance final da realização de todas as etapas metodológicas selecionadas o número de 6 participantes, sendo dos seis, 4 mulheres, todas negras. Será sobre os corpos de mulheres (autodeclaradas) negras que dançam em alguns dos pontos de encontro na cidade do Rio de Janeiro, as interlocutoras acompanhadas para o trabalho de mestrado, o desenvolvimento deste tópico.

Mulheres negras por longos anos foram forçadamente enquadradas em situações subalternas sendo ligada à sexualidade ou anuladas às serventias alheias. Em plena ditadura militar, no ano de 1966, a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) foi criada (atual CNTUR) para impulsionar o turismo no Brasil, principalmente o turismo estrangeiro, e, em meio a repressões e censuras durante o regime, a revista anunciava o Brasil como um país harmônico. Impunha uma identidade nacional mestiça, que ao entorno da sexualidade comparava a mulher (negra, em maioria dos casos) brasileira ao *paraíso*. A mulher brasileira era então um dos atrativos do país, em anúncios com

<sup>13</sup> Breve apresentação sobre as modalidades Breaking, Passinho e K-Pop: Breaking- Movimento iniciado durante a década de 1970, nas áreas centrais de comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas na cidade de Nova Iorque, tendo África Bambaataa como o criador do nome "Hip Hop". Tal nome representa a união de cinco elementos: 1) Breakdance com os B. Boys (Break Boys) e as B. Girls (Break Girls) aqueles e aquelas que dançam no break das músicas (à ocasião, a música era o Funk Music); 2) MC (Mestre de Cerimônia) que com o microfone em mãos era o condutor da comunicação palco x público, muitas vezes também produzia RAP (Rhyme And Poetry - Rima e Poesia); 3) DJ (Disc Jockey) geralmente junto ao MC para a produção do RAP, elaborava os sons com discos de vinil, sons também elaborados para os B. Boys e B. Girls dançar; 4) Graffiti manifestação artística em espaços públicos, ao seu início, elaboradas com latas de spray em estações, túneis e vagões de trens e metrô; 5) o Conhecimento, que era a consciência às suas ancestralidades Africana e Latina, ao enfrentamento à violência que os atingiam diante questões de racismo, xenofobia e imigração; Passinho- De origem incerta, o Passinho tem o vídeo "Passinho Foda", postado na plataforma de distribuição digital de vídeos Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=S-gjytnMvZ8>), no ano de 2008, como o marco, o feito de maior estímulo à sua eclosão. Existente nas comunidades do Rio de Janeiro anteriormente ao vídeo trata-se de uma dança vertical, com execuções de movimentos de pernas em sequências de rápidos movimentos com os pés, facilitados pelas movimentações também aceleradas realizadas com a cintura, com a região do quadril. Uma mistura de vários tipos de referências abrange passos, movimentações e técnicas do ballet clássico, stiletto, contorcionismo, mímica, capoeira, frevo, kuduro, performance teatral. Sem regras de certo e errado ou limitações a criatividade realizada em maior período de maneira improvisada, promove a reinvenção: da relação, do espaço e dos estilos de cada dançante, que então se tornam únicos, como a concretização de uma marca; K-Pop - Abreviação de Korean Pop é um gênero musical originado na Coreia do Sul caracterizado pela variedade de elementos audiovisuais e coreografias. Abrange estilos incorporados do ocidente como Pop, Rock, Jazz, Hip Hop, R&B, Reggae, Folk, Country.

imagens nos materiais da associação comercial e de marketing, com a divulgação de “mulheres seminuas associadas a paisagens naturais, notadamente as praias, ou a eventos culturais como o carnaval.” (GOMES; GASTAL, 2015, p. 212).

Na edição de 1973, a revista *Rio, Samba e Carnaval*, produzida pela Embratur e com distribuição à vários países, teve como o título de uma matéria: *Mulher, a maior atração*. Ainda após os anos 2000, a *Revista B de Brasil*, de Portugal, em 2001 remeteu ao período colonial associando a mulher à descoberta: *A maior oferta de destinos turísticos no Brasil... 500 anos depois*. *The Sunday Times Travel*, uma revista britânica, em 2013 teve a chamada de capa: *Brasil. Sexy, sofisticado e atual: 25 páginas de um guia total (tradução livre)*.

Mas foi ainda na década de noventa que a Rede Globo de Televisão, em razão às transmissões dos desfiles das escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro criou a *Globeleza*: do design Hans Donner, consiste numa passista de samba nua com o corpo parcialmente pintado com purpurina, ao som da música-tema da emissora, numa vinheta exibida ao longo da programação diária no período do carnaval<sup>14</sup>.

Exemplos de décadas recentes que acompanham o desenrolar histórico de um país que insiste em suprimir a dita minoria que, ao contrário é a maioria de sua população: no Brasil, para cada dez pessoas, três são mulheres negras. As mesmas mulheres que também são assassinadas por condição de gênero (femicídio: 54%); pela violência doméstica (58,68%); pela violência obstétrica (65,4%) e pela mortalidade materna (53,6%)<sup>15</sup>.

Das violências sobre as mulheres negras (23% da população brasileira), destas, 27% constituem a população rural, e 22% a população urbana. E mesmo tendo conquistado 7,33% de aumento aos índices de alfabetização e escolaridade, 23% são trabalhadoras domésticas.

Quando o salário familiar corresponde a um salário mínimo, 60% das famílias brasileiras possuem uma mulher negra como chefe de família. Aumentando para três ou mais o valor da renda salarial, o número é reduzido quase à metade: 29%. Em relação aos homens (pretos ou brancos), os valores do salário das mulheres negras é 45% menor<sup>16</sup>.

Dados estatísticos a evidenciar que as violências, reprovações ou importunidades não são casos isolados, aleatórios ou arbitrários. São resultantes e resultados (trans) formados ao longo do tempo. Direcionamentos de poderes frente aos suplícios ante manobras de castigos, punições, condutas disciplinares (FOUCAULT, 1987) que de instituições escolares aos cárceres, alcançam nos corpos negros a extensão das consequências. Músculos oriundos de um processo de servidão, moldados às penalidades e dores exclusivas ao corpo negro.

Toda explanação histórica e estatística tem relação ao trabalho apresentado pois, são números que per si não comportam a presença de mulheres na rua dançando. As mulheres negras com quem realizei maior envolvimento eram todas solteiras, sem

<sup>14</sup> “Com muito samba no pé, cor e tecnologia, a musa aparece com uma inovação a cada ano. Este ícone carnavalesco já foi interpretado por Valéria Valenssa, Giane Carvalho, Aline Prado e até mesmo por uma mulher virtual” (GOMES; GASTAL, 2015:215).

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil>>. Acesso dia 22 de mai. de 2018.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.institutobuzios.org.br/documentos/MULHER%20NEGRA%20DADOS%20ESTATISTICOS.pdf>>. Acesso dia 22 de mai. de 2018.

filhos e entre as idades de 22 a 26 anos que, pertencentes aos dados estatísticos, mas não incluídos neles são apontamentos à constituição de *micro prática e micro resistência* (JACQUES, 2008). Pois, a saber, não estão reservadas ao lar, empregadas a função de doméstica ou aos cuidados da prole. Estão, em horário comercial e em pontos culturais e centrais (MAM, Aterro, Cinelândia, Orla Conde, para citar alguns) pela cidade em desfrute de organização de seu horário, rotina, corpo e circulação pela cidade.

Outro diferencial das interlocutoras diz respeito a sua afirmação profissional com a dança e grau de escolaridade. A tabela a seguir é uma síntese, parte do material analisado pela pesquisa, constando apenas o momento da entrevista estruturada por roteiro, das interlocutoras em que foi possível a realização de toda a metodologia prevista:

NOME FICTÍCIO	Ane	Teles	Jona	Meri
TRAJETOS ITINERÁRIOS	26/04/2017	21/09/2017	05/10/2017	07/11/2017
SEXO	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
IDADE	26	23	22	24
ESTADO CIVIL	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
COR	Negra	Eu acredito que sou negra	Sou negra	Não soube responder
RELIGIÃO	Umbandista	Não tem religião	Não definida, mas faz estudo com Testemunha de Jeová	Kardecista
FILHOS	Não	Não	Não	Não
PROFISSÃO	Bailarina Profissional	Artista dançarina	Estudante	Dançarina
PERFIL SOCIO-ECONÔMICO	Classe Baixa	Não é de classe Média	Povão. Bem popular mesmo	Classe Média Baixa
GRAU DE ESCOLARIDADE	Ensino Médio Completo	Ensino Superior quase completo	Fazendo Ensino Superior	Ensino Superior
USO DO TEMPO COM DANÇA	Não soube responder	8h por dia 48h por semana	3, 4h por dia - 2,3 vezes por semana	Máximo 4h por semana
OUTRAS ATIVIDADES	Ficar com a família	Sair pra dançar	Balada-Dançar	Não soube responder

Tabela 1: Síntese das entrevistas. Fonte: da autora.

Com as dançarinas envolvidas nos grupos de dança, em que seus namorados também participavam dos grupos, eu não consegui realizar nenhum procedimento mais aprofundado. Diferentemente do aspecto demonstrado pelos homens, dos momentos de treinos nos pontos de encontro serem encontros descontraídos e em trocas com experimentos e demonstrações de movimentos realizados em roda, indo cada um por vez preencher o centro, ao caso das mulheres, sempre em menor número entre os participantes dos grupos, elas ficavam normalmente isoladas. Acabavam por escolher uma das extremidades, cantos ou recuos para treinar, com poucas entradas nas rodas, ainda que também fosse possível as trocas com os integrantes do grupo ao entorno do círculo (ou semicírculo). As movimentações também eram diferenciadas. Para a maioria das mulheres as movimentações de solo não eram tão buscadas (certamente também não disponibilizadas e não incentivadas).

As vestimentas separadas *para ensaio* não eram as mesma com que chegavam vestidas. Embora alguns homens também trocassem suas roupas, a troca, o tempo anterior ao treino reservado para a preparação da mulher até de fato iniciar a dançar, embora também já parte deste momento de ensaio, era grande parte reservado à

organização e montagem. Como trocar shorts ou saias por calças; camisas regatas ou baby-look por blusões de mangas - e para todas as peças substituídas, as cores tomavam uma paleta de cor mais neutra, escura e fechada -; sandálias ou chinelos por tênis; retirar bijuterias e amarrar o cabelo, eram todos processos e etapas importantes, e que ainda demandava atenção sobre quem possa estar olhando, como se esconder para trocar as roupas, já que em muitos pontos de encontros não há banheiro.

Ao final de tais realizações as mulheres pareciam infiltradas. Desde o cálculo de tempo reservado a dança até sua aparência que por fim se assemelhava muito aos homens. Ocorria uma homogeneização, uma imagem visual padrão: calças, blusas largas, boné e tênis que, de longe, aos olhos de quem passa, não seria possível a observação de pessoas de ambos os sexos.

Se para a questão do corpo negro feminino ao caso do universo do samba esteve imbricado à sua exposição sexualizada, a questão quanto ao gênero, ao caso do universo Hip Hop, das Danças Urbanas, ocorre pela diferença nas premiações. Normalmente as premiações às *B. Girls* são diminuídas ou inexistentes conforme o registro da fala de Mayara Colin, B. Girl paraense, dançarina há oito anos e integrante da *Crew Amazon*<sup>17</sup>: “Tem competição em que a premiação é de R\$ 500,00 [reais] para os B. Boys e para as B.Girls querem dar somente camisa e boné, sendo que gastamos com roupas, sapatos e passagens para treinar igual aos meninos”<sup>18</sup>.

Muitas vezes sem divisões nas modalidades, são poucos os eventos voltados exclusivamente para as mulheres ou com participações de *B. Girls* (competições que abram inscrições ao público feminino). O ano de 2018 foi a primeira vez em que o campeonato mundial *Red Bull BC One*<sup>19</sup>, que existe desde 2004, realizou competição entre *B. Girls*<sup>20</sup>.

Anteriormente à competição mundial da Red Bull, uma importante competição feminina era realizada no Distrito Federal, o *Batom Battle: Festival Nacional de Danças Urbanas*: - *A maior relevância deste evento é valorizar as mulheres nesta arte de predominância masculina. Queremos convidar cada vez mais competidoras nas próximas edições* - diz Fabiana Baldeira, do BSBGirls<sup>21</sup>, dançarina há 15 anos.

17 Grupo de Break Dance do Estado do Amapá, Brasil, criado por volta do ano de 2005. Apresentação disponível em: <<http://amazonbboycrew.blogspot.com/search/label/HISTORICO>>. Acesso dia 19 de novembro de 2019.

18 Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/entretenimento/cultura/noticia-518532-.html>>. Acesso dia 11 de dezembro de 2018

19 A apresentação oficial do site é em vídeo: <[https://bcone.redbull.com/es\\_INT/about](https://bcone.redbull.com/es_INT/about)>. Via Wikipédia, trata-se de uma competição internacional, com dezesseis participantes selecionados por cinco jurados, organizada pela empresa de bebidas energéticas Red Bull. Em 2004 foi a primeira edição na Suíça, em 2006 a edição foi em São Paulo, em 2010 Neguin foi o primeiro e até então único brasileiro a ganhar a competição, e também foi o ano de lançamento do filme *Turn it Loose*, dirigido por Alastair Siddon. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Red\\_Bull\\_BC\\_One](https://en.wikipedia.org/wiki/Red_Bull_BC_One)>. Acesso dia 11 de dezembro de 2018.

20 A B. Girl Mayara Colin, já citada, foi selecionada como a representante do Brasil, para a edição de 2018 realizada na Suíça, esteve dentre as 30 participantes inscritas (também já pré-selecionadas) de todo o país e comenta em matéria de jornal online, sobre a desigualdade de gênero que vivencia como uma B. Girl, praticante do Hip Hop: “Foi maravilhoso vencer porque tu vens de longe e sair daqui é muito complicado. No Pará só eu resisto, sou a única B. Girl paraense e o cenário é muito masculino. Chegar lá e ganhar é muito louco, não sei nem como te explicar a emoção que senti”. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/entretenimento/cultura/noticia-518532-.html>>. Acesso dia 11 de dezembro de 2018.

21 BSBGirls (Brasil Style B. Girls) se intitula ser o primeiro grupo de B. Girls de Brasília (desde 2007), conforme apresentação presente no blog. Disponível em: <http://bsbgirls.blogspot.com/>. Acesso dia 19 de novembro de 2019. Sobre a fala de Fabiana Baldeira conferir em: <<https://www.metropoles.com/entretenimento/de-graca/festival-batom-battle-revela-o-poder-feminino-e-um-exemplo-de-superacao>>.

Mais recentemente teve a primeira etapa do *Brasil Super Battle*, também no Distrito Federal, que faz parte do *Encontro Nacional de B. Boys e B. Girls*<sup>22</sup>. Quando as desigualdades e diferenciação quanto ao gênero, não estão expressas nas premiações (ao exemplo da primeira fala, da B. Girl Mayara Colin) ou no nome dado ao evento (ao exemplo do *Batom Battle*), está insinuada na divisão das modalidades, ao caso do *Brasil Super Battle*, que se divide em três categorias: Power Move, B. Girls e Crew.

De acordo com o site oficial do evento, são respectivamente modalidades reservadas: ao público masculino, ao público feminino e aos grupos que tenham a formação de cinco integrantes. Logo, mulheres não estariam inclusas aos *movimentos de força*, ligada à primeira classificação *Power Move*: uma modalidade que compreende passos, acrobacias, e movimentações explosivas, a exigir alto nível de condicionamento físico, que neste caso é enquadrada como uma categoria, e assim uma capacidade que é exclusiva aos homens, aos corpos masculinos.

Sobre esta imagem, a respeito do *Power Move* enquanto fisicamente não estimulado para a prática e treino ao corpo mulher, exponho (em provocação e para a discussão) a imagem de uma parturiente.

### Considerações finais

As principais reflexões do estudo realizado sobre os encontros de grupos de jovens, organizados em lugares específicos na cidade do Rio de Janeiro para dançar, são relacionados ao retrato sobre a diferenciação entre classes econômicas e de etnia diante modos de atuação e circulação pela cidade que delimitam, e assim definem acessos e envolvimento com o cotidiano urbano tais como demarcações geográficas e marcos econômicos que, conseqüentemente apontam quem pode e quem não pode estar ou não estar, fazer ou não fazer e em quais lugares e determinados modos de usos.

Neste, enquanto uma síntese do que foi meu trabalho de dissertação *É o encontro das pessoas que transforma: a cidade do Rio de Janeiro por jovens que dançam*, o desenvolvimento dividido entre as breves apresentações: sobre ser mulher; sobre cidade; sobre corpos que dançam e sobre corpos de mulheres negras que dançam na cidade, teve como objetivo uma sucinta exposição a compreender desde o processo histórico, cultural, político e econômico, que são questões percebidas e atravessadas sobre gênero.

Como para a compreensão do hoje se faz necessário o entendimento de tempos anteriores, a pesquisa desenvolvida sobre a relação corpo e cidade promoveu minha aproximação sobre minha condição mulher pesquisadora através da observação do corpo mulher na cidade em suas presenças e atuações nos *pontos de encontro*.

Sobre os encontros, à mulher, à especificidade de seu corpo a rotina dos treinos e ensaios poderiam ser menos flexíveis ou restritas diante necessidades como desde o uso de banheiro ou trocar de roupa. Situações que condiciona escolha de posicionamentos nos pontos de encontros ao redor, nos cantos, sem posição de destaque. Fato observado sobretudo diante as namoradas. Hierarquia que foi

Acesso dia 11 de dezembro de 2018.

22 Disponível em: <<https://www.destakjornal.com.br/agenda-d-a/brasil/detalhe/ceilandia-recebe-o-encontro-nacional-de-bboys-e-bgirls>>. Acesso dia 11 de dezembro de 2018.

meu despertar sobre “o meu lugar” enquanto uma pesquisadora mulher em trabalho de campo majoritariamente masculino: dos 29 interlocutores contatados, 21 eram homens, contudo das seis pessoas que realizaram toda a metodologia programada, quatro delas eram mulheres. E mulheres autodeclaradas negras que, diante todos os dados estatísticos apontados, não é pouca coisa estar em sentido contrário, contrariando todas as estatísticas.

Assim, o destaque não poderia deixar de ser para os corpos negros de mulheres, entendendo-os como um ato político, um *Corpo Político* em contra-uso (LEITE, 2002), em aceite ao convite do inesperável, do imprevisível e do oportuno a estabelecer uma forma de *micro prática e micro resistência* (JACQUES, 2008) que só a presença de seu corpo em local que não o deseja, em *horário comercial*, em escolha livre de música e produção gestual e de movimento de seu corpo... neste momento estamos falando de liberdade em pleno centro comercial da capital carioca que, ainda que sem uma organização prévia, sem a intenção da constituição, tal imagem descrita é em si, um ato político.

Um panorama de um modo vivente de coabitar, cujas demandas, ajustes e adequações às necessidades da coexistência – corpo x mulher x cidade - diante locomoções, usufruto, significados e ressignificações é estabelecida pela linguagem corporal através da dança, como um fator motivacional aos encontros. E estes, por sua vez sustenta o enfrentamento aos custos que o direito à cidade exige. Seja desde os valores das tarifas de transporte público, os acordos necessários aos locais de usos e contra-usos, o racismo que delimita os acessos, o machismo que demarca posições.

Ao contrário desta conclusão ser um fechamento tais considerações serão aprofundadas no trabalho de tese a promover reflexões sobre corpo mulher na cidade, a contribuir ao entendimento do contexto brasileiro de crescente registro de violência(s) contra a mulher.

O trabalho teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço toda atenção, troca e observação por parte dos pareceristas.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C.; SCALON, C. *Gênero e a distância entre a intenção e o gesto*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 21, n 62, p.p. 45-68. out. 2006.

CUNHA, Mirila. *É o encontro das pessoas que transforma: a cidade do Rio de Janeiro por jovens que dançam*. Dissertação defendida no programa de Pós Graduação Sociologia Política (PPGSP/UENF), Campos dos Goytacazes, 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa - Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Disponibilizado em versão digitalizada e online em: <<https://chixinakax.wordpress.com/2010/07/22/ch%e2%80%99ixinakax-utxiwa-una-reflexion-sobre-practicas-y-discursos-descolonizadores/>>. 2010.

*Dear White People*. Direção: Justin Simien, Produção: Angel Lopez, Justin Simien, Lena Waithe. EUA: Code Red, Duly Noted, Homegrown Pictures, 2014.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.  
FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1971.  
GOLDMAN, Emma. *A anarquia e a questão do sexo & outros escritos*. Recife: Difusão Libertária, 2014.

GOMES, Mariana Selister; GASTAL, Susana. *Evas e Marias no turismo do Brasil: o corpo como atrativo turístico e signo de hostilidade*. In: Denise Oliveira da Costa Siqueira (Org.). *A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

hooks, bell. *Luta de Classes Feministas*. 2013. Tradução livre disponível em: <<https://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2013/08/LutadeClassesFeminista.pdf>>. Acesso dia 15 de julho de 2019.

hooks, bell. *Políticas Feministas: de onde partimos*. 2016. Tradução livre disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/politicas-feministas-de-onde-partimos-e28093-bell-hooks.pdf>>. Acesso dia 15 de julho de 2019.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias Urbanas*. São Paulo: Arqtextos, 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>>.

LEÃO, Ryane. *Tudo Nela Brilha e Queima - Poemas de Luta e Amor*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*. RBCS, vol. 17, nº 49, 115-134, jun., 2002.

LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão*. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan. /jun. 2010.

MUXÍ, Zaida. *Mujeres, casas y ciudades: Más allá del umbral*, Espanha: DPR-BARCELONA 2018.

PETITEAU, Jean-Yves, PASQUIER, Élisabeth. *La méthode des itinéraires: récits et parcours*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Oriente negado: cultura, mercado e lugar*. Cadernos PPG-AU. ano 2, 97-107, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana*. Caderno CRH, vol. 18, nº 45, 411-422, set. /dez., 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da Ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. *Violência contra as mulheres: interfaces com a saúde*. Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, v. 3, n 5, p.p. 11-26. ago. 1999.

## CAMINHAR, ESCREVER E CARTOGRAFAR : pronunciando a cidade no feminino

*Celia Regina da Silva*<sup>1</sup>  
*Soraya Nór*<sup>2</sup>  
*Rodrigo Gonçalves Santos*<sup>3</sup>

### Resumo

Este trabalho se propõe a construir uma narrativa errante a partir de uma escrita feminina, tomada aqui como uma escrita feita a partir do corpo. Escrita labiríntica onde o percurso das palavras se encadeiam como as ruas de Lisboa e transborda na forma em que a cidade afeta o corpo. O caminhar se dá na direção de alinhar a necessidade da visibilidade e da experiência da vida cotidiana como forma de obter uma equidade de gêneros na cidade aos conceitos de corpografia urbana, de errância, de saber-do-corpo. Para isto, coloca o corpo como território onde atuam os afetos, capaz de fazer germinar novas possibilidades de vida. Neste contexto, escrever é uma forma de se inscrever no mundo e de perceber e fazer perceber como o mundo se inscreve no corpo.

Palavras-chave: escrita feminina, cidade, corpo.

## WALK, WRITE AND CARTOGRAPH: pronouncing tge city in feminine

### Abstract

This work intends to construct an errant narrative from a female writing, taken here as a writing made from the body. Labyrinthine writing where the course of words intertwines like the streets of Lisbon and overflows in the way the city affects the body. The walk is in the direction of aligning the need for visibility and the experience of everyday life as a way to obtain gender equity in the city to the concepts of urban corpography, wandering, knowing the body. For this, ti places the body as territory where affects acts, and therefore capable of germinating new possibilities of life. In this context, writing is a way to subscribe to the world and to perceive and make perceive how the world is inscribed in the body.

Keywords: female writing, city, body.

É imprescindível reconhecer que a maneira como se constroem cidades não é neutra. Para Muxi Martinez (et. all, 2011) a universalidade esconde o sujeito real de direito, que é quem conforma com suas necessidades a falsa neutralidade. O universalismo é uma forma de mascarar que o sujeito dos direitos de cidadania é masculino e portanto o direito à cidade e as prioridades na definição desta tem sido construído tomando como referência o mundo público, a participação no mercado e os espaços destinados aos homens. O espaço doméstico-feminino não está incluído na categoria de cidadania.

Muxi Martinez (et. all, 2011) afirmam que uma especificidade do uso da perspectiva de gênero está relacionada com a visibilização da vida cotidiana, independentemente da escala de aplicação do trabalho, independentemente de pertencerem à esfera pública e/ou privada. Por isto, para evidenciar a complexidade das práticas levadas a cabo na cotidianidade, é necessário utilizar uma metodologia que não invisibilise a realidade cotidiana de parte da população. A perspectiva de gênero aplicada ao urbanismo se estende à experiência e portanto, à escala próxima.

Deleuze e Guattari (1995), colocam que “escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, pelo menos possível, inclusive quando se falava sobre nômades. O que falta é uma Nomadologia, o contrário de uma história”. À luz de Virgínia Woolf (2014, original 1919), poderíamos parafrasear a expressão anterior da seguinte forma: Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos homens, inclusive quando se falava sobre mulheres. Se falta construir uma nomadologia para produzir um deslocamento no pensar, sentir e agir no mundo e a partir daí construir outras possibilidades de mundo, falta também construir narrativas a partir de outros pontos de vista além do masculino.

No sentido de contribuir para a construção de uma nomadologia, Paola Jaques em seu Elogio aos Errantes (2012, p. 33), compõe um pequeno histórico das narrativas errantes , em três momentos da história do urbanismo moderno: flanâncias, deambulações e derivas<sup>4</sup>. Fica evidente que esta nomadologia, incluindo também a de Careri (2013 e 2017) vem sendo construída a partir de narrativas masculinas.

Em contraponto Rebecca Solnit (2016), em sua História do Caminhar, escreve sobre suas próprias aventuras durante passeios noturnos em São Francisco:

Eu fui aconselhada a ficar em casa à noite, a usar roupas largas, a cobrir ou cortar meu cabelo, a tentar parecer um homem, a mudar-me para um lugar mais caro, a tomar táxis, a comprar um carro, a me deslocar em grupos, a arranjar um homem para me escoltar – todas as versões modernas das muralhas gregas e dos véus assírios (SOLNIT, 2016).

A autora então constata que “muitas mulheres foram socialmente educadas para

<sup>4</sup> “Que têm como objeto a própria experiência errática das cidades e pode ser dividido em três momentos, de forma quase simultânea a esses três momentos da história do urbanismo moderno. O primeiro momento, flanâncias, corresponde principalmente à recriação da figura do flâneur em Baudelaire, no Spleen de Paris ou no Les eurs du mal, tão bem analisada por Walter Benjamin nos anos 1930 (...). O segundo momento, deambulações, corresponde às ações dos dadaístas e surrealistas, às excursões urbanas por lugares banais, às deambulações aleatórias organizadas por Aragon, Breton, Picabia e Tzara, entre outros (...) Já o terceiro e último momento, derivas, corresponde ao pensamento urbano dos situacionistas, uma crítica radical ao urbanismo moderno, que também desenvolveu a noção de deriva urbana, de errância voluntária pelas ruas, principalmente nos textos e ações de Debord, Vaneigem, Jorn ou Constant” (JACQUES, 2007, p. 95).

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo PosArq, Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Grupo Quiasma, ARQ/UFSC.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

<sup>3</sup> Professor Doutor do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

saberem seus devidos lugares. [...] O desejo de caminhar sozinha foi aniquilado nessas mulheres” (SOLNIT, 2016). De forma que fica evidente que aqui também não há neutralidade, ou seja, caminhar no espaço público se apresenta como uma experiência diferente para homens e mulheres.

Segundo Paola Jacques (2007, p. 95), a cidade é lida pelo corpo e o corpo descreve o que podemos passar a chamar de corpografia urbana. A corpografia seria um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, no corpo de quem a experimenta. O corpo que experimenta efetivamente a cidade pode ser visto enquanto uma forma de resistência à espetacularização urbana, uma vez que as corpografias urbanas (ou seja, estas cartografias da vida urbana inscritas no corpo do habitante ou do errante) revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui. Ou seja, mostram tudo o que escapa ao projeto tradicional explicitando as micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas hegemônicas (preocupadas demais com projetos, projeções a priori, e pouco com os desvios a posteriori), mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar, fora do seu campo de ação.

Se Paola Jacques traz a noção do corpo inscrito na cidade e da cidade inscrita no corpo, Suely Rolnik (2018) fala de um *saber-do-corpo* que pode ser ativado se retormarmos uma outra esfera da experiência subjetiva, chamada experiência fora-do-sujeito. Para ela o problema do regime do inconsciente colonial-capitalístico é a redução da subjetividade à sua experiência como sujeito, o que exclui sua experiência imanente à nossa condição de viventes, o fora-do-sujeito. As consequências de tal redução são altamente nefastas para vida.

Mas em que consiste essa outra esfera da experiência subjetiva? Em nossa condição de viventes somos constituídos pelos efeitos das forças do fluxo vital e suas relações diversas imutáveis que agitam as formas de um mundo. Tais forças atingem singularmente todos os corpos que o compõem —humanos e não humanos—, fazendo deles um só corpo, em variação contínua, quer se tenha ou não consciência disto. Podemos designar esses efeitos por *afetos*. Trata-se de uma experiência extrapessoal (pois aqui não há contorno pessoal, já que somos os efeitos cambiantes das forças da biosfera—, os quais compõem e recompõem nossos corpos), extrassensorial (pois se dá via afeto, distinto da percepção, própria do sensível) e extrassentimental (pois se dá via *emoção-vital*, distinta da emoção psicológica que chamamos de *sentimentos*). O modo de decifração próprio do poder de avaliação dos afetos extracognitivo, o que costumamos chamar de *intuição*. No entanto, o uso dessa palavra se presta a mal entendidos por sua desqualificação em nossa cultura que, ao reduzir a subjetividade ao sujeito, despreza tudo aquilo que não é da ordem da cognição que lhe é própria e nos impõe a hegemonia de um logocentrismo. Por essa razão, proponho substituí-la por *saber-do-corpo* ou *saber-do-vivo*, um *saber eco-etológico* (ROLNIK, 2018, p.111).

Para Rolnik (2018) o corpo, enquanto corpo-vivo, que está conectado com este saber-do-corpo através da experiência subjetiva fora-do-sujeito, é o território onde os afetos atuam, fecundam e geram embriões de novos mundos (micropolítica) e não apenas a manutenção do status quo (macropolítica):

Diferentemente da comunicação, o meio de relação com o outro nessa esfera é a ressonância intensiva, na qual não há distinção entre sujeito cognoscente e objeto exterior, como é o caso na experiência do sujeito. Na experiência subjetiva fora-do-sujeito, o outro vive efetivamente em nosso corpo, por meio dos afetos: efeitos de sua presença em nós. Tais efeitos se dão no âmbito da condição de viventes que ambos compartilham, e que faz deles um só corpo. Ao se introduzirem em nosso corpo, as forças do mundo compõem-se com as forças que o animam e, neste encontro, o fecundam. Geram-se assim embriões de outros mundos em estado virtual, os quais nos produzem uma sensação de estranhamento. Esta é a esfera micro política da existência humana; habitá-la é essencial para nos situarmos em relação à vida e fazermos escolhas que a protejam e a potencializem. Estar à altura da vida depende de um processo de criação que tem sua temporalidade própria, distinta do tempo cronológico da esfera macropolítica em que o ritmo é previamente estabelecido. Desse processo resultam devires de si e do mundo, diferentemente da dinâmica própria à esfera macropolítica, na qual as formas vigentes se repetem por princípio (ROLNIK, 2018, p.112).

Rolnik (2018, p.135) diz que se na macropolítica é por negação, é por afirmação que se opera na insurgência micropolítica: trata-se de um *combate pela vida* em sua essência germinativa. Ela coloca que se ao insurgir contra as desigualdades de relações de gênero as mulheres não incorporarem a esfera micropolítica ao combate, este tende a ficar prisioneiro de uma lógica de oposição ao homem. A orientação é desertar do papel (de vítima ou algoz) para poder criar outra cena.

Assim, para criar uma nova possibilidade de mundo a partir de um saber-do-corpo, por afirmação, é preciso dar língua para este novo mundo, “buscar sustentar-se no fio tênue desse estado instável até que a imaginação criadora construa um lugar de corpo-e-fala [...] capaz de atualizar o mundo virtual que esta experiência anuncia” (ROLNICK, 2018, p.196).

Na direção Hélène Cixous traz reflexões sobre uma escrita feminina como possibilidade de atualização da inscrição da mulher no mundo, e do mundo na mulher, a partir da afirmação da diferença:

Se a mulher sempre funcionou *dentro* do discurso do homem, um significante que sempre se referiu ao significante oposto que aniquila sua energia específica e diminui ou sufoca seus sons muito diferentes, é tempo dela deslocar esse *interior* para explodi-lo, girá-lo e agarrá-lo; para fazê-lo dela, contê-lo, levando-o em sua própria boca, mordendo a língua com seus próprios dentes para inventar para si uma língua para entrar. [...] Para nós, a questão não é tomar posse para internalizar ou manipular, mas sim atravessar e *voar* (CIXOUS 1976, p.887, tradução nossa)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> If woman has always functioned *within* the discourse of man, a signifier that has always referred back to the opposite signifier which annihilates its specific energy and diminishes or stifles its very different sounds, it is time for her to dislocate this *within*, to explode it, turn it around, and seize it; to make it hers, containing it, taking it in her own mouth, biting that tongue with her very own teeth to invent for herself a language to get inside of. [...] For us the point is not to take possession in order to internalize or manipulate, but rather to dash through and to *fly* (CIXOUS, 1976, p.887).

Podemos alinhar necessidade da visibilidade e da experiência da vida cotidiana como forma de obter uma equidade de gêneros na cidade aos conceitos de corpografia urbana, de errância, de saber-do-corpo e colocar o corpo como território onde atuam os afetos, e portanto, capaz de fazer germinar novas possibilidades de vida. Neste contexto, escrever é uma forma de se inscrever no mundo e de perceber e fazer perceber como o mundo se inscreve em nós: “As mulheres devem escrever através de seus corpos, elas devem inventar a linguagem inexpugnável que destruirá partições, classes e retóricas, regulamentos e códigos, eles devem submergir, atravessar, ir além do último discurso de reserva” (CIXOUS, 1976, p.886, tradução nossa)<sup>6</sup>. É escrevendo, de e para as mulheres, e assumindo o desafio da fala que tem sido governada pelo falo, que as mulheres irão firmar as mulheres em um lugar diferente daquele que é reservado no e pelo simbólico, isto é, em um lugar diferente do silêncio” (CIXOUS, 1976, p.881, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Assim podemos pensar em construir narrativas dos lugares urbanos vividos pelas mulheres:

Ela deve escrever-se, porque é a invenção de uma nova escrita insurgente que permitirá que ela realize as indispensáveis rupturas e transformações de sua história . [...] Ao escrever-se, a mulher retornará ao corpo que foi mais do que confiscado dela, [...] Censure o corpo e você censura a respiração e a fala ao mesmo tempo. Escreva seu auto. Seu corpo deve ser ouvido. Só então os recursos imensos do inconsciente surgirão. [...] Escrever. Um ato que não apenas “realiza” a relação descensurada da mulher com sua sexualidade, com seu ser feminino, dando-lhe acesso à sua força nativa; ela lhe devolve seus bens, seus prazeres, seus órgãos, seus imensos territórios corporais que foram mantidos sob selo (CIXOUS, 1976, p.880, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Caminhar pelas ruas estreitas e inclinadas que formam o labirinto entre os muitos miradouros de Lisboa evoca em meu corpo a música de Maria Bethânia, que fala da Madragoa, do Bairro Alto e de Alfama<sup>9</sup>. Mais que nomear os lugares que percorro, a canção traduz o movimento que a cidade provoca no meu corpo, como um requebro, no meio de uma certa desorientação dada pelos percursos intrincados: “e quando ginga, põe tal jeito, faz tal proa, para que não se distinga, se é corpo humano ou canoa”<sup>10</sup>. Descubro que este *Fado Marujo*<sup>11</sup> trazido a mim por Maria Bethânia é da cantora portuguesa Amália Rodrigues: cruzei com um mosaico de seu rosto feito

6 Women must write through their bodies, they must invent the impregnable language that will wreck partitions, classes, and rhetorics, regulations and codes, they must submerge, cut through, get beyond the ultimate reserve-discourse (CIXOUS, 1976, p.886).

7 It is by writing, from and toward women, and by taking up the challenge of speech which has been governed by the phallus, that women will confirm women in a place other than that which is reserved in and by the symbolic, that is, in a place other than silence (CIXOUS, 1976, p.881).

8 She must write her self, because this is the invention of a new insurgent writing which, ... will allow her to carry out the indispensable ruptures and transformations in her history (...) By writing her self, woman will return to the body which has been more than confiscated from her, (...) Censor the body and you censor breath and speech at the same time. Write your self. Your body must be heard. Only then will the immense resources of the unconscious spring forth. (...) To write. An act which will not only “realize” the decensored relation of woman to her sexuality, to her womanly being, giving her access to her native strength; it will give her back her goods, her pleasures, her organs, her immense bodily territories which have been kept under seal (CIXOUS, 1976, p.880).

9 Maria Bethânia. Marujo Português. Dentro do Mar Tem Rio. Faixa 20, '29". Biscoito Fino, 2007.

10 Maria Bethânia. Marujo Português. Dentro do Mar Tem Rio. Faixa 20, '29". Biscoito Fino, 2007.

11 Amália Rodrigues. Fado Marujo. The Soul of Fado. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=hfNhB9Fc9Zc> Acesso em 6/8/19.

numa calçada de pedras portuguesas em Alfama. Muxi Martinez (et. all, 2011) aponta que o reconhecimento da importante tarefa das mulheres na sociedade tem que se fazer visível no espaço público e um dos principais mecanismos para isto é nomeá-los no feminino, ou seja, dar aos parques, praças e ruas nomes de mulheres e explicar qual foi sua contribuição para a sociedade. É preciso fazer visível a igualdade de homens e mulheres no direito à cidade e a seus espaços públicos. A carência de figuras femininas nos nomes é uma dimensão que nos revela que atrás da aparência de universalidade na concepção da cidade, há uma ordem androcêntrica que se reproduz com a falsa neutralidade.

O fado segue habitando meu caminhar: não anda, passa a bailar, como ao sabor das marés” e percebo a dança dos varais. Roupas estendidas nas fachadas das casas, desde o térreo (ou ao rés-do-chão como lá dizem) até o quarto ou quinto pavimento. Varais nas calçadas, ao lado de cafés. Estranho, e o estranhamento me faz prestar atenção no que é muito cotidiano.

Casas geminadas, fachada estreita, sem lados ou fundos. Para onde iria a roupa, se não na fachada? Logo abaixo do peitoril das janelas um suporte para fios e roldanas fazem varais engenhosos que são utilizados desde dentro de casa. E ali estão expostos todos os tipos de roupas. Os lençóis são os mais poéticos. As roupas íntimas as mais inquietantes. Lembro da poética das 5 peles de Hundertwasser (RESTANY, 2003), que diz que nossas peles estão na ordem, de dentro para fora: 1-pele do corpo; 2-roupa; 3-casa; 4-meio social (cidade); 5-meio global. Essa segunda pele assim exposta me inquieta e faz perceber o pudor e menosprezo com que a tratamos. Pergunto o que (e porque) escondemos? Escondemos as roupas usadas? Escondemos a roupa fora do corpo? Ou as roupas lavadas, secando. Ou tudo isto junto? Velamos o que?

Os varais de Lisboa revelam (ou deixam vaziar como água) para o espaço da rua o que normalmente fica encerrado na casa. O cuidado, o trabalho feito em casa para dar condição da vida acontecer aparece. Sai do âmbito doméstico e vai para a rua. O privado se dá a conhecer e passa a existir e assim, tem a possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida, conforme Hanna Arendt (2008):

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituída de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privada da realidade que advém do fato de ser vista e ouvida por outros, privada de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privada da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatidade reside na ausência de outros; para estes a mulher privada não se dá a conhecer, e portanto, é como se não existisse. O que quer que ela faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ela é desprovido de interesse para os outros (Hannah Arendt, 2008, p.68)<sup>12</sup>.

Os varais sobre as ruas de Lisboa revelam também o que Federici (2019) chama de trabalho oculto:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir

12 Grifo nosso: a modificação para o gênero feminino foi feita pela autora, a fim de proporcionar um exercício de pensamento. No original está no masculino e se refere a escravos.

aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças - os trabalhadores do futuro -, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isto significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p.68)

Pergunto-me porque é tão mais fácil colocar valor no que está público do que no está privado, sendo que é no dentro que se sustenta a vida.

A relação com secar roupas é completamente diferente da que estou habituada: as roupas permanecem estendidas nos varais, muitas vezes à noite, na chuva, não parece ter relação direta com o sol. Os varais compõem as perspectivas e a visão da água do rio Tejo no fim de algumas ruas alivia o desnoriteio. Desnoriteio este agravado porque naquele lugar o oceano fica no oeste: ali o sol não nasce, mas se põe no oceano.

Se as roupas dançam nos varais, onde está a música? O vento as faz dançar, mas os sons nos quais se embalam são os mais variados. As vozes nos mais diversos idiomas, a música dos artistas nas ruas, os ruídos de carros e bondes, os sinos das igrejas, os pássaros compoem uma polifonia urbana. E os varais dançam a música da cidade.

Num jantar no bairro da Mouraria, com pataniscas de bacalhau e vinho tinto, a artista plástica Élida Tessler<sup>13</sup> se apresenta dizendo que sempre traz prendedores de roupas na bolsa, me entrega um prendedor e pergunta: *Você me dá a sua palavra? Qual a sua palavra?*

Dei a ela minha palavra escrevendo no prendedor em minha língua materna: coragem. Não sem antes observar que ela parecia uma cangaceira com todos aqueles prendedores presos ao cinto. Fez-me lembrar Guimarães Rosa: "o que ela [a vida] quer da gente é coragem"<sup>14</sup>. A artista contou-me que muito antes de começar este trabalho de arte relacional em 1994 estava atenta ao objeto e à palavra prendedor. É preciso soltar. Deixar ir. Fluir.

Penso em outra passagem de Grande Sertão Veredas, musicada por Maria Bethânia: *perto de muita água tudo é feliz*<sup>15</sup>. E penso nas qualidades da água, porque os varais me falam da água. Tanto da que precisa evaporar para a roupa secar, quanto da que foi usada para lavar a roupa. Falam-me de quem lavou a roupa. De quem está cuidando. E começo a olhar para a água onde passo enquanto caminho. Fontes nas praças. Bebedouros públicos. Espelhos d'água. O Tejo no ponto de fuga das perspectivas das ruas e no horizonte dos miradouros. E a lua crescente no céu até

<sup>13</sup> <http://www.elidatessler.com>

<sup>14</sup> O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia (ROSA, 1994, p.448).

<sup>15</sup> Maria Bethânia. Perto de Muita Água, Tudo é Feliz - Santo Amaro. Pirata. Faixa 4, 2'53".Biscoito Fino. 2007.

durante o dia, regendo toda esta água: "água de beber, água de molhar, água de benzer, água de rezar"<sup>16</sup>, água de lavar, água de banhar.

Ir a um país estrangeiro que fala a mesma língua dá a noção que a própria língua é uma casa, na medida em que abriga e acolhe, e corporifica o dizer de Caetano Veloso, "minha pátria é minha língua"<sup>17</sup>, ou como diz o poeta: Gosto de dizer. Direi melhor: "Gosto de palavar. As palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas. [...] Minha pátria é a língua portuguesa. [...] A palavra é completa vista e ouvida (Pessoa, 2011).

No subir e descer ladeiras dou-me conta que estou bastante habituada à "Observação de tudo o que está embaixo: as primeiras coisas a serem vistas, as coisas que temos *diante do nariz*, as coisas chãs. Como se me curvar para ver me ajudasse a pensar melhor no que vejo" (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.28).

O chão me importa por causa das crianças. No início, para que ficassem em pé, pois é preciso vencer a gravidade e geralmente levamos nossa primeira volta em torno do sol para isto: ficamos em pé e caminhamos com mais ou menos um ano de idade. É preciso o contato com o que é firme, sentir o mundo com os pés.

Sigo crianças com frequência. Prefiro que andem à minha frente, mais próximas aos muros que ao meio fio. Amo calçadas, de preferência as largas, porque assim não preciso segurar-lhes as mãos. Gosto de segurar as mãos, mas gosto muito mais de ver suas brincâncias. E ao olhar para as crianças, é preciso olhar por onde elas vão passar. Tem algum buraco, algum desnível, tem cachorro no portão? É um constante orientar(-se), prever ações, reações e movimentos.

Mas as crianças não estavam ali nas ruas de Lisboa, embora estivessem presentes em meu corpo, e pude ver em muitos lugares uma planta que fez parte de minha brincadeira preferida quando criança. As serralhas ou dentes de leão nascendo no asfalto ou entre pedras portuguesas fazem-me retornar à história de muita dureza onde nasce (e vive) uma história de amor: "Eu versava aquilo em redondos e quadrados. Só que coração meu podia mais. O corpo não traslada, mas muito sabe, adivinha se não entende. Perto de muita água, tudo é feliz" (ROSA, 1994, p.34). Em minha brincadeira preferida eu coletava barros coloridos, potes de formas variadas e plantas na vizinhança e passava horas na frente de casa, modelando-os sobre o abrigo do *relógio da água*, que me servia de mesa. Umidecia o barro e fazia bolos que enfeitava com flores, folhas e sementes. Ainda posso sentir nas mãos o debulhar as sementes dos pendões do que hoje sei se chamar tansagem. E das flores minúsculas e coloridas, múltiplas pétalas que eu desprendia do miolo da flor. Permanecem em mim as texturas, os cheiros, as cores, as formas. Reconheço essa criança que:

A mim ensinou-me tudo.  
Ensinou-me a olhar para as coisas.  
Aponta-me todas as coisas que há nas flores.  
Mostra-me como as pedras são engraçadas  
Quando a gente as tem na mão  
E olha devagar para elas (PESSOA, p.185).

E se na maior parte das vezes essa água toda fala da sustentação da vida, "Fazia

<sup>16</sup> Maria Bethânia. Água de Cachoeira. Pirata. Faixa 11, 3'13".Biscoito Fino. 2007.

<sup>17</sup> Caetano Veloso. Língua. Velo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fsqoCBfucYo>  
Acesso em:6/8/19.

calor, toda natureza em flor: inocente, prolífica, obstinada em seu trabalho de vida (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.12). Na Calçada do Poço dos Mouros e na Rua do Poço dos Negros a água fala de morte: “gostaríamos de acreditar naquilo que vemos em primeiro lugar, ou seja, que a morte foi embora, que os mortos não estão mais aqui. [...] A própria terra regurgita constantemente vestígios da chacina (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 62).

No caminhar, as portas me atraem e conforme lhes dou atenção, percebo que as maçanetas convidam a brincar. Convidam ao toque das mãos, mas também a bater na porta. Não sei se uma criança resistiria a não tocar. Eu não resisti, mas cuidei para não bater na porta forte o suficiente para chamar a atenção dos moradores da casa. As maçanetas tinham formas inusitadas: mãos, dragões, pessoas, cavaleiros...

Imaginei meus filhos ali, eu teria que ensinar-lhes como tocar sem fazer barulho. E a se desculparem se porventura incomodassem alguém. Era irresistível. Não vi outras crianças por ali. Pallasmaa (2017) fala sobre portas:

Uma porta é, simultaneamente, um sinal para parar e um convite. A porta da frente resiste ao corpo pelo próprio peso, ritualiza a entrada e produz uma antecipação dos espaços além dela. Abrir uma porta é um encontro íntimo com a casa, e a maçaneta, polida e lustrosa pelo uso, oferece um aperto de mãos como boas vindas (PALLASMAA, 2017, p.103).

As águas, as plantas, as crianças, as portas e o caminhar por aquelas ladeiras trouxeram a memória de *um ritual muito limpo e todo materno*<sup>18</sup>, um ritual de água, de espera e entrega. Desde que soube que minha filha não nasceria na banheira de casa como seu irmão porque a placenta havia se implantado na saída do útero e por ali ela não poderia passar, estabeleci que teríamos uma história muito linda naquela banheira, sem depender de onde e como ela fosse nascer. Para isto, criei um ritual de água: todas as quintas feiras, quando estávamos só nós duas em casa. Junto ao barulho da banheira enchendo e a água sendo aquecida ouvíamos o som de um mantra de 21 minutos que evocava as mães divinas. O banheiro se transformou num altar. A água quentinha. Aquilo que se repete em ciclos semanais. Músicas. Velas e a mudança da luz do dia. Os cheiros dos óleos. Imagem do Da Vinci, *A Virgem e o Menino com Santa Ana* e de uma flor de lótus flutuando sobre a água. Placenta, útero. Água.

Depois de conceber, gestar, parir, amamentar e cuidar de uma (duas) crianças, nunca mais pude olhar para os lugares de água na casa como algo de menor valor. Banheiros e áreas de serviços, que agora prefiro chamar de lavanderias (porque remetem mais diretamente a lavar e a lavanda):

Lavanda ofereço orixá  
Umbanda, caranguejo, salta a dor  
Que idade banha ele  
Banho de mar  
Que idade banha ele  
Iemanjá<sup>19</sup>

18 PESSOA, Fernando. O Guardador de Rebanhos. in: O Eu Profundo e Outros Eus. Musicado por Maria Bethânia. Poema do Menino Jesus. Maricotinha ao Vivo. Faixa 24. Biscoito Fino. 2004

19 OTTO. Lavanda. Sem Gravidade. Faixa 1, 4'52". Rio de Janeiro: Trama, 2003.

20 Maria Bethânia. O Mar de Sophia. Biscoito Fino. 2006.

Mudaram de valor e de sentido, revelando-se lugares de cuidado e purificação. Lugares onde a vida se faz e se refaz. Ou nas palavras de Sophia de Mello Breyner Andersen, que dá nome ao Miradouro da Graça:

Onde o que está lavado se relava  
Para o rito do espanto e do começo  
Onde sou a mim mesma devolvida  
Em sal espuma e concha regressada  
À praia inicial da minha vida (ANDRESEN, 2014).

A esta poetisa portuguesa se refere O Mar de Sophia<sup>20</sup>. Tem um busto de Sophia em frente à Igreja da Graça, uma marca do feminino no corpo da cidade. Atravessei o oceano até Lisboa para falar da casa como lugar de poder<sup>21</sup>, e a imagem que me norteou foi o bordado de uma sereia boiando no mar. Quem me ensinou a boiar, mergulhar e nadar foi minha prima Graça.

Na busca de descobrir “como escreveria uma mulher se ela escrevesse como uma mulher” (Woolf, 2014, original 1919, p.131), paro para observar que essa “escrita só pode continuar, sem nunca inscrever ou discernir contornos, atrevido-se a fazer essas travessias vertiginosas [...], ela vai e passa ao infinito”<sup>22</sup> (CIXOUS, 1976, p.889, tradução nossa). Parada, identifico no percurso uma escrita caranguejo, ou melhor, uma escrita siri, que sabe nadar; que trans-borda, vaza, ocupa terra e água refazendo limites continuamente. Reconheço uma escrita errante, que flui, que entrelaça, uma escrita labiríntica nascida do meu corpo de mulher em contato com o mundo, com o urbano, o doméstico, dentro e fora. Uma escrita que gera uma infinidade de possibilidades, pois se “...somos nós mesmas mar, areia, coral, alga marinha, praias, marés, nadadoras, crianças, ondas... Mar mais ou menos ondulante, terra, céu - que matéria nos rejeitaria? Nós sabemos como falar todas elas”<sup>23</sup> (CIXOUS, 1976, p.889, tradução nossa).

## Referências bibliográficas

ANDERSEN, Sophia de Mello Breyner. Dual. Lisboa: Assirio&Alvin, 2014. Original 1972.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: GG Brasil, 2013.

CARERI, Francesco. *Caminhar e Parar*. São Paulo: GG Brasil, 2017.

CIXOUS, Hélène. *The Laugh of the Medusa*. Signs, Vol. 1, No. 4 (Summer, 1976), pp.875-893. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173239> Acesso em: 9/8/19.

20 Maria Bethânia. O Mar de Sophia. Biscoito Fino. 2006.

21 SILVA, Celia Regina da. A Casa como Lugar de Poder: de Avalon a Florianópolis. apresentação oral Conferência internacional Counter-Image. Lisboa, maio 2019.

22 Writing can only keep going, without ever inscribing or discerning contours, daring to make these vertiginous crossings (...), she goes and passes into infinity (CIXOUS, 1976, p.889).

23 And we are ourselves sea, sand, coral, sea-weed, beaches, tides, swimmers, children, waves .... More or less wavyly sea, earth, sky-what matter would rebuff us? We know how to speak them all (CIXOUS, 1976, p.889).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias Urbanas: o corpo enquanto resistência*. p.93-103. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - Ano 5, número especial, (2007) - Ana Clara Torres Ribeiro (Org.). - Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2007. JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

MUXI MARTINEZ, Zaida; CASANOVAS, Roser; CIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta; VALDÍVIA, Blana. *¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?* In: FEMINISMO/S Revista del Centro de Estudios sobre la Mujer de la Universidad de Alicante Número 17, junio de 2011. La arquitectura y el urbanismo con perspectiva de género María Elia Gutiérrez Mozo (Coord.)

PESSOA, Fernando. *O Eu Profundo e os Outros Eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PESSOA, Fernando. *O Livro do Desassossego: composto por Bernardo Soares ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. Disponível em: <https://ultimaflordolacio.files.wordpress.com/2017/11/livro-do-desassossego.pdf>. Acesso em: 6/8/19.

RESTANY, Pierre. *O Poder da Arte Hundertwasser: o pintor-rei das cinco peles*. Lisboa: Taschen, 2003.

ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1, 2018.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão - Veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-de-literatura/grande-sertao-veredas-joao-guimaraes-rosa/view>. Acesso em: 6/8/19.

SOLNIT, Rebecca. *A História do Caminhar*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014

## PELO DIREITO DE ESCOLHER: design pela legalização do aborto no Brasil

*Ana Pereira Gonzalez<sup>1</sup>  
Paula Garcia Lima<sup>2</sup>  
Adrise Ferreira De Souza<sup>3</sup>*

### Resumo

Este artigo é um recorte do Projeto de graduação da autora no curso de Design Gráfico da UFPel, que objetivou trazer a discussão sobre a legalização do aborto para dentro da Universidade Pública e enfatizar a responsabilidade social do Design e da Arte em auxiliar no debate, convidando a comunidade à reflexão. O aborto no Brasil é considerado uma prática ilegal sujeita à pena, exceto nos casos de estupro ou em que a continuação da gestação representa risco de morte para a mãe. Entretanto, quando uma mulher decide abortar, sejam quais forem seus motivos, ela leva adiante sua decisão, muitas vezes submetendo-se a procedimentos inseguros para tal. Tendo isso em vista, foram criados lambe-lambes para tratar da importância da legalização do aborto para a saúde e autonomia das mulheres e reivindicar as ruas como espaço de expressão artística e política.

Palavras-chave: aborto, feminismo, arte urbana.

## FOR THE RIGHT TO CHOOSE: design for legalizing abortion in Brazil

### Abstract

This article is a small part of the author's graduation project in the course of Graphic Design at UFPel, which aimed to bring the discussion about the legalization of abortion into the Public University and to emphasize the social responsibility of Design and Art to assist in the debate, inviting the community to reflect. Abortion in Brazil is considered an illegal practice subject to sentence, except in cases of rape or in which the continuation of gestation represents risk of death for the mother. However, when a woman decides to abort, for whatever reason, she makes her decision, often undergoing unsafe procedures. With this in mind, street posters were created to address the importance of legalizing abortion for the health and autonomy of women and to reclaim the streets as a space for artistic and political expression.

Keywords: Abortion, feminism, urban art.

<sup>1</sup> Bacharela em Design Gráfico pela Universidade Federal de Pelotas. Foi bolsista do CNPq em Graduação Sanduíche pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, em 2014-2015 na Middlesex University, em Londres, Inglaterra. Aluna Especial no Programa de Pós Graduação em Educação da UFPel. Desenvolve trabalhos fotográficos autorais e atua como fotógrafa freelancer.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Possui doutorado (2015) e mestrado (2010) em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. Especialista em Mídias na Educação pelo IF Sul-Rio-Grandense (2010). Possui graduação em Artes Visuais - Habilitação em Design Gráfico pela UFPel (2004) e Graduação em Licenciatura Plena em Design (2009) pelo IF Sul-Rio-Grandense.

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Linha de pesquisa Arte Linguagem Currículo sob a orientação da Dr<sup>a</sup>. Analice Dutra Pillar. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Arte (GEARTE/UFRGS/CNPq); Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (2016) e Graduada em Artes Visuais Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2014).

O presente artigo é um recorte do Projeto de Graduação da autora no curso de Design Gráfico pela Universidade Federal de Pelotas, apresentado em 2018/2 que propôs discutir o design como potencial de comunicação na luta das mulheres pela legalização do aborto em âmbito nacional, acompanhando também a movimentação sobre o tema em países vizinhos como o Uruguai, em que já é legalizado, e na Argentina, que passava por uma votação histórica naquele ano.

Esse trabalho surgiu para pensar de que formas o design pode contribuir para a discussão sobre o aborto no Brasil e, para tanto, se propôs a elaborar lambe-lambes como um caminho possível de contribuição ao debate. Assim, compreende também a experiência da autora no circuito da arte de rua demarcando sua posição pessoal na militância feminista favorável à legalização do aborto para a saúde e autonomia das mulheres. A motivação para abordar o tema veio a partir de experiências da autora em encontros de mulheres no qual participou, seja em âmbito acadêmico ou ativista, onde observou que a questão do aborto é de extrema importância dentro dos movimentos feministas.

O recorte de pesquisa aqui proposto parte da percepção de motivações pessoais que aproximam a autora do debate sobre aborto, registrando o acompanhamento de eventos que permitiram acumular referencial imagético de redes sociais, a partir do qual se compôs os lambes para falar sobre o tema. Será exposto brevemente um panorama sobre o tema do aborto, em torno do qual o trabalho prático de design foi elaborado, utilizando dados estatísticos sobre o tema e conceitos da literatura feminista atual, articulando conceito de gênero, desigualdade, interseccionalidade, para compreender a criminalização do aborto como uma retirada de autonomia das mulheres enquanto sujeitos políticos. Também busca observar como as pautas feministas se inter-relacionam às de outras minorias no combate ao esquema estruturante das relações sociais que identifica patriarcado e capitalismo. Após, será apresentado brevemente o processo de confecção de lambe-lambes que abordaram a questão do aborto e levaram a discussão para as ruas da cidade de Pelotas em 2018, abrangendo estratégias sobre locais de colagem, registro dessa intervenção, monitoramento de interferências alheias no material, sua durabilidade e divulgação online através da mídia social. Pontua-se assim, a partir da participação da autora na produção gráfica voltada para o espaço urbano, como o design e a arte de rua participam do debate público.

A escrita monográfica abordou diferentes temas como história do design, a fim de contextualizar o surgimento dos cartazes e o desenvolvimento destes ao longo do tempo, bem como identificar o período histórico em que o design social começa a ser discutido, visto que estes momentos contribuíram para o entendimento de cartazes de rua e design ativista. Além disso, buscou abordar, ainda que brevemente, como surgiu o movimento feminista, com o intuito de mostrar sua transformação rumo à pluralidade que se tem hoje de feminismos, pensando a condição da mulher em diferentes contextos e situando a questão do aborto como uma pauta que sempre esteve viva nos movimentos de mulheres. Buscou-se relacionar estes temas através de exemplos de cartazes produzidos por coletivos feministas em diferentes épocas e lugares, com destaque para aqueles em que a questão do aborto é abordada. Outra questão levantada ao longo do trabalho refere-se à relação do design com a arte, mais especificamente Arte Urbana, visto que ao final do Projeto de Graduação foram criados lambe-lambes<sup>4</sup>, objetos de design (originados a partir do cartaz) que também

<sup>4</sup> Segundo Doble (apud WESTPHAL, 2015, p. 44), o lambe é qualquer tipo de cartaz colado nas ruas, seja ele impresso, pintado à mão, serigrafado, feito com stencil, entre outros. É considerado uma técnica do pós-graffiti e é colado nas ruas com o uso de uma cola especial para conservá-lo, feita de polvilho doce fervido com água.

são considerados arte urbana, pois encontram nas ruas o seu lugar de expressão, alterando a paisagem e despertando reflexões em quem transita na cidade. Ou como sintetiza Campbell:

Ao transporem a exclusividade dos espaços institucionais da arte, como galerias e museus, e sua neutralidade na exibição das obras, revelam outros lugares para a criação e veiculação dos projetos artísticos. As obras de arte realizadas no espaço público dão ênfase ao lugar, incorporando-o em todas as suas dimensões – físicas, sociais, culturais, ambientais. Além disso, elas se fundam numa experiência que busca incorporar também o tempo, ou seja, o momento em que a obra acontece. Assim, os processos de trabalho são visivelmente contaminados pelas dinâmicas dos espaços, que passam a completar o sentido das obras (CAMPBELL, 2015).

Com base no exposto, peço licença para falar em primeira pessoa, para contar um pouco da minha trajetória e, portanto, o que me motivou a realizar este trabalho. Em 2013 participei da Marcha das Vadias na cidade de Pelotas<sup>5</sup> e fui atravessada pela complexidade do momento: a força de ver mulheres reivindicando seus próprios corpos e a resposta hostil que recebiam nas ruas. Desde então, comecei a me interessar cada vez mais pelo feminismo e as diferentes visões dentro do movimento, por entender que mulheres enfrentam, para além das opressões de gênero, discriminação étnico-raciais, de classe, sexualidade, etc., e que portanto compreender a interseccionalidade entre opressões sofridas por minorias permite que também as militantes feministas promovam um olhar mais atento e acolhedor para todas as mulheres. Conforme aponta Djamilia Ribeiro em seu livro Lugar de fala:

Audre Lorde nos instiga a pensar na necessidade de reconhecermos nossas diferenças e não mais vê-las como algo negativo. O problema seria quando as diferenças significam desigualdades. O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo (RIBEIRO, 2019, p. 50).

No ano de 2017, participei de dois eventos organizados por e para mulheres, onde me deparei com a diversidade de corpos, de contextos, experiências de vida, lutas e formas de se manifestar de mulheres plurais. O primeiro deles foi o 13º Congresso Mundo de Mulheres (MM) & Fazendo Gênero 11 - Transformações, conexões, deslocamentos - um encontro internacional e interdisciplinar de e sobre mulheres que nesta edição ocorreu em Florianópolis, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O evento reuniu pesquisadoras de vários lugares do Brasil e do mundo juntamente com ativistas sociais. Foi uma semana de trocas intensas em que pude observar os diversos feminismos atuando simultaneamente. Mulheres indígenas, negras, brancas, queers, lésbicas, trans, travestis, debatendo e aprendendo umas com as outras. Mais de oito mil mulheres compartilhando conhecimentos e depois caminhando juntas na marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos<sup>6</sup>.

O segundo evento que participei neste mesmo ano foi o Encuentro de Mujeres del

<sup>5</sup> Cidade situada ao sul do Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>6</sup> Mais informações sobre a marcha: <http://catarinas.info/pluralidade-na-linha-de-frente-da-marcha-internacional-mundos-de-mulheres-por-direitos/>  
<http://catarinas.info/videos/marcha-mundos-de-mulheres-por-direitos/>

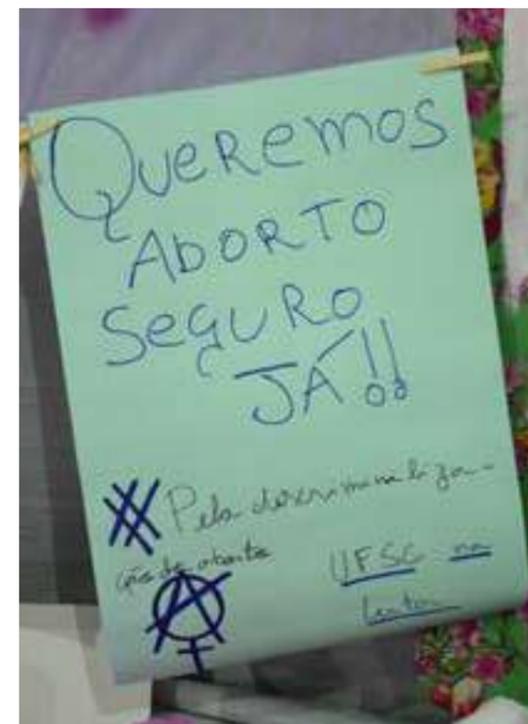


Figura 1: Cartaz confeccionado para a Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos, durante o 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11, em Florianópolis/SC, em 2017. Fonte: acervo da autora, 2017.

Uruguay, evento autogestionado por mulheres e para mulheres do Uruguai e países vizinhos trocaram experiências e conversaram sobre feminismo. O encontro reuniu mais de mil mulheres na capital do país e proporcionou rodas de conversa mediadas por representantes do evento, com espaço para todas falarem de suas experiências. Essas rodas aconteciam simultaneamente em diversos eixos temáticos como saúde sexual e reprodutiva; aborto; corpo; feminismos; colonialismo e etnia; educação; violência contra a mulher; organizações sociais e políticas; comunicação e tecnologia; entre outros. Além de participar das rodas, contribuí como colaboradora de mídias do evento, fotografando, gravando e compartilhando nas redes as atividades culturais e a marcha de encerramento. A seguir alguns desses registros (figuras 2 e 3).



Figura 2: Encuentro de Mujeres del Uruguay. Fonte: acervo da autora, 2017.



Estes dois eventos foram importantes para a minha construção enquanto mulher e ativista, além de desenvolver o meu olhar enquanto fotógrafa e designer na busca de retratar os espaços de luta feminista. Em ambos, a discussão sobre aborto se mostrou forte e necessária para a autonomia e saúde das mulheres, me motivando a levar essa pauta como tema do meu Projeto de Graduação em Design Gráfico.

A criminalização do aborto, tema central nas pautas políticas de mulheres, evidencia a falta de autonomia das mulheres em relação às decisões sobre o próprio corpo ainda hoje. A luta das mulheres pela descriminalização e legalização do aborto, cuja permissão hoje compete ao Estado, tem por pressuposto uma condição social e política desigual entre mulheres e homens. A historiadora Joan Scott, na década de 80, avançou no debate das relações de poder ao compreender como gênero serviria como categoria para analisá-las sob a ótica das mulheres. Ao atualizar o debate a partir desta noção, a autora identifica como a diferença sexual entre homens e mulheres foi usada por várias sociedades para definir e valorar os grupos sociais segundo seus papéis sociais definindo relações de subordinação social de gênero. Subordinação que se atualiza no papel patriarcal cumprido pelo Estado ao tirar das mulheres a opção pelo aborto, que em última análise é uma decisão sobre seu corpo.

Sobre uma abordagem histórica da questão do aborto, Silvia Federici (2017) em *O Calibã e a Bruxa*, fala de como as mulheres eram perseguidas pela Inquisição e condenadas muitas vezes à morte quando praticavam os chamados crimes reprodutivos, como infanticídio e o aborto. Na Idade Média, quando mulheres se recusavam a terem seus corpos controlados pelos homens e pela igreja como se fossem máquinas reprodutivas, eram penalizadas ou mortas. É inquietante pensar que séculos se passaram e muitas mulheres ainda tem o direito a decidir sobre seu próprio corpo cerceado, mas quem são esses corpos controlados? Segundo um estudo<sup>7</sup> de 2017 do Instituto Guttmacher juntamente com a Organização Mundial da Saúde (WHO) sobre a situação do aborto a nível internacional, 25 milhões de abortos inseguros ocorreram cada ano entre 2010 e 2014. A maioria desses abortos, num

<sup>7</sup> Estudo disponível em: <https://www.guttmacher.org/news-release/2017/worldwide-estimated-25-million-unsafe-abortion-occur-each-year>.

total de 97% ocorreram em países em desenvolvimento, entre África, Ásia e América Latina. Não é por acaso, que os países com maior índice de abortos inseguros estão situados em continentes com um histórico de colonização e exploração. O Brasil faz parte desse grupo e é em vista disso, buscando uma emancipação do pensamento e das práticas colonialistas, que decidi investir neste trabalho.

O aborto é, conforme a lei brasileira, considerado um crime contra a vida e aparece no Artigo 124 a 128 do Código Penal Brasileiro<sup>8</sup>, sujeito a cumprimento de pena exceto nos casos de estupro ou em que a continuação da gestação representa risco de morte para a mãe. Segundo pesquisa intitulada *Criminalização do aborto no Brasil e implicações saúde pública*, publicada na *Revista Bioética*:

Mesmo com a proibição legal ao aborto no Brasil, está provado que a interrupção da gravidez existe, é fato social de ampla dimensão e vem sendo realizada, na maioria dos casos, em péssimas condições, fato que coloca em risco a vida das mulheres. Portanto, não atentar para o problema implícito ao abortamento é continuar a reprisar tragédias vividas isoladamente por mulheres e que resultam, às vezes, na morte de milhares de mulheres pobres, negras e jovens, muitas das quais ainda se veem ameaçadas pela denúncia e punição judicial. Com a possibilidade de reduzir esses impactos, a legalização do aborto tem sido temática em constante discussão entre movimentos sociais, juristas, políticos, profissionais e outros setores da sociedade brasileira (SANTOS, et. al., 2013).

No Brasil, ocorreu em agosto de 2018 uma audiência pública<sup>9</sup> convocada pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), para avaliar a Arguição de descumprimento de preceito fundamental (a ADPF 442) apresentada pelo PSOL com o apoio do Instituto Anis, que descriminaliza mulheres que façam a interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana da gravidez. Além disso, o Senado Federal abriu uma consulta pública<sup>10</sup> sobre a Sugestão número 15 de 2014 de “regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde”. A votação encerrou com 423.403 votos a favor da SUG 15/2014 e 381.116 contra. Essas discussões sobre aborto reverberaram entre as mulheres brasileiras e com isso, várias ilustrações e intervenções ganharam as ruas e as redes sociais, impulsionadas também pela movimentação que ocorria no país vizinho, a Argentina, que também esteve promovendo o debate sobre a Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo. Segundo dados de 2005 da Anistia Internacional, divulgados pela CNN<sup>11</sup>, o aborto é a principal causa de morte materna na Argentina, e estima-se que 450.000 abortos clandestinos são realizados a cada ano no país. A campanha pela legalização reverberou no país inteiro e também no mundo, um mar verde<sup>12</sup> de mulheres utilizando bandanas verdes com o símbolo da campanha argentina foi uma imagem marcante deste período (Figura 4), que alimentou o debate e mobilizou muitas mulheres latinas a seguir na luta.

As ruas, como espaços de disputa política, presenciam vários diálogos extra-oficiais

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

<sup>9</sup> Ver em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=385093> e <https://agoraesqueasaelas.blogfolha.uol.com.br/2018/07/30/porque-precisamos-tanto-legalizar-o-aborto-a-adpf-442/>.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=119431>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2018/07/03/senado-comienza-el-debate-sobre-despenalizacion-del-aborto-en-argentina/>

<sup>12</sup> Disponível em: <http://catarinatas.info/a-onda-massiva-pelo-aborto-legal-na-argentina/>

Figura 4: Cerca de 300 mil argentinas nas ruas pelo aborto legal. Foto por Prensa Obrera. Fonte: <http://catarinas.info/a-onda-massiva-pelo-aborto-legal-na-argentina/>. Acesso em: 6 dez. de 2018.



através de mobilizações e são locais de expressão que mesclam política e arte, através de pixos, lambe-lambes e outros tipos de intervenções urbana.

O trabalho prático que desenvolvi junto à escrita monográfica durante o ano de 2018 consistiu na confecção de lambe-lambes que abordaram a questão do aborto e levaram a discussão para as ruas da cidade de Pelotas, bem como sua divulgação online através da mídia social do Instagram<sup>13</sup> (Figura 5). Com o intuito de provocar reflexões aos praticantes da cidade, que circulam, integram e absorvem o espaço urbano, e que “realmente experimentam os espaços quando os percorrem” (AMARAL, 2010), e como forma de protestar perante a conjuntura política atual, foram colados os lambes na região central da cidade (Figura 6), onde há maior fluxo de pessoas, e arredores das Universidades Federal e Católica de Pelotas, para levar a discussão aos estudantes. Já no âmbito digital, através do perfil no Instagram, foi criada uma conta no instagram para escoar os registros dessas colagens, integrando esta ação em Pelotas a uma rede de coletivos feministas e de divulgação de design e ativismo, atingindo o público mais interessado pelo tema do aborto e pessoas que acessam espontaneamente as publicações de forma indireta, por indicação de amigos ou familiares.

As mídias digitais aparecem como ferramentas aliadas às ações de rua, ampliando seu alcance. Ou, nas palavras de Campbell,

Além das ruas, os artistas também vão ocupar e se utilizar dos meios eletrônicos. A expansão do acesso à internet no Brasil favoreceu muito a criação em rede. Conectados, muitos jovens puderam entrar em contato com as produções que vinham de várias partes do Brasil e do mundo. Esse esquema descentralizado de veiculação e circulação das informações ajudou a promover a criação de redes de artistas e, ao mesmo tempo, redes de coletivos que trocavam informações por meio de listas de e-mails e blogs (CAMPBELL, 2015).

<sup>13</sup> Acesso disponível através do link: <https://www.instagram.com/pelodireitodeescolher/>

Os lambe-lambes confeccionados compõe uma série inicial de 6 peças (Fig. 6), todas em formato A3, tamanho que possibilita que as peças sejam compreendidas tanto em conjunto, formando murais, quanto separadamente. Optei por trabalhar com três tons: vermelho, preto e branco. A escolha do vermelho está relacionada ao sangue menstrual e ao sangramento decorrente da interrupção da gravidez. A escolha do preto e do branco remete a poética desenvolvida durante minha trajetória como fotógrafa, além dessa combinação possibilitar um maior contraste com o vermelho.



Figura 5: @pelodireitodeescolher: perfil no Instagram. Fonte: da autora, 2018.



Figura 6: Série de lambes desenvolvidas para o Projeto de Graduação da autora. Fonte: acervo da autora, 2018.

Além da fotografia, buscou-se uma técnica que pudesse transmitir o fazer manual, tão característico dos cartazes realizados para manifestações, assim como nos traços reproduzidos nos pixos e intervenções urbanas. Para isto, foram utilizados marcadores permanentes, vulgo *canetões*, pincel e tinta nanquim vermelha. A junção desses processos criativos foi feita digitalmente, explorando os contrastes, transparências, a combinação da tipografia manual e digital, buscando assim uma unidade tanto temática quanto visual da série. Faz parte da iconografia utilizada o símbolo do feminismo (o símbolo de Vênus), assim como um triângulo invertido, simbolismos estes que remetem à representação do feminino e da água, elemento fluido também ligado ao feminino, à transmutação, à entrega, à adaptabilidade. Ao mesmo tempo, em contraste com essa simbologia, utilizo o vermelho como uma cor ligada ao fogo, à energia que move, à intensidade. Além de ser o vermelho uma cor pura que remete ao sangue, à luta, à vida, à paixão. Para a escolha da tipografia, foi feita uma combinação de fontes manuais obtidas através da experimentação de técnicas e materiais como marcadores e tinta nanquim, com uma fontes digitais.

Para dar unidade à série de lambes, optou-se por fazer 3 deles com imagens em preto e branco e outros 3 com foco na tipografia, combinando-os para que funcionem como composição de murais, se forem colados os 6 juntos (Figura 6), em pares ou separadamente. Para a identificação do projeto, foi criada a tag @pelodireitodeescolher que é o nome do perfil no Instagram, que contém imagens dos lambes colados nas ruas, junto a textos explicativos. O nome foi escolhido inspirado na música Mosaico<sup>14</sup> da rapper Brisa Flow, em parceria com Católicas pelo Direito de Decidir, e faz parte de uma campanha de Católicas na Luta pelo Estado Laico. A letra foi composta por Brisa Flow e conta com a produção de Nosotras:

*Run run run little girl*

*Criada entre cercas  
Nem sempre é possível vê-las  
Mas é tão fácil percebê-las  
Nas noites sem estrelas  
Não há como fugir de si*

*Dos pensamentos  
Lamentos e tormentos  
Desafio a todo momento  
Pra impor nossa vontade  
E quem nos quer nas grades  
Rouba a liberdade*

*E diz pra sociedade  
Que quem vendeu foi você  
E que é melhor ter marido e bebê  
Ficar sozinha não é bom  
Sorria, sorria, coloque esse batom*

*Pra se proteger  
Mais um ventre perseguido pela babylon  
Todo dia pela babylon  
Mais um ventre perseguido pela babylon lon lon lon*

*Lon-lon-longe daqui eu já vi e já ouvi  
Que somos mercadoria feita pra reproduzir  
Mais um soldado faquir só que não pra evoluir  
É só pra poder servir  
O cardápio que eles vão usufruir*

*Um corpo um ventre uma função  
Não te dão opção, não te dão opção  
O estado é laico mas a lei não não não não*

*Way-ay-ay no woman no cry  
Ela segue cantando pra ver se a tristeza sai  
Junta segue marchando  
Tamo por todo canto  
Se a gente não se unir  
Ninguém vai secar nosso pranto*

*Pelo direito de escolher  
Pelo direito de ser ou não ser  
Pelo direito de ter ou não ter  
Não venha interferir, só eu devo decidir.*

*Pelo potencial  
Um julgo mais igual  
Estado não se meta no meu útero  
Li num muro pela capital e é real  
O mau contra as mulheres ainda é único*

*Nos mantém clandestinas  
Com o nosso ventre preso  
Eles entram e saem das meninas  
Sem culpa e sem peso  
Sempre ilesos*

*Por isso é uma pela outra  
Tanto a que não quer ser mãe  
Quanto a que quer ser  
E quer seu corpo respeitado  
E não cortado nem largado  
Em um hospital lotado  
Mal acostumado  
A nos tratar como se tivéssemos um erro a ser pago*

*Interferindo na amamentação e no parto  
Seguimos juntando os cacos  
E marca da cesárea, é um mosaico  
Não deixa esquecer  
O que me foi roubado*

*Templo violentado  
A lembrança é ruim  
Tantos casos assim  
Decidem por você e por mim, por você e por mim*

*Um corpo, uma função*

<sup>14</sup> Ouça a música em: <https://www.youtube.com/watch?v=glGc7UHi9hk>

*E não te dão opção  
O estado é laico, mas a lei não não não*

*Way-ay-ay no woman no cry  
Ela segue lutando pra ver se a tristeza sai  
Várias por todo canto  
Juntas seguem marchando  
Se a gente não se unir  
Ninguém vai secar nosso pranto*

*Pelo direito de escolher  
Pelo direito de ser ou não ser  
Pelo direito de ter ou não ter  
Não venha interferir, só eu devo decidir.*

*A seguir, mais imagens dos lambe-lambes colados nas ruas de Pelotas, em dezembro de 2018:*



Figuras 7: Colagem na parada de ônibus próximo à Faculdade de Odontologia da UFPel. Fonte: acervo da autora, 2018.  
Figuras 8: Colagem no muro da Faculdade de Odontologia da UFPel. Fonte: acervo da autora, 2018.

Figura 9: Colagem em quiosque na esquina da Rua Andrade Neves com Marechal Floriano, em Pelotas. Fonte: acervo da autora, 2018

Em seguida ao processo de colagem, foram percebidas interferências diretas aos lambe-lambes, que indicam a aceitação destes no ambiente urbano, tais como rasuras, pedaços arrancados ou raspados com objetos de ponta, principalmente nos que contém imagens, sendo a região da vulva a mais afetada pelas rasuras. Por outro lado, se pode testemunhar algumas mulheres que paravam para fotografar, com expressões faciais de aprovação ou contentamento. Tais interferências fazem parte do processo pós colagem e também foram percebidas pela artista visual Mariane Simões em seu projeto *Profanando e Resistindo*. Conforme a autora:

A participação dos indivíduos era perceptível devido o tempo em que o lambe-lambe se mantinha no muro. Tal atividade anônima em

relação à obra é de extrema importância para a complementação da mesma, esta só se faz existir se estiver nas ruas, pertencendo àquela estrutura e a todo indivíduo pertencente a ela. Ou seja, todos os sujeitos têm o direito de intervir na cidade, como identidade, voz e autoafirmação de pertencimento ou do não pertencimento (SIMÕES, et. al., 2017).

Através do resultado dos lambes criados e das intervenções que sofreram quando colados, percebeu-se que este é um tema que gera um certo incômodo, e portanto deve seguir sendo incentivado o debate sobre esta questão que tanto interfere na vida das mulheres.

Acredito que inserir a questão do aborto em um projeto de graduação em Design Gráfico, na atual conjuntura brasileira, é forma de me posicionar enquanto sujeito. Tendo em vista que “o pessoal é político”, demonstro, através de minhas experiências pessoais e da minha poética visual, meu posicionamento perante a situação política atual e minha própria construção como sujeito político. Considerando a premissa de que no design ativista a autoria está implícita, me colocar no trabalho enquanto

mulher, assumindo minhas perspectivas pessoais e incorporando-as no trabalho, é, em contrapartida, projetar de forma ativista. Portanto, entendo que o trabalho apresentado é pertinente para (re)pensar as práticas de designers e mostrar, na aproximação com a arte urbana e com o ativismo político, outras possibilidades de projetos, valorizando as diversas qualidades que são combinadas na atuação destes profissionais. É de extrema importância que o tema seja amplamente discutido no nosso país nas esferas institucionais, a fim de pressionar autoridades para a criação de políticas públicas que garantam às mulheres o direito de decidirem levar uma gravidez adiante ou não, e ainda, o acesso à atendimento médico e psicológico de qualidade, independente da decisão tomada.

## Referências Bibliográficas:

*A onda massiva pelo aborto legal na Argentina*. Portal Catarinas, 2018. Disponível em: <<https://catarinas.info/a-onda-massiva-pelo-aborto-legal-na-argentina/>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

AMARAL, Lilian. *Interterritorialidades – Fronteiras Líquidas. Passagens, cartografias e imaginários*. In: Anais do III Seminário Nacional de Pesquisa em Cultura Visual, Goiânia. 2010.

BOITEUX, Luciana. *Porque precisamos tanto legalizar o aborto: a ADPF 442. Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2018/07/30/porque-precisamos-tanto-legalizar-o-aborto-a-adpf-442/>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

BRISA DE LA CORDILLERA - Mosaico | *Católicas na Luta pelo Estado Laico e contra os fundamentalismos*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gIGc7UHi9hk>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

CAMPBELL, Brigida. *Arte para uma cidade sensível/Art for a sensitive city*. Tradução para o inglês Valéria Sarsur e Pedro Vieira. São Paulo, Invisíveis Produções, 2015. Disponível em: <[https://arteparaumacidadeensivel.files.wordpress.com/2015/10/arte\\_para\\_uma\\_cidade\\_sensivel\\_ebook.pdf?utm\\_medium=website&utm\\_source=archdaily.com.br](https://arteparaumacidadeensivel.files.wordpress.com/2015/10/arte_para_uma_cidade_sensivel_ebook.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br)>. Acesso em: 6 dez. de 2018.

*Decreto de Lei No. 2.848*. Planalto.gov.br. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 1 dez. 2019.

FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

*Marcha Mundos de Mulheres por Direitos*. Portal Catarinas, 2017. Disponível em: <<http://catarinas.info/videos/marcha-mundos-de-mulheres-por-direitos/>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

Notícias STF - *Supremo Tribunal Federal: STF realiza audiência pública sobre descriminalização do aborto nos dias 3 e 6 de agosto*. Stf.jus.br, 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=385093>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

*Pluralidade na linha de frente da Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos*. Portal Catarinas, 2017. Disponível em: <<http://catarinas.info/pluralidade-na-linha-de-frente-da-marcha-internacional-mundos-de-mulheres-por-direitos/>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

SANTOS, Vanessa Cruz; ANJOS; Karla Ferraz dos, SOUZAS, Raquel; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. *Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública*. Revista Bioética (Impressa), vol. 21, n. 3. Brasília: 2013, p. 494-508. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-80422013000300014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422013000300014)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Educação &

Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

*Senado de Argentina comienza el debate sobre despenalización del aborto*. CNN, 2018. Disponível em: <<https://cnnespanol.cnn.com/2018/07/03/senado-comienza-el-debate-sobre-despenalizacion-del-aborto-en-argentina/>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

*Senado Federal - Programa e Cidadania - Consulta Pública*. Senado Federal, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=119431>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

SIMÕES, Mariane, et. al. *PROFANANDO-E-RESISTINDO Sobre muros e pertencimentos*. In: Revista Píxo v. 1, n.1 - Escritas Urbanas (Outono). Pelotas: Grupo de Pesquisa CNPQ Cidade+Contemporaneidade, Laboratório de Urbanismo (LabUrb), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/11140>>. Acesso em: 6 dez. de 2018.

WESTPHAL, Melissa. *Manifesto Cuticuti: uma trajetória*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pelotas, 2015.

*Worldwide, an Estimated 25 Million Unsafe Abortions Occur Each Year*. Guttmacher Institute, 2017. Disponível em: <<https://www.guttmacher.org/news-release/2017/worldwide-estimated-25-million-unsafe-abortions-occur-each-year>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

# PIXAÇÃO EM MACEIÓ - AL: a cena do pixo atual e as impressões de uma pixadora mulher dentro do movimento

**Maria Victória Silvestre de Souza Bezerra**<sup>1</sup>

## Resumo

A cena da pixação em Maceió é bastante significativa. O que começou com protestos sociais, passou entre os pixadores de torcidas organizadas até chegar nas crews e pixadores independentes de hoje. Foram registrados oito grandes grifes existentes na cidade e elas são, majoritariamente, formadas homens. Em 2017, nasceu o Crew das Minas, grupo formado apenas por pixadoras mulheres que encontraram resistência para adentrar às crews masculinas. Hoje, apesar de possuir sua própria crew, elas ainda encontram dificuldades como a insegurança de estarem sozinhas na madrugada, a falta de confiança dos pixadores homens e o tratamento diferenciado quando se trata de gênero.

Palavras-chave: pixação, mulheres, Maceió.

## Pixação in Maceió - AL: the current *pixo* scene and the impressions of a *pixadora* woman inside the movement

## Abstract

The pixação scene in Maceió is very influential. What started with social protests went through the fan groups of soccer to the independent pixadores and crews and found today. Eight major crews were registered in the city, however, the most of them, have only men participating. In 2017, Crew das Minas was born, a group formed only by women who found resistance to enter in to the male crews. But, despite having their own group, they still encounter difficulties such as the insecurity of being alone at streets, the lack of confidence of the male pixadores and the different treatment when it comes to gender.

Keywords: pixação, women, Maceió.

## Introdução

Deve-se explicar que, nesse trabalho, a palavra pixação foi propositalmente escrita com “x” e não com “ch”, ao contrário do que rege as normas de ortografia. Isso porque, dentro do movimento, essa grafia é utilizada pelos pixadores como mais uma forma de transgressão e enfrentamento não só com a polícia mas também com a sociedade, segundo CRIPTA DJAN (016), pixador paulista com mais de 20 anos de atuação. E, em respeito a eles, não poderia fazer diferente.

O trabalho a seguir nasceu a partir de pesquisas para o desenvolvimento do meu Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Após sua aprovação, passei a questionar meus posicionamentos enquanto mulher diante do tema e do processo de estudo, além de pontos que não consegui incluir naquele momento, como a relação da pixadora mulher dentro de um movimento ainda tão masculino. Aqui, trago algumas dessas discussões inseridas na cidade de Maceió, Alagoas.

## . A cena da pixação em Maceió

A pixação é uma intervenção urbana que une várias cidades que apresentam problemas sociais similares. Para explicar melhor, é importante compreender como se deu o processo de urbanização das grandes cidades ocorrido no final do século XX. Utilizando conceitos encontrados em Morte e Vida das Grandes Cidades, de Jane Jacobs, Filardo (2015) fala como a priorização dos automóveis resultou em grandes obras viárias que, além de gerar enormes zonas cinzas e sem pertencimento, também foi responsável por um espraiamento territorial que criou zonas residenciais e comerciais afastadas, espaços inutilizados, grandes muros e perda de urbanidade.

Ainda pode se somar a formação histórica das cidades brasileiras, que separou a periferia dos grandes centros, o que contribuiu para um espaço urbano suscetível à violência, o abuso policial, o crime e a pobreza.

Maceió, capital de Alagoas, não foge à regra. Destino turístico pela beleza de suas praias, o município ainda apresenta menos de 50% de esgotamento sanitário adequado e quase 40% da população vivendo com até meio salário mínimo mensal (IBGE, 2017). A desigualdade social é percebida claramente em suas ruas e moradias irregulares. Nesse ambiente, o pixo cresceu e se tornou um forte meio de tomada de espaço das populações periféricas.

O primeiro registro encontrado é relacionado a protestos sociais, como pedidos pelas Diretas Já na Igreja de São Gonçalo, no bairro do Farol, em 1984, onde também era possível se ler *Nossa Senhora da Rebelião*. Depois, no início década de 90, com a criação das torcidas organizadas dos dois maiores times de futebol da cidade, a Mancha Azul (CSA) e Comando Vermelho (CRB), as pixações de disputa de território entre elas tomaram conta da cidade e, até hoje, são vistas não só em Maceió como em todo o Estado. Normalmente, elas são encontradas atropeladas<sup>2</sup> pelas inscrições do time rival.

Mas, além das torcidas organizadas, as grifes/crews<sup>3</sup> de pixações em Maceió são

<sup>2</sup> Como os pixadores chamam o ato de pixar por cima de uma inscrição já feita. Ato considerado desrespeitoso.

<sup>3</sup> Nomes dados aos grupos de pixadores. O mesmo pixador pode participar de mais de uma crew ou grife.

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Alagoas.

Imagens 1 e 2: Igreja de São Gonçalo, no bairro do Farol, em 1984, com pixações a favor do movimento das "Diretas Já" e pixo da torcida Comando Vermelho atropelado pelo da torcida Mancha Azul em 2019. Fonte: Facebook/Grupo Maceió Antigo e acervo da autora, 2019.



bem representativas. Segundo PEREIRA (2010, p. 147), ao lado de suas tags<sup>4</sup>, os pixadores costumam inscrever o símbolo de seu grupo, não seu nome por extenso. Após um trabalho de campo e virtual para encontrar os responsáveis pelas tags espalhadas pela cidade, foram encontradas oito crews: PIXAL (Pixação Alagoas), M\$M (Mulher, \$kate, Maconha), SCP (Seguidores da Cultura Proibida), 20\_01, Zona Única, Anarkopunks, UARAL (União dos Artistas de Rua de Alagoas) e a Crew das Minas.

Não é comum, na cidade, haver rixas entre tais grifes. A cena da pixação em Maceió é, normalmente, unida e seus integrantes organizam eventos ligados ao pixo, hip hop, skate e outras expressões para integrar e valorizar a cultura local.

Nas imagens abaixo, é possível ver os símbolos das grifes encontradas e suas variações, tanto nos materiais escolhidos (spray, rolinho e caneta) quanto na escrita. Alguns utilizam as siglas dos seus grupos enquanto outros fazem inscrições mais iconográficas.



Imagens 3 a 10: Símbolos das grifes PIXAL, M\$M, SCP, 20\_01, Zona Única, Anarkopunks, UARAL e Crew das Minas, respectivamente. Fonte: Autora, 2019.

<sup>4</sup> Nome dado às assinaturas ou codinomes normalmente inscritos pelos pixadores.

## O ser mulher dentro da pixação

O processo de pesquisa foi longo já que quase não há registros do movimento na cidade. Ao buscar por tags pixadas reconhecidas e hashtags próprias do pixo em Alagoas, foi possível encontrar algumas contas no Instagram e tentar entrar em contato. No entanto, a maioria desses perfis são privados e boa parte deles sequer responderam as mensagens enviadas. Isso porque toda a sua ideologia não permite uma *promoção pessoal*.

Além dessa dificuldade, havia o receio de ser uma mulher tentando adentrar um universo ainda tão masculino. Com exceção do Crew das Minas, grupo formado somente por mulheres, e da M\$M que, recentemente, aceitou uma mulher como participante, todos os outros têm como componentes somente homens. Mesmo que nenhum dos entrevistados se mostrassem desrespeitosos ou invasivos, quando um deles se ofereceu para subir comigo no Edifício Palmares, um prédio público abandonado no bairro do Centro e que é muito relevante para os pixadores, preferi ir sozinha ao estar num lugar vazio com um desconhecido, o que tive também não consegui fazer ao chegar na entrada da obra.

Aqui vale destacar a relação da pixação com os vazios urbanos da cidade. Mais da metade as pixações encontradas no bairro do Centro de Maceió estavam em edificações inutilizadas (BEZERRA, 2019). A maior parte deles eram prédios privados, mas há grandes edifícios públicos que estão desativados há anos, como mostram as imagens a seguir:



Imagens 11 a 14: Edifício Palmares, referência para os pixadores no bairro do Centro em Maceió. Fonte: da autora, 2019.

Os momentos escolhidos para fotografar as intervenções também foram influenciados pelo fato de ser uma mulher pesquisadora. Eram sempre horários de muito movimento e ainda assim a sensação de insegurança era presente. Outra preocupação foi o fato de, no início, não ter sido possível contactar pixadoras mulheres e não poder confrontar suas opiniões sobre determinados temas com as dos pixadores homens.

Como no caso do Banks<sup>5</sup>, no bairro de Ponta Verde, área nobre de Maceió, em 2018.

Em julho de 2018, a Praça Muniz Falcão, mais conhecida como a Praça do Skate, local que sempre foi frequentado pelas comunidades do skate, hip hop e artistas de rua, estava sendo reformada pela prefeitura e, antes mesmo de ser entregue, teve suas pistas marcadas por pixos de conteúdo feminista. Além da desaprovação dos moradores em geral, as inscrições também foram criticadas pelos próprios skatistas. É preciso destacar que, antes dos reparos, a praça já contava com inúmeros grafites e pixos, que são comuns à todas as pistas do esporte no mundo, o que faz se interpretar que o problema não seria o pixo em si, e sim o tema dele.



Ao perguntar sobre o ocorrido a um pixador homem, ele respondeu que os skatistas se incomodaram não só com os pixos feministas, mas também com os de outros pixadores. O que foi confirmado, posteriormente, em entrevista, por uma participante do Crew das Minas. No entanto, ela revela que o tratamento dado aos casos foram distintos:

Mas enfim, mais uma vez, quando aconteceu com os caras foi uma coisa mais contida, quando aconteceu dos rapazes pixarem lá, a pista do Banks, foi uma indignação mais contida, mas quando foi com as minas, as coisas se tornam bem mais violentas. A imposição patriarcal tá sempre ali, sempre muito forte na forma como eles expressam, na forma como ofendem, né. Chamam de puta, de rapariga, de vários termos machistas, vários termos de depreciação, coisa que não acontece quando é um cara. Tem a questão da contradição entre as próprias meninas, porque algumas meninas não tem noção do feminismo, apesar de ter uma noção do tentar se empoderar, ainda não tem muita noção de empatia. Então, diante de estar nesse espaço machista, de ouvirem muito essas posições machistas, algumas acabam reproduzindo e defendendo até que a praça ainda estava em construção, sendo que isso não tem nada

a ver, isso todo mundo sabe. E quando rolou com os caras e a galera do skate retalhou, a galera do pixo abraçou, mas quando foi com as minas primeiro, eles tavam segregando. (Entrevista com participante do Crew das Minas, 2019).

O Crew das Minas, formado em 2017, tem atualmente cinco integrantes: Coala, Lizz, Maryjeni, África e Preta. Antes ainda contavam com as pixadoras Atena e Fada, a última é hoje participante da M\$M. Ela conta que o grupo foi criado justamente pela não aceitação de mulheres nas crews já existentes. Mesmo que, muitas vezes, eles piassem juntos, as mulheres não tinha espaço dentro da grife.

Em primeiro momento, somos eu, Lizz e a Maryjeni. E a Lizz teve essa ideia de criar uma Crew das Minas justamente porque ao entrar nesse movimento, a gente notou que era um espaço completamente masculino, e como toda a sociedade que a gente vive também, extremamente machista. Onde as meninas só iam pra rolê quando tinham algum namorado do rolê, ou tava sempre de casazinho e não tinham espaço nas crews dos caras, entendeu? Tipo, as meninas iam pixar e tal com a galera, mas as crews eram fechadas entre homens. (Entrevista com participante do Crew das Minas, 2019).

Outro ponto levantado foi o fato de todas as tags femininas encontradas nas ruas estavam juntas de outras masculinas. A pixadora falou da dificuldade de reunir somente as mulheres para dar rolê, já que elas moram em locais muito separados da cidade e não têm meios próprios de transporte, ao contrário dos homens, por isso muitas acabam pixando junto dos namorados. Outro motivo é a segurança. Ser mulher e estar sozinha na madrugada, segundo ela, é muito mais perigoso, fator importante para preferirem estar acompanhadas de algum homem.

Apesar de serem amigos e darem rolês juntos, ela fala que quando há algum problema, os homens, que são maioria, não lidam da mesma forma com pixadoras e pixadores.

Essa questão é bem difícil, né, porque, se você não tem um brother, alguém mais próximo assim, acaba meio sendo separada, sabe? Aconteceu questões de exposição de uma das meninas das crews e os caras foram extremamente agressivos com ela e em outra situação em que um rapaz foi exposto eles se comoveram completamente, sabe. É muito grande a diferença e é muito difícil de lidar com isso porque eles são maioria, né, eles são maioria e acaba que o julgamento é muito mais pesado, como em tudo, né, que a gente vive numa sociedade patriarcal (Entrevista com participante do Crew das Minas, 2019).

Ao ser questionada se, desde o início do grupo, em 2017, até hoje, houve uma melhora em relação ao respeito dos pixadores homens com as mulheres, ela respondeu:

Rapaz, eu acho que os posicionamentos melhoraram, sabe? Eles têm sido mais discretos ou têm escondido mais o seu machismo diante de alguns conflitos. Mas eu ainda continuo achando que eles não botam fé, e acho que eles sempre deixam bem claro que eles não botam muita fé nas meninas assim, de tipo, continuidade, sabe, porque a gente entende que na nossa sociedade as mulheres têm menos tempo que os homens, porque elas têm sempre jornadas

<sup>5</sup> Nome dado pelos frequentadores da praça para a pista de skate.

duplas e triplas e que, pra gente tá na rua, é muito mais complicado por causa de perigo. Então, quando não acompanhadas por eles, eles sempre acreditam que a gente vai parar, que a gente vai desistir, que a gente tá fazendo por modinha porque a gente realmente não entende o intuito [...] (Entrevista com participante do Crew das Minas, 2019).

Ela ainda fala sobre a maior preocupação do grupo em passar uma mensagem através das pixações:

Sendo que assim, aqui em Maceió principalmente, a galera ainda não entende muito o intuito, a galera fica “ah, eu vou fazer o pixo mais alto”, “um pixo maior”, sabe, e não se importam muito com a mensagem que passam com ele e tal e que é uma coisa que a gente tem mais em mente, de ter uma questão mais empática, de ter uma questão de passar algo realmente, não só tá ali mostrando uma fonte legal, não só mostrando que sobe alto pra fazer um pixo. Então pra gente tá construindo isso é um processo muito maior, sabe (Entrevista com participante do Crew das Minas, 2019).

Imagem 16: Muro que separa os trilhos do VLT no bairro da Levada em Maceió com vários grafexos. Fonte: da autora, 2019.



Imagem 17: Tags das pixadoras Atena e Fada, antigas componentes da Crew das Minas. Fonte: da autora, 2019.



Imagem 18: Tags das pixadoras Atena e Fada, antigas componentes da Crew das Minas. Fonte: autora, 2019.



Imagem 19: Tag da pixadora Lizz, uma das fundadoras do Crew das Minas, junto de outras pixações feitas por homens. Fonte: da autora, 2019.



Imagem 20: Estilo de tag da pixadora Lizz, uma das fundadoras do Crew das Minas. Fonte: da autora, 2019.

As falas da entrevistada evidenciam-se nas imagens das pixações femininas encontradas nas ruas da cidade. É raro existir uma tag feita por uma pixadora que não esteja junto de outras tags masculinas, o que é justificado pela vulnerabilidade da mulher no espaço urbano. A seguir, tags de uma das fundadoras do Crew das Minas, a Lizz, em muros no bairro do Centro e de Jaraguá, ambas rodeadas por pixações feitas por homens.

### Considerações finais

Assim como outros grupos majoritariamente masculinos, a pixação também se mostra como um lugar essencialmente machista. Sabe-se que são, geralmente, também indivíduos excluídos da sociedade, mas na relação de poder homem versus mulher, eles se tornam maioria e usam sua influência.

Muito embora tenham fortes opiniões politizadas contra o Estado e o governo, essa consciência não é encontrada no espaço dado às mulheres que também querem fazer o pixo. Não se pode cobrar mais deles do que dos outros homens brasileiros. Dentro da cultura em que foram criados, é natural esse tipo de comportamento. O que não se pode achar é que deve ser perpetuado.

O papel da Crew das Minas é muito importante nesse processo. É preciso dar o primeiro passo, se unir, mostrar seus pontos de vista. Isso aconteceu e acontece em vários campos, com a pixação não é diferente. Ainda mais porque é, relativamente, um tipo de movimento recente dentro das discussões sociais.

Além do ambiente do pixo, também é necessário repensar a segurança da mulher no espaço público. Mesmo após anos de luta e conquistas, as mulheres ainda sentem medo do simples fato de andar na rua ou usar um transporte público. Claro que, grandes mudanças só serão alcançadas ao se alterar também a criação dos homens na comunidade, mas já existem formas conhecidas de se usar o planejamento urbano a favor das sensações de liberdade e confiança.

### Referências bibliográficas

ALEXANDRINO, Beatriz; PADILHA, Estéfane; MAGALHÃES, Mateus Antonio; ÁVILA, Janayna da Silva. *Futebol e Violência em Maceió: a influência midiática na rivalidade entre CRB e CSA*. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1215-1.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

Gazeta Web. *ARTE: A beleza do grafite e a marginalidade atrelada ao picho*. Maceió, julho de 2018. Disponível em: <[http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/07/a-beleza-do-grafite-e-a-marginalidade-atrelada-ao-picho-\\_58683.php](http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/07/a-beleza-do-grafite-e-a-marginalidade-atrelada-ao-picho-_58683.php)>. Acesso em 04 de julho de 2019.

BEZERRA, Maria Victória Silvestre de Souza. *Pixo Central: A pixação na paisagem urbana do Centro de Maceió-AL*. 2019. Trabalho Final de Graduação - Universidade Federal de Alagoas. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2019.

FILARDO, Pedro. Pichação (pixo): *Histórico (tags), práticas e paisagem urbana*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.187/5881>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

IBGE. IBGE - *Cidades*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13

de agosto de 2019.

LAMBERTI, Renata Sant'Anna. *Pixo, logo existo: Vozes de pixadores da cidade de São Paulo*. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21582>>. Acesso em 01 de junho de 2019.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *As marcas da cidade: A dinâmica da pixação em São Paulo*. Lua Nova. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a07n79.pdf>>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

*Pichação na Praça do Skate reacende debate sobre limites da arte de rua*. Cada Minuto. Maceió, julho de 2018. Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/323359/2018/07/10/pichacao-na-praca-do-skate-reacende-debate-sobre-limites-da-arte-de-rua>>. Acesso em 04 de julho de 2019.

*Prédio do INSS vira esqueleto sem dono em Maceió*. Repórter Nordeste. 2017. Disponível em: <<https://reporternordeste.com.br/predio-do-inss-vira-esqueleto-sem-dono-em-maceio/>>. Acesso em 04 de julho de 2017.

SALLES, Iuri. *Por dentro da exposição Em Nome do Pixo do Cripta Djan*. VICE, 2016. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/z4b7da/exposicao-pixo-cripta-djan](https://www.vice.com/pt_br/article/z4b7da/exposicao-pixo-cripta-djan)>. Acesso em 04 de junho de 2019.

# CRISTIANE MONTEIRO E O GRAFFITI MULHER CULTURA DE RUA: movimentando o movimento<sup>1</sup>

Ana Luísa Silva Figueiredo <sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo apresenta parte da herstory de Cristiane Monteiro, grafiteira e designer que, por meio do projeto que criou, o Graffiti Mulher Cultura de Rua consegue articular grafiteiras de todo Brasil, principalmente no estado de São Paulo. O estudo de caso é parte da pesquisa de mestrado realizada com entrevistas, conversas e uma vivência com Cristiane. Aqui são apresentados alguns resultados de suas vivências, persistência e articulações no movimento e em sua carreira individual. Desta forma, entende-se que a partir da narrativa de mulheres seja possível assinalar como o cisheteropatriarcado e o racismo se fazem presentes mesmo em espaços tidos como inclusivos, como o do Hip-hop, na área sul da Região Metropolitana de São Paulo, sobre o qual a pesquisa original se desenvolveu. São trabalhados os conceitos de *herstory*, *lugar de fala*, *empoderamento*, e *interseccionalidade*.

.Palavras-chave: graffiti, gênero, região metropolitana de São Paulo.

# CRISTIANE MONTEIRO AND THE GRAFFITI WOMAN STREET CULTURE: moving the movement

## Abstract

This article presents part of Cristiane Monteiro's herstory, a graffiti artist and designer who, through the project she created, Graffiti Mulher Cultura e Rua articulates graffiti artists from all over Brazil, mainly in the state of São Paulo. The case study, research base of the author's masters in architecture and urbanism, was conducted by interviews, conversations and an experience in loco with Cristiane in her city. Here are some results of their experiences, persistence and articulations in the movement and in their individual career. Thus, it is understood that from the narrative of women's life it is possible to understand how cisheteropatriarchy and racism structure society, even in spaces considered as inclusive, such as Hip-hop in the southern area of the São Paulo Metropolitan Region on which the original research was developed. The concepts of *herstory*, *place of speech*, *empowerment* and *intersectionality* are worked on.

Keywords: graffiti, gender, Sao Paulo's metropolitan region.

<sup>1</sup> O presente artigo é decorrente da pesquisa de mestrado intitulada Mulheres no graffiti: perspectivas da prática em contexto metropolitano defendida junto ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), campus São Carlos, que contou com o financiamento da CAPES. A dissertação encontra-se disponível no endereço <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-09092019-092839/pt-br.php>>

<sup>2</sup> Mestra (IAU/USP 2019) e graduada (DAU/UFV 2015) em Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniDoctum, em Teófilo Otoni/MG.

A história de Cristiane Monteiro, a Crica, assim como a de tantas grafiteiras merece ser contada. Primeiro porque ela ama a prática, segundo porque sua vida se mistura às suas incursões e, em terceiro, porque conseguiu, por meio de seus traços, realizar seu maior sonho: se tornar ilustradora e consultora na empresa que sempre sonhou, a Maurício de Souza Produções (MSP). Um artigo, como este, é um meio para publicizar seus feitos, fazendo valer o conceito de *herstory* (PABÓN-COLÓN, 2018), de trazer à tona a história de mulheres, sobretudo das grafiteiras (p.157). Além de personagem icônica da cena do graffiti paulista, Cristiane ainda é mentora de uma das maiores redes de articulação exclusiva de e para mulheres, o Graffiti Mulher Cultura de Rua (GMCR).

Parece leviano dizer, mas muitas crianças que liam gibis da Turma da Mônica e gostavam de desenhar já sonharam em trabalhar na MSP. Com Cristiane não foi diferente. Sorte a dela ter uma mãe que pintava quadros e um pai gerente de obras. Com apoio da família ela desenvolveu seu traço, o aprimorou e aprendeu a explorar os mais diversos materiais, da folha de papel sulfite de baixa gramatura às paredes chapiscadas da Avenida 23 de Maio, em São Paulo/SP.

Nascida na capital paulista, Cristiane Monteiro Pereira se mudou com a família para Embu das Artes/SP quando completou oito anos. Estudando na capital, Cristiane via os desenhos nos muros ao longo do trajeto entre casa e escola. Era o início dos anos 1990 e o Graffiti e o Hip-hop já ganhavam as ruas da Região Metropolitana de São Paulo.

Adolescente, junto aos vizinhos e vizinhas andava de skateboard e desenhava-os nas *folhinhas*, que guarda em uma pasta até os dias atuais. Esse material serviu de base para o desenvolvimento do seu traço próprio, antes muito influenciado pelo vestuário do movimento Hip Hop. Em 1999 fez, por fim, seu primeiro desenho em uma parede, seu primeiro graffiti – e gostou.

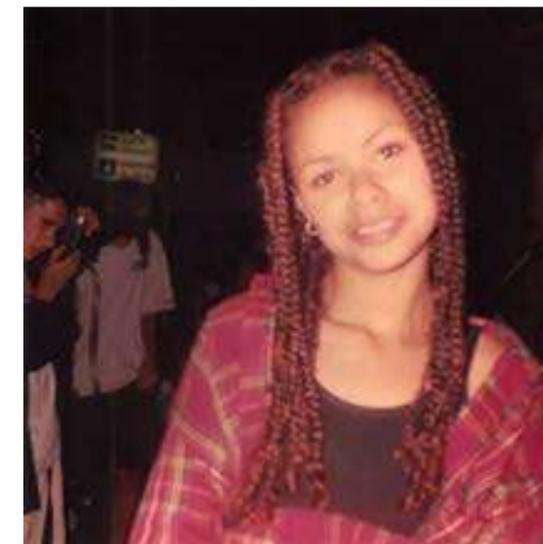


Figura 1 Cristiane Monteiro Pereira, adolescente.  
Fonte: Cristiane Monteiro, sedido para autora.

Mais de uma década depois, já desenvolta e conhecida na cena do graffiti paulistano e da região, decide criar o GMCR movimentando as mulheres grafiteiras visando construir eventos e espaços amigáveis a elas. Nesse sentido, passa a discutir questões referentes ao machismo e racismo estrutural nestes encontros, e nas redes sociais, que tem crescimento nesta época e passam a mediar e influenciar também os campos artísticos.

Para realizar a pesquisa de mestrado da qual este artigo decorre, foram

realizadas entrevistas e incursões a campo, caracterizando também estudos de caso (GOLDENBERG, 2004) a fim de entender se os espaços urbanos nos quais Cristiane circula, de fato a influenciam em suas práticas artísticas. Entre agosto de 2016 e março de 2018 foram realizadas as incursões a campo, nas quais uma entrevista (agosto/2016), uma conversa gravada (março/2017) e uma vivência in loco (janeiro/2018) com Cristiane estão incluídas. Aqui são apresentadas alguns destes resultados, no que diz respeito a momentos de seu protagonismo na cena em questão.

### **Cristiane Monteiro: de criança estranha a mulher grafiteira**

É assim que Cristiane se definiu para esta autora, já em outro momento, conversando por chamada de vídeo no Skype, em março de 2017. *Eu fui uma criança estranha, Ana*. Com essa afirmação demonstrou que desde cedo desenvolvia atividades que não são comuns às crianças, ou que, ao menos, seus amigos e amigas não gostavam de fazer com ela. Por isso, continua contando, aprendeu a ser criativa sozinha e, nesses momentos, passou a ser incentivada por seus pais.

Desenhar é uma atividade natural do ser humano, que se utiliza de formas para se expressar no mundo. Quando artistas falam que desenham desde crianças, por mais inusitado que pareça, não é uma afirmação que os possa exclusivamente distinguir das outras pessoas que seguiram outras carreiras. O fato que faz diferença é o incentivo à continuidade da prática, apoio e oportunidades para se desenvolverem. Nisso o apoio da família é fundamental.

Apesar do incentivo, sobretudo da mãe, que além de pintora é secretária em um consultório médico, Cristiane ainda precisou conciliar os desenhos com afazeres domésticos e o cuidado dos irmãos menores não sendo possível se dedicar exclusivamente ao seu desenvolvimento artístico. Mesmo sabendo desde criança que era o que gostaria de ser. Dentro de uma estrutura cisheteropatriarcal<sup>3</sup>, significa que por ter nascido em um corpo de mulher negra a infância e adolescência de Cristiane se difere substancialmente da de outros expoentes do graffiti e do design. Indicando, também, que a notoriedade profissional no graffiti reflete os incentivos recebidos desde cedo.

Para explorar mais a questão, a partir de excertos da entrevista dos gêmeos Gustavo e Otávio Pandolfo, dois artistas/grafiteiros brasileiros reconhecidos internacionalmente como OSGÊMEOS, concedida à Revista Trip em 2013, é possível ilustrar as divergências e corroborar com a argumentação apresentada, apontando os privilégios que são reproduzidos em culturas tidas como inclusivas, como a do Hip-hop.

Nesta entrevista, OSGÊMEOS contam que o ambiente familiar foi o grande responsável por permitir que se tornassem o que são hoje. Otávio conta que ele e o irmão trabalhavam desde os 14 anos,

primeiro numa funilaria, onde era ótimo para conseguir tinta. Depois numa fábrica, lavando pickles, numa locadora...Chegamos a ser boys em um banco. Mas não tínhamos futuro nenhum ali, era claro.

<sup>3</sup> Termo cunhado por Juliana Costa – mestra (UFJF/2018) e graduada (UFV/2016) em Letras, em revisão e discussão sobre meu trabalho original de mestrado, ampliando o termo cisheteropatriarcal utilizado nas discussões de gênero que associa de forma interseccional gênero e questões lgbt com a questão de raça. A utilização do termo “branco” é dada a partir do momento em que essa raça é tida como dominante, da mesma forma que pessoas cis e hétero o são.

Isso de trabalhar com outras coisas só nos deu mais certeza de que o que queríamos mesmo era desenhar. Chegou uma hora que não dava mais para fazer outra coisa que não fosse isso. Pedimos demissão e resolvemos que íamos tentar viver da nossa arte (PANDOLFO, Otávio apud KAISER, 2013).

Assim, após saírem deste último emprego passaram a trabalhar com arte ainda na casa dos pais. Contam que “aí começou, talvez, o período mais especial da nossa vida. Ficamos praticamente trancados na casa da mãe, pintando sem parar por uns três anos” (PANDOLFO, Otávio apud KAISER, 2013).

Ou seja, três anos exclusivos para aprimorar traço, técnica e acuracidade, garantidos com o apoio financeiro da família. “Aprendemos a usar aerografia, aquarela, tinta a óleo[...] Fomos atrás do nosso estilo. Encontrá-lo era o que mais queríamos na vida. Varávamos a noite ouvindo Afrika Bambaata, Led Zepellin e Pink Floyd, tomando vinho e pintando à luz de velas.” (PANDOLFO, Otávio apud KAISER, 2013) Gustavo completa: “Era tipo uma meditação” e o entrevistador Millos Kaiser emenda, “Por que à luz de velas?” e a resposta revela o ponto fundamental do seu sucesso, “tudo que pudesse desviar nossa atenção, nós descartávamos. Vinha visita lá em casa e a gente nem dava oi. Descia só pra comer, às vezes nem isso” (PANDOLFO, Gustavo apud KAISER, 2013).

O apoio se dava, principalmente, devido a organização da família dentro desse sistema estrutural que mantém os homens nos afazeres profissionais e as mulheres nos afazeres domésticos – mesmo que elas não exerçam somente este trabalho. A figura da mãe, ainda, como a que zela e cuida, mesmo que trabalhe fora de casa, é que garante que os homens de seu ciclo se desenvolvam física e intelectualmente, aqui, destes dois grafiteiros, mas que pode se expandir para outras esferas. No caso da família de Cristiane, o apoio ao seu desenvolvimento artístico também foi fundamental para que tivesse coragem para realizar suas escolhas profissionais, mas, assim como a história de outras tantas artistas, não pôde se dedicar totalmente a arte em sua juventude e nem agora, assumindo o trabalho na MSP.

Este ponto revelado informa que as grafiteiras, as negras, em sua vasta maioria, não podem abdicar do trabalho doméstico em suas casas. Elas têm que cuidar da casa e da família, incluindo muitas vezes filhos e, como Cristiane, dos irmãos quando criança e, agora, dos pais. Em sua primeira entrevista comigo afirma que

pra gente é muito mais difícil do que é pra um cara, que simplesmente tipo ‘ah, eu vou aí pintar’, assim como ele vai jogar bola, assim como ele vai encontrar os mano ali no bar... pra nós mulheres é muito maior essa questão. é tipo... você tem que deixar comida pronta em casa, tem que deixar tudo bonitinho pra você sair no seu rolê [...] (MONTEIRO, 2016).

O famoso artigo de Linda Nochlin, *Why Have There Been No Great Women Artists?*, de 1971, aponta para esse gap entre estímulo aos artistas e às artistas. Cristiane, por mais que se identifique com um universo lúdico e ter o escritório em casa (até meados de agosto, quando se casou e se mudou da casa dos pais), ainda era responsável por grande parte dos afazeres domésticos daquele ambiente. Na época em que realizei a vivência em sua casa ela fazia as compras no supermercado às sextas-feiras e deixava o almoço pronto para que os pais pudessem se alimentar ao chegarem de seus respectivos trabalhos.

Ao apontar essas questões evidencio que são maiores do que um artista ou outro,

mas sim inerentes a estrutura da sociedade atual. Portanto, ao colocar que o privilégio de gênero é intrínseco a formação da dupla OS GÊMEOS, é dada evidência ao que Nochilin (1971) argumenta, mesmo que, com ironia, afirme que é errônea a atribuição de genialidade inata às condições sociais dos artistas considerados gênios. Isso porque esses gênios tiveram apoio e condição fornecida por outros para se dedicarem plenamente ao desenvolvimento artístico – de um dom devidamente explorado ao reconhecimento entre pares e nas cenas artísticas.

Tvadorvskas (2011), em sua leitura, acrescenta que *a partir de seus textos* muitas pesquisadoras – a exemplo de Andrea Giunta no Chile, Cláudia Fazzolari, ela mesma e Luciana Loponte, no Brasil – “passaram a perguntar-se não apenas pelo porquê das mulheres não terem sido reconhecidas como grandes mestras, mas, sobretudo, pelas estratégias de poder e de saber [...] que justificavam tais exclusões” (TVADORVSKAS, 2011, p.2). Ou seja, artistas passam por processos diferentes de legitimação dependendo de seu gênero, assim como grafiteiros e grafiteiras.

Inerente à questão de gênero está a de classe e raça, que acrescenta dificuldades ao crescimento de artistas mulheres negras. Portanto, Cristiane pode ter sido uma criança estranha por seus gostos, mas ainda como menina negra de periferia, se assemelha à tantas outras com as mesmas atribuições. Adulta, enfrenta problemas que suas colegas artistas brancas não enfrentam, e que os homens não percebem – na vida e no que concerne ao graffiti. Essa associação é a base do pensamento feminista interseccional, cunhado pela professora estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, lido e trabalhado no contexto brasileiro por Carla Akotirene em 2018. Para esta, pensar de maneira interseccional é ter uma ferramenta teórica e metodológica que aponta para as articulações decorrentes do cisheterobranco-patriarcado, que “repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas”, como também comenta em entrevista ao Geledés, no mesmo ano.

Figura 2 Preparação de Cristiane e Carolina para a pintura em conjunto na Vilynda, Vila Madalena, 25 de janeiro de 2018. Fonte: da autora, 2018.



Figura 3 Cristiane e Carolina realizando a pintura em conjunto na Vilynda, Vila Madalena. São Paulo, 25 de janeiro de 2018. Fonte: Pedro Takiya, cedida por Carolina, 2018.

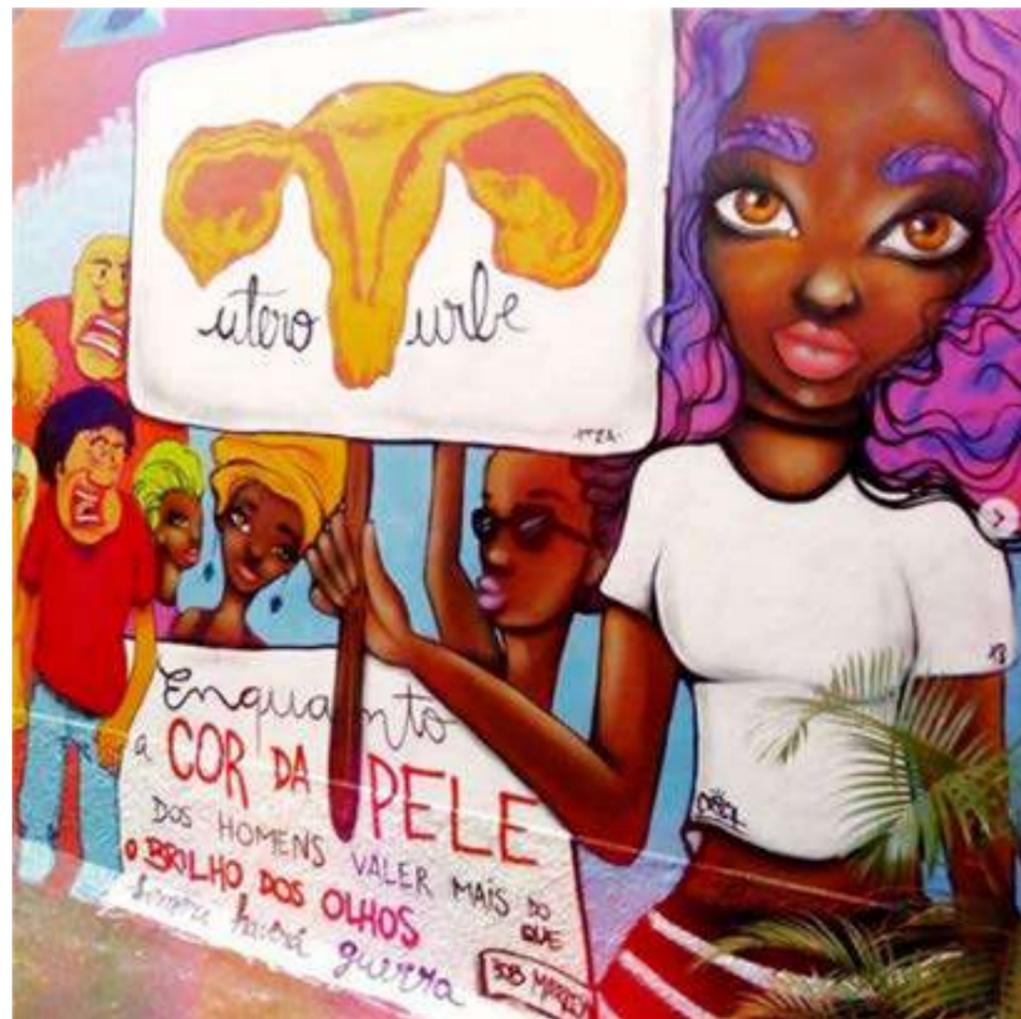


Figura 4 Painel realizado na Vilynda, Vila Madalena, em conjunto por Cristiane e Carolina finalizado. São Paulo, 25 de janeiro de 2018. Fonte: autora, cedido ao GMCR e retirado do Instagram, 2018.

Ao se manifestarem, neste caso por meio de arte, as mulheres que dominam seus corpos conseguem também dominar sua voz, em consonância ao que coloca Ribeiro (2017), “o falar não restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (p.64). Uma vez existindo, ocupam lugares e, portanto, esses lugares carregam grupos sociais oprimidos e, por meio de gestos artísticos, fazem críticas e se mantêm fortes com objetivo de desconstruir as ordens patriarcais e racistas. Uma mulher que se anestesia e outra que se camufla, refutam “historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p.64). A mãe que se anestesia poderia ter sido uma artista de tanto sucesso quanto os(as) filhos(as). Tiburi (2018), a respeito desse ponto, faz a seguinte colocação: “[...] as mulheres precisam falar de si mesmas em todas as esferas – na arte, no conhecimento, na religião, por exemplo. Assim é que o feminismo pode restituir a cada uma o seu lugar legítimo de fala” (TIBURI, 2018, p.94) .

### **Movimentando o movimento: o Graffiti Mulher Cultura de Rua**

Trazendo os conceitos trabalhados anteriormente para o debate acerca do graffiti, lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e empoderamento (BERTH, 2018) continuam correlacionados e auxiliam no entendimento de algumas questões ao compartilharem pontos em comum em relação às vivências dentro e fora do graffiti, como mulheres e como grafiteiras. Do mesmo modo que Berth coletiviza o lugar de fala, enfatiza que empoderamento versa sobre o coletivo e não sobre as individualidades. Ressalta-se que não é desejo uma homogeneização, mas a possibilidade de que se trabalhe com individualidades em construção coletiva. Assim faz-se importante a articulação entre as grafiteiras e, nesse sentido, Cristiane é personagem importante que dialoga e consegue conciliar o pensamento de várias grafiteiras cujas vivências se conectam por meio da raça, gênero e classe, mas que ainda se envolviam em conflitos e se afastavam.

A partir da inquietação dela em relação a essa perda de vínculo entre grafiteiras, e, devido à competitividade incitada por grafiteiros entre as poucas que conviviam, ela criou o grupo homônimo no Facebook. O nome faz alusão ao Hip-Hop Cultura de Rua, a primeira coletânea de rap nacional, lançado em 1988, em São Paulo/SP. Semelhante à proposta do GraffiteirasBR, a primeira rede brasileira de grafiteiras, o grupo, por sua vez, possibilita discussões e trocas entre grafiteiras de maneira dinâmica, gerando vínculos entre grafiteiras e a publicação de fotos e vídeos, permitindo o armazenamento de imagens suportadas pela plataforma.

Em 2015 ocorreu o primeiro evento organizado com o nome do movimento, no qual algumas grafiteiras pintaram em grandes telas na praça central de Embu das Artes/SP. De acordo com Cristiane, esse primeiro evento deu destaque às mulheres da cidade e RMSP, fortalecendo seus vínculos.

Em setembro de 2017, depois de meses de articulação, ocorreu o 1º Encontro do Graffiti Mulher Cultura de Rua, na CEMEI Capão Redondo, com atividades para as famílias da comunidade – uma diferença das tradicionais reuniões e eventos de graffiti. Como um dia de celebração, mais de 20 mulheres grafiteiras pintaram, juntas, sendo um momento importante para cena do Graffiti feminino de São Paulo. Contudo, foi a última ação concreta realizada pelo GMCR até a redação deste artigo, tendo a equipe focada nas coberturas de eventos via Instagram durante o ano de 2018.

Desde o momento de criação do GMCR há o projeto de mapeamento de todas as grafiteiras do país, sendo realizada somente uma sondagem dentro do grupo do Facebook por meio da ferramenta de publicações. Nele, importante frisar, só podem

entrar mulheres e, também, mediante às respostas de um questionário elaborado por Cristiane. Esta é uma evidência de que a articulação e a mediação de Cristiane são importantes, mesmo que outras membras da equipe tenham este poder de veto. Oscilando entre novecentas e mil membras, o grupo do GMCR no Facebook mantém a ideia de movimento de mulheres viva, diversificando as ações, inclusive criando o perfil no Instagram, outra rede social importante na cena do graffiti da RMSP. Não é para encerrar em si mesmo, sendo a ideia principal, desde o cerne, permitir conversas seguras entre grafiteiras e motivar encontros. Hoje há mais grupos de mulheres grafiteiras que se formaram com o mesmo intuito, demonstrando, como o GMCR, e ainda a rede GraffiteirasBR formaram o alicerce para o diálogo e colaboração entre grafiteiras no Brasil.

### **Processos de trabalho**

Se a principal motivação para a criação do GMCR foi a existência de competição entre as mulheres no graffiti, pensar na questão de gênero em seu próprio trabalho foi um processo pessoal para Cristiane. Fala que teve “muitos desafios, bloqueios que eu mesma tive que desbravar em mim mesma pra poder ter o trampo que eu tenho hoje e tudo foi uma construção” (MONTEIRO, 2016).

Conta que, devido a suas experiências nas ruas e em eventos é que conseguiu tomar consciência de que a assimetria é desfavorável para as mulheres, assim como é para as pessoas negras e, por meio da interseccionalidade, para as mulheres negras. Ao tomar frente de uma organização, contribui para o que é chamado pelas grafiteiras da cena estudada de nova pedagogia dentro do graffiti. As práticas das grafiteiras têm em vista uma mudança estrutural da sociedade, ainda pautada por ensinamentos agressivos e não-inclusivos. Ao promover uma mudança do modo de aprender e ensinar a grafitar – se aplicam em oficinas, chamam umas as outras para dividirem o mesmo espaço em eventos e buscam o diálogo – estão fortalecendo suas relações e as da comunidade em que se inserem, a exemplo do 1º Encontro do Graffiti Mulher Cultura de Rua, citado anteriormente.

Comentou, naquela primeira entrevista concedida, que criou o canal *Crica Monteiro* na plataforma YouTube para ensinar o que sabe (MONTEIRO, 2016) e que, por isso, foi criticada – por homens. O objetivo de empoderar umas às outras está contida nesse ato, sendo o que mais se aproxima ao que Berth (2018) defende: dá oportunidades para que, no coletivo, as mulheres (no caso, grafiteiras) se organizem e construam aos poucos a cena do graffiti feminino na RMSP. Por isso, afirma que

se hoje eu tô sendo a referência das mina também, como outras grafiteiras por aí, é porque eu acreditei. Acreditei em mim, acreditei no meu potencial que tanto sendo mulher ou homem eu podia subir numa escada, subir num andaime, carregar um monte de lata de spray, porque não é fácil, gente, é muito peso, é cansativo. A gente tem que ter muita força de vontade. Você tem que ter força de vontade até mesmo pra você tirar dinheiro do seu bolso pra você fazer seus rolês, que às vezes não é perto da sua casa. Tô aqui, né(MONTEIRO, 2016) .

Não se considera feminista, mas diz, na conversa por Skype, que o feminismo negro a contempla (2017). O feminismo negro surge a partir da “cisão das mulheres negras com o movimento feminista hegemônico” que, “por deterem o domínio racial e contarem com maior número de lideranças consolidadas, as feministas brancas resistem às questões das mulheres negras” (ARRAES, 2014, snp). Assim, ao se

identificar com este movimento, Cristiane demonstra que entende que há uma competição multiescalar dentro da cena: a exclusão pode ser motivada por razão passional, mas ao competir no mercado, as mulheres negras artistas são menos contratadas do que as brancas – é o sistema capitalista que incorpora os privilégios cisheterobrancopatriarcais como sua estrutura.

O feminismo hegemônico, branco/burguês, como é colocado por Arraes (2014), reproduz os privilégios da branquitude. Portanto, “o Feminismo Negro existe, desde seu surgimento, para emergir as questões periféricas repudiadas pelo status quo”, finaliza (ARRAES, 2014, snp).

Com origem no Hip-hop, Cristiane mantém sua identidade como grafiteira do movimento, participando de eventos e colocando seus elementos – Graffiti, DJ, MC, B-boy (e B-girl) – nos trabalhos que faz. Em sua 1ª exposição individual, de início em fevereiro de 2018, uma das aquarelas expostas prestava homenagem ao movimento. Uma vez que o movimento Hip-hop brasileiro “é um dos mais politizados do mundo” (MOASSAB, 2008, p. 20), essa identificação de Cristiane, assim como de outras grafiteiras e outros grafiteiros atesta a importância desse lugar para a construção de uma cena<sup>4</sup> do graffiti feminino dentro do movimento Hip-hop.

Um dos motivos para a politização do Hip-hop é a pertinência ao Movimento Negro, e, em termos de questão de raça foi “um meio de comunicação e uma vertente cultural importante para o Movimento Negro – MN” (MOASSAB, 2008, p.88). Mesmo assim, fundamental foi o debate em torno da mulher negra dentro do MN, tanto que uma das séries de Cristiane é intitulada Empoderadas do Samba (2016), desfazendo esses estereótipos relacionados aos movimentos majoritariamente negros, como o Hip-hop e, antes dele, o Samba. Além de, e, com intuito de incentivar a reflexão sobre a relação entre esses movimentos e a legalidade a partir da aprovação da branquitude. Da mesma forma que se pensam como enfrentar os estereótipos sobre mulheres negras, discute-se as estratégias para se estar na rua.

Poder *pintar de short* não é um capricho, é uma necessidade que não pode ser cumprida por conta de se estar inserida em um sistema cisheterobrancopatriarcal, assim como *não se pode* pintar usando vestido se for subir em uma escada – como foi sugerido a Carolina amarrar um casaco na cintura quando subiu na escada durante a pintura da Vilynda, em 2018, durante aquela pintura em conjunto com Cristiane. No painel que fizeram em conjunto, apresentado acima, o tema era manifestação pelos direitos das mulheres, a bandeira: o Útero Urbe, projeto vigente de Carolina, em stencil. As personagens, mulheres negras, foram feitas por Cristiane, pensa-se esses elementos em destaque em determinados trabalhos, mas enquanto posição interseccional é importante evidenciar que não existe hierarquia entre eles, evidenciando a proposta de colaboração.

A discussão de gênero e raça deveria ser equivalente de acordo com a premissa do feminismo interseccional, porém ainda se hierarquiza gênero sobre raça no feminismo branco/burguês, que é a maioria produzida. Por isso, quando se intensificam as divergências em um debate, as questões de gênero, raça e classe devem ser trabalhadas conjuntamente, pensando no horizonte apontado por outras teóricas, como as teóricas negras brasileiras aqui elencadas, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Jarrid Arraes e Joice Berth.

<sup>4</sup> É pensada aqui a cena como Straw (2006) relaciona os movimentos musicais, o Hip-hop sem seus quatro elementos articula-os “em uma unidade cultural cujos limites são invisíveis e elásticos” (p. 7) Mencionando o movimento brasileiro (idem), evidencia que o conceito de cena pode ser aplicado ao contexto do Hip-hop do país.

## Considerações finais

Por tudo que foi visto em sua *herstory*, processo de trabalho e das formas que se identifica, percebemos que Cristiane é uma representante da cena do graffiti feminino em São Paulo que se preocupa e realiza a articulação dentro da cena, sempre conversando e incentivando mulheres a serem protagonistas de suas próprias vidas, incluindo graffiti.

O trabalho intenso de Cristiane para manter o movimento em movimento é realizado em meio às responsabilidades do emprego na MSP. Essa conquista do sonho de infância, realização pessoal foi possível ao empenho e apoio da família, ainda que de forma parcial. Outro ponto positivo a ser comentado a respeito de sua contratação na área de Projetos Temáticos na MSP é ser sinal da mudança dos projetos das empresas em consonância com as mudanças na sociedade, como a inserção de Milena, a nova personagem da Turma da Mônica que é uma menina negra.

Contudo, as práticas de Cristiane não escapam às críticas e aos processos do mercado. Os grafiteiros que dominam a cena paulistana dizem que criaram dentro do mercado da arte um nicho para o graffiti. Porém, continuam a falar que o graffiti feminino ainda não é técnico o suficiente para estarem presentes em seus eventos, mas justamente neste ponto é que, com seu pensamento, Cristiane rebate, “não interessa se você pinta bem ou não, [...] o que interessa é a mensagem de que você quer passar, transmitir [...] e a coragem que você tem de sair com a sua mochila na rua pra pintar” (MONTEIRO, 2016).

Assim, alia o que fala com o que pinta, incluindo mais mulheres dentro dessas práticas tornando-as menos desiguais. As práticas artísticas que permeiam os gêneros masculino e feminino encontram no graffiti a possibilidade de fazer discutir seus processos históricos, das técnicas – o manuseio de uma lata de spray, como exemplo – e estilos, de acordo com a contribuição das mulheres, que agregam novidades para o desenvolvimento dentro de suas cenas.

Além disso, apontou-se no artigo que o uso das redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) como ferramenta de contato, diálogo, articulação e, muitas vezes, solução de conflitos. No grupo do GMCR no Facebook, por exemplo, Cristiane atua como mediadora em casos em que as publicações não estão adequadas, mesmo que sejam eventos atípicos e, também, faz a movimentação em torno de assuntos e campanhas específicas. “Em sua redação, no grupo e na página do Graffiti Mulher Cultura de Rua, a eloquência transparece. Tem fôlego para compartilhar tudo, do trabalho que faz ao evento internacional que não pode comparecer” (FIGUEIREDO, 2017), como observo.

A alegria, determinação e criatividade são fundantes de sua personalidade, de criança estranha a grafiteira, de mulher negra que entende suas origens e o papel que exerce no (seu) mundo. Cristiane Monteiro, grafiteira e designer, cunhou seu espaço na cena do Hip-hop da RMSP por meio do esforço pessoal, mas, também, por perceber, logo cedo, que sozinha não cresceria e que junto a outras o movimento se mantém firme e forte e, como diz, *bora pintar!*

## Referências bibliográficas

ARRAES, Jarrid. *Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria*. Revista Fórum Online, 2014. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Entrevista concedida a Carla Batista. Portal Geledés, 08/09/2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>> Acesso em 9 de novembro de 2019.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CRENSHAW, Kimberlée. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago. Legal F., 1989. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/CREDTI.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

CRENSHAW, Kimberlée. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. In: Cruzamento: Raça e Gênero. Brasília: Unifem. p.7-16. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

FIGUEIRDO, Ana Luísa Silva. *Mulheres e o Urbano: apreensão do graffiti na Região Metropolitana de São Paulo. 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11*. UFSC, Florianópolis: 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496855943\\_ARQUIVO\\_WW-ComunicacaoOral-AnaLuisa-TextoCompletoV0.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496855943_ARQUIVO_WW-ComunicacaoOral-AnaLuisa-TextoCompletoV0.pdf)> Acesso em 09 de novembro de 2019.

FIGUEIRDO, Ana Luísa Silva. *Mulheres no graffiti: perspectivas da prática em contexto metropolitano*. 2019. 220p. Dissertação (mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KAISER, Millos. *Os Gêmeos*. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/osgemeos>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

MOASSAB, Andréia. *Brasil Periferia(s) - A Comunicação Insurgente do Hip-Hop*. Tese de Doutorado. Curso de Comunicação Social, Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MONTEIRO, Cristiane. [ago. 2016]. Entrevista concedida a: Ana Luísa Silva Figueiredo. Santa Rita do Sapucaí, MG, 2016; 2 arquivos .mp4 (18 min; 6 min)

PABÓN-COLÓN, Jessica N. *Grffiti Grrlz: Performing Feminism in the Hip-hop Diaspora*. NYU Press. New York. 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

STRAW, William. *Scenes and Sensibilities*. E-Compós, 6. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.30962/ec.v6i0.83>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em Comum: para todas, todes e todos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

## BEATRIZ GONZÁLEZ: pintora da dor e da ironia na Colômbia

*Taís Beltrame dos Santos<sup>1</sup>  
Humberto Levy de Souza<sup>2</sup>*

### Resumo

Beatriz González é uma artista colombiana que se empenha em anunciar os acontecimentos políticos de seu país através de suas obras. Participou com trabalhos na recente exposição Mulheres Radicais, sediada na Pinacoteca de São Paulo em 2018. Reunindo trabalhos de mulheres latino-americanas, a exposição apresentou obras invisibilizadas na história da arte produzidas entre 1960-1985. Beatriz retratou diferentes personagens, muitas vezes reproduzindo imagens divulgadas em jornais ou na própria televisão. Usando de ironia, fez crítica a políticos, episódios e relações colonialistas, que determinam os jogos políticos na América Latina. Defensora dos espaços de arte como lugar de encontro, e da arte política, acredita que a história pode ser acessada, recontada e debatida, usufruindo da educação como ferramenta para o afastamento da mediocridade.

Palavras-chave: mulheres artistas, américa-latina, história da arte colombiana.

## BEATRIZ GONZÁLEZ: painting of colombian irony and pain

### Abstract

Beatriz González is a Colombian artist who endeavors to announce the political events of her country through her works. She participated in works at the recent exhibition Women Radicals, held at the Pinacoteca de São Paulo in 2018. Bringing together works by Latin American women, the exhibition featured works invisible in the history of art produced between 1960-1985. Beatriz portrayed different characters, often reproducing images published in newspapers or on television itself. Ironically, he criticized politicians, episodes and colonialist relations that determine the political games in Latin America. Defending art spaces as a meeting place, and political art, she believes that history can be accessed, retold and debated, enjoying education as a tool to move away from mediocrity.

Keywords: women artists, latin america, colombian art history.

<sup>1</sup> Mestranda pelo programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas, graduanda de Artes Visuais - licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas - FAUrb/UFPel com graduação sanduíche na Faculdade de Arquitetura da Universidad Santo Tomas Seccional Tunja (COL).

<sup>2</sup> Graduando de Artes Visuais - licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas.

### Beatriz González: uma mulher radical

É impossível começar esse escrito evidenciando outro fato que não a ausência de mulheres na história da arte latino-americana. As buscas por nomes de artistas nascidas e crescidas na América Latina explicitam um contexto histórico de apagamento. Ao procurar nomes de mulheres que produziram no contexto do modernismo, onde diversas vanguardas nacionais se anunciavam e elucidavam a ambição de romper com as imposições colonizadoras, encontramos poucas representantes femininas. Dentre as poucas que conseguiram algum destaque, muitas são imigrantes europeias, que já se situavam num contexto artístico antes da vinda para América.

No Brasil, por exemplo, segundo Semioni (2009):

Durante o século XIX, a arte parecia ser uma profissão exclusivamente masculina. Os interessados formavam-se na Academia Imperial de Belas Artes, onde adquiriam os conhecimentos necessários para se tornarem artistas e, posteriormente, viverem de suas classes e das encomendas oficiais e privadas que, vez por outra, aconteciam. As poucas mulheres que ousaram ingressar nesse sistema dominado pela academia eram julgadas por seus pares de modo pejorativo, como amadora (SEMIONI, 2009, p.29).

A incredulidade que a mulher possuía enquanto artista já a retirava de qualquer círculo de reconhecimento possível. Julieta França, por exemplo, escultora brasileira que ganhou o prêmio Viagem ao Exterior concedido a uma mulher pelo Salão Nacional de Belas Artes em 1899, é pouco falada por nós. O esquecimento de importantes nomes nos faz considerar a “presença da mulher nas artes plásticas apenas a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, com Tarsila do Amaral e Anita Malfati” (LEAL, 2012). Certamente a obra dessas mulheres é muito importante, mas só foi considerada pela presença de outras mulheres, anteriores, que reivindicaram esse espaço nas escolas de Belas Artes e Salões de exposição.

Com a revolução industrial e o crescimento das cidades, as mulheres passam a constituir também a classe trabalhadora. Com o advento da segunda guerra mundial, novas organizações feministas começam a emergir. E o movimento feminista se fortalece nos anos 1960: as mulheres passam a requerer a liberdade de expressão, a liberdade sexual e a liberdade do próprio corpo. Tais questões são inauguradas na produção de arte e as mulheres “começam a reivindicar seus lugares nos museus e na história da arte, a se organizar e a montar suas próprias exposições, a dirigir suas próprias galerias e a dar aulas particulares” (GROSENICK, 2003, p.15).

Apesar da mulher conquistar a possibilidade de produzir arte, ainda hoje ocupa posições não igualitárias no cenário mundial. Têm-se dificuldade em fazer um resgate das produções do século XIX e mesmo os nomes que ganharam notoriedade no século XX não foram repercutidos com tanta intensidade quanto os masculinos. Artistas contemporâneas vêm sendo resgatadas por diversos movimentos feministas do Século XXI, que cobram a presença da mulher em diversos setores. Entretanto, ainda não podemos falar de igualdade de gênero nesse sentido.

Compartilhando da angústia de desvelar os nomes de mulheres que produziram e produzem arte, a exposição Mulheres Radicais, realizada na pinacoteca de São Paulo em 2018, buscou expor os trabalhos femininos e feministas produzidos por mulheres dos anos 1960 a 1985. A série retratou aspectos que externam e denunciam as marcas de diversas opressões que perpassam o ser mulher. “Durante esse período, as artistas pioneiras partiram da noção do corpo como um campo político e embarcaram

em investigações radicais e poéticas para desafiar as classificações dominantes e os cânones da arte estabelecida” (PINACOTECA, 2018). Demonstram a liberdade proporcionada pela segunda onda do movimento feminista, que discutiu o lugar da mulher, não só como corpo erótico mas como produtora de arte, de questionamentos e subjetivações. E ainda trazem a dor do corpo feminino que lutou e sofreu em meio às diversas ditaduras que assolaram a América Latina. “As vidas e as obras dessas artistas estão imbricadas com as experiências da ditadura, do aprisionamento, do exílio, tortura, violência, censura e repressão, mas também com a emergência de uma nova sensibilidade” (YU, 2018).

Dentre as artistas envolvidas na exposição, pretende-se, nesse texto, destacar a produção de Beatriz González (Bucaramanga, 1938), artista colombiana. A pintora, escultora, crítica, curadora e historiadora de arte, cresceu em um período colombiano conhecido como “La Violencia” (1948-1960), que teve seu princípio com a morte do líder popular liberal Jorge Eliécer Gaitán. Formou-se em Belas artes em 1962, ano em que foi lançado o livro *La violencia en Colombia: estudio de un proceso social*, que chocou a elite colombiana ao denunciar a brutalidade que havia matado mais de 200 mil jovens, em sua maioria pobres e rurais, ao longo dos últimos 20 anos. Com o objetivo de retratar os acontecimentos de seu país, a artista desenvolveu diferentes séries artísticas ao longo dos mais de 50 anos de produção. Em setembro de 2000 recebeu da Universidade de Antioquia o título de doutora em Honoris Causa em Artes Plásticas.

Entretanto, pouco material foi organizado acerca de sua produção. Suas obras se encontram disponíveis digitalmente para consulta, mas, existem poucos escritos sobre as relações das obras com o contexto histórico em que foram produzidas. O trabalho objetivou, através de revisão bibliográfica, traçar correlações entre as notícias pintadas por Beatriz, e os acontecimentos que despertaram a criação de suas obras. Além de divulgar seu trabalho, que é pouco conhecido aqui no Brasil, assim como de muitas outras artistas latino-americanas que produzem na contemporaneidade.

### Correlações

Apesquisa foi facilitada pelo Banco de Archivos Digitales de Artes en Colombia (BADAC), repertório temático multimídia pertencente a Facultad de Artes y Humanidades de la Universidad de los Andes, que disponibiliza em forma de catálogo, grande parte dos trabalhos da artista. As imagens foram comparadas com narrativas presentes em entrevistas concedidas por Beatriz à diferentes revistas, críticas e publicitários, além de contextualizadas aos marcos históricos e notícias que a estimularam a compor seus trabalhos. Como a artista sempre denuncia acontecimentos, e o banco de arquivos muitas vezes divulga também a notícia de jornal que despertou a criação de Beatriz, as relações aqui expostas são apresentadas em ordem cronológica, seguindo a narrativa intrínseca ao trabalho da artista.

### A arte de Beatriz González

A carreira de Beatriz González pode ser dividida, segundo ela mesma, em duas fases marcantes. A primeira que antecede os anos 1980, e é imbricada de ironias e sátiras acerca do contexto da arte e da vida política da Colômbia. É reconhecida por Beatriz como uma fase tragicômica. Em meio a um país com forças políticas repressoras, em estado de sítio, frete ao nascimento das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e do ELN (Exército de força Nacional), retratou líderes conservadores importantes em cores fortes, e pinceladas imprecisas. Por meio de seus retratos em

estilo único, buscou criar ícones. Usou imagens em folhas de jornal, anúncios e revistas para criar suas pinturas, como uma forma de imortalizar também a figura de pessoas que perderam a vida em meio ao caos (GONZALEZ, 2013). Segundo Marta Traba (1974), crítica de arte colombiana, “nessa primeira etapa de pinturas a óleo sobre tela, ele chegou às cenas, não pela imitação da pintura industrial soprada por artistas americanos, mas pela análise das cores, suas relações e seus limites.” A segunda fase é representada não mais pela ironia. E sim, pela dramaticidade e dor. Possuiu como fato histórico principal, a ocupação do Palácio da Justiça de Bogotá por integrantes do M-19 (Movimento 19 de Abril, em referência a uma suposta fraude nas eleições presidenciais de 1970 a favor dos conservadores) em novembro de 1985. No episódio, os integrantes do M-19 queriam submeter a presidência do Palácio a um Juízo público, mas o exército não permitiu e invadiu o Palácio com um tanque de guerra. No episódio, 98 pessoas foram mortas, incluindo 11 pessoas da suprema corte, e 11 pessoas ficaram desaparecidas (LAROSA, MEJÍA, 2014). Segundo Beatriz, depois da morte de tantos de uma forma tão violenta, já não se podia mais rir. Só restava a tragédia. A pintora passa então a trabalhar com cores verde e bordô escuro, que representavam o sofrimento dos colombianos.

A obra inaugural de Beatriz Gonzalez foi uma pintura intitulada *Os suicídios de Sisga* (1965). Refere-se a um casal (uma empregada doméstica e um jardineiro) que se suicidou na laguna de Sisga, próximo a Bogotá, como uma forma de eternizar a pureza do amor em um mundo do horror. Ambos tiraram uma foto com um buque de flores em mãos antes de consumir o ato, e a mesma, foi utilizada pela imprensa para noticiar o caso. (KALMANOVITZ, 2014). Beatriz decide pintar a imagem do casal atraída pela imagem de reprodução, que apesar de bem composta visualmente, havia saído borrada nas impressões do jornal (GONZALEZ, 2013).

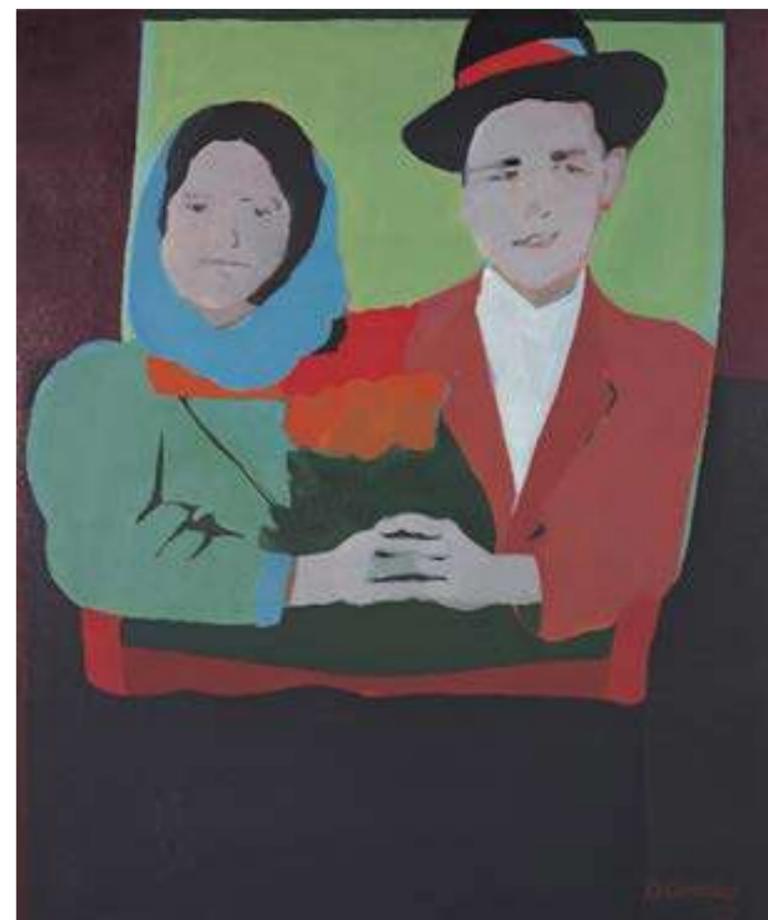


Figura 1: *Los Suicidas del Sisga No 1*, 1965. (120x100cm). Fonte: Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 25 de junho de 2019.

Na época não era comum que uma artista usasse de uma imagem de reprodução para elaborar seu trabalho. A obra foi enviada para o Salón Nacional de Artistas e não foi aceita. Por intermédio de Marta Traba, crítica de arte latino-americana e ex professora de Beatriz, a obra foi aceita e obteve um prêmio no evento. A obra além de marcar o início da carreira da artista, ressalta a importância do posicionamento político dos artistas, que segundo Beatriz, deveriam agir no campo da linguagem visual não somente como testemunhas, mas como historiadores do que vinha sendo a realidade. Como evidenciadores das vítimas anônimas.

A produção de Beatriz nos anos setenta e foi permeada também por trabalhos sobre imagens da iconografia ocidental. Fez releituras de Botticelli, Leonardo, Braque, Renoir e Manet, com a intenção de dar às obras outros usos e entendimentos, recolocando-as no gosto do público latino-americano (TRABA, 1973). Um exemplo paradigmático dessas releituras é *Telón de la móvil y cambiante naturaleza* (1973), em que Beatriz:

Pinta em um pano de fundo de sete por doze uma cópia da pintura *Le déjeuner sur l'herbe* [Almoço na grama, 1866], de Édouard Manet. O faz a partir de uma reprodução desbotada do mesmo que ela encontrou na capa de uma revista. Nesse trabalho, se aprofunda sua reflexão sobre como as produções artísticas e culturais ocidentais são transformadas e recodificadas quando chegam a um país do *terceiro mundo* (RODRIGUEZ, 2018).



Figura 2: *Telón de la móvil y cambiante naturaleza*, 1973. (700x1200cm). Fonte: Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 26 de junio de 2019.

Além de cortinas plásticas e tecidos, pintou também, a partir de reproduções de obras europeias, diversos mobiliários como penteadeiras, camas, mesas e bancos. Procurou se distanciar de materiais tradicionais da pintura, para exibir suas pinceladas em meios não convencionais. Em uma cama colocou o retrato do Senhor de Moseratte, obra que chamou de *Naturaleza casi muerta* (1970). *A última ceia* de Leonardo, desdobrou-se em *La última mesa* (1970) y *La Virgen de la silla* de Rafael Sanzio foi renovada em uma penteadeira. Já em 1980 pintou uma televisão com o retrato do presidente colombiano Turbay Ayala (1978-1982), político que inaugurou a televisão a cores no país. A obra se chamou *Television en Color* (1980). O presidente

também apareceria em outras obras da artista, que estava próxima de se deter na dor que assombraria a Colômbia.



Figura 3: *Nací en Florencia y tenía veintiseis años cuando fue pintado mi retrato (esta frase pronunciada en voz dulce y baja)*, 1974. (200x96x24cm). Fonte: Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 26 de junio de 2019.

A partir de 1985, com o holocausto do palácio da Justiça é que a artista determina a sua posição plástica. Mediante a política radical do presidente Belisario Betancur (1982-1986), sua obra se propõe a uma mudança de perspectiva, que não procura mais a ironia como crítica política, e passa a se estabelecer na denúncia de uma tragédia incansável.

A criação de um partido de esquerda popular (União Patriótica) formado pelos guerrilheiros desmotivados, em 1985, não acalmaria a situação.

Os líderes da União Patriótica foram sistematicamente eliminados por redes de forças misteriosas que incluíam o exército, mercenários / paramilitares, membros de organizações rivais da esquerda e, cada vez mais, carteis do tráfico de drogas. A violência contra a UP impediu a possibilidade de uma solução negociada para o conflito e produziu um sentimento geral de desconfiança entre o governo e todos aqueles que desafiaram sua autoridade política com o uso da força (LAROSA, MEJÍA. 2014).

A violência agora juntamente com a corrupção e o tráfico de drogas, são alvo das pinturas de Beatriz. Pinta uma série chamada *Tragedia pasional* em 1985. *Los papagayos* em 1986, a partir de um recorte de jornal que apresentava os membros do alto escalão do exército colombiano. E uma sequência intitulada *el poliptico de Lucho*. Na mesma época faz desenhos, aquarelas e colagens, além de esculturas.

Figura 4: *Los papagayos*, 1986. (35x150cm). Fonte: Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 26 de junio de 2019.



“A guerra entre o Estado e o cartel de Medellín, liderado por Pablo Escobar, se intensifica entre os anos de 1989 e 1990, período que ficou conhecido como fogo cruzado” (LAROSA, MEJÍA. 2014, p.119). Nesse período 4 possíveis candidatos a presidência foram mortos. A violência durou até 1993, quando Escobar foi capturado. As telas de Beatriz nesse período refletem uma série de acontecimentos trágicos, além da guerra ao narcotráfico, também aborda outros acontecimentos como as enchentes do Rio Magdalena. O Rio mais importante da Colômbia, além de alimentar diversas famílias, era utilizado pelo narcotráfico.

Figura 5: *La pesca milagrosa*, 1996. (75x150cm). Fonte: Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 26 de junio de 2019.



A constituição de 1991 foi outro ponto forte de sua produção. A artista se posicionou como uma testemunha do processo e passou a desenhar o máximo de congressistas possíveis ligados a nova constituição. Sua intenção era pintar os “bons e os maus” de forma a registrar em outra linguagem - a arte, os acontecimentos.

Durante os anos 90 a situação ainda não se acomodaria na Colômbia. Já não mais com os grandes cartéis, mas com pequenos grupos de narcotraficantes, o tráfico ainda continuou ativo. As FARC por sua vez, estaria no período de maior estrutura, ocupando um território de 42 000m<sup>2</sup> para armazenar armas, cigarros, sequestrados e itens de contrabando. Com o apoio do governo dos Estados Unidos, a Colômbia investe mais uma vez na luta armada em vez de acordos de paz. Mais uma vez também a população é violentada com o horror. (LAROSA, MEJÍA. 2014). Em 1996

as FARC atacam a base militar de Las Delicias, no Departamento de Putumayo, mata 31 soldados e sequestra 60. Beatriz Gonzales retrata em 1996 e 1998 uma série nominada *las delicias* em que explora imagens de homens e mulheres com os olhos tapados, com expressão de terror. A série foi feita a partir de fotografias de familiares dos soldados em questão.



Figura 6: *La Constituyente*, 1991. (150x450cm). Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 26 de junio de 2019. Figura 7 e 8: *Las Delicias* 03, 1996. (24x24cm). *Las Delicias* 19, 1998. (24x24cm). Fonte: Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 26 de junio de 2019.

Também repercutindo a tragédia e o medo causado pelas FARC, pinta *Mátame a mi que yo ya viví* (1996), *Población civil* (1997), *Autorretrato llorando* (1 y 2), y *El Silencio* (1997), entre outras. Representa mulheres, em sua maioria indígenas ou camponesas, que tiveram suas casas invadidas por guerrilheiros, e muitas vezes viram seus filhos e maridos serem mortos.

Em 2001, ainda no governo de Andrés Bello (1998-2002), no departamento de Cauca 500 militares invadem a região do Alto de Naya e matam cerca de 130 pessoas, entre indígenas camponeses e afro-colombianos. Dos quais apenas 38 são encontrados (LAROSA, MEJÍA. 2014). Como um tributo às vítimas deste crime enorme, Beatriz González pinta 17 bancos pretos, comprados no mercado popular de Bogotá, e em cada um registra imagens mortuárias brancas, que representam 17 jovens massacrados no ocorrido. Ela chama o trabalho de Naya.

Beatriz, incansavelmente, faz pinturas sobre as vítimas da guerrilha na Colômbia. Pinta diversos momentos de dor e sofrimento entre os anos de 2002 e 2008. Além-se ao objetivo de fazer de cada vítima uma história sagrada.



Um de seus trabalhos mais extensos acontece em 2008 e em um antigo cemitério. O espaço, que antes abrigava 9857 corpos das vítimas dos confrontos civis viria a ser demolido para a construção de um espaço de lazer. Se apagaria assim a memória dos anos de violência. Como uma forma de reafirmar a importância do lugar simbólico, Beatriz pinta todas as lápides a partir de oito modelos, com a ideia de “repetir para não esquecer” (GONZALEZ, 2014). O trabalho, chamado *Auras Anônimas* passa a ser uma das obras mais emblemáticas da artista.



Nos últimos anos vem trabalhando no registro de outras tragédias, que também apresentam um cunho político, mas em um recorte histórico-social. Retratou por exemplo novas inundações do Rio Magdalena em 2013. Além-se também ao registro de outras dinâmicas de território, como os deslocamentos de imigrantes e a luta de movimentos sociais pelo direito às terras.



Figura 11: *Boceto del Zulia I*, 2015. (60x60). Fonte: Catálogo Razonado Beatriz González, consulta 26 de junho de 2019.

Beatriz acredita que é necessário que os museus se coloquem não como grandes cemitérios, ruínas de memórias, mas como meios de difundir a história e a paz. Defende a arte educação como uma possibilidade de afastamento da mediocridade. Acredita em museus e galerias como espaços horizontais de debate, onde a história pode ser permeada, recontada e debatida. Trabalhadora para que não se repita. Atualmente ainda produz arte. Tratada sempre como artista pop, não se descreve como tal. Relata que não bebeu de fontes pop como o estadunidense Warhol, e que se aproxima de uma abstração que não é aceita pelo movimento. Acredita produzir uma arte referenciada em diversas obras da história da arte mundial, com a pincelada de uma artista colombiana, que sempre vivenciou e retratou um cenário Latino-americano.

### Considerações Finais

Beatriz Gonzalez não é reconhecida por um trabalho feminista, mas evidentemente possuiu grande importância no cenário latino-americano garantindo a ocupação dos espaços de arte por mulheres. Ademais, procurou retratar e desdobrar o sofrimento

de diversas mulheres que sofreram com a luta armada na Colômbia. Retrato sobretudo, não somente a morte daqueles que foram, mas a dor daqueles e daquelas que sobreviveram. Buscou às cores para expor o impacto de diversos episódios, entre eles o choro das mães que perderam seus filhos. Dedicada a olhar para o menor, leva para os espaços de arte política, resistência e denúncia.

Seu trabalho, reconhecido na Colômbia e na Espanha, ainda é pouco divulgado em outros países, e pertence majoritariamente a coleções particulares. Entretanto, em outros espaços de atuação, como nas Universidades, Gonzalez não só foi uma influenciadora muito importante, como grande incentivadora de artistas posteriores como Doris Salcedo e Clemencia Lucena, que também reafirmam o papel político da arte.

### Referências Bibliográficas

ALDERID, Gutiérrez Loaiza. *Negociaciones de paz en Colombia, 1982-2009*. Un estado del arte. 2012. Estudios Políticos, 40, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, (pp. 175-200).

GONZALEZ, Beatriz. *Entrevista concedida a Rocío Londoño*. Bogotá, mar. 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gjjZL9p6tXo>> Acesso em 25 de jun. 2019.

GROSEMICK, Uta. *Mulheres Artistas: século XX e XXI*. Taschen, 2003.

KALMANOVITZ, Manuel. *Los suicidas del Sisga No. 1*, en Revista Arcadia.com, 23 de enero, 2014, <http://www.revistaarcadia.com/impresas/especial-arcadia-100/articulo/arcadia-100-los-suicidas-del-sisga-n-1-beatriz-gonzalez/35052>

LAROSA, Michael; MEJÍA, German. *História concisa de Colômbia (1810-2013)*. Bogotá, 2014. Ministéria de Cultura. Disponível em < [http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/10560/Historia\\_concisa\\_digital.pdf?sequence=4](http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/10560/Historia_concisa_digital.pdf?sequence=4) >. Acesso em 25 de jun. 2019.

NOTÍCIAS CARACOL. *El arte y el dolor de Beatriz González*. 04 de jun. 2009. disponível em ,<https://www.youtube.com/watch?v=6K149igSfdM> > Acesso em: 25 de jun. 2019.

PINACOTECA. *Mulheres radicais: arte latino-americana entre 1960-1995*. Pinacoteca de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em <<https://pinacoteca.org.br/programacao/mulheres-radicaais-arte-latino-americana-1960-1985/>> Acesso em: 24 de jun. 2019.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. São Paulo: Fapesp, 2008.

UNIVERSIDAD DE LOS ANDES. *Catálogo Razonado Beatriz Gonzalez*. Disponível em <<https://bga.uniandes.edu.co/catalogo/>> Acessado em 25 de jun. 2019.

YU, Isabela. *A exposição "Mulheres radicais: arte latino-americana, 1960-1985" conta com o trabalho de 120 artistas em mais de 280 obras*. L'official, São Paulo, 13 de ago.2018. Disponível em <<https://www.revistalofficial.com.br/arte/120-artistas-latino-americanas-s%C3%A3o-destaque-de-nova-exposi%C3%A7%C3%A3o-em-s%C3%A3o-paulo>> Acesso em: 24 de jun. 2019.



## POR QUE SER FEMINISTA? entrevista com a arquiteta e urbanista Andréia Moassab

**Carolina Frasson Sebalhos<sup>1</sup>**  
**Marina Mecabô<sup>2</sup>**  
**Shirley Terra Lara do Santos<sup>3</sup>**

### Apresentação

Andréia Moassab é Arquiteta e Urbanista, mestre e doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP. Atualmente é professora do curso de arquitetura e urbanismo e do programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/Brasil), tendo sido a responsável pelo seu primeiro projeto-político-pedagógico. Também é docente do programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento na mesma instituição. É autora do livro “Brasil Periferia(s): a Comunicação Insurgente do Hip-Hop” (Educ/Fapesp, 2011), finalista do prêmio Jabuti 2013, na categoria ciências humanas. Em 2007/08 fez seu estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Morou e trabalhou em Cabo Verde, África. Em seus artigos científicos têm abordado direito à moradia, feminismo, racismo, tecnologias alternativas e patrimônio histórico. Em 2016, integrou equipe de especialistas para os diálogos “Harmonia com a Natureza”, cujo relatório subsidiou a 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas. (texto elaborado a partir de seu Currículo Lattes).

### Entrevistada

Andréia da Silva Moassab

### Entrevistadoras

Carolina Sebalhos e Marina Mecabô

### Roteiro

Shirley Terra Lara dos Santos, Marina Mecabô e Carolina Sebalhos

### Revisão

Shirley Terra Lara dos Santos e Marina Mecabô

**Carolina e Marina: Gostaríamos de saber se tu te identificas como uma arquiteta-urbanista-feminista e como foi esse processo para ti, de autopromoção feminista como mulher-profissional-pesquisadora?**

Andréia: Primeiramente gostaria de parabenizar a equipe editorial da revista pela escolha do tema, muito corajoso nos tempos atuais e por isso mesmo, extremamente necessário. Essa não é uma pergunta fácil porque ser feminista é um processo em constante construção e é difícil definir um marco temporal. Talvez a gente possa começar com o relato de alguns episódios na minha vida profissional.

Antes de ser professora universitária trabalhei por alguns anos em outros órgãos públicos e como consultora na área de planejamento urbano, isso lá nos anos 90 e começo dos 2000. Quando eu já tinha largo currículo e experiência profissional na área, me dei conta que certas coisas que sempre aconteceram e que por uns anos eu atribuí à jovialidade ou por ser iniciante, já não mais podiam ser atribuídas a essas questões. Numa determinada reunião numa empresa, para a qual eu havia sido contratada para coordenar um plano diretor, fui chamada para definir a parte administrativa, isto é, o cronograma das parcelas de pagamento daquele projeto. No entanto, a engenheira que coordenava o setor financeiro, gostaria de compreender melhor como seria realizado o trabalho. Durante a reunião com a engenheira, ela fazia suas perguntas olhando para o arquiteto assistente, que eu tinha pedido pra me acompanhar, pois trabalharia comigo. Claro, ele era homem. Como ele não sabia responder, porque eu é que coordenaria os trabalhos, ele olhava pra mim, e eu, então, respondia para ela. Foram umas três ou quatro perguntas assim, dirigidas a ele e era eu quem respondia. E era uma engenheira mulher! Veja como o patriarcado é tão enraizado na sociedade que ela sequer se deu conta da situação absurda a qual reproduzia.

Pouco depois desse episódio, num outro trabalho que eu coordenava, eu tive uns problemas de saúde que me obrigaram a me afastar. Acabei indicando para me substituir um colega com quem já trabalhava de longa data, com uma experiência equivalente a minha na área (na verdade ele tinha um pouco menos experiência do que eu para a questão em específico). Antes de ser contratado eu o informei para subir um pouco mais o orçamento da proposta porque era uma empresa que puxava muito para baixo o valor final, na hora de fazer a contra-proposta. Depois da reunião que ele teve com os contratantes da empresa em questão, eu perguntei como tinha sido a negociação. Para minha surpresa ele respondeu que os contratantes não tinham sequer feito contra-proposta, pois haviam aceitado imediatamente o valor orçamentário que meu colega propôs. Ora, ao negociar comigo, a mesma empresa tinha o histórico indecente de ofertar metade, isso mesmo, a metade do valor que eu propunha. Uma ofensa que, claro, eu não aceitei na época, mas fiquei indignada com o ocorrido. Mais indignada ainda ao saber que o colega homem, com menos experiência do que eu, não teve que passar por este tipo de constrangimento. Estes episódios são marcantes na minha vida profissional, porque mesmo sabendo sobre o salário médio pago às mulheres era menor do que aos homens, isso quando as mulheres recebem remuneração por seu trabalho, tudo ainda era bem teórico naquela altura da vida.

Foi na sequência desses tantos episódios que me dei conta: pera lá, então isso sempre aconteceu não porque eu era recém-formada, mas porque eu sou mulher!!!! Com o decorrer desses episódios e conforme fui tendo clareza sobre o sistema patriarcal, acordei com meus parceiros de trabalho que sempre nas reuniões sobre valores eles iriam, mesmo que eu fosse a coordenadora do trabalho, porque assim, seria melhor para a equipe. Nesse momento, então, eu comecei a me aproximar do feminismo. Embora, o feminismo sempre estivesse comigo, era de maneira não organizada.

1 Mestranda em Urbanismo Contemporâneo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Franciscana UFN-SM (2017). E-mail: carolsebalhos@gmail.com.

2 Mestranda em Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: marinamecabo@gmail.com .

3 Mestranda em Urbanismo Contemporâneo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: ssantosufpel@gmail.com.

Nem eu estava fortalecida como feminista, para responder à altura os constantes ataques aos quais eu, e outras mulheres, éramos submetidas diariamente. Essas experiências já tem uns vinte anos, mas seguem acontecendo até hoje.

Ser feminista é uma construção contínua. Eu acho que a geração de vocês tem uma vantagem enorme que é: começar a perceber estes mecanismos de opressão mais cedo e poderem se preparar para combatê-los mais cedo também. Naquela época, na medida em que fui me dando conta de como o patriarcado funciona, fui resignificando episódios passados na minha vida, profissional e pessoal. Compreender que nada daquilo era por minha culpa – inclusive assédio sexual que toda menina passa na vida, com maior ou menor grau de gravidade - e, também, que a gente não está sozinha, pois para mudar estruturalmente a sociedade se faz necessário uma luta coletiva. Compreender o caráter coletivo da luta feminista, então, fez toda a diferença. Respondendo diretamente à pergunta de vocês: eu diria que eu sou feminista e arquiteta e urbanista. O feminismo é a ferramenta que me orienta a estar no mundo, interseccionalizado, evidentemente, com a luta antirracista e classista, porque a gente está falando de lutar contra o patriarcado-racista-capitalista. Uma vez tendo essa compreensão, não existe um botão de liga-desliga, pois é como estou no mundo, como transito, como penso e ajo, em todas as dimensões da vida que me faz feminista. Então, é natural que isso tudo faça parte também da minha trajetória como pesquisadora, como profissional e como docente.

Além disso, embora tivesse tido práticas esporádicas de docência, foi em Cabo Verde, onde morei e trabalhei por uns anos, que iniciei minha trajetória como professora, num contexto muito apropriado. Por um lado para compreender o racismo institucional e acadêmico, especialmente das universidades do Norte que impõem suas agendas no Sul, e, por outro lado, como aquele universo não estava isento de um machismo que se fazia muito presente. E antes dessa imersão como docente no continente africano, eu já vinha de uma experiência de reflexão, outro marco na minha trajetória, que foi estudar no Centro de Estudos Sociais, em Portugal, durante meu estágio doutoral. Com todas as suas contradições, que não é o caso de alongar aqui, foi um momento fundamental para o meu amadurecimento teórico e prático, pois ser uma mulher brasileira em Portugal não é fácil. Transformei estas dificuldades em reflexões para a minha tese, publiquei um artigo a respeito e ainda gravamos, na condição de dirigente da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra - APEB, depoimentos dramáticos com diversas brasileiras, para um documentário, que infelizmente, não conseguimos concluir.

E eu volto para o Brasil depois dessa trajetória toda, para então começar um percurso na universidade pública brasileira e aqui, especificamente na UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Com seu projeto tão singular, a UNILA é um lugar muito propício a fazer o debate feminista florescer. Agora, já de volta à arquitetura e urbanismo, área da qual eu confesso, tentei *fugir* por julgar muito conservadora, depois de fazer meu mestrado e doutorado na Comunicação e Semiótica, com um estágio nas Ciências Sociais. Então, aqui na UNILA e partir do curso de arquitetura e urbanismo, do qual fui a primeira docente e responsável pelo seu projeto político-pedagógico, não apenas é fundamental minha autopromoção feminista como mulher-profissional-pesquisadora, mas também colocar me com uma prática antirracista, classista e voltada para a América Latina. Pois, não é possível compreender a história dessas opressões que são constitutivas do capitalismo, sem entender que foi a invasão das Américas e a conseqüente racialização do mundo que estruturou as bases da sociedade e da exploração nos últimos cinco séculos.

**Carolina e Marina: A partir da tua vivência enquanto professora e pesquisadora, como tu vêes a aceitação e entendimento do pensamento feminista hoje na**

## **academia (ensino superior)?**

Andréia: Continuando a pergunta anterior, se a gente entende que a Universidade enquanto instituição que conhecemos hoje foi construída para responder ao projeto hegemônico de sociedade, fica fácil perceber que o feminismo lhe é marginal. Historicamente as primeiras universidades originárias do modelo contemporâneo, foram implantadas na Europa, no final da idade média, coligando projetos ligados às monarquias e ao clero, e, atualmente, estão fortemente conectadas ao mercado. Essa institucionalização do ensino nunca foi voltada para a emancipação social, ao contrário, sempre destinou-se à formação de elites educadas. Com o avanço do modo de produção capitalista, a universidade é um dos lugares privilegiados com produção e reprodução do paradigma da modernidade, no seu viés contemporâneo da eficácia de mercado, onde a produtividade é medida em termos quantitativos - mais do que qualitativos - e em função de demandas mercadológicas mais do que sociais ou populares.. O saber científico subsidia a formação de técnicos mais voltados ao aumento da eficiência e da eficácia, segundo padrões de medidas da produtividade capitalista, e cada vez menos aptos à reflexão crítica destes próprios padrões.

E o feminismo, especialmente nas suas vertentes críticas – são vários feminismos – será sempre marginal ao pensamento dominante no ensino superior. Não obstante, é uma área do conhecimento que se consolidou nas universidades nas últimas décadas, graças às pesquisadoras feministas que se indispuseram com muita gente em suas trajetórias para que pudéssemos contar com um acúmulo tão grande hoje em dia. É importante destacar que tem sido muito comum um certo desprezo pela produção acadêmica, com a pecha de *academicismo* – o que em parte é uma crítica salutar se a gente pensar nesse modelo de universidade da modernidade – mas em parte me parece que este desprezo pela universidade acontece justamente quando camadas antes alijadas do ensino superior estão finalmente frequentando e tensionando este ambiente, o que merece ser avaliado com cautela. Mas puxei esse assunto para dizer que militância e academia podem e devem se retro alimentar constantemente, como frentes de luta que se complementam. Me parece que o feminismo nos mostra isso claramente, pois não foram poucas as militantes a terem um pé na universidade e vice-versa. Nesse ponto também destaco o papel fundamental que as estudantes têm exercido em cobrar determinadas pautas nas instituições de ensino. Os coletivos feministas nas universidades são extremamente relevantes para que o debate, nas suas várias dimensões, avance. Tenho aprendido muito nesse diálogo e nas orientações de trabalhos, que vão se complementando. Mais adiante vou contar um pouco dos TCCs e mestrados incríveis que temos podido acompanhar. Mais do que ficar de fora criticando a universidade, ainda tenho esperança de uma popularização da universidade, e não estou sozinha nisso, não estamos sozinhas – a construção é coletiva. Mesmo num cenário tão duro de retrocessos, o ponto de retorno nunca será o mesmo de onde partimos. Sempre há avanços, mas nem sempre rápidos como gostaríamos...

Querida mencionar ainda sobre a Universidade, que a dimensão da nossa luta está longe de se limitar à produção científica. É uma luta diária para alterar a universidade como a conhecemos. Desde o debate científico, até as distintas condições de trabalho entre homens e mulheres, sejam elas professoras, funcionárias ou estudantes. O assédio sexual é a ponta mais evidente desse iceberg, sobre o qual tem-se feito muitas campanhas fundamentais para prevenção e combate sobre a temática. Mas não podemos deixar de debater o fato de as mulheres terem que trabalhar muito mais para alçar o mesmo destaque que seus pares homens. Em algumas áreas do conhecimento essa proporção é de 10 pra 1!!! Isto é, as mulheres têm que trabalhar, em média, dez vezes mais que os homens para chegarem aos mesmos postos na

carreira, como pesquisas muito sérias têm demonstrado. A parentalidade ainda é uma função quase que exclusiva das mulheres e impacta enormemente em termos de jornada laboral tanto alunas quanto trabalhadoras nas universidades. E a lista segue... na tradição do patriarcado de relegar a função do cuidar para as mulheres, num cenário de precarização aviltante das universidades públicas, o trabalho invisível das mulheres é que segura as pontas. Somos nós que temos acolhido na maior parte das vezes o sofrimento estudantil nestas condições de precarização e também somos nós mulheres que temos amparado outras companheiras que passam por situações muito tristes, inclusive de relações abusivas com outros docentes da mesma universidade.

Se a gente não avaliar todas as dimensões da vida a partir do feminismo, muitas destas questões ficaram sombreadas. É o caso, por exemplo, da luta sindical, da qual eu também faço parte, atualmente inclusive como presidenta da seção local do Sindicato Nacional Docente, o ANDES/SN. É muito importante que as desigualdades em termos laborais sejam destacadas, pois apesar de sermos todos servidores e servidoras públicas, as condições de trabalho e na carreira são muito distintas para homens e mulheres e também, claro, entre pessoas negras e não negras. É nesse sentido que temos insistido e defendido a perspectiva feminista e antirracista da luta classista, conforme recentemente registramos num artigo acadêmico sobre a história luta das mulheres no sindicalismo brasileiro.

Para concluir a pergunta de vocês, o que vejo é um espaço de disputa na Universidade, que já apresenta avanços com relação há décadas anteriores, mas que é preciso avançar muitíssimo mais. O debate não pode ficar restrito aos estudos feministas, é preciso uma compreensão profunda da transversalidade do tema nas demais áreas de conhecimento, que às vezes se julgam tão distante, como as áreas exatas de um modo geral; e, gênero, sexualidade e parentalidade precisam integrar o debate sobre o funcionamento da própria universidade e do ambiente de trabalho e de estudo. Nesse caso, já nem se trata de *aceitação e entendimento do pensamento feminista*, como vocês colocaram. Porque a gente não tá pedindo e nem vai pedir licença, a gente está aqui e viemos para ficar, afinal, *as mulheres não voltam pro tanque, os LGBTs não voltam pro armário e as pessoas negras não voltam pra senzala, né?*

#### **Carolina e Marina: Como o feminismo e a interseccionalidade pode contribuir para a formação das/dos arquitetas/os urbanistas?**

Andréia: Eu acho que a gente deve fazer essa pergunta ao contrário: como pode haver formação de arquitetas/as e urbanistas sem considerar o feminismo na sua interseccionalidade com raça e classe? Não vejo muitas possibilidades de avanços reais na nossa área sem uma compreensão das opressões do patriarcado-racista-capitalista e como elas se materializam no território e no espaço. Vocês já devem ter lido meus artigos na revista *Arquitetas Invisíveis*, onde exponho a importância de estudarmos a contribuição das mulheres para a história da arquitetura e para o ensino na área. Também mantenho uma página no Facebook para destacar o trabalho de arquitetas (<https://www.facebook.com/pg/InVisibilidadDeLaMujerEnLaArquitectura>), com muito material oriundo de pesquisa dos alunos e alunas para as minhas disciplinas. Tenho procurado no ensino de crítica e história fazer esse debate e mais, busco inserir um repertório de arquitetas mulheres atuantes desde o início do modernismo. Não é fácil, sobretudo se a gente adiciona o recorte para a América Latina, porque se tem escassez de material sobre as arquitetas de um modo geral, as latino-americanas então, são completamente esquecidas... portanto, o avanço é pouco a pouco. Numa das ocasiões das disciplinas conseguimos montar uma exposição só com arquitetas latino-americanas pioneiras do modernismo no subcontinente que acabaram integrando a exposição *Mulheres na Arquitetura*, durante o I Encontro

Internacional do Maloca – Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul, ocorrido em 2017.

Contudo, a presença das arquitetas é uma pequena vertente da questão, porque quem debate representação sabe que não é o fato de ser mulher que garante uma boa produção arquitetônica – mas o contrário não é verdadeiro – não é o fato de não conhecermos as mulheres arquitetas que significa que elas não contribuíram imensamente para a nossa área... Também não se trata de identificar uma *arquitetura de mulheres* ou uma *arquitetura feminina* como já me perguntaram em sala de aula. Trata-se de descortinar debates que foram apagados pela história por um lado para que, no momento seguinte, possamos compreender o sistema de clivagem na área que apaga nomes como Marion Griffin, Jane Drew, Margarete Lihotzky, Lilly Reich, Ítala Fúlvia, Carmen Córdova, Maria Luisa Dehesa, Alicia Alamo e tantas outras.

Não é assustador que apenas em 2019, depois de mais de cinquenta anos do prêmio do IAB, uma mulher tenha sido premiada pela primeira vez? Rosa Kliass foi a primeira arquiteta a receber o Colar de Ouro, esse ano. Quando o prêmio surgiu, em 1967, Carmem Portinho já tinha sido a primeira urbanista brasileira, já tinha sido a primeira diretora de habitação popular da capital federal e estava à frente da escola brasileira de design naquela altura. Mina Klabin já tinha revolucionado o paisagismo com o uso dos mandacarus e da flora nativa, desde os anos 1920. Lina Bo Bardi já tinha feito o MASP... Você acha que estas arquitetas não mereciam ter sido premiadas? Por que não foram? Se a gente pensar bem, chega a ser vergonhoso...

Agora, tem uma outra dimensão da perspectiva feminista para o debate que é problematizar como os espaços e os territórios são configurados para manter a exclusão das mulheres e também das crianças, que é uma questão que o feminismo aponta. E analisando interseccionalmente gênero, raça e classe, é evidente que o direito à cidade não é para todas e todos, já que são as mulheres negras pobres a morar nos lugares pior iluminados e com menos transporte público, piores atendidas por escolas e ofertas de trabalho e assim por diante. Joice Berth tem sido uma das vozes importantes para este debate, acredito que vocês a conheçam.

Queria chamar atenção para o seguinte: embora no Brasil estes temas sejam muito recentes, ele já vem sendo feito há muitas décadas pelas nossas companheiras de profissão e é fundamental reconhecermos as lutas das mulheres que nos antecederam. Jane Drew, na Inglaterra dos anos 1930 abriu um escritório só para mulheres, pois percebeu o quanto as arquitetas tinham dificuldades em conseguir trabalho na área – sequer para as entrevistas elas eram chamadas. Denise Scott-Brown escreveu *Sexism and the star system in architecture* no início dos anos 1970, no qual ela faz denúncias gravíssimas das dificuldades, discriminação e assédios enfrentados pelas mulheres na atuação profissional, inclusive, usurpação de créditos nos trabalhos. Desde então, possivelmente, feminismo e arquitetura têm sido tratados na produção acadêmica nos EUA, onde está a maior produção acadêmica na área, com evidente crescimento na última década. No entanto, além de ser em inglês e embora estejam facilmente acessíveis para aquisição ou leitura online, esta produção não está isenta de outras clivagens, isto é, não trata das arquitetas latino-americanas. Apesar de por aqui o debate ser mais tardio, tampouco é de hoje. É preciso reconhecer o trabalho de Ana Gabriela Godinho Lima, que praticamente solitária, trouxe o debate para área, nos anos 1990.

Então não apenas as mulheres arquitetas existem há muito tempo, como a problematização da área a partir do feminismo também tem décadas. Contudo, é nos últimos anos, no Brasil, talvez devido às redes sociais, talvez devido à uma juventude feminista que entra nas universidades, que o debate tem se organizado mais e com

resultados efetivos em termos de enfrentamento e de propostas, inclusive, projetiva, isto é, tem-se verificado que uma abordagem feminista resulta em distintos desenhos de espaço.

No entanto, trazer o debate para o ensino, de forma organizada, não é tarefa fácil, dada a total escassez de livros sobre a temática no país. É um grande desafio para todas e todos, que felizmente, na UNILA, temos podido enfrentar de bom grado e com ampla adesão estudantil

**Carolina e Marina: É crescente, mesmo que mínimo, o movimento de projetos feministas nas escolas de arquitetura, várias estudantes estão se propondo a pensar uma arquitetura feminista, não só, um urbanismo feminista. O que tu pensas sobre isso: é possível fazermos um projeto arquitetônico feminista? Como tu pensas que ele seria?**

Andréia: Eu não tenho a menor dúvida de que seja possível como defendo que é altamente necessário, pois a perspectiva feminista amplia as possibilidades voltadas para um desenho mais inclusivo, das mulheres, das crianças, de idosos/as e dos, digamos assim, *corpos desviantes*, todos aqueles refutados pelo capitalismo que acaba condicionando o desenho dos espaços de maneira praticamente naturalizada. Nesse sentido, gostaria de mencionar, três TCCs que orientei ou co-orientei. Cada um à sua maneira traz contribuições imensas para o debate feminista em arquitetura. Ruth Cañate vai propor, a princípio, uma moradia estudantil para mulheres com filhos/as já que a maternidade é dos principais motivos para evasão escolar feminina. Ao longo das nossas trocas, percebemos que não se tratava de uma moradia só para elas, reproduzindo as instituições que isolam as mulheres, mas que a partir de uma perspectiva feminista a moradia estudantil, para todos e todas, deve acolher as mães, pais e suas crianças, ficando o título do trabalho final: *Kuña Paraguai roga: una perspectiva feminista para el albergue de la Universidad Nacional del Este/PY*. Vale a pena trazer uma parte do resumo do trabalho da Ruth: “Una sociedad pensada bajo la mirada capitalista y androcéntrica tiende a invisibilizar las distintas realidades que la componen. Las diferencias de los grupos que conforman esta sociedad, tanto de género, raza, clase, etnia, sexualidad, orientación sexual entre otras, exigen respuestas distintas, de manera a poder lograr su autonomía. La configuración espacial pensada por y para el hombre blanco burgués heterosexual, termina por reforzar aún más la exclusión social existente. Por esto como recorte de este TCC se consideró atender, en términos espaciales, a las madres solteras que viven en el Departamento de Alto Paraná- Paraguay y se encuentran en la etapa de la formación profesional.”

Já Maicon Rugeri queria relacionar o espaço rural – outra subalternidade dos cursos de arquitetura e urbanismo que não vou desenvolver aqui – com a questão de gênero e com a arquitetura moderna. Qual era o debate? Como a arquitetura moderna se torna hegemônica e coloniza o gosto popular, a ponto das pessoas de cidades rurais, como é o caso de Serranópolis, no interior do Paraná, buscarem construir suas casas brancas com planos de vidro. No meio da terra roxa. Ele fez um lindo ensaio visual para demonstrar como fica sob responsabilidade das mulheres manter a “brancura” desta arquitetura, por isso o nome de seu trabalho é “Casa branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero”. Além disso, seu trabalho busca problematizar como o patriarcado subvaloriza o trabalho doméstico, invisibilizado, e destina às mulheres este espaço, em contraposição da valorização da vida pública, destinada aos homens. Nessa intrincada teia de opressões, Maicon vai defender um paisagismo subjetivo ou dos afetos, isto é, a importância, para estas mulheres, do espaço exterior doméstico, o espaço do cultivo, jardins e hortas e as roças.

O terceiro TCC que eu gostaria de citar é o estudo do Mateus Garcia sobre como o desenho dos banheiros públicos facilita ou induz à violência contra os corpos e expressões dissidentes das Drag. Isto é, ele vai mostrar, por meio de uma “etnografia caminhante” como a prática projetiva na arquitetura está imersa em relações de poder e como as opressões e as violências de gênero se materializam na concepção espacial, no projeto arquitetônico. Quer dizer, o projeto para banheiros públicos como conhecemos hoje é extremamente perigoso para determinados grupos sociais. Ora, eu diria que a função social da arquitetura é justamente se desafiar a construir um mundo não excludente, tampouco perigoso para as pessoas.

O debate feminista tem justamente demonstrando que olhar para as especificidades econômicas não têm sido suficientes e que o capitalismo historicamente se retroalimenta da opressão de raça e gênero. É muito significativo quando o aluno e a aluna têm total autonomia para escolha dos temas de trabalho, que estejam cada vez mais fazendo o debate da desigualdade e das opressões de gênero na área. Não só nos TCCs, isso também tem acontecido em outras disciplinas. Só para ficar num exemplo vou destacar os vídeos *Arquiteturas contemporâneas em Peru: dicotomias entre o visível e o invisível* e *México desde dos frentes*, resultantes do trabalho final da disciplina Arquiteturas Latino-Americanas. A exigência era debater arquitetura contemporânea nos diversos países e foi muito interessante quando dois grupos se propuseram a debater a invisibilidade de gênero na arquitetura. O recorte do trabalho era de livre escolha, desde que tratasse de arquitetura contemporânea nos países sorteados. O fato dos alunos e alunas terem escolhido debater gênero em sobreposição a outros processos de clivagem no sistema de valoração na área, mostra estarmos no caminho certo quando vimos fazendo este debate transversalmente nas disciplinas de crítica e história do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA.

Um outro exemplo projetivo interessantíssimo – e já lá vão 26 anos – é o concurso para o bairro Frauen-Werk-Stadt, em Viena, talvez dos primeiros – e únicos – que partia da seguinte pergunta: *Como seria um distrito planejado a partir da perspectiva das mulheres?*. Portanto, apenas mulheres puderam submeter propostas. Franceska Ullmann foi a arquiteta vencedora juntamente com o plano paisagístico de Maria Auböck. Integravam a equipe as arquitetas Liselotti Peretti, Gisela Podreka e Elsa Prochadzka. Vale a pena dar uma olhada no projeto para compreender a dimensão das proposições, às vezes muito simples, que fazem tanta diferença no cotidiano das mulheres. Por exemplo, o caminhar em segurança entre o transporte público e as casas era uma questão, que foi resolvida com a implantação do pequeno comércio local ao longo do trajeto. Mesmo o espaço interno do conjunto habitacional é pensado em termos de segurança, variando as posições das unidades habitacionais, de modo que as praças centrais possam ser observadas tanto de dia quanto de noite. Ou a localização da creche também pensada para facilitar o cotidiano das mães. Enfim, toda uma estrutura projetiva pensada a partir e para as mulheres que em absolutamente nada dificultaram ou excluíram os homens, mas que certamente fizeram enorme diferença no cotidiano das moradoras.

Embora isso tudo possa parecer óbvio quando vemos estes trabalhos prontos, está longe de ser simples. É lamentável que estas práticas e debates permaneçam isolados ou com pouca aderência nos principais circuitos de produção científica na área no país. Só nos últimos cinco anos, eu diria, começa a ter alguma permeabilidade na área para o pensamento feminista, não sem resistência. Mesmo nas frentes mais progressistas, que debatem direito à cidade e a habitação social no país, que já consolidaram uma ampla e significativa produção intelectual na área, ainda não é prática corrente a interseccionalidade analítica gênero-raça-classe. Veja que interessante: quem são as principais lideranças dos movimentos de moradia? São mulheres. A questão da moradia nos expõe isso frontalmente. Só que ainda

boa parte da esquerda no país insiste na centralidade da luta de classes, quase que desprezando ou subalternizando as opressões de gênero e raça, sem compreender que são partes indissociáveis do patriarcado-racista-capitalista. Na arquitetura isso não é diferente. Então, a gente tem uma produção enorme e de excelente qualidade sobre segregação socioespacial e sobre habitação social, mas é como se estas questões pudessem ser analisadas sem compreender que a violência colonial impôs uma segregação racial nas cidades e que a exploração das mulheres é condição estruturante do próprio capitalismo, que se apropria do trabalho reprodutivo feito pelas mulheres e que as exclui dos espaços públicos. Uma vez que o tema é marginal muitas alunas e alunos têm imensas dificuldades de encontrar orientador/a para estes desafios, mas é fundamental que o debate esteja posto e que estejam provocando os e as docentes para ele. Posso dizer que sou privilegiada de estar numa universidade em que este tema é central e mais, que estou num curso de arquitetura e urbanismo que nasce a partir destes debates cujos professores e professoras, ainda que não especializados no tema, têm se esforçado para acompanhar as questões.

Voltando à pergunta de vocês, se é possível fazermos um projeto arquitetônico feminista, eu diria que é urgente pensarmos numa arquitetura e urbanismo feminista e ela deverá ser feita por todas as pessoas independente de seu gênero, pois é uma responsabilidade de todas e todos se debruçar em buscar soluções espaciais (e analíticas) para superar o patriarcado-racista-capitalista.

**Carolina e Marina: Quais as perspectivas de emancipação e legitimação dos saberes dos subalternos frente a uma tradição universitária elitista? Acredita que essas práticas estão condenadas a estar sempre à margem?**

Andréia: Enquanto não superarmos o capitalismo, creio sim que estas práticas estão condenadas a estarem à margem. Acho que falta à arquitetura, de um modo geral, se (re)inserir num ethos revolucionário de profunda transformação social. Do contrário, estamos fadados a uma prática profissional que por mais progressista que seja, será reformista, estará esgarçando os limites do patriarcado-racista-capitalista, sem de fato alterar suas estruturas de opressão. Claro que tem exceções, mas são insuficientes para uma mudança radical da área.

Veja, somos uma área que lida diretamente com condições precaríssimas de trabalho nos canteiros de obras e são poucos os cursos, por exemplo, a inserirem na sua matriz curricular obrigatória o canteiro experimental. Como atividade plena, o canteiro experimental no ensino pressupõe uma compreensão política e ética da exploração do trabalho na construção civil, não podendo ser apartado do debate de classes, e, a meu ver, muito menos de raça e, por conseguinte, do papel da arquitetura na exploração da força de trabalho masculina e negra no país. Os arquitetos e arquitetas tendem a se desvincular dessas questões, como se não tivéssemos nada a ver com isso.

Lúcio Costa, uma vez, ao ser questionado sobre o que achava do massacre de candangos em resposta a manifestação de operários que cobravam melhores condições de trabalho em Brasília, declarou ao cineasta Vladimir de Carvalho que não teria dado a menor importância ao episódio se tivesse sabido na época. Passadas cinco décadas da construção de Brasília, Zaha Hadid deu uma declaração semelhante quando perguntada sobre as condições de trabalho em Dubai, onde a arquiteta tinha inúmeros projetos. Ela disse que não tinha nada a ver com os trabalhadores, que esta questão seria um assunto do governo, afirmando que categoricamente: *não é meu dever como arquiteta resolver isso*. Talvez resolver não seja mesmo. Mas quanto das condições do canteiro não são decorrência do desenho do arquiteto e arquiteta? Ao escolher uma tecnologia construtiva, também escolhemos as condições laborais

nesse canteiro. Ao criarmos formas mirabolantes expomos o trabalhador a riscos de vida. Creio, portanto, que temos o dever ético de compreender nosso papel em toda a cadeia produtiva da construção civil.

A arquitetura moderna consolidou o concreto armado praticamente como única prática construtiva no país. O Brasil é dos maiores produtores e consumidores de cimento no mundo, uma indústria, por um lado, completamente agressiva ao meio ambiente, e que leva, por outro lado, a uma organização extremamente hierarquizada da construção civil, alienante – como já demonstrou Sérgio Ferro – e com altos índices de acidentes de trabalho. Sem mencionar que este modelo tecnológico – que é uma escolha política – inaugura um vínculo indiscernível no país entre empreiteiras e governantes, desde o período de Juscelino Kubitschek. A temporalidade desta relação não é coincidência: a ascensão e consolidação do concreto armado como sistema construtivo eleito para o século XX implementa toda uma estrutura econômica, produtiva e lobista que alimenta e é alimentada pelas estruturas de poder até hoje no Brasil. Brasília – aclamada mundialmente como principal projeto modernista de cidade – é fruto dessas relações.

Então, a gente tem a implantação de um parque industrial para o concreto e das correlatas construtoras que se fortalecem a partir de Brasília e se consolida definitivamente com a ditadura militar. Importa lembrar, inclusive, que num primeiro momento mesmo o Partido Comunista, opositor da ditadura, acreditou na aliança com a burguesia nacional para a industrialização do país e organização da classe trabalhadora. Vilanova Artigas, membro do Partido e um dos fundadores da FAU USP (além de autor do seu projeto arquitetônico), a partir da perspectiva desenvolvimentista, portanto, assumiu a missão de *educar o gosto da burguesia* com a sua arquitetura brutalista. É importante compreender que Artigas vem de geração que se forma no Partido acreditando na estratégia democrático-burguesa, de aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo. Uma das vozes dissonantes nessa perspectiva foi Sérgio Ferro. De uma geração mais nova, ele com clareza compreendeu rapidamente as relações de exploração no canteiro de obras e tensiona a estratégia majoritária adotada pelo Partido. Ele afirma numa entrevista, mais ou menos recente, que julgava ser o momento de cuidar das relações de produção, que não seria possível *pretender atender às necessidades populares, dos mais carentes, e ao mesmo tempo, fazer com que essa resposta passasse pela exploração dos mesmos personagens, dos mesmos carentes...*

Estas questões são centrais na formação do arquiteto e da arquiteta. A importância que a arquitetura moderna adquire no país e do modernismo brasileiro no contexto internacional, vão dominar as escolas de arquitetura desde essa época. Hoje em dia, o concreto armado e o uso do cimento estão claramente vinculados ao mercado de trabalho privado, para o qual grande parte dos cursos no país – e já são mais de 600 – forma seus egressos e egressas. Estamos muito longe de uma formação minimamente crítica. Não apenas o canteiro experimental é marginal na formação, como poucos cursos debatem algo tão básico para a profissão como política habitacional, direito à moradia, direito ao território ou direito à cidade. Inclusive, não se valoriza de um modo geral e, tampouco no ensino, outras atuações profissionais que não o escritório privado autoral.

E há problemas muito graves em decorrência da falta de pensamento crítico na área. Para ficar apenas em um, é lamentável como a arquitetura tem sido uma grande propaganda do greenwashing ou do *capitalismo verde*, com um debate bastante superficial sobre *sustentabilidade*, capaz de afirmar, por exemplo, sobre o projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro, que *sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da*

*região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. A meu ver, não existe qualquer possibilidade de sustentabilidade no capitalismo. São questões antagônicas. Então, acho bem triste a área se prestar a esse papel.*

Mas voltando à questão dos saberes subalternos, eu te pergunto: quantas horas de aula você teve de cálculo e/ou sistemas estruturais para compreender o concreto? Quantas teve sobre a madeira ou a taipa? E outras tecnologias construtivas? E se você tiver que fazer uma obra numa zona rural no interior do Rio de Janeiro mesmo, ou de São Paulo, que não tem sequer energia elétrica e que tem o acesso precário, que não chegaria caminhão. E você tem que construir umas vinte casas. O que você vai fazer? A gente acha que todo mundo mora nas grandes cidades e não para pra pensar que 70% da população brasileira mora em cidades com menos de 500 mil habitantes, Pelotas é uma delas... Que aliás, 33 milhões de pessoas moram em cidades com menos de 5 mil habitantes, onde o acesso a estas tecnologias ou é inexistente ou extremamente caro. Onde estão os arquitetos e arquitetas para melhorar as condições de moradia dessas pessoas, de propor soluções condizentes com seu meio e possibilidades econômicas?

Mas eu prefiro não apontar o problema exclusivamente para a universidade – que já vem sendo suficientemente demonizada nestes tempos e, como disse antes, este é um espaço em disputa – o que acho importante é a gente se perguntar como estamos nos organizando coletivamente para superar o patriarcado-racista-capitalista. É preciso cobrar sindicato dos arquitetos, conselho profissional, instituto dos arquitetos, e demais organizações coletivas e classistas da área e movimentos sociais para de fato fazer valer a função social da profissão em favor dos diversos saberes e tecnologias voltadas para a autonomia e emancipação dos povos.



## AREAR [adjacente]

**Gabriela Costa Gomes<sup>1</sup>**  
**Stela Kubiaki<sup>2</sup>**

Na Lagoa dos Patos, o Pontal da Barra se localiza como uma estrutura de areia em formato pontiagudo, funcionando como um ponto onde deságua o canal São Gonçalo e as águas misturam-se, um lugar de encontro. A água nos possibilita transitar em diversas linguagens, devido às suas qualidades de maleabilidade, transparência e fluxo.

Nesta sequência audiovisual<sup>3</sup>, exploramos qualidades visuais como sobreposição e leveza. Dialogando com uma ideia de fluxo, de escorrido, ao mesmo tempo em que induz à uma espécie de circularidade presente nos objetos, no movimento da água e no gesto de lavar. Parcialmente dentro da água, esses corpos em momentos distintos estabelecem uma relação entre secura e umidade, pois, não ficam completamente submersos na água, ficam sempre entre. O vídeo intercala em ângulo fechado, mãos femininas que areiam um espelho e vidros arredondados, evocando uma atmosfera intimista, insinua uma outra dimensão do lugar. O ato de arear os objetos, com areia, cria uma fricção que produz resistência, como um enfrentamento da matéria prima com o produto final - vidro.

Enquanto lavar é tornar limpo com um tom de naturalidade, arear se associa a um esforço necessário para tirar algo que não pertence ao objeto, evoca uma obsessão, uma vontade de retorno ou uma afronta a obviedade. O corpo em repouso na água é capaz de habitar dois mundos, é um corpo beirado de água, cria uma sutil delimitação, um limite entre molhado e seco, se aproxima a esse deságue do Canal à Lagoa. Este mesmo corpo repousa em si vidros circulares produzindo um alinhamento que estabelece relações com pontos vitais, ao mesmo tempo, que parece estar atuando como suporte para esses objetos alcançarem a secura.

O espelho, alinhado com esses outros objetos, é capaz de modificar possíveis relações, ele é quem reflete a luz, atua em alguns momentos como farol, e se coloca então numa dimensão dos perdidos, naufragos, reflexos de uma luz que ela mesma não pode ver. Beirada de água esse corpo móvel não evoca uma morte, mas uma escolha de inércia centralizadora, os espelhamentos metafóricos de uma maneira sutil acontecem nesse corpo repousado sob a água, que repousa em si os vidros e o espelho enquanto objeto multiplicador, repousa e rebate a luz.

Arear aproxima o mito de Narciso, onde a primeira reflexão de si foi gerada pelo reflexo da água. Ao mesmo tempo que se distancia do mito, ao trazer um corpo sem identidade, negando o rosto. Uma lavagem poética e onírica traz à tona aspectos de reflexão e contemplação, tendo como reflexão um duplo sentido: o exercício de pensar e o rebatimento da imagem - dentro de um o looping proporcionado pelo som que dá a ver acontecimentos simultâneos entre lavar e repousar.

**Arear é uma video arte disponível em: <https://youtu.be/nsr2mRuewoA>.**



Refistros: Takeo Ito, 2019.

<sup>1</sup> Acadêmica de artes visuais - bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Acadêmica de artes visuais - bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas.

<sup>3</sup> Captação e fotografia de Takeo Ito. R



Refistros: Takeo Ito, 2019.



Refistros: Andressa Santos, 2019.

## MODA, ARQUITETURA E MULHERES: sustentabilidade x opressão

**Aline Ebert<sup>1</sup>**

Em qual esquina, ponte ou prédio da cidade a moda encontra a arquitetura? Em todos os lugares. Está lá em cada lançamento de tecido, cor do ano ou tendência em pisos e coberturas. No look mais recente da novela, na mansão mais descolada da última celebridade. Na modelagem, nas formas da nova estação.

A moda vazia, sem qualidade e procedência, assim como as tendências em arquitetura e decoração lançadas no último salão internacional são do mesmo modo opressões por novidades desnecessárias que os nossos corpos femininos sentem e tantas vezes se obrigam a compactuar como forma de pertencer a um grupo de amigos, a exigências de trabalho, privilegiando o olhar alheio mais do que o nosso próprio. Também de uma real obsolescência programada que nos incentiva a um consumismo exacerbado, ansioso e insustentável.

Nessa corrida por mais e mais lançamentos de moda, o uso de agrotóxicos e transgênicos no cultivo de matérias-primas muitas vezes nem é citado; de produtos para o corpo com químicas pesadas, sequer cogitado. Com a exploração e descarte precipitado de materiais finitos; uso demasiado de água para tingimento de tecidos ou lavagem de denim (jeans), essas tantas empresas bem sucedidas não buscam uma relação ética com o que produzem, criando e matando tendências rapidamente, com auxílio de marketing e feiras especializadas.

Se antes nos considerávamos os *senhores da natureza*, que explorávamos o meio natural de acordo com nossas necessidades, voltamos a nos entender (ao menos nas reflexões da sociologia) como parte e dependentes desse meio.

Não existe como pararmos de prejudicar o meio com a forma que vivemos, mas em várias situações, assim como num consumo mais sustentável de moda e de uma nova arquitetura, que desejam desacelerar a produção de roupas, mobiliário e matérias-primas novas, aumentando a vida útil do que já foi produzido.

Conhecer para preservar, avaliando natureza (fauna e flora), mas também comunidades locais, bens imateriais. Esse fato pode ser observado desde a devastação de uma floresta, a transposição de um rio, construções em locais de risco ou a forma desenfreada que as pessoas criam e consomem coisas desnecessárias.

Reconhecer e se empenhar nessas causas faz parte de um novo tipo de revolução de paradigma, no qual o triângulo da sustentabilidade seja uma realidade. Este triângulo é uma analogia para descrever o equilíbrio entre o economicamente viável, o socialmente justo e o ecologicamente correto, pilares do consumo sustentável. Para o bem do meio ambiente, do ser humano, com igualdade de direitos por parte das mulheres e dos animais.

<sup>1</sup> Jornalista de moda entre 2002-2012 e empreendedora sustentável de 2013-atual. Sócia do Brechó Nina Garimpa e co-produtora Mercado Vintage Porto Alegre, B-Moda Satolep e eira Vegana Pelotas.



Editorial de moda sustentável *Virada Minimal* para o Mercado Vintage, feira de brechós de época. O minimalismo na moda e na arquitetura. Dezembro de 2015. Foto: Nany Festa/divulgação.



# CIDADE SÓ PARA HOMENS?

**Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima<sup>1</sup>**

Como a nomeação das ruas pode influenciar na experiência no espaço urbano? Acredito no poder das palavras e na importância do reconhecimento nas coisas mais ínfimas do cotidiano. A não-ausência não é presença!

Os trabalhos da série *Cidade só para homens* surgem da percepção da baixa incidência de mulheres homenageadas nos nomes de ruas nos arredores dos lugares que mais frequento em duas cidades. Redesenhei os mapas dos bairros Centro e Porto, em Pelotas/RS, e Centro Histórico e Floresta, em Porto Alegre/RS, evidenciando com quem estas cidades se relacionam e demonstrando graficamente as ruas nomeadas em homenagem a homens: em vermelho; datas, fatos e lugares: em verde; ruas sem denominação ou internas à conjuntos de edificações: em cinza; e por fim, mulheres: em azul. Descobri que a cidade existente, com muita frequência, homenageia sujeitos de um passado militarizado e acabou por alimentar-se, e consumir quase totalmente, da cidade dos afetos, das relações, das pessoas comuns. Busquei provocar uma reflexão acerca dos nomes escolhidos para as ruas e sobre como isso pode influenciar na percepção do espaço urbano, iniciando uma discussão sobre a construção das memórias das mulheres, tão negligenciadas na concepção das cidades e da arquitetura.

Este estudo está em andamento e faz parte da pesquisa de mestrado<sup>2</sup> que venho desenvolvendo no PPGAVI/UFPel. Apresentei-o com um recorte sobre a cidade de Porto Alegre/RS<sup>3</sup>, no IX Simpósio Internacional Memória e Patrimônio, realizado em maio de 2019 na UFPel e, aqui, apresento as cartografias de Pelotas/RS: Pelotas só para homens: Centro [4/4], [1/4H], [3/4] e [1/4M] e Pelotas só para homens: Porto [4/4], [1/4H], [3/4] e [1/4M].

Notei que a cidade só faz sentido para um grupo muito específico de pessoas. Mantendo somente as ruas com nomes de homens a cidade continua conectada, porém a cidade dos outros é desconexa, fragmentada, partida, estilhaçada. Uma cidade abstrata. Quantas e quais vozes ouvimos nas cidades? Quem são essas mulheres que receberam este ínfimo destaque na malha urbana?

Que cidade é esta que se apresenta abstrata quando não masculina?

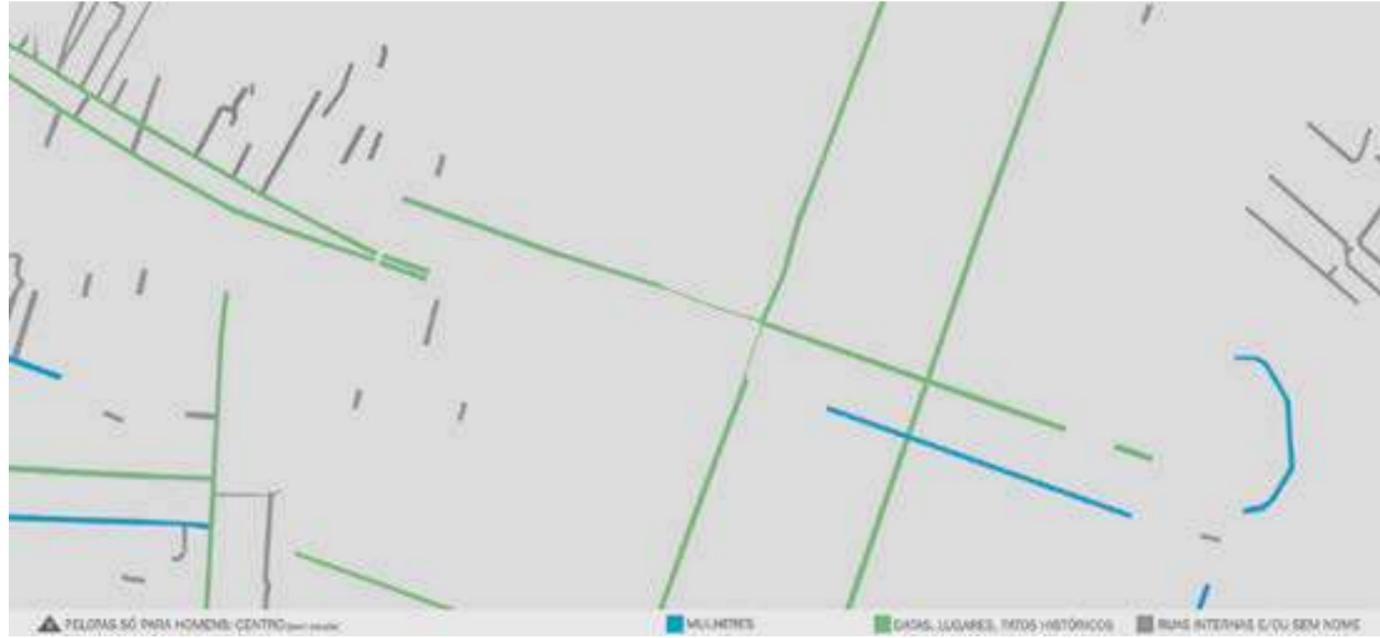
Mulheres, e todos os outros, precisamos gritar mais alto!



<sup>1</sup> Mestranda em Artes Visuais na linha de pesquisa Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano, na Universidade Federal de Pelotas (PPGAVI/UFPel), e bolsista Capes. Especialista em Design Estratégico (2016) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Integrante dos grupos de pesquisa Lugares-Livro: dimensões poéticas e materiais e DESLOCC: Deslocamentos, Observâncias e Cartografias Contemporâneas, e do projeto de ensino Espaço Dobra: ateliê de publicações artísticas, todos ligados ao PPGAVI/UFPel. fernanda.fedrizzi@gmail.com.

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>3</sup> Todos os mapas podem ser visualizados em: <<https://www.fernandafedrizzi.com/csph>>.





Na ordem em que aparecem:

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Centro [4/4]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Centro [1/4H]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Centro [4/4]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Centro [1/4M]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Porto [4/4]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Porto [1/4H]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Porto [3/4]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.

Fernanda Fedrizzi. Pelotas só para homens: Porto [1/4M]. Série Cidade só para homens, 2019 Fonte: Acervo da artista.



## **ESTAMOS AQUI: intervenção urbanas como forma de apropriação do espaço urbano da mulher e da população lgbtq+**

**Francielle Martins Silveira<sup>1</sup>**  
**Rafaela Cecconi<sup>2</sup>**  
**Artur Devasac<sup>3</sup>**  
**Leonardo Lourenco<sup>4</sup>**

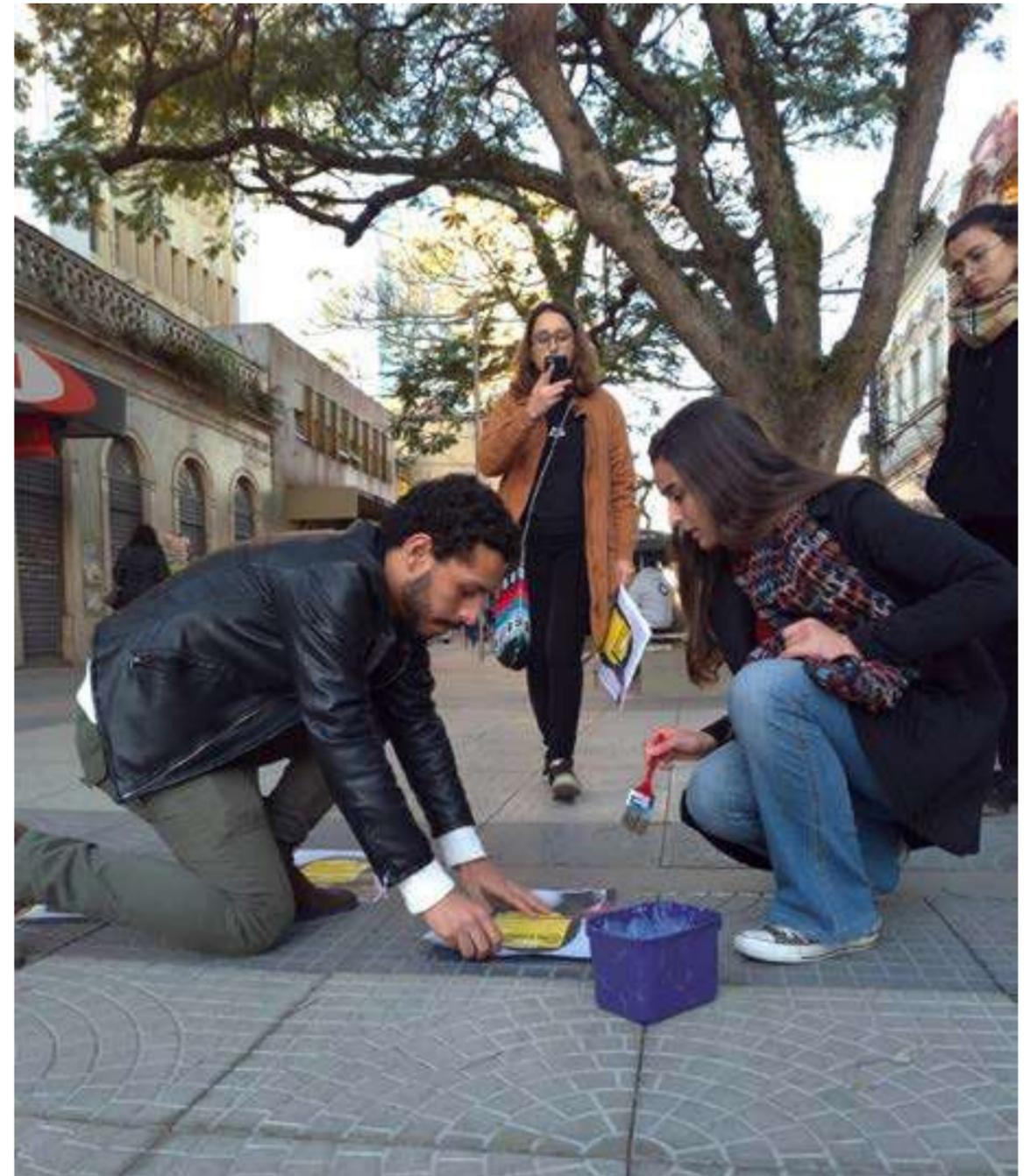
Este é um relato sobre uma ação extensionista realizada por estudantes de arquitetura para a disciplina de extensão universidade e sociedade. O trabalho teve como princípio básico as relações de gênero, sexualidade e questionamentos sobre o lugar e a representatividade de mulheres e LGBTQ+ no espaço urbano.

Acreditamos, como mulheres, que esses espaços não nos trazem a sensação de pertencimento à sociedade e não nos asseguram a plenitude dos seus usos por consequência de inúmeros fatores, como por exemplo - e principalmente - o assédio e a violência. Essa inquietação nos levou a ideia de uma intervenção urbana que tivesse a participação de mulheres e LGBTQ+ de fora da universidade e que chamasse atenção das pessoas ao caminhar pelas ruas da cidade, informando com dados obtidos por fontes oficiais sobre violência contra mulheres e LGBTQ+ para que o assunto trouxesse questionamentos de como os espaços urbanos de uso público podem contribuir para a exclusão desse recorte da sociedade.

Para a escolha dos lugares onde seriam realizadas as intervenções, consultamos as mulheres que fazem uso do espaço urbano da cidade cotidianamente, perguntando se sofreram assédio ou violência pelo simples fato de utilizarem esse espaço urbano e também perguntamos lugares onde esse assédio e violência ocorre com mais frequência. Coletamos os dados e fomos para as ruas realizar a intervenção urbana por meio da colagem de lambs e adesivos informativos nas calçadas e paredes dos lugares onde as mulheres se sentem mais assediadas e violentadas.

Não éramos muitas, mas fizemos o suficiente para alcançar o objetivo dessa ação - questionar, debater, pensar, refletir. Passamos por momentos de intimidação, de medo e insegurança de estarmos sendo observadas e julgadas, passamos por horas de apoio e reconhecimento por parte de pessoas que ali paravam para se informar sobre a causa, e também passamos por um momento de total repressão pelo machismo. Foi uma experiência muito importante para que o resultado fosse alcançado por nós, porque ali estávamos todas unidas, falando juntas e não permitindo que nossa voz fosse ignorada como houve a tentativa por parte do sujeito autoritário e violento que se colocava contra nós. E conseguimos sair dessa situação com a plenitude de quem não se cala para o machismo e de quem vai continuar "incomodando" e lutando para que sejamos mais ouvidas e que possamos dialogar de forma igualitária nas tomadas de decisões públicas, e assim, influenciar um melhor futuro para a comunidade.

1 Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.  
2 Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.  
3 Graduando em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.  
4 Graduando em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.



O envolvimento da comunidade lado a lado com a academia nas atividades propostas tornou possível promover e dialogar a igualdade de gêneros de forma acessível para todos os públicos, compreendendo que a educação e o diálogo com a participação de mais atores são fundamentais para a construção coletiva de uma sociedade mais igualitária, destacando e difundindo lutas, trabalhos, sobrevivências, vivências e resistências desses grupos e todas as implicações no contexto atual.



## **RUA: substantivo feminino<sup>1</sup>**

**Franciele Fraga Pereira<sup>2</sup>**

**Helena Santos<sup>3</sup>**

**Lauren Raffi<sup>4</sup>**

**Roberta Luz<sup>5</sup>**

**Loredana Marise Ricardo Ribeiro<sup>6</sup>**

A quantidade de figuras masculinas reconhecidas no nome dado às ruas e lugares públicos de nossas cidades é algo evidente. Há pouca reflexão crítica sobre esse fato, e pouco conhecimento sobre quem seriam essas figuras que assumem essas posições de poder até hoje na nossa sociedade. A ação foi inspirada pelo trecho da Arquiteta e Urbanista Zaida Muxi:

Las mujeres han estado presentes activamente en todos los momentos históricamente decisivos de la cultura occidental, pero han sido invisibilizadas. Por qué cuesta tanto encontrar una calle, una plaza o un espacio público conmemorativo con nombre de mujer (que no sea reina o santa), siendo una manera directa y evidente de reconocer presencia y construir discurso e historia?(Muxi, 2018, p. 25)<sup>7</sup>.

O objetivo da intervenção foi confeccionar lambes para serem aplicados na cidade. Esses lambes contêm questionamentos sobre a invisibilidade das mulheres no contexto urbano, refletido pela ausência do seu reconhecimento em nomes de ruas, praças e espaços urbanos.

A partir da frase de inspiração, foi feito um levantamento das ruas do centro da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, as quais nos geraram os dados que foram utilizados em um dos modelos. A criação foi feita de maneira coletiva pelas autoras, buscando sempre frases de fácil entendimento, e uma linguagem acessível.

Em um percurso errante, e com uma distribuição dos lambes em decisão coletiva e imediata, a aplicação foi acontecendo. Com saída do ICH (Instituto de Ciências Humanas), passando pelo Campus II até chegar nas paradas de ônibus da Osório e finalizando na Floriano.

**POR QUE É TÃO DIFÍCIL  
ENCONTRAR UMA  
RUA, UMA PRAÇA OU  
UM ESPAÇO  
PÚBLICO  
COMEMORATIVO COM  
O NOME DE UMA  
MULHER  
(QUE NÃO SEJA UMA RAINHA OU UMA  
SANTA)?**

**DE 38 RUAS  
DO CENTRO DA  
NOSSA CIDADE...**

**31 SÃO NOMES DE HOMENS  
04 SÃO DATAS COMEMORATIVAS  
01 É NOME DE PAÍS  
01 É OBJETO RELIGIOSO CRISTÃO  
01 É NOME DE MULHER**

<sup>1</sup> Trabalho realizado como encerramento da disciplina de "Teorias Feministas e Estudos de Gênero" ofertada no Programa de Pós Graduação em Antropologia PPGAnt da UFPEL em 2019/1.

<sup>2</sup> Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2018). E-mail: franfragap@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica em Psicologia UFPEL.

<sup>4</sup> Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo UFPEL.

<sup>5</sup> Acadêmica em Psicologia UFPEL.

<sup>6</sup> Orientadora, Professora do Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPEL

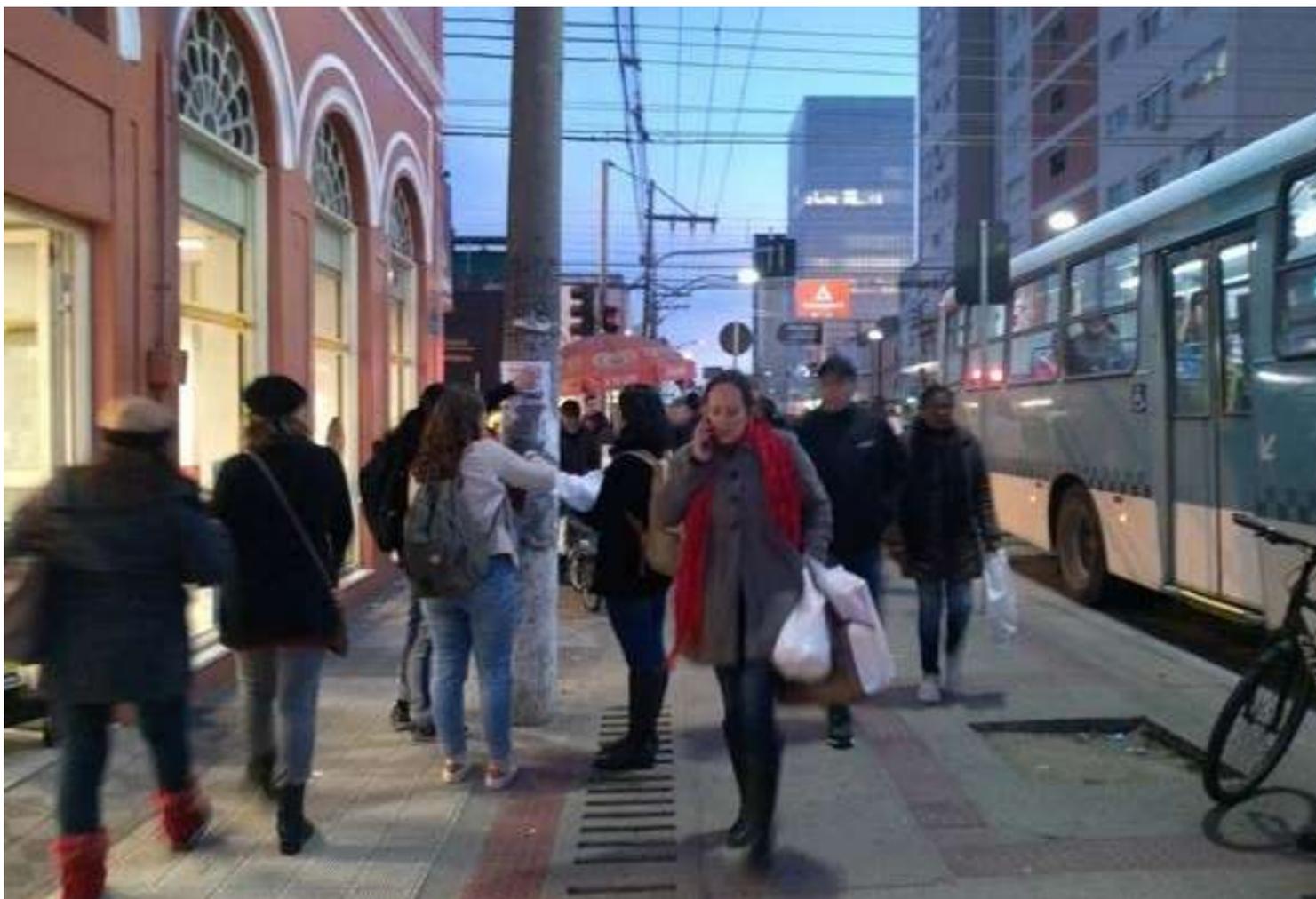
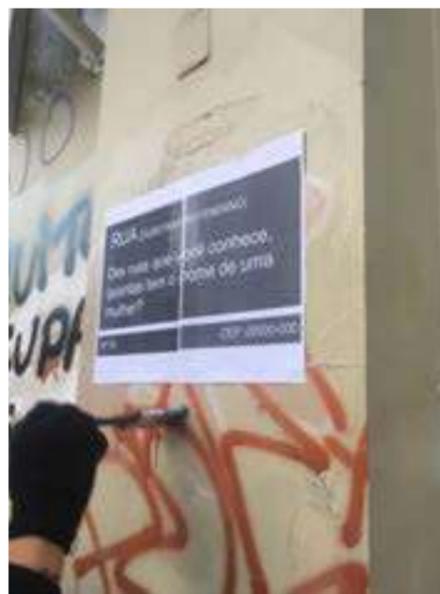
<sup>7</sup> In: MUXI, Zaida. Mujeres, Casas y Ciudades. Más Allá del Umbral. Barcelona: Editora DPR; 2018.

RUA (SUBSTANTIVO FEMININO)

Das ruas que você conhece,  
quantas tem o nome de uma  
mulher?

N° 00

CEP: 00000-000



A forma como a população reagiu foi muito singular. Enquanto nas regiões do Porto, próximas à universidade, várias pessoas ficaram curiosas e demonstraram interesse na atividade, no centro as reações foram adversas, recebemos muitos olhares de julgamento, até algumas críticas.

Foi possível observar, a partir dessa ação, a potência que as intervenções urbanas têm de gerar questionamentos e visibilizar temas emergentes na nossa sociedade. E assim, abrir caminho para novos ensaios, questionamentos e levar essas reflexões à população fora do ambiente acadêmico. Além disso, é possível pensar que a intervenção através de perguntas propõe uma participação mais instigante de quem as lê, pois produz reflexões críticas desde o momento em que se entra em contato com elas, mesmo que haja resistência, e talvez, por isso a ação tenha gerado tantas reações de desconforto.

Apesar de muitas vezes esquecido, é muito pertinente refletirmos acerca dos processos que estão constantemente a construir as nossas cidades e as nossas subjetividades, lugares esses hegemonicamente identificados a partir de nomes masculinos. É necessária a conscientização para que possamos assim transformar e mudar essa constante contrução das cidades e das nossas vidas.

## RESISTÊNCIAS E CONEXÕES DESCOLONIAIS

*Geysa Danielle Barbosa de Moura Silva*<sup>1</sup>

As fotografias apresentadas são decorrentes da minha participação como artista, pesquisadora e colaboradora do projeto de Extensão Diálogos Urbanos e também do desdobramento da minha pesquisa do mestrado sobre mulher e arte. As imagens representam uma pequena parte de minha vivência como mulher no espaço da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e em seu entorno. A experiência como aluna na Unilab me proporcionou um novo modo de ver o mundo, de compreender a diversidade dos povos, o respeito a quilombolas, aos LGBTQI's, aos negros, as pessoas pertencentes a comunidades indígenas e principalmente me tornou a mulher que tem orgulho de ser hoje, Feminista com F maiúsculo, que aspira ansiosamente por uma sociedade mais justa e igualitária.

A Unilab é o local de encontro e troca de culturas de uma diversidade imensa de alunos e alunas, professores e professoras pertencentes a diversos países que compõe a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A singularidade da universidade que incorpora os estudos afros no processo de descolonização do conhecimento me possibilitou conhecer a força do feminismo negro e reconhecer os nossos privilégios enquanto mulheres brancas e assumir uma postura de apoio para que o movimento feminista se dê por completo atendendo as especificidades de cada grupo que foi historicamente corrompido. É preciso lutar, resistir e exigir que se criem artifícios para que as condições e oportunidades sejam iguais para todas.

Assim, as imagens que seguem representam a força e a união dessa diversidade de mulheres que ocupam um espaço importante que é a universidade em busca de uma transformação real da sociedade.



<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Licenciada em História, UNILAB, 2018. Bacharel em Humanidades, UNILAB, 2015.







## A RUA COMO GANHA PÃO produção e resistências no espaço urbano

**Bianca Ramires Soares<sup>1</sup>**  
**Marina Mecabô<sup>2</sup>**



The Breadwinner (Original).  
Dirigido por Nora Twomey.  
94 min.

O roteiro da animação *A Ganha-Pão* leva o espectador para dentro do regime fundamentalista islâmico que desde 1995 impõe à população restrições radicais e punições severas. Para as mulheres submetidas a esse regime a condição mostra-se significativamente mais violenta. O filme se passa em 2001, logo após o decreto de uma nova proibição que restringe a rua ao uso dos homens e ao trânsito de mulheres acompanhadas por eles.

Esta resenha busca traçar paralelos entre as condições que estão submetidas as mulheres retratadas na animação e a opressão continuada das mulheres brasileiras. A costura das duas realidades será feita através da obra da pensadora feminista brasileira Heleieth Saffioti intitulada *A Mulher na Sociedade de Classes* (1976).

O filme inicia com o pai de Parvana contando uma história sobre as belezas de seu povo antes da guerra e da dominação pelo Talibã. Narra um tempo de paz, onde as crianças brincavam na rua e as mulheres iam à Universidade. A transmissão de conhecimento por narrativas orais é um traço cultural que acompanha o desenvolvimento da

<sup>1</sup> Aluna Especial no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas, Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas - FAUrb/UFPel. [ramiresbianca@gmail.com](mailto:ramiresbianca@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas, Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas - FAUrb/UFPel com graduação sanduíche em Engenharia edile na Università di Pisa [marinamecabo@gmail.com](mailto:marinamecabo@gmail.com)

animação. O pai de Parvana faz questão de relatar os movimentos históricos que determinaram as condições específicas da vida de seu povo. Segundo Saffioti (1976), essa transmissão constitui também um dado da situação que gera uma força extraordinária formadora da consciência social. Assim, a questão histórica passada entre gerações através da oralidade dá existência à construção do conhecimento coletivo e à preservação do mesmo.

O personagem transmite para filha a consciência de que a memória é uma ferramenta que articula a visão que as pessoas constroem sobre os acontecimentos e o espaço. O conhecimento é um dos elementos colocados pelo filme como potência para as resistências sociais. Ele infere também a questão do ofuscamento produzido em um povo durante um contexto de guerra, falando para ela que eles estavam limitados pelos impérios, onde *nossas fronteiras se definem e se redefinem por milhares de anos*.

A localização política e geográfica que animação se propõe retratar é outro fator importante. O filme aborda o contexto de exploração a que os povos asiáticos estão submetidos neste momento histórico. Paralelamente temos o contexto brasileiro, território também submetido às relações de dominação do capital hegemônico.

As mulheres, restringidas de seu andar livre na rua, devem agora não mais chamar *atenção desnecessária*, até seus passos são proibidos de fazer barulho. Sentada com seu pai, na tentativa de comercializar os poucos pertences que tinham, Parvana grita para afastar um cão que investe contra suas peças. Neste momento, seu pai é repreendido por soldados Talibãs que reforçam que o lugar da menina é em casa. Ele pede desculpas e diz que em sua constituição familiar ela a única ajuda com que pode contar.

Quanto a essas restrições, Saffioti desenvolve um estudo que objetiva compreender os mecanismos através dos quais o sexo opera na sociedade de classes, alijando as mulheres da estrutura ocupacional e as restringindo aos trabalhos desempenhados no lar (SAFFIOTI, 1976). Sua pesquisa baseia-se na busca das invariâncias presentes na elaboração social do fator sexo e por isso mostra-se adequada para nos auxiliar na comparação entre a realidade do filme e a realidade brasileira.

O confinamento ao espaço doméstico é evidente na história de Parvana. As mulheres, além de proibidas de andar desacompanhadas, são impedidas de realizar qualquer atividade produtiva no espaço público, seja de prestação de serviços como também de compra e venda de mercadorias.

Quando o pai de Parvana é raptado pelo exército Talibã, a família perde a única pessoa capaz de prover o sustento. A partir deste momento, o enredo se desenvolve ao redor da luta da personagem para recuperar a liberdade de seu pai. Assim, no dia que sucede a prisão, Parvana e a mãe partem na missão de libertá-lo. Em um percurso aflitivo até a prisão, elas acabam sendo pegas, a mãe é agredida fisicamente e então são enviadas imediatamente para casa. Diante dessa realidade, a protagonista se vê obrigada a seguir desafiando as restrições do espaço, como uma das únicas alternativas para sobrevivência de sua família.

A narrativa é fantástica ao transmitir a apreensão de Parvana nas primeiras investidas no espaço proibido e nos leva a vivenciar experiências assombrosas junto a protagonista. A construção do cenário urbano habitado apenas por homens é familiarmente perturbadora.

Parvana vai ao mercado e volta correndo amedrontada. Ela vai buscar água e volta

correndo perseguida. Assim, enquanto espectadoras somos levadas a nos sentir enclausuradas junto à família da personagem, presas a correntes atadas por homens autoritários, que constroem um espaço do qual não fazemos parte, que não nos pertence (Figura 01).

Figura 01: Parvana. Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-240153/criticas-adorocinema/>



Figura 02: Otesh. Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-240153/criticas-adorocinema/>

Os homens dominam o espaço que se diz público. Essa apreensão assustadora dos lugares não é estranha a vivência cotidiana das mulheres nas cidades brasileiras. As ruas, que em sua maioria são nomeadas para homenagear homens militares e autoritários, são hostis ao corpo mulher.

Paralelamente a esses desafios, outra possibilidade que se apresenta à família de Parvana é o casamento de suas filhas. Assim como discute (SAFFIOTI, 1976), a mulher mantida à margem da construção social é condicionada a aceitar as normas de submissão ao marido para então encontrar um modo de existência que lhe assegure a posição social e a segurança econômica. Nas condições brasileiras de desigualdade sexual, econômica, racial e social, essa ainda é uma alternativa de sobrevivência para parte das mulheres.

Em resposta a esses condicionamentos, acompanhamos Parvana modificando seu corpo e seu vestuário. Em frente ao espelho ela corta os cabelos e depois veste as roupas do irmão para então performar como um menino. Os primeiros passos, agora como Otesh, são apreensivos e desconfiados. Aos poucos a personagem vai ganhando confiança e conhece uma nova cidade, um mundo novo onde sua presença é legitimada ao mesmo tempo que é tratada de forma menos cordial. A personagem é tomada pela sensação de liberdade e a narrativa é novamente eficaz em nos contagiar com esse sentimento. Somos diretamente atingidas pelo contraste da vivência do homem e da mulher no espaço urbano (Figura 02).

O filme é potente na qualidade de material provocativo de um olhar crítico para as relações que se desenvolvem no espaço público. Exercendo um olhar atento no centro de Pelotas, podemos observar que essa construção da rua como espaço de trabalho masculino é presente e facilmente identificável (Figura 03).



Figura 03: Homens Trabalhando. Fonte: das autoras, 2019.



Pensando na forma como nossa sociedade hegemonicamente se relaciona com o trabalho, vendo este como ferramenta que *dignifica o homem*, o fato observado sobre a presença majoritariamente masculina nas atividades exercidas no espaço público nos dá pistas de que esse, assim como na animação, segue sendo um espaço não legitimado para presença de mulheres.

A presença física no espaço urbano é condicionada pelo sexo, a forma como somos tratadas dita nosso cotidiano e a liberdade que temos de exercer com autonomia nossos corpos e nosso direito à cidade. Essa resenha é um convite, não só para assistir a animação e adentrar-se nos escritos de Saffioti, mas também para exercer o olhar atento na cidade e questionar a forma desigual de apropriação dos espaços.

#### Referências bibliográficas

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Mulher na sociedade de classes: o mito e a realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.

A *GANHA-PÃO*. Nora Twomey. Jolie Pas Productions, 2017. Acessado em: 20 dezembro de 2019. Online. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80217121>

## MUJERES, CASAS Y CIUDADES: más allá del umbral

Carolina Frasson Sebalhos<sup>1</sup>  
Daniela Cristien Silveira Mairesse Coelho<sup>2</sup>



De Zaida Muxí Martínez<sup>3</sup>.  
Barcelona, Eitora dpr-barcelona. Lançamento:2018.

A complexidade da obra de Muxí impossibilita qualquer tentativa de um compilado de ideias, de modo que a intenção desta resenha de *Mujeres, casas y ciudades* é um convite à leitura.

O trabalho intelectual da autora consolida uma nova historiografia sobre a arquitetura, ressaltando como os papéis de gênero nas sociedades ocidentais moldaram a casa e a cidade, além de evidenciar as mulheres que participaram ativamente na história da arquitetura e das construções.

<sup>1</sup> Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Franciscana (UFN).

<sup>2</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestranda em Direito, na linha de pesquisa Direito e Vulnerabilidade Social, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas (PPGD-UFPel). Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

<sup>3</sup> Zaida Muxí Martínez, arquiteta pela Universidade de Buenos Aires e doutora pela Universidade de Sevilla é especialista em urbanismo, arquitetura e gênero. Autora de diversas obras, entre elas *La arquitectura de la ciudad global, Postsuburbia, Arquitectura y Política* em coautoria com Josep Montaner e coeditora do *Archivo crítico Modelo Barcelona*.

A dimensão de dar visibilidade a essas histórias projeta um novo capítulo na contribuição de epistemologias feministas à arquitetura. Nessa conjuntura, não há como retornar ao momento anterior à leitura, porque o protagonismo das mulheres nessa reorientação histórica possibilita a emergência de questionamentos acerca da universalidade e neutralidade nas narrativas.

*Mujeres, casas y ciudades* pode ser considerado um manifesto, uma ferramenta de denúncia da contribuição dos homens para o apagamento das histórias e criações de mulheres na arquitetura. A obra é um fôlego dentre tantas perspectivas estritamente masculinas sobre a história, a cidade, a sociedade e a vida cotidiana. Deve-se ressaltar que o texto não se limita a visibilizar apenas o contexto europeu e norte-americano, pois também abarca a experiência de mulheres na América Latina, à exemplo de Carmen Portinho<sup>4</sup>, Lota de Macedo Soares<sup>5</sup> e etc. Por essa razão, torna-se uma contribuição significativa na produção do conhecimento em arquitetura, especialmente pela reorientação a que se propõe.

Não obstante, é importante ressaltar que a perspectiva apresentada pela autora destaca a *mulher* a partir da compreensão do feminismo branco, uma vez que retrata essa figura feminina resguardada ao lar, tolhida do direito ao trabalho, responsável pelos cuidados dos filhos e da casa. Como o objetivo da reflexão da autora é dar visibilidade às mulheres, é importante delimitar o alcance desse termo, uma vez que o feminismo negro evidencia a situação periférica em que foram colocadas as mulheres negras nas lutas feministas, haja vista a participação ativa dessas mulheres no campo do trabalho – inclusive braçal – e no cuidado das casas de mulheres brancas<sup>6</sup>.

A obra possui nove capítulos, onde a nova narrativa se inicia desde antes do século XIX, evidenciando o protagonismo das mulheres na arquitetura e na cidade, perpassando a revolução social, a prática arquitetônica exercida por mulheres sem formação universitária até as primeiras arquitetas graduadas, as pioneiras modernas, as casas como interesse central das mulheres, a terceira e quarta geração de arquitetas (dos anos 50 a 60) e, por fim, o urbanismo moderno. À guisa de conclusão, Muxí ressalta a importância do conhecimento e divulgação da trajetória de mulheres que nos antecederam.

De início, a autora coloca como sua tese principal a posição das mulheres como *outras* que contribuíram e contribuem para repensar a prática da arquitetura e do urbanismo. O título da obra também é justificado, uma vez que a casa para Muxí representa a arquitetura e, a cidade, o urbanismo.

Dentro do espaço privado, a casa corresponde ao primeiro lugar de socialização em que são construídos os papéis associados a cada gênero, “o espaço não é neutro e portanto, a maneira em que se divide, se articula e se hierarquiza influi diretamente no desenvolvimento das relações e as pessoas que o habitam” (l. 403, tradução nossa)<sup>7</sup>. A cidade, por sua vez, é considerada uma extensão da casa, o segundo espaço público de socialização, nela convivem os papéis de gênero, classes, sexo, origens, idades.

<sup>4</sup> A terceira mulher a se graduar em engenharia civil no Brasil, nomeada diretora de obras e vias do Distrito Federal, graduada em Urbanismo pela Universidade do Distrito Federal, participou do movimento sufragista brasileiro ao lado de Bertha Lutz, fundou a Associação brasileira de engenheiras e arquitetas.

<sup>5</sup> Responsável pelo projeto do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Nesse ponto, relembramos Sojourner Truth, abolicionista norte-americana que teve seu discurso publicado no *Anti-Slavery Bugle*, em 1851.

<sup>7</sup> No original: “El espacio no es neutro y por lo tanto la manera en que se divide, se articula y se jerarquiza influye directamente en el desarrollo de las relaciones y las personas que lo habitan”.

As histórias da construção e da questão de gênero no ocidente evidenciam o apagamento sofrido pela mulher. No caso específico da arquitetura, basta ver que o homem foi construído como a medida da perfeição, de modo que a cidade passou a refletir proporções e adaptações dos espaços pela referência masculina. À exemplo disso, a autora critica o Modulor, de Le Corbusier e o sistema de medidas de Ernst Neufert.

Nesse contexto, se o elementar na arquitetura são as medidas, pode-se afirmar que a dominação exercida sobre a mulher é também efetivada pela teorização, aliada a um discurso cultural e educacional que reserva às mulheres um espaço de subalternidade. A autora retrata a casa como um lugar fundamental para a construção da divisão sexista de tarefas. Isso pode ser explicado pela forma como arquitetos planejavam e construíam as casas sob a perspectiva da experiência masculina de seu uso, um lugar de descanso e do privado que não se aplicava às mulheres donas de casa. A dicotomia público e privado também é construída a partir disso, e apesar de convencionalmente acreditar-se que o espaço privado é o *lugar da mulher*, ambos espaços são de obrigação e cumprimento do papel de gênero.

A retrospectiva histórica evidencia que a casa romana era o espelho da sociedade que, em contraposição às casas gregas, refletia as mulheres de forma mais igualitária. Em outras palavras, na Grécia, os espaços públicos da casa destinados a receber visitas eram permitidos apenas às mulheres prostitutas, estrangeiras e escravas. Isso significa que as filhas e as esposas gregas eram impedidas de frequentar determinados espaços da casa, à exemplo dos *andrôn*<sup>8</sup>. Os quartos das esposas e filhas, denominados de *gineceos*, situavam-se de modo que fossem imperceptíveis às partes públicas da casa. Nas palavras da autora, “a cidade e a casa são a representação das hierarquias e poderes” (l. 637, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Após esse período, as mulheres continuaram sendo propriedades dos homens, porém, algumas dessas mulheres recusavam o cumprimento desse papel de subjugação. Nos Países Baixos, algumas viúvas ricas e herdeiras criaram um sistema urbano independente, autorregulado e autossuficiente – as *beguinages* ou *cohousings* – possibilitando o trabalho e o estudo, distanciando-as das incumbências maternas, matrimoniais e de castidade. Esse sistema ainda é descrito como um convento quando, na versão das mulheres, consistia em um espaço de produção e transmissão de conhecimento.

No contexto do século XIX, com a vinda das famílias camponesas para a cidade, emerge o controle moral da Igreja e da aristocracia sobre a sociedade, dando origem a leis trabalhistas que, mascaradas pelo viés protecionista, tolham as mulheres do trabalho laboral após o matrimônio, desvalorizando sua mão de obra. Nessa conjuntura, perpetuou-se o lugar da mulher como dona do lar, cuidadora dos filhos e da casa, controlada pelo marido que obtinha a posse de seus bens e, muitas vezes, seu salário.

A atitude da Igreja e da aristocracia buscava afastar a mulher da participação social, mas não foi suficiente para impedir que essas mulheres formassem grupos de discussão e reivindicação de melhorias na cidade. Esses movimentos sociais, como o *Settlement Movement* (Inglaterra e Estados Unidos) e o *Municipal Housekeeping* (Estados Unidos) transformaram bairros, ruas, lugares públicos e praças, além

<sup>8</sup> Quarto/parte da casa reservada aos homens.

<sup>9</sup> No original: “*la ciudad y la casa son la representación de las jerarquías y poderes*”.

de protagonizarem a criação de escolas maternas para as(os) filhas(os) das(os) trabalhadoras(es).

A prática arquitetônica para as mulheres teve início no interior de suas residências, isso porque tinham contato com irmãos, pais ou parentes próximos que exerciam a profissão e compartilhavam seus conhecimentos. Entre as primeiras tratadistas acerca da vida doméstica, Catharine Beecher, apesar de não se opor aos papéis de gênero impostos às mulheres, pleiteava que as casas deveriam ser projetadas para facilitar os afazeres domésticos, além de abarcar as experiências dessas mulheres para a construção de seus lares.

Um dos pontos altos da obra é a referência sobre a cozinha e sua função social de manter a mulher no interior da casa. Na segunda metade do século XIX, Melusina Fay Pierce, ao tecer críticas sobre a economia doméstica, propõe o fim das cozinhas dentro de casa, isso porque as tarefas domésticas eram monótonas e prejudicavam as mulheres que possuíam outras ambições além dos cuidados da casa. Sua motivação perseguia a mesma lógica da redefinição dos espaços produtivos e reprodutivos da industrialização, como as escolas e hospitais que foram retirados do ambiente residencial. Pierce questionava por qual razão a cozinha continuava no interior das casas se poderia ser uma instituição, haja vista ser uma atividade que requer maquinário e especialização. Se o Estado atribuiu para si o controle das escolas e dos hospitais, a manutenção da cozinha dentro das residências significava o controle da mulher pela sociedade através da família.

Ao citar as primeiras arquitetas sem formação universitária, Muxí percorre o caminho desde as pioneiras vitorianas que, através do desenho e da cópia de plantas, assumiam a responsabilidade pelos trabalhos de menor prestígio. Essas atividades foram convenientemente atribuídas às mulheres por seu estereótipo de paciência e atenção aos detalhes, também designando a elas os menores salários. Apesar dos avanços das vitorianas em escreverem sua própria história, as oportunidades dadas às mulheres dependiam de seu status social.

Como muitas universidades não aceitavam mulheres como estudantes na arquitetura, a formação para exercê-la poderia ser recebida através de outros campos de conhecimento próximos, como o design. Ainda que as oportunidades fossem escassas nas universidades privadas, à exemplo da Universidade de Columbia<sup>10</sup>, as instituições públicas aceitaram com maior facilidade que mulheres fizessem parte do corpo discente dos cursos de arquitetura.

A autora cumpre a proposta da obra ao denunciar o apagamento de arquitetas e desenhistas da vanguarda da modernidade, trazendo à tona a colaboração e participação de mulheres em projetos com seus colegas de trabalho ou parceiros sentimentais. Essas profissionais, embora tivessem alcançado níveis de reconhecimento significativos nos escritórios – haja vista que, num momento anterior, não tinham acesso ao estudo da arquitetura – permaneciam desvinculadas do crédito por suas obras e do reconhecimento como parceiras em premiações da área. Nesse sentido, os homens permaneceram e permanecem detentores do reconhecimento profissional, enquanto as mulheres permanecem às sombras.

Assim, Muxí apresenta múltiplos perfis de arquitetas que fizeram história no período moderno, suas preocupações com o meio ambiente, com arquitetura local, suas críticas

<sup>10</sup> Permaneceu excluindo mulheres 25 anos depois da criação da carreira de arquitetura em 1881.

há simplificação funcional da cidade derivada da Carta de Atenas e as participações nos CIAMs. Além disso, evidencia o trabalho do grupo *Matrix*, composto por mulheres de distintas origens, raças e sexualidades que estudam o ambiente construído, a cidade, os edifícios e sua serventia às mulheres. São muitas as mulheres envolvidas na história da arquitetura trazidas na obra, o que evidencia o trabalho magistral da autora.

A partir dessas considerações, é importante ressaltar que Muxí cita dificuldades na construção desse novo capítulo na história da arquitetura. Sabe-se que o exercício historiográfico é, em diversas áreas, composto por uma perspectiva hegemônica - misógina, machista, patriarcal, racista, sexista, heterossexual, classista, europeia e cristã - resistente a modificações. É imprescindível reconhecer que Muxí, ao reverter essa narrativa, liquida uma dívida histórica que os homens tem com as mulheres. Em suma, a autora faz o que todas as mulheres da história fizeram: responsáveis pelas próprias narrativas, abrem caminho para que outras mulheres possam existir.

### Referências Bibliográficas

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. *Mujeres, Casas y Ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

PAINTER, Nell Irvin. *Sojourner Truth: a life a symbol*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1997.



ISSN 2526-7310

